

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

EDUARDO MIGUEL SCHNEIDER

**O DESAFIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O MOVIMENTO
SINDICAL DE TRABALHADORES BRASILEIROS**

Porto Alegre

2018

EDUARDO MIGUEL SCHNEIDER

**O DESAFIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O MOVIMENTO
SINDICAL DE TRABALHADORES BRASILEIROS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Ronaldo Herrlein Junior

Co-orientador: Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2018

EDUARDO MIGUEL SCHNEIDER

**O DESAFIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O MOVIMENTO SINDICAL
DE TRABALHADORES BRASILEIROS**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Economia, com ênfase em Economia do Desenvolvimento.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Ronaldo Herrlein Junior
Presidente

Dr. Eduardo Ernesto Filippi
Coorientador

Dr. Carlos Henrique Horn – PPGE/FCE/UFRGS

Dr. Adalmir Marquetti – PUC-RS

Dr. Frederico Luiz Barbosa de Melo – DIEESE

Dr. Cássio Calvete – UFRGS (suplente)

Dra. Clarisse Chiappini Castilhos – FEE (suplente)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
PARTE I: TRABALHO, SOCIEDADE E ECOLOGIA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS	19
Capítulo 1 – John Bellamy Foster: uma perspectiva marxista da relação entre trabalhadores e ecologia	20
Capítulo 2 – Karl Polanyi: a grande transformação e a subsistência do homem.....	38
Capítulo 3 – As mudanças climáticas	53
PARTE II: O MOVIMENTO SINDICAL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS	74
Capítulo 4 – A perspectiva do movimento sindical internacional sobre as mudanças climáticas	75
Capítulo 5 – Experiência sindical com as mudanças climáticas em países selecionados.....	82
PARTE III: A QUESTÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O SINDICALISMO DO TRABALHO NO BRASIL.....	123
Capítulo 6 – Composição setorial e por ramos de atividades das centrais sindicais brasileiras	124
Capítulo 7 – Análise do questionário.....	135
Capítulo 8 – Exercício de categorização.....	211
CONCLUSÃO.....	217
REFERÊNCIAS	226
APÊNDICE 1: Questionário aplicado	234
APÊNDICE 2: Trabalhadores sindicalizados às centrais sindicais brasileiras por ramo de atividade	245

INTRODUÇÃO

A crescente ampliação da escala de reprodução capitalista alicerçada na “dupla exploração”, do trabalho e dos recursos naturais, está conduzindo ao esgotamento progressivo das condições ecossistêmicas essenciais à reprodução da vida. Os primeiros sinais materiais desse recrudescimento das condições ambientais em âmbito global foram sentidos na década de 70, com a denominada crise energética, fomentando o aprofundamento do debate sobre modelo de desenvolvimento e meio ambiente que se seguiu nas décadas seguintes.

Contudo, a crise energética não foi o primeiro momento em que o ser humano deparou-se com os limites ambientais de seu modo de produção e reprodução social. Tomemos aqui como exemplo o caso da Inglaterra, país líder na Revolução Industrial. A poluição do ar e dos rios gerada pela industrialização, ao lado da miséria humana de parcela considerável da classe trabalhadora, gerou resistência social a esses resultados indesejáveis deste novo modo de produção capitalista. Como resultado, processaram-se ajustes nas fontes de energia, no tratamento dos resíduos e na forma de relacionamento do capital com o trabalho que propiciaram melhorar as condições ecossistêmicas de reprodução da vida, em âmbito local. Pois reside exatamente nesse ponto a distinção destes fenômenos mais antigos da produção industrial capitalista para os impactos contemporâneos. Vivemos atualmente em uma era na qual os efeitos da atividade humana têm impacto global significativo no funcionamento dos ecossistemas e no clima da Terra. Ou seja, o que se faz em alguma parte do globo tem impactos sobre todo o planeta e já não é possível superar os limites interpostos pelo meio ambiente com soluções apenas locais – como o deslocamento das atividades produtivas mais

poluidoras para outras regiões do planeta. Esse período atual da história do planeta é denominado por alguns cientistas de Antropoceno, quando a atividade humana passa a ter impacto global nos ecossistemas e no clima. Portanto, a mudança climática é um exemplo nítido desta nova abordagem.

Os trabalhadores, uma vez desapropriados dos meios de produção por uma classe específica de capitalistas, desde logo aprenderam a enfrentar, coletivamente, os desafios da produção industrial que lhes subordinava aos imperativos do lucro e, assim, lhes imputava demasiada exploração. Solidariamente organizados em torno de sindicatos, institucionalmente admitidos pela imprescindibilidade do trabalho na produção, os trabalhadores desenvolveram lutas para reivindicar melhores condições materiais de vida na sociedade industrial. De particular interesse foram as conquistas em termos de condições de trabalho, notadamente, no que diz respeito às melhorias no ambiente de trabalho, nos termos do que hoje se conhece por saúde e segurança no trabalho. Não obstante, é importante mencionar seu importante papel na distribuição do produto industrial, em um modo de produção que valoriza a diferença enquanto motor competitivo e produz demasiada desigualdade entre os indivíduos.

A concertação social propiciada com a participação dos sindicatos possibilitou ao capitalismo avançado uma fase expansionista com elevada coesão social, que foi conhecida como “período de ouro” do capitalismo moderno, com forte influência dos estados de bem-estar social na proteção do trabalho. Mas já na década de 70, em paralelo com o período quando começou a ser discutido um novo modelo de desenvolvimento que fosse ambientalmente sustentável, o sindicalismo começa a perder força frente ao avanço das políticas e da ideologia neoliberais, que vigoraram nas décadas seguintes.

A referida conexão global dos problemas ambientais, concomitantemente ao crescimento das grandes empresas transnacionais e uma nova distribuição internacional do trabalho, exigiu do movimento sindical uma ampliação de sua tarefa social de proteção dos trabalhadores em direção a um tema no qual não detinha tradição, qual seja, o tema ambiental. Mas essa aproximação, vista de uma maneira mais ampla, à vida, é desafiante ao movimento sindical que tem sua base de sustentação política ocupacional concentrada em determinada região e mormente alicerçada na defesa do local de trabalho.

A relação intrínseca e natural que há entre os assuntos do trabalho e as questões ecossistêmicas foi trabalhada pelo capital de modo a apartar as áreas. Essa iniciativa do capital visa reduzir as resistências à sua expansão ampliada com base em uma estrutura produtiva que explora trabalho e meio ambiente. Ou seja, ao perceber a possibilidade do trabalho se aliar à pauta ambiental, que propiciaria uma contestação mais poderosa ao status quo do atual modo de produção, o capital não tardou em colocar trabalho e meio ambiente em posições antagônicas: para garantir empregos se faz necessário preterir a proteção ambiental. Essa realidade colocou sindicalistas e ambientalistas em uma aparente contradição muito pouco produtiva que, por sua vez, bem serve aos interesses do capital em fragmentar as resistências à sua expansão.

O aprofundamento dos problemas ambientais e a constatação praticamente inequívoca acerca da mudança climática causada pelo aumento das emissões e dos estoques de gases de efeito estufa coloca o movimento sindical em uma encruzilhada: não é mais possível fechar os olhos para a dimensão ecossistêmica do atual modo de produção e consumo. E, mais que isso, o Antropoceno determina que essas questões sejam tratadas em âmbito global por instituições com forte articulação local. Esse tipo de articulação diferenciada, mas coerente, entre os níveis local e global de determinada organização permite caracterizá-la como do tipo “glocal”. A estrutura organizacional e a forma de atuação dos sindicatos, local e global, os credencia enquanto organização glocal, podendo vir a constituir uma vantagem deste ator para interferir nesses processos.

Ocorre que a inserção da dimensão ambiental na pauta sindical é complexa, sobretudo quando estão em jogo interesses mais imediatos dos trabalhadores. Até que ponto os sindicatos conseguem traduzir seu discurso político de respeito ao meio ambiente, quando o faz, nas suas ações práticas cotidianas é uma questão bastante desafiante. E, mais que isso, importa identificar os fios condutores que facilitam essa aproximação dos sindicatos ao tema ambiental, no sentido de disseminar os caminhos possíveis para os sindicatos que ainda não desenvolveram tal percepção.

Em síntese, constitui objeto de pesquisa investigar como o movimento sindical dos trabalhadores brasileiros está absorvendo a pauta ambiental e, em particular, o desafio da mudança climática global em suas políticas e práticas cotidianas.

Em termos do problema de pesquisa e sua justificativa, pode-se afirmar que os sindicatos nasceram e se afirmaram enquanto organizações de representação dos interesses da classe trabalhadora sob a égide de uma indústria intensiva na utilização de recursos naturais, movida por combustíveis fósseis e com elevado impacto poluidor. Na medida em que a ameaça ambiental tornou-se concreta para essas sociedades onde a indústria se desenvolveu originalmente, de modo a afetar a qualidade do ar e da água para essas populações, a estratégia inicial adotada pela indústria foi distribuir as atividades mais poluidoras das cadeias produtivas para outras regiões que imputavam menor restrição a esse tipo de atividade, pela carência de recursos materiais (mais pobres) e de instituições sociais reguladoras. Geralmente, a estratégia de internacionalização da produção dentro de uma nova divisão internacional do trabalho procurava manter nas regiões originais as atividades de maior valor agregado e, desta forma, concentrando os ganhos desta divisão, via termos de troca, nos países líderes da Revolução Industrial.

Mas no caso da mudança climática é diferente, pois o Antropoceno se faz presente. Já não interessa onde as emissões de gases de efeito estufa são geradas, pois os efeitos destas emissões serão sentidos em todo o planeta. Mais do que a localização das plantas, ganha relevância o padrão de consumo, que distribui desigualmente o ônus e o ganho entre os países. Neste sentido, os sindicatos têm experiência e tradição em disputas distributivas, que podem os colocar como ator importante nessa discussão.

Segundo a referência metodológica do *environmental labour studies* (estudos do meio ambiente e trabalho – tradução nossa), desenvolvida por Rätzkel e Uzzell (2013) a partir da análise de diferentes experiências internacionais de relação sindical com o tema ambiental, as políticas das entidades sindicais de trabalhadores desenvolvidas em nível internacional podem ser – quando não negam as mudanças climáticas – majoritariamente caracterizadas por perseguirem estratégias reformistas. A crítica desta postura por setores sindicais mais radicais, por vezes os conduz a uma postura mais progressista, no que Rosa Luxemburg denominaria por “reformismo revolucionário” (Rosa Luxemburg, 1999, apud Rätzkel e Uzzell, 2013, p. 9). Essas caracterizações de tipos de políticas inspiraram a categorização desenvolvida para esta pesquisa, segundo a qual, dependendo dos interesses e das correlações de força estabelecidos pelos sindicatos em nível regional e global, o movimento sindical pode adotar posturas políticas conservadoras, reformistas ou mais revolucionárias frente à mudança

climática. Ainda que não seja foco do atual estudo, interessa saber que o movimento ambiental também é bastante heterogêneo em termos de suas posições políticas em relação às mudanças climáticas e, talvez, pudesse ser segmentado também nesses termos a fim de buscar uma melhor combinação de interesses que pudesse incentivar as alianças entre os dois atores sociais.

Cabe perceber que estruturas sindicais mais amplas, de coadunação de interesses dos trabalhadores, como federações, confederações, centrais sindicais e organizações internacionais tendem a ter posições mais progressistas que a prática cotidiana dos sindicatos localmente ancorados, pressionados por uma base que reivindica empregos, não raro, a qualquer custo e preterindo das questões ambientais. Nesse ponto reside uma questão cara à reputação dos sindicatos, qual seja, lograr coerência de seu discurso com sua prática política. Por vezes, a falta de coerência afeta sobremaneira as possibilidades de alianças com o movimento ambiental, que poderia constituir-se em um importante aliado nas lutas sindicais por uma sociedade mais justa – objetivo este que sempre lhe imputou forte legitimidade social.

Políticas conservadoras são ainda atreladas, de uma ou outra forma, à negação das mudanças climáticas enquanto um fenômeno que pode afetar a vida de todos no planeta, enfatizando a incerteza científica sobre a mudança climática. Os sindicatos que assim se posicionam buscam privilegiar os interesses dos seus membros, ao lutar pelo trabalho independentemente do impacto ambiental causado, ou, de outra forma, aliam-se à estratégia empresarial para reduzir a resistência ambiental aos seus projetos de investimento. Não raro os trabalhadores são utilizados pelo capital inclusive para pressionar o Estado no sentido de flexibilizar a legislação ambiental que define os limiares poluidores e seu custo para as empresas. O trabalho no presente está acima de tudo. Frequentemente as condições econômicas, de emprego e de incremento de renda e de consumo, são argumentos fortes para o sindicato adotar tal postura frente a projetos de grandes empreendimentos. Os sindicatos alinhados a esse comportamento preferem tratar os temas ambientais a partir do ambiente de trabalho: saúde e segurança do trabalhador.

Mas muitos sindicatos estão investindo em desenvolver uma posição alternativa mais socialmente amigável quanto às mudanças climáticas. A experiência internacional revela que os sindicatos que migraram para uma direção de **políticas reformistas** iniciaram tal tarefa investindo forte na educação e conscientização de seus membros

quanto ao tema ambiental, a fim de lograr, primeiramente, legitimidade interna para suas ações nesse campo. Tal perspectiva também foi facilitada pela estratégia mais ampla dos organismos internacionais no campo do desenvolvimento sustentável, qual seja, de “esverdear” a economia ou, em outras palavras, tornar o crescimento econômico verde (no sentido da economia verde) para conter as emissões responsáveis pelo aquecimento global.

Para tanto, se fazem necessárias mudanças nas tecnologias de processos e de produtos segundo um novo paradigma produtivo que privilegie a redução nas emissões de gases de efeito estufa, respeitando os limites ambientais – modernização ecológica. Mas essa transição trará, inevitavelmente, impactos sobre os trabalhadores na medida em que certos empreendimentos se tornarão inviáveis, abrindo oportunidades de negócios em outros setores da denominada economia verde. Nesse particular reside a maior contribuição do movimento sindical para a questão da mudança climática: a noção de transição justa. Sindicatos reivindicam que essa transição proteja os trabalhadores, por exemplo, oferecendo-lhes proteção e segurança no trabalho, a fim de garantir coesão social na transição para uma economia de baixas emissões. A transição justa também compreende plenas condições do trabalhador, hoje alocado em uma indústria tradicional, em acessar as novas oportunidades de trabalho na economia verde, via requalificação da força de trabalho – são os denominados empregos verdes.

Certo é que, mesmo que acompanhado de políticas de proteção ao trabalhador, a transição para uma economia verde alterará os padrões competitivos e promoverá uma realocação de indústrias no globo. E isso não se fará sem afetar os trabalhadores e suas redes sociais localmente estabelecidas, isso para não tratar dos impactos sobre a organização e poder de sindicatos regionalmente estabelecidos. Ou seja, a transição para uma economia verde se coloca para os sindicatos como um “mal necessário” no sentido de que, se a transição foi exitosa, poderá trazer empregos verdes sustentáveis no futuro, diferentemente de uma garantia de emprego no presente que não se sustentaria no caso de uma generalização da economia verde.

Ademais, a transição para a economia verde também é vista pelos sindicatos como uma oportunidade de voltar a discutir direitos trabalhistas que foram preteridos nas últimas décadas em função da globalização econômica neoliberal, que exacerbou a concorrência entre países, exigindo das empresas medidas de contenção dos custos do trabalho, quase sempre no sentido de sua precarização.

Por fim, cabe sublinhar que esse caminho reformista é o que encontra menor resistência dentro dos sindicatos, sendo, portanto, a via mais fácil para essas organizações, pois não lhes exige uma reestruturação mais profunda em termos organizacionais e temáticos, além de contar com toda uma rede internacional de apoio governamental, não-governamental e empresarial que também sustentam essa iniciativa. O grande problema é que esverdear a economia, apesar de tangenciar a questão da justiça distributiva quando reivindica uma transição justa, não se propõe a alterar substancialmente as estruturas sociais que mantêm a distribuição desigual do produto do trabalho a favor das grandes corporações internacionais, sediadas nos países centrais localizados no norte do globo. Não por acaso que tais corporações desenvolvem divisões internas para a gestão da contestação social de suas ações potencialmente poluidoras e socialmente prejudiciais, ao tempo que burocratizam suas estruturas operacionais que tratam de recursos humanos – preterindo da negociação direta com os trabalhadores. Nessa questão encontra-se um paralelo entre os “problemas do trabalho” do início do século XX e a “mudança climática” que deverá marcar o atual século.

Contudo, essa vertente reformista é bastante contestada por parcela considerável do movimento ambiental que demanda uma transformação de caráter mais revolucionário, contradição essa bem sintetizada por Snell e Fairbrother (2013, p. 158): “To what degree this reformista labour environmentalism will ensure long term environmental stabilisation is an open and contested question where unions and environmentalist may never agree.”¹

O enfrentamento mais contundente da questão ambiental e das estruturas sociais que lhe fornecem apoio é feito pelos raros sindicatos que se enveredam na seara das políticas de cunho mais **progressista ou revolucionário**. Alicerçados no discurso ambiental mais radical, que reivindica a “justiça climática” e não visualiza na economia verde a solução para a mudança climática, muitos sindicatos adotaram essa postura, que se mostra socialmente mais coerente – logo, com ganhos na sua reputação social – porém internamente mais complicada de ser defendida, perante os interesses mais imediatos da sua base de sustentação. Há grande heterogeneidade de posições políticas nesse campo, desde quem defenda o “eco-socialismo”, com a apropriação estatal das indústrias como forma de garantir a transição justa aos trabalhadores, até aqueles que

¹ “Em que medida esse ambientalismo reformista do trabalho assegurará a estabilização ambiental de longo prazo é uma questão contestada e em aberto em que sindicatos e ambientalistas podem nunca concordar” (tradução nossa)

defendem outras formas coletivas de controle da produção como a economia solidária e o cooperativismo. Afora a questão da retomada da intervenção estatal na esfera produtiva, percebe-se aqui a consideração de uma antiga crítica quanto ao corporativismo sindical em torno das questões ocupacionais formais, na qual a defesa de questões dos trabalhadores informais, dos desempregados e das pautas feministas, dentre outras, muitas vezes desafiaram os sindicatos. Por exemplo, a economia solidária vem ao encontro das reivindicações sindicais mais profundas pela transformação social, mas como as relações de trabalho nesses empreendimentos não são assalariadas, a generalização desse modelo poderia determinar o próprio enfraquecimento dos sindicatos, senão, lhes exigiria uma reestruturação bastante profunda em seus principais eixos estruturantes. Outro ponto salientado por essa corrente remete a questão da desigualdade na sociedade capitalista, que argumentam ser mantida no caso do crescimento verde; ou acumulação ampliada capitalista, verde.

No Brasil, praticamente inexistem estudos que busquem posicionar a postura do movimento sindical de trabalhadores brasileiros frente a questão ambiental e, de modo específico, à mudança climática². Muito provavelmente, tal como no cenário internacional, o sindicalismo brasileiro deve ancorar suas políticas ambientais em alguma(s) das três vertentes acima arroladas, de acordo com a combinação de distintos fatores, tais como o tipo de trabalhador que representa, estrutura organizacional, instituições (regras do jogo), estrutura política, interpretação coletiva e atores chave envolvidos. Portanto, não se deve esperar uma reação unitária das diferentes tendências políticas que constituem o movimento sindical brasileiro em relação a ameaça da mudança climática, mas sim um espectro de posições, as quais tentaremos ordenar politicamente, sem estabelecer juízo de valor entre as diferentes políticas.

“Overall, it is an interaction of many factors, including, but not limited to, the organizational structure; types of employment represented; the political structure and the “rules of the game”; combined with the collective interpretation of climate change by each organisation and

² Um exemplo constatado da deficiência de estudos no campo trabalho e meio ambiente no Brasil pode ser apreendida a partir da análise dos 197 artigos aprovados para o XIV Encontro Bienal da Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), realizada entre 15 e 18 de setembro de 2015 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Nenhum dos trabalhos selecionados tratou da relação específica entre trabalho e meio ambiente.

key actors that influence the way each trade union reacts in the face of a common threat like climate change.” (GINGRICH, 2013, p. 224)³

O objetivo principal buscado nessa tese é investigar as posições políticas do movimento sindical brasileiro em relação à mudança climática, a luz das estratégias políticas adotadas pelo movimento sindical internacional, na qual há menor resistência a abordagem deste tema, dado o distanciamento das atividades cotidianas mais diretas com a base de sustentação nessa instância superior. Isso permitirá posicionar o movimento sindical brasileiro conforme as principais tendências vigentes na área no mundo, bem como identificar os desafios que encontra para lograr uma abordagem compreensiva do fenômeno, tal como internacionalmente demandada no plano teórico.

A fim de se cumprir com esse objetivo principal, buscou-se cumprir os seguintes objetivos específicos:

- i) Apresentar as perspectivas teóricas entre trabalho, sociedade e ecologia que referenciem o entendimento do objeto de pesquisa em termos históricos (Parte I). Para tanto, se utilizará da leitura de Marx a partir de John Bellamy Foster (Capítulo 1), da resenha e interpretação própria de Polanyi (Capítulo 2) e, por fim, será tratado, em particular, de apresentar a questão das mudanças climáticas (Capítulo 3).
- ii) Identificar como os organismos sindicais internacionais e as entidades sindicais de outros países se posicionam frente a questão do meio ambiente e, em particular, sobre o desafio da mudança climática (Parte II). A posição dos organismos internacionais ligados ao trabalho sobre a questão climáticas será abordada no Capítulo 4. Já o capítulo 5 busca investigar as políticas ambientais relacionadas às mudanças climáticas desenvolvidas pelo movimento sindical de países selecionados.
- iii) Identificar as políticas das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros em relação a mudança climática no intuito de posicionar, categoricamente, as distintas visões que os sindicatos desenvolvem sobre o tema – como

³ “Em geral, há uma interação de muitos fatores, incluindo, mas não limitado a, estrutura organizacional, tipos de empregados representados, a estrutura política e as “regras do jogo”, combinados com a interpretação coletiva da mudança climática de cada organização e atores chaves que influenciam o modo que cada sindicato reage em face a uma ameaça comum como a mudança climática.” (tradução nossa)

referido, entre políticas conservadoras, reformistas e revolucionárias (Parte III). Essa parte se inicia com o Capítulo 6, que identificará a composição setorial e por ramos de atividades das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros, no intuito de investigar os efeitos da composição setorial das bases de trabalhadores filiados nas características das políticas sindicais sobre mudanças climáticas. Em seguida, o Capítulo 7 analisará, com base no instrumento de pesquisa aplicado (questionário), as políticas das centrais sindicais brasileiras quanto às mudanças climáticas, bem como explorará as possibilidades de alianças entre os movimentos sindical e ambiental. Por fim, o Capítulo 8 apresentará um exercício exploratório que busca testar uma proposta de categorização das políticas quanto às mudanças climáticas das centrais sindicais brasileiras entre conservadoras, reformistas ou revolucionárias.

Em termos metodológicos, importante considerar que o estado das artes nesse campo de estudo multidisciplinar ainda é bastante embrionário e não conta com um arcabouço teórico unificadamente estruturado definido. Os principais desenvolvimentos teóricos e metodológicos recentes nesse campo foram organizados em 2013 no livro então lançado e intitulado por “*Trade Unions in the Green Economy: working for the environment*”. O livro foi organizado por Nora Räthzel, professora de sociologia na Universidade de Umeå (Suécia), e David Uzzell, professor de psicologia ambiental na Universidade de Surrey (Inglaterra).

Essa publicação marcou a gênese de um campo de investigações multi e interdisciplinar de estudos do meio ambiente e trabalho, a partir da contribuição de autores oriundos, basicamente, da área do trabalho que buscaram investigar a relação de seu objeto com o meio ambiente. O método de análise utilizado por esses autores parte da investigação das políticas ambientais dos sindicatos para estudar as diferentes abordagens do movimento sindical acerca do tema ambiental, visando elaborar uma perspectiva que busque conectar as duas áreas do conhecimento: estudos do trabalho e do meio ambiente.

“The way in which nature and labour are intrinsically linked and equally threatened

by globalising capital provides the theoretical rationale, while the development of environmental trade union policies worldwide provides the empirical rationale for the area of study that we suggest calling environmental labour studies” (RÄTHZEL e UZZEL, 2013, p. 10)⁴

A publicação em questão contém 18 artigos sobre as políticas ambientais de organismos internacionais do trabalho e internacionais sindicais, assim como acerca das experiências políticas em relação ao meio ambiente de sindicatos específicos de países selecionados – Estados Unidos, Austrália, Espanha, Brasil, Alemanha, Coreia do Sul, África do Sul, Inglaterra, dentre outros. Essas referências bibliográficas serão utilizadas para apresentar o estado das artes do campo de estudos ambientais do trabalho em nível internacional que, por sua vez, servirão para balizar o estudo que será empreendido no Brasil.

Diferentemente do estudo brasileiro constante na publicação que, por sua vez, privilegiou o estudo de casos de políticas ambientais de sindicatos específicos, o atual estudo se propõe a conhecer e posicionar as principais políticas ambientais das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros.

Em 2016, haviam no Brasil 13 centrais sindicais de trabalhadores segundo o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS, 2016). Seis destas centrais cumpriram os pré-requisitos e possuem o certificado de representatividade emitido pelo Ministério; e, portanto, têm o direito de acessar os recursos do imposto sindical em proporção à sua representatividade (Tabela 1). Outras sete centrais não reuniram as condições necessárias e, dessa forma, não possuem o referido certificado.

Tendo em vista definir a uma amostra um pouco mais ampla de centrais sindicais que serão alvo da atual pesquisa, se tabulou as informações do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, selecionando-se as centrais com mais de 1% de representatividade. Os resultados desse processamento encontram-se sintetizados na primeira Tabela 2 (Capítulo 6) e contempla, além das seis centrais acima arroladas, a

⁴ “O modo pelo qual natureza e trabalho são ligados intrinsecamente e igualmente afetados pelo capital globalizante fornece a racionalidade teórica, o desenvolvimento sindical de políticas ambientais pelo mundo fornece a racionalidade empírica para a área de estudos que nós sugerimos chamar de estudos do meio ambiente e trabalho” (tradução nossa)

Conlutas (Central Sindical e Popular) e a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil). Em 2016, essas centrais representaram quase 12 milhões de trabalhadores.

Tabela 1: Representatividade das centrais sindicais brasileiras reconhecidas – 2016

Nome da central sindical	Sigla	%
Central Única dos Trabalhadores	CUT	30,40%
União Geral dos Trabalhadores	UGT	11,29%
Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	CTB	10,08%
Força Sindical	FS	10,08%
Central dos Sindicatos Brasileiros	CSB	8,15%
Nova Central Sindical de Trabalhadores	NCST	7,45%

FONTE: Diário Oficial da União (2016).

NOTA: o percentual não totaliza 100% por dois motivos: i) os sindicatos filiados as centrais sindicais com menos de 5% não foram computados no cálculo; e ii) há sindicatos que não são filiados a nenhuma central sindical.

Vale sublinhar que, por políticas ambientais se considera aqui a vinculação da central sindical a quaisquer ações em relação a aspectos ligados a questão da mudança climática. Essas ações podem estar expressas de distintas formas. O modo mais formal diz respeito a deliberação explícita de algum tema relacionado à mudança climática nos estatutos, manifestos de congressos e declarações públicas das centrais, como moções de apoio a causas ou movimentos ambientais. Mas a política ambiental também pode se traduzida a partir de ações educativas, como a realização e apoio em pesquisas, promoção de cursos de formação ou a elaboração de cartilhas para seus membros ou sociedade. Outra forma em que a política sindical em relação à mudança climática pode estar expressa é nas negociações coletivas. Em uma dimensão mais prática, a política ambiental em relação à mudança climática pode ser identificada também no apoio ou participação em atos, manifestações ou demonstrações públicas, bem como em ações diretas de intervenção no intuito de despertar e pautar o interesse público na temática. Também o estabelecimento de alianças com o movimento ambiental pode sinalizar a linha política das ações sindicais, a partir da identificação do tipo de política quanto às mudanças climáticas que a organização ambiental apoia ou promove.

A pesquisa das políticas das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros realizada nesta tese foi realizada através da aplicação à distância de um questionário,

somente com questões objetivas e especificamente construído para esse fim; o instrumento de pesquisa totaliza 45 questões, divididas em quatro blocos temáticos.

As 45 questões foram formuladas a luz das referências teóricas, mas apoiadas principalmente nos achados das revisões da literatura subjacente as políticas quanto às mudanças climáticas de organismos internacionais do trabalho e de diferentes experiências sindicais com o tema em alguns países – selecionados a partir da disponibilidade deste tipo de pesquisa. Essas revisões propiciaram relacionar 47 assuntos (elencados no projeto de pesquisa) que consubstanciaram a elaboração do questionário com as 45 questões.

Em consonância com o objeto do campo de estudos do meio ambiente e trabalho, do modo como delimitado por Rätzl e Uzzell (2013), a pesquisa junto ao movimento sindical brasileiro deve procurar, na medida do possível, fornecer respostas as seguintes questões: Quais os efeitos da produção verde para os trabalhadores? Como os sindicatos podem influenciar políticas de requalificação profissional? Como criar uma solidariedade global, superando as diferenças sindicais entre sindicatos do norte e do sul? Como as alianças entre os movimentos “vermelho” e “verde” podem ser exploradas? Quais os problemas teóricos e práticos para os sindicatos envolvidos na “transição justa”? Quais os impactos da economia verde sobre a identidade, a solidariedade e as políticas de segurança social dos trabalhadores?

O questionário para aplicação às centrais sindicais de trabalhadores brasileiros passou por uma série de ajustes após crítica do professor orientador e, então, o instrumento estava pronto para ser testado em uma experiência piloto. Dada a importância desse momento de experimentação e ajuste, o questionário piloto para teste foi respondido à distância e presencialmente por Vania Viana na sede da CUT em São Paulo, em junho de 2016. Vania Viana presidiu por longo período a Secretaria de Meio Ambiente da CUT e, com certeza, é uma das dirigentes brasileiras com maior acúmulo no tema de meio ambiente e movimento sindical. Sua entrevista foi fortemente recomendada por vários dirigentes sindicais brasileiros consultados. Ademais, como atualmente ela não mais preside a referida secretaria na central, a experiência piloto não prejudicou a aplicação do questionário revisado para a captação da posição política da central. Após os ajustes finais, a luz do aprendizado com os erros da aplicação piloto, o questionário estava pronto para ser utilizado na pesquisa junto às oito centrais sindicais

de trabalhadores brasileiros acima arroladas – sua versão final encontra-se apresentada no Apêndice 1.

O contato inicial com as centrais sindicais, para identificação dos dirigentes responsáveis por preencher o questionário, contou com a importante ajuda do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) – instituição particularmente interessada nos resultados da pesquisa.

Entre setembro e dezembro de 2016, seis das oito centrais sindicais contatadas responderam ao questionário. A CGTB e a UGT não responderam, a primeira, deliberadamente forneceu sua negativa por entender que não há elementos científicos suficientes que comprovem que as mudanças climáticas não são um fenômeno natural e, a segunda, apesar de reiteradas tentativas, não foi capaz de indicar um dirigente para responder ao questionário. Essas centrais possuem índices de representatividade de, respectivamente, 11,29% e 1,88% (Diário Oficial, 2016 e MTPS, 2016). Desse modo, a pesquisa logrou atingir as centrais que reúnem mais de 85% dos trabalhadores sindicalizados do País, ou seja, é uma amostra bastante representativa que permite inferir sobre a posição do movimento sindical brasileiro de trabalhadores sobre as mudanças climáticas e seus impactos para os trabalhadores. Ademais, cabe ainda ponderar que a utilização do questionário com as respostas da Conlutas também foi bastante prejudicada pelo demasiado número de respostas onde foi indicado que “não há acúmulo de discussão suficiente na central para responder”. Ou seja, infelizmente, o painel analítico pouco representará a posição desta central, a qual, por sua característica de ser, deliberadamente, não demandante de reconhecimento sindical estatal, poderia ter uma posição política mais revolucionária sobre as mudanças climáticas.

Com o retorno dos questionários então foi possível tabular as respostas objetivas em um banco de dados, com um total de 62 variáveis – já que muitas questões investigavam a posição sindical sobre mais de um aspecto. Esse material serviu de base para a análise detalhada das políticas das centrais sindicais brasileiras no campo das mudanças climáticas, visando reunir elementos que permitam caracterizar essas políticas e identificar possibilidades de convergência ou divergência com o movimento ambiental – no sentido do buscar alianças entre os movimentos. As informações levantadas nessa pesquisa de campo realizada junto às centrais serão também cotejadas comparativamente com o quadro sindical mais amplo identificado em nível internacional, propiciando posicionar politicamente o sindicalismo nacional em suas

ações em relação à mudança climática frente ao cenário internacional vigente nesse campo.

Adicionalmente, será dispendido grande esforço para tentar categorizar as respostas sobre as políticas quanto às mudanças climáticas das centrais sindicais brasileiras entre os tipos conservador, reformista ou revolucionário. Para tanto, se valerá de um procedimento metodológico que, dadas suas especificidades, será apresentado mais detalhadamente no capítulo oitavo, que trata particularmente desse exercício de categorização.

**PARTE I: TRABALHO, SOCIEDADE E ECOLOGIA: PERSPECTIVAS
TEÓRICAS**

Capítulo 1 – John Bellamy Foster: uma perspectiva marxista da relação entre trabalhadores e ecologia

O atual padrão de produção e consumo tem sido apontado, recorrentemente, como principal determinante da mudança climática que ameaça nos dias de hoje a vida do ser humano no planeta. Tanto isso é verdade quanto se consolida rapidamente na sociedade o entendimento de que, para combater o fenômeno, se faz necessário a adoção de políticas de desenvolvimento que priorizem, para além de suas dimensões econômica e social, sua componente de sustentabilidade ambiental que envolve, sob o debate da mudança climática, a própria transição para uma economia verde. Contudo, um modo de produção e de reprodução social não se conforma no vácuo, mas é resultado de uma complexa evolução histórica que compreende economia, sociedade e meio ambiente.

Se é possível compreender que o modo pelo qual a sociedade se organiza para produzir, comercializar e consumir decorre de um processo histórico de evolução econômica, tecnológica e social, não é difícil, atualmente, que situemos o objeto de análise no modo de produção, distribuição e consumo do sistema capitalista. Não obstante o capitalismo tenha sido empiricamente contestado nos dois últimos séculos pela alternativa do modo de produção, distribuição e consumo do sistema socialista – União Soviética foi seu principal desenvolvimento –, nos dias de hoje, o capitalismo é hegemônico. Contudo, como resultado de distintos condicionantes e articulações políticas históricas regionais, o capitalismo não se mostra com a mesma forma entre os países, mas apresenta variedades que correspondem a diferentes possibilidades materiais, culturais e de arranjo político das correlações de força sociais para organizar e compor economia e sociedade em torno de determinada tecnologia, a fim de satisfazer as necessidades humanas. Se, por um lado, as variedades tornam complexa a abordagem do sistema capitalista em si, por outro lado, elas corroboram a vigência e centralidade do modo de produção com traços tipicamente capitalistas no mundo de hoje.

Portanto, ainda que seja possível que outras formas de organização social da produção para o consumo também promovam a degradação ambiental (como no antigo socialismo soviético) ou, de outra forma, estejam mais integradas ao ambiente natural e propiciem a conservação ambiental (comunidades nativas indígenas ou “cidades

sustentáveis”), quando tratamos de mudança climática estamos pontuando um fenômeno assaz recente dentro da história humana e que está alicerçado, indubitavelmente, nas bases de organização produtiva e social capitalistas. Contudo, como referido, o capitalismo tal como o conhecemos contemporaneamente não surgiu repentinamente do vácuo, mas foi construído socialmente ao longo de séculos, quando passou por momentos evolutivos decisivos (revoluções tecnológicas e sociais), circunstâncias essas marcadas pela constituição de arranjos políticos sociais que viabilizaram a mudança tecnológica que serviu de impulso ao seu desenvolvimento.

Dessa forma, foram as tecnologias de produção desenvolvidas por mudanças incrementais e revoluções (agrícolas e industriais), mormente baseadas em combustíveis fósseis – e sempre conjugadas com mudanças institucionais na forma de organização da vida social – que conduziram o mundo para a uma situação de excesso de emissões de gás carbônico e outros gases que promovem o efeito estufa e a mudança climática. Assim, é pertinente iniciar o entendimento da atual estrutura produtiva e seus efeitos sobre o meio ambiente, bem como as possibilidades de mudança que se colocam no presente, pela análise do modo de produção e consumo estabelecidos pelo capitalismo. Em particular, tendo em vista o objetivo da atual pesquisa, qual seja, analisar os desafios colocados ao trabalho diante da mudança climática, nada mais apropriado que discutir criticamente o capitalismo e o tipo de relação que estabelece com as diferentes formas de vida tal como pontuado por Karl Marx, dada sua importante contribuição teórica no entendimento das contradições capitalistas; entre as quais merecerá aqui destaque a relação entre trabalho e meio ambiente. Ademais, segundo análise do geógrafo italiano Massimo Quaini, “Marx... denunciou a espoliação da natureza antes do nascimento de uma moderna consciência ecológica burguesa” (1982, p. 136 *apud* FOSTER, 2014, p. 23).

Na crença de que “se apoiar nos ombros de grandes mestres permite ver mais longe”, essa revisão da produção de Marx e de seus *insights* no que concerne a relação entre trabalho e meio ambiente será empreendida com base na publicação de John Bellamy Foster, “*A ecologia de Marx: materialismo e natureza*”, publicado originalmente em língua inglesa em 2000 e traduzido e publicado em português em 2005; atualmente, está na sua quarta edição (2014).

Esse livro é importante porque marca uma guinada na visão teórica marxista de desenvolvimento das últimas décadas, bastante criticada pelo seu caráter marcadamente economicista e social, mas com pouca preocupação ambiental, para uma perspectiva de que “a visão de mundo de Marx era profundamente – e na verdade sistematicamente – ecológica” (FOSTER, 2014, p. 9) ou, como sintetiza logo ao final da introdução, “o pensamento social de Marx... está inextricavelmente atrelado a uma visão de mundo ecológica” (FOSTER, 2014, p.38). Para tanto, o trabalho de Foster compreendeu o reexame da origem do materialismo em Marx a partir das leituras do filósofo grego Epicuro de Samos (tema da tese de doutoramento de Marx), do político, filósofo e ensaísta inglês Francis Bacon e do naturalista britânico Charles Robert Darwin. De acordo com Foster, ricas fontes de iluminação utilizadas por Marx em suas elaborações de cunho ecológico. A partir da reconstrução do marco coerente da ecologia materialista – dialética, mas coevolutiva – foi possível a Foster apreender com melhor acuidade a noção de Marx de “falha metabólica”, reconciliando a relação do ser humano com a natureza na abordagem marxista.

Para além da excelente revisão das bases filosóficas das análises de Marx no que tange à ecologia, o foco da atenção aqui nesse momento do texto será o seu capítulo quinto, onde desenvolve, especificamente, mas em profundidade, “o metabolismo entre a natureza e a sociedade”. Antes disso, merecem ser sublinhados alguns rápidos aspectos contidos na introdução do livro, pelos encadeamentos cognitivos facilitadores que oportunizam para a correta compreensão do processo de metabolismo.

Desde seus primeiros *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, em 1844, o jovem Marx já salientava que a alienação das pessoas em relação ao meio ambiente está ligada à alienação do trabalho humano assalariado na sociedade capitalista. Um pouco mais tarde, no *Grundrisse (1957-61)*, quando elaborou seus argumentos para escrever a sua grande obra, *O Capital*, Marx demonstrou compreender com muita clareza a relação de unidade existente entre meio ambiente e trabalho, bem como a separação destas dimensões promovida no capitalismo:

“It is not the unity of living and active humanity with the natural, inorganic conditions of their metabolic Exchange with nature, and hence their appropriation of nature, which requires explanation or is the

result of a historic process, but rather the separation between these inorganic conditions of human existence and this active existence, a separation which is completely posited only in the relation of wage labour and capital.” (MARX, 1973, p. 413)⁵

Desse modo, para Marx, o essencial seria explicar, historicamente, essa “alienação bilateral”. Consoante Foster (2014, p. 21), a grande base teórica de Marx para abordar essa questão era o materialismo, que “(em Marx) assumia um caráter singular, prático, no terreno social, que refletia a liberdade (e alienação) que existia internamente na história humana”. Esse sentido prático de seu materialismo – enraizado no conceito ativista de práxis, o qual o afastava do materialismo contemplativo de Epicuro – quando adicionado de sua dimensão histórica, trazia subjacentemente uma mensagem otimista, já que “a objetificação e alienação que separavam os seres humanos do mundo exterior, suscitando assim problemas de cognição, estão em processo de serem superadas através do desenvolvimento do espírito da história” (FOSTER, 2014, p. 17). Por décadas essa sua visão de mundo foi interpretada como contendo um antropocentrismo prometeico – comparado com o conceito atual de modernização tecnológica – afastando a visão marxista de um, também polarizado, ecocentrismo, noções que se somaram para a elaboração de uma visão antagônica entre as pessoas e meio ambiente. Ademais, outra vertente crítica diz respeito ao fato de Marx não considerar a riqueza natural em sua elaboração teórica do conceito de valor.

A visão dicotômica entre a natureza e o seu sujeito foi influenciada pelos trabalhos de Bacon, que ao apresentar sua visão de “dominação da natureza” (com valores pouco ecológicos e de adoração ao progresso), contribuiu para que entre os séculos XVII e XX houvesse uma tendência de atribuir os problemas ambientais à rápida evolução científica e tecnológica que ocorria desde então. Mas essa perspectiva recaí em uma “concepção dualista que não consegue reconhecer que essas categorias, natureza e trabalho, são dialeticamente conectadas na sua unilateralidade, e precisam ser

⁵ “Não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas, da sua troca metabólica com a natureza, e daí sua apropriação da natureza, que requer explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre estas condições inorgânicas da existência humana e esta existência ativa, uma separação que só e completamente postulada na relação do trabalho assalariado com o capital.” (tradução nossa)

transcendidas juntas, pois representam a alienação da sociedade capitalista” (FOSTER, 2014, p.26). Contudo, como Foster (2014, p.25) bem destacou:

“De um ponto de vista materialista consistente, a questão não é antropocentrismo **versus** ecocentrismo – a rigor, tais dualismos pouco nos ajudam a entender as condições materiais reais, em perene mudança, da existência humana no interior da biosfera – mas uma questão de **coevolução.**”

O surgimento da ecologia moderna em meados do século XIX, com as importantes contribuições de Darwin sobre a longa trajetória da seleção natural e de outros cientistas como Justus von Liebig com as descobertas sobre a circulação dos nutrientes no solo e sua relação com o metabolismo animal, marcaram a transcendência de uma visão onde o indivíduo é dominante para outra, mais apropriada, de interdependência, interação ou reciprocidade entre os seres humanos e o mundo material do qual fazem parte. E Marx estava acompanhando de perto esses desenvolvimentos científicos, seja por interesse próprio, ou seja pela interlocução com Engels – o qual mantinha estreita atenção aos avanços nas ciências e na tecnologia de sua época. (FOSTER, 2014)

Como Foster pode depreender da análise dos *Manuscritos*, do *Grundrisse* e do *O Capital*, Marx, demonstrando grande capacidade de compreensão filosófica da concepção materialista da natureza, sempre considerou a alienação, tanto no trabalho quanto na relação humana com o meio ambiente. Essas tendências são corroboradas em suas preocupações com a subsistência, a relação de produção estabelecida com a terra na agricultura e a divisão antagônica entre cidade e meio rural.

No capítulo quinto, central para a análise que aqui se propõe, Foster detalha sua análise do conceito central de Marx quando se dedicava a questão das ciências naturais e sua relação com a sociedade, qual seja, do “metabolismo social”. Foi no *Capital* que essa sua noção ganhou maturidade, mediante a plena integração de suas concepções materialista da natureza e da história. O conceito de metabolismo (*Stoffwechsel*) se referia a forma de organização social construída pela ação humana para, pelo trabalho, produzir os elementos naturais necessários a sua subsistência.

Através da análise dos efeitos das duas revoluções agrícolas ocorridas até seu tempo e do crescente antagonismo entre cidade e campo no que tange a manutenção da fertilidade do solo, Marx desenvolve o conceito de “falha irrecuperável” no metabolismo, o qual associa, essencialmente, às relações de produção estabelecidas no capitalismo. Para superar essa degradação ambiental promovida pelo capital, Marx propunha que uma “sociedade de produtores associados” objetivasse “governar o metabolismo humano com a natureza de modo racional”, faculdade que, na leitura marxista de Foster, “excede completamente as capacitações da sociedade burguesa” (FOSTER, 2014, p.201).

Como Foster pondera com propriedade, para apreender a noção ecológica de Marx é necessário também salientar o contexto da época, marcada pela discussão crítica de Marx a Malthus e o desenvolvimento teórico das noções de superpopulação e condições de reprodução dos seres humanos. Na crítica ao embasamento teórico e quantitativo das propostas de Malthus, Marx desenvolveu a concepção do processo de “mediação social” pelas “condições de produção” estabelecidas socialmente pelos homens. Segundo Marx, os motivos para a superpopulação, para além da explicação malthusiana clássica, seriam as relações de produção que se estabelecem na sociedade capitalista, pois essas articulações exigem uma população excedente relativa para seu pleno funcionamento.

Outro contexto importante ao entendimento da relação de Marx com natureza segundo Foster, diz respeito a discussão crítica acerca da Teoria da Renda da Terra de Ricardo. Para Marx, a Teoria Clássica do Arrendamento Diferencial do economista político e agricultor escocês James Anderson era muito superior às de Ricardo e de Malthus. Ao perceber que o solo poderia, no seu uso, ser degradado ou até melhorado, Anderson sugere que além das condições de fertilidade absoluta, o solo pode sofrer mudanças de produtividade relativa. E, mais importante, ao historicizar a análise, identifica que o modelo de arrendamento anual não incentivaria investimentos na melhoria do solo pelos agricultores arrendatários capitalistas, uma vez que o solo pertence a outrem, a um proprietário fundiário que auferir sua renda, portanto, da fertilidade absoluta (natural) e relativa (promovida pelo agricultor) do solo. Anderson considera ainda importante na degradação dos solos a crescente divisão entre cidade e campo que, devido ao distanciamento, inviabilizou que o esterco retornasse à terra. Em síntese, Anderson conclui que a carência de alimentos preconizada por Malthus somente

se realizaria por “distorções produzidas dentro da sociedade e no cultivo do solo”. Esses conhecimentos inspiraram Marx a interpretar a questão da melhoria agrícola sob uma perspectiva histórica, propiciando-lhe transformá-la numa “crítica ecológica da agricultura capitalista”. (FOSTER, 2014, p. 208-209)

Mas os teóricos econômicos clássicos, mormente Malthus e Ricardo, na falta de um conhecimento mais aprofundado da química dos solos, tratavam destas questões na forma de leis naturais. Nesse ponto entra a importância da proximidade de Marx com Justus von Liebig e seus reconhecidos trabalhos na composição do solos que resultaram desencadear a gênese da indústria de fertilizantes – característica principal do que se convencionou denominar por segunda revolução agrícola. Citações de Liebig em Marx comprovam que ele seguia de perto os avanços científicos relacionados à química dos solos. Cabe lembrar que a degradação dos solos era a principal preocupação ambiental da época – ao lado da ameaça da superpopulação malthusiana, da poluição nas cidades e o do desflorestamento. Mas esse problema não se solucionou com o desenvolvimento da química dos solos, conferindo ciência que os “novos métodos só haviam servido para racionalizar um processo de destruição ecológica” (FOSTER, 2014, p. 212). Nesse processo de conscientização foi importante a descoberta da Lei do Mínimo de Liebig, segundo a qual a fertilidade da terra seria dada pelo nutriente menos presente, fazendo com que a busca desenfreada capitalista em fornecer determinado nutriente se mostrasse ineficiente. É digno de nota o fato do nitrogênio fertilizante só ter sido desenvolvido nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, Liebig se somou a crítica da agricultura capitalista e foi utilizado por Marx quando este escreveu o *Capital*. (FOSTER, 2014)

Segundo Foster, as principais referências de Liebig foram o economista político americano Henry Carey e o agrônomo e engenheiro sanitário George Waring, que já em meados do século XIX denunciavam que a economia deveria se preocupar com o quanto poupamos de fertilidade na terra para nossos sucessores; tema que atualmente se reconhecera sob o rótulo de justiça distributiva intergeracional. No campo da economia política marxista, interessa aqui os aportes dos autores na explicitação do papel da busca pela ampliação do poder do comerciante na degradação dos solos, através da promoção lucrativa do comércio de alimentos e fertilizantes pelo mundo. Para Liebig, a “restauração dos constituintes elementares do solo” estariam minadas pelas “condições de reprodução” do “sistema de espoliação” em prol do comerciante capitalista que transacionava internacionalmente esses elementos vitais (FOSTER, 2014, p. 216-217).

Então, a questão do esgotamento do solo se relacionava estreitamente com a poluição das cidades, promovida pela ruptura entre campo e cidade que, por sua vez, era necessária para a ampliação capitalista.

Segundo Foster, Marx acompanhava atentamente os estudos de Liebig a ponto de destacar que “um dos méritos imortais de Liebig” foi “ter desenvolvido, do ponto de vista das ciências naturais, o lado negativo, isto é, destrutivo, da agricultura moderna” (FOSTER, 2014, p.218). Ler Liebig propiciou a Marx desenvolver uma visão crítica da “exploração” capitalista do solo, que era “roubado” de seus nutrientes, prejudicando sua manutenção enquanto meio de reprodução. Na verdade, em um plano mais amplo, Marx se utiliza dos argumentos de Liebig para demonstrar como a agricultura e a indústria de larga escala empobrecem tanto o meio de produção (solo) quanto a força de trabalho (trabalhador), como pode ser depreendido do texto de Marx no Volume 1 do Capital:

“Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo... Mas ao mesmo tempo que destrói as condições desse metabolismo... a produção capitalista obriga que ele seja sistematicamente restaurado em sua condição de lei reguladora da produção social e numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano... [T]odo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade... A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2013, p. 702,703)

Já no Volume 3 do *Capital*, quando trata sobre as origens da renda da terra no capitalismo, Marx também se utiliza das ideias de Liebig:

“Large landed property reduces the agricultural population to a constantly falling minimum, and confronts it with a constantly growing industrial population crowded together in large cities. It thereby creates conditions which cause an irreparable break in the coherence of social interchange prescribed by the natural laws of life. As a result, the vitality of the soil is squandered, and this prodigality is carried by commerce far beyond the borders of a particular state. (Liebig)... Large-scale industry and large-scale mechanised agriculture work together. If originally distinguished by the fact that the former lays waste and destroys principally labour-power, hence the natural force of human beings, whereas the latter more directly exhausts the natural vitality of the soil, they join hands in the further course of development in that the industrial system in the countryside also enervates the labourers, and industry and commerce on their part supply agriculture with the means for exhausting the soil.” (MARX, 1999, p. 588)⁶

Segundo Foster, ambos trechos tem em comum o conceito teórico central de “falha” na “integração metabólica entre o homem e a terra”. Para Marx, essa falha era própria do desenvolvimento capitalista, na medida em que a degradação do solo pela agricultura em larga escala exigia a “restauração sistemática” dos nutrientes da terra pela crescente indústria de fertilizantes. Além do mais, o comércio intercontinental de alimentos e fibras tornava essa contradição de amplitude global, exacerbando ainda mais a referida falha no metabolismo natural da relação do ser humano com a natureza.

⁶ “A grande propriedade fundiária reduz a população agrícola a um mínimo sempre declinante e a confronta com uma sempre crescente população industrial amontoadas nas grandes cidades; deste modo, ela produz condições que provocam uma falha irreparável no processo interdependente do metabolismo social, um metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida. Isto resulta num esbulho da vitalidade do solo, que o comércio transporta muitíssimo além das fronteiras de um único país. (Liebig)... A indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente têm o mesmo efeito. Se originalmente elas se distinguem pelo fato de que a primeira deixa resíduos e arruína o poder do trabalho e portanto o poder natural do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo, elas se unem mais adiante no seu desenvolvimento, já que o sistema industrial aplicado à agricultura também debilita ali os trabalhadores, ao passo que, por seu lado, a indústria e comércio oferecem à agricultura os meios para exaurir o solo.” (tradução nossa)

Assim, antes de resolver essa falha metabólica, o capital a promovia ao não propiciar as condições necessárias para a recomposição dos solos. Para Marx, isso denotava que a agricultura capitalista havia deixado de ser “autossustentável”, um conceito que viria a desenvolver-se no campo ambiental muito mais tarde.

O metabolismo, no sentido de troca de materiais, se consolidava como a categoria conceitual principal de Marx para lidar com a questão ambiental, em coerência com os fundamentos materialistas que estavam em sua base teórica. Sobretudo, em Marx, essa categoria era mediada pelo processo de trabalho. Segundo Foster, para Marx, “o trabalho real é a apropriação da natureza para a satisfação das necessidades humanas, a atividade através da qual o metabolismo entre o homem e a natureza é mediado”. (FOSTER, 2014, p. 222).

Ainda que a natureza não estivesse contemplada em sua teoria do valor, fato que lhe rende até hoje o estigma de antiecológico, Marx associava trabalho e natureza, pela via do seu conceito de metabolismo, na sua concepção da produção de valores de uso dentro do fluxo circular econômico, “pois a riqueza material, o mundo dos valores de uso, consiste exclusivamente em materiais naturais modificados pelo trabalho” (Marx e Engels, *Collected Works*, Volume 30, p. 40 *apud* FOSTER, 2014, p.222).

Como Foster percebe e salienta, a noção de metabolismo em Marx evolui de um significado propriamente mais ecológico, de real integração metabólica entre o ser humano e a natureza, para um significado social geral mais amplo, complexo e dinâmico, no intuito de explicar a alienação do trabalho e, por conseguinte, da natureza, na sociedade capitalista. Merece destaque o fato de, em Marx, o indivíduo ter a capacidade tanto de superar as condições impostas pela natureza quanto de regular esse metabolismo social mais amplo; noções derivadas do caráter prático de seu materialismo.

O conceito de metabolismo oportunizou a Marx, de acordo com Foster, desenvolver com maior concretude sua crítica quanto ao caráter alienado da sociedade burguesa, tanto em relação ao trabalho quanto à natureza. Segundo Tim Hayward, para Marx esse “metabolismo socioecológico” “é regulado do lado da natureza por leis naturais que governam os vários processos físicos envolvidos e, do lado da sociedade, por normas institucionalizadas que governam a divisão do trabalho e a distribuição da riqueza” (Hayward, *Ecological thought*, 1994, p. 116 *apud* FOSTER, 2014, p.224).

Desse modo, a libertação dessa essência duplamente alienante do capital passava por uma nova forma de trabalho que envolvia profundamente a consideração do metabolismo social dos seres humanos com a natureza e isso, por sua vez, conduziu Marx a desenvolver considerações de forte apelo ecológico. No Volume 3 do *Capital* Marx escreveu que a “liberdade”, no campo da “necessidade natural”:

“... can only consist in socialised man, the associated producers, rationally regulating their interchange with Nature, bringing it under their common control, instead of being ruled by it as by the blind forces of Nature; and achieving this with the least expenditure of energy and under conditions most favourable to, and worthy of, their human nature.”(MARX, 1999, p. 593)⁷

Segundo Foster, o termo metabolismo foi originalmente empregado pelos fisiologistas alemães entre 1830 e 1840 e, em sua gênese, dizia respeito a troca de materiais dentro de um organismo inteiro, nos processos relacionados à respiração. Em 1842, Liebig ao escrever a sua obra “*Animal Chemistry*” aplicou a expressão para analisar a degeneração dos tecidos em nível celular, mas sob a perspectiva mais ampla do “materialismo vital” – opondo-se claramente as abordagens mecanicistas vigentes na bioquímica de sua época. Em 1845, o cientista alemão Julios Robert Mayer, codescobridor da Lei da Conservação da Energia, ao criticar Liebig argumentava que o metabolismo é um conceito que poderia ser plenamente entendido nos limites do materialismo científico voltado a troca e conservação energética; essa nova vinculação da concepção de metabolismo ao campo da energia viria a se consolidar e foi essencial aos desenvolvimentos posteriores da ecologia quantitativa. Desde então o termo consolidou-se particularmente na Teoria dos Sistemas, utilizado em vários níveis biológicos, desde o nível celular até o ecossistêmico – destacando-se aqui o seu papel regulatório nos sistemas de interação dos organismos vivos com a natureza.

Como Foster demonstrou no seu livro, Marx sempre esteve atento a esses debates científicos de vanguarda e incorporou em seu pensamento e textos o termo

⁷ “... só pode consistir nisto, que o homem socializado, os produtores associados, governem o metabolismo humano com a natureza de modo racional, submetendo-o ao controle coletivo; e realizando-o com o mínimo gasto de energia e em condições mais dignas e apropriadas à sua natureza humana.” (tradução nossa)

metabolismo segundo as distintas dimensões explicativas que se desenvolviam à sua época. O próprio Engels, com o qual Marx estabelecia estreita relação intelectual, considerou o metabolismo “... the most general and most characteristic phenomenon of life...” (ENGELS, 1997, p. 58)⁸ e, anos mais tarde, definiu a própria vida composta de um elemento essencial, qual seja, a “troca metabólica contínua com o meio ambiente natural que lhe é externo” (Engels, *A Dialética da Natureza*, 1883 *apud* FOSTER, 2014, p. 224).

Para a socióloga Marina Fischer-Kowalski, tal como destacado por Foster, “dentro dos fundamentos da teoria social do século XIX, foram Marx e Engels que aplicaram o termo ‘metabolismo’ à sociedade” (Fischer-Kowalski, *Society’s Metabolism*, p. 122 *apud* FOSTER, 2014, p.228). Ainda segundo a autora, o conceito de metabolismo ganhou relevância e disseminou-se no pensamento sociológico com o estudo transdisciplinar do “metabolismo industrial”, ou seja, dos processos de regulação dos fluxos de materiais e energia que envolve um complexo industrial. Ou seja, conforme Foster tenta resumir, o metabolismo diz respeito, essencialmente, ao modo de regulação da sociedade humana que, para Marx, compreendia “o trabalho humano e o seu desenvolvimento dentro de formações sociais historicamente específicas” (FOSTER, 2014, p.228).

Ainda que não salientado por Foster, parece-nos que a visão de Liebig do metabolismo associada à processos, para além do seu aspecto “vital”, também carrega consigo forte potencial “degenerativo”. Essa perspectiva pode ter influenciado a análise crítica de Marx sobre a grande falha metabólica suscitada pelo capitalismo, ou melhor, a vinculação desta falha com a dupla alienação das pessoas, tanto no trabalho socialmente construído quanto na sua relação material com a natureza. Ainda mais importante constatar que para Marx, no capitalismo, essa falha resulta da alienação material do ser humano em relação à sua base de existência, imposta pela natureza. Por demasiado eloquente sublinhar que Marx percebe claramente a noção de “limites ambientais”, talvez como resultado das então contemporâneas discussões malthusianas sobre superpopulação e escassez de alimentos.

De outra forma, Foster percebe nesse discurso de Marx forte relação com um conceito que veio a consolidar-se internacionalmente somente no final do século XX,

⁸ “... o fenômeno mais geral e característico da vida...” (tradução nossa)

qual seja, de sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, Marx denunciava já no seu tempo que as condições de sustentabilidade ecológica haviam sido rompidas no capitalismo. Isso era depreendido de sua análise da relação de produção irracional estabelecida com o solo e da relação de antagonismo entre o campo e a cidade. Contudo, para Marx, essas contradições não se processavam apenas no nível nacional. Ao tratar do colonialismo inglês na introdução do Volume 1 do *Capital*, Marx evidenciava que essas contradições – que, por sua vez, determinavam a falha metabólica – também se processavam em nível global. Dessa forma, Marx concluía que tais contradições internas ao capitalismo, principalmente no que tange a sua orientação ao lucro, o tornavam incapaz para lidar com esse desafio ambiental de manter “... the entire range of permanent necessities of life required by the chain of successive generations.” (MARX, 1999, p. 477)⁹. Para tanto, em outra passagem do terceiro volume do *Capital*, Marx reivindicava o “...conscious rational cultivation of the soil as eternal communal property, an inalienable condition for the existence and reproduction of a chain of successive generations of the human race.” (MARX, 1999, p. 588)¹⁰

Marx, já mais ao final de sua vida, assim como explica Foster, ao se dedicar às possibilidades revolucionárias na Rússia, revela que não acredita que a simples ampliação da escala agrícola resolva os problemas inerentes da relação humana com a terra no desenvolvimento agrícola capitalista. No Volume 3 do *Capital* Marx argumenta que para a exploração racional da agricultura seria necessário que ela fosse constituída de “... small farmer living by his own labour or the control of associated producers.” (MARX, 1999, p. 85)¹¹. Essa leitura também é útil para desmistificar o aludido conteúdo técnico racional das propostas de Marx na relação do ser humano com o meio ambiente, que frequentemente conduzem a interpretações de “dominação da natureza”. Na realidade, Marx propunha uma visão parcimoniosa da relação, ciente dos limites naturais do meio ambiente, porém acreditando na capacidade humana em transformar essa relação.

Quanto ao desenvolvimento agrícola e industrial, Foster identifica que podem ser encontrados nos diálogos de Marx com Engels uma forte preocupação com a

⁹ “... toda a gama de condições de vida permanentes exigidas pela cadeia de gerações humanas.” (tradução nossa)

¹⁰ “... cultivo cômico e racional da terra como propriedade comunal permanente, uma condição inalienável para a existência e reprodução da cadeia de gerações humanas.” (tradução nossa)

¹¹ “... pequenos agricultores trabalhando por conta própria ou do controle dos produtores associados.” (tradução nossa)

devastação das florestas. No Volume 2 do *Capital* Marx refere: “The development of culture and of industry in general has evinced itself in such energetic destruction of forest that everything done by it conversely for their preservation and restoration appears infinitesimal.” (MARX, 1997, p. 147)¹². Essa passagem também sugere o questionamento do propalado caráter prometeico tecnológico das propostas de Marx. Guardadas as proporções, dados os diferentes momentos históricos, atualmente, esse prometeísmo guarda forte relação com a proposta de “modernização ecológica”; em outras palavras, economia verde.

A economia ecológica contemporânea, inaugurada a partir de 1880 por Sergei Podolinsky e outros economistas ecológicos, tem se concentrado no estudo da energia e na Lei da Entropia. Nesse particular, como esclarece Foster, esse campo de estudo direcionou críticas ao fato de Marx não ter considerado as trocas de energia e materiais na sua concepção de teoria do valor econômico, essencialmente fundada no valor trabalho e, por conseguinte, isso seria indicio de sua rejeição da Lei de Entropia. De fato, Marx tomou conhecimento por Engels dos trabalhos de Sergei somente três meses antes de morrer e não teve tempo para desenvolver sua percepção a esse respeito. Como prossegue Foster, nas duas cartas enviadas por Engels, “os obstáculos ao cálculo preciso das transferências de energia envolvidas nas transações econômicas eram tão enormes a ponto de torná-las impraticáveis” e, respondendo as críticas, isso estaria “longe de constituir uma rejeição da Lei da Entropia” (FOSTER, 2014, p.233). É ilustrativo aqui referir que até hoje, não obstante os esforços e avanços econômicos e contábeis nesse campo, há enorme dificuldade em precificar os serviços ambientais, isso para não falar na internalização dos custos ambientais nos processos produtivos ou adentrar no questionamento mais fundamental sobre a pertinência de estabelecer preço econômico para aspectos vitais da existência humana, tal como apregoada por um segmento do movimento ambiental.

De fato, na leitura de Foster, Marx negou que a natureza pudesse ser fonte de valor e a considerava um “dom gratuito” ao capital (FOSTER, 2014, p.234). Essa convicção de Marx, por muitas vezes criticada, só pode ser mais amplamente compreendida quando contextualizada na crítica de Marx à Malthus. Esse último defendia, segundo sua visão fisiocrática, que o meio ambiente era um dom da natureza

¹² “o desenvolvimento da civilização e da indústria em geral, sempre se mostrou tão ativo na destruição das florestas que tudo que for feito pela sua conservação e produção é completamente insignificante na comparação” (tradução nossa)

ao ser humano. Para Marx, Malthus não percebia corretamente as relações sociais históricas que se estabeleceram a partir do capital. A terra, na perspectiva de Marx, devia ser compreendida enquanto “... an agent of production in creating a use-value...” (MARX, 1999, p. 591)¹³, transcendendo a sua forma capitalista focada no valor de troca. Nesse sentido, consubstanciado no materialismo histórico e no papel transformador do ser humano, Marx refere que é a força de trabalho, “matéria natural transferida ao organismo humano”, que dá nova forma à natureza material existente e lhe confere valor de troca (MARX, 2013, p. 209 e 1205). Sob o horizonte comunista, quando a riqueza teria de ser vista em termos mais universais, os valores de uso ganhariam relevância e, logo, a riqueza propiciada pela terra. Mas o foco da produção intelectual de Marx foi explicar o capitalismo e, enquanto tal, dispendeu maiores energias para entender a separação entre os seres humanos e natureza incentivada pelo capital, do que propriamente a unidade destas dimensões em formas pretéritas e futuras de organização da produção e da sociedade.

Segundo Foster, em sua perspectiva de sociedade pós-capitalista Marx confiava sobremaneira na abundância, pensamento este que lhe imprimia uma visão otimista, cornucopiana, de desenvolvimento das forças capitalistas. Marx acreditava que a sociedade pós-capitalista produziria a extinção da escassez e o respeito aos limites ambientais (com utilização racional de técnicas agrônômicas). Mas esse seu ponto de vista estava conectado a sua crítica ao modo de organização da produção no capitalismo, que atualmente se denominaria por insustentável, e a sua confiança na ação humana transformadora. Segundo Alec Nove, Marx considerava que a agricultura, “... when it progresses in a primitive way and is not consciously controlled..., leaves deserts behind it - Persia, Mesopotamia, Greece, etc.” (MARX and ENGELS, 2000, p. 80)¹⁴. No Volume 3 do Capital, Marx dedica uma seção para tratar da “utilização do refugio na produção”, enfatizando que esse problema não seria espontaneamente superado na transição para o socialismo, mas sim pelo planejamento racional desses recursos o que, por si, já demandaria uma ação revolucionária transformadora na relação do ser humano com o seu ambiente exterior, constituindo-se em grande desafio para uma sociedade pós-revolucionária. Dessa análise se pode extrair a importância conferida por Marx para a regulação da relação do ser humano com o meio ambiente, bem como sua descrença

¹³ “... um agente de produção na produção de um valor de uso...” (tradução nossa)

¹⁴ “... quando avança espontaneamente e não é controlada conscientemente..., deixa atrás de si desertos – Pérsia, Mesopotâmia, Grécia, etc.”

nos mecanismos de mercado capitalistas para promover essa administração racional sustentável dos recursos naturais.

De acordo com Foster, Marx salienta a desigualdade na sociedade capitalista e os processos de ruptura patrocinados pelo capital para promover gradualmente essas iniquidades em escala global: separação do trabalhador em relação aos meios de produção e, em um processo histórico e socialmente conectado, da massa da população à terra – frequentemente pela expropriação ou remoção forçada de populações vulneráveis promovida originalmente com grande ímpeto pela monarquia feudal e pela Igreja e, posteriormente, pelos próprios capitalistas. E essa questão não é um aspecto menor na obra de Marx, mas significa a própria origem do capitalismo, ao qual atribuiu o conceito de “acumulação primitiva”.

Essa preocupação com os “afetados” por empreendimentos capitalistas só foi sintetizada pelo movimento ambiental desde o final do século XX sob o rótulo de uma abordagem ambiental politizada conhecida por “justiça ambiental”, que enfatiza toda a ordem de desigualdade nas correlações de forças na sociedade. No lado do movimento sindical, o tema da justiça ambiental enfrenta naturais dificuldades para fazer refletir esse referencial em suas disputas políticas cotidianas, dados os legítimos interesses imediatos de emprego dos seus membros. O segmento do movimento sindical que apoia a “transição justa” busca superar essa lacuna, mas seguindo uma abordagem menos radical e mais reformista.

Prosseguindo na interpretação marxista de Foster, após o processo inicial de acumulação primitiva, Marx refere que capitalismo promove um processo contínuo e crescente de concentração da riqueza, o qual denominou no Volume 1 do *Capital* por “lei geral absoluta” da acumulação capitalista. Em escala mundial, esses processos de concentração da riqueza foram tomando a forma imperialista e produzindo diferentes arranjos políticos para se estabelecer e perpetuar. Quanto à relação dos seres humanos com a natureza essa polarização se manifesta no antagonismo entre a cidade e o campo, com visíveis indícios de tomar a forma de uma desigual divisão internacional do trabalho. Essa divisão se realiza através da alienação e separação sistemática do que seria inseparável, ou seja, o ser humano de suas necessidades de base natural e constitui-se, por sua vez, a “*differentia specifica*” e condição *sine qua non* do sistema capitalista, que visa a produção de valores de troca (lucro) em vez da satisfação das

necessidades naturais. Como menciona Foster, essa “diferença específica” é uma “linha de falha” nas relações mais fundamentais do ser humano com seu ambiente externo e produz uma contradição que atravessa o sistema capitalista transversalmente. Mas essa linha de falha ou “entrave” atingiria um limite e resultaria por “arrebentar”, anunciando o fim da propriedade privada capitalista, e “...os expropriadores são expropriados” (Marx, 2013, p.1013). Marx acredita que somente com essa ação humana revolucionária seria possível transcender essa forma de alienação da natureza, “restaurando” a relação metabólica entre campo e cidade, logo, entre os seres humanos e a terra. Tal como Engels escreveu em 1878, no *Anti-Dühring*:

“... abolition of the antithesis between town and country is not merely possible. It has become a direct necessity of industrial production itself, just as it has become a necessity of agricultural production and, besides, of public health. The present poisoning of the air, water and land can be put an end to only by the fusion of town and country; and only such fusion will change the situation of the masses now languishing in the towns, and enable their excrement to be used for the production of plants instead of for the production of disease.” (ENGELS, 1997, p. 209)¹⁵

Por fim, Foster conclui que Marx, ao elaborar ao longo de sua vida intelectual a teoria da falha metabólica, “nunca se afastou das noções epicuristas de que nada vinha do nada e de que nada podia se reduzir ao nada”, ou seja, dialeticamente, “toda produção humana envolve a transformação e a conservação da matéria” (FOSTER, 2014, p.246), atribuindo-lhe, além do mais, uma perspectiva histórica de compromisso intergeracional com o estoque de recursos naturais. Na visão de Marx, somente a revolução superaria a alienação do trabalho e da terra – em específico, permitindo restaurar a regulação racional do metabolismo humano com o meio ambiente.

¹⁵ “A abolição da antítese entre cidade e campo não é meramente possível. Ela se tornou uma necessidade direta da própria produção industrial, assim como se tornou uma necessidade da produção agrícola e, além disso, da saúde pública. O presente envenenamento do ar, da água e da terra só pode cessar com a fusão da cidade e do campo; e só essa fusão vai alterar a situação das massas que agora definham nas cidades, e permitir que seu excremento seja usado para produzir plantas em vez de doenças.” (tradução nossa)

Em síntese, como se pode depreender a partir da resenha de Foster sobre a obra de Marx relacionada ao tema ambiental, há em Marx uma visão parcimoniosa da relação entre o ser humano e a natureza, mediada pelo trabalho social, além de destacar a importância da regulação dessa relação e a sua descrença em mecanismos de mercado para realizar essa função. A principal categoria conceitual de Marx para tratar da relação entre o ser humano e a natureza é a de metabolismo social, no sentido de trocas energéticas mediadas pela sociedade. Segundo a teoria da falha metabólica de Marx, o capitalismo promoveu uma falha irreparável nesse metabolismo quando promoveu relações de produção que separam os seres humanos dos seus meios de subsistência – ruptura entre campo e cidade (acumulação primitiva). Para superar essa linha de falha e recompor o metabolismo social, Marx propunha formas de produção cooperativas, as quais seriam capazes de governar o metabolismo social de modo racional. Adicionalmente, importante sublinhar a perspectiva de Foster sobre o caráter duplamente alienado da sociedade burguesa capitalista para Marx: a alienação quanto a exploração do trabalho e da natureza. Em termos das três categorias utilizadas nessa pesquisa para enquadrar as políticas sindicais quanto as mudanças climáticas, é nítida a aproximação da abordagem marxista às políticas de caráter revolucionário, dada sua preocupação com questões distributivas e de justiça social.

Capítulo 2 – Karl Polanyi: a grande transformação e a subsistência do homem

A perspectiva marxista da relação entre trabalho e natureza encaminha, para o tratamento adequado da questão, a solução socialista, de coletivização da propriedade dos meios de produção, como visto no capítulo precedente. Contudo, essa é apenas uma das soluções atualmente em discussão para o encaminhamento das mudanças climáticas e, diga-se de passagem, bastante contestada pela experiência negativa da União Soviética nesse campo.

Excluindo-se as análises mais conservadoras, que negam as mudanças climáticas e, portanto, não demandam tratamento para a questão, resta aqui abordar uma possibilidade de solução dentro do próprio sistema capitalista, que aqui se denomina por solução reformista no sentido de um capitalismo verde, na forma de uma transformação necessária para a subsistência do ser humano em sociedade. Para compreender melhor as possibilidades dessa reforma capitalista no sentido da sua adequação ao problema das mudanças climáticas, procedeu-se o resgate do legado de Karl Polanyi em duas de suas obras: “A Grande Transformação: as origens da nossa época” (POLANYI, 2012a) e “A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos” (POLANYI, 2012b). Pelos fortes encadeamentos com a questão ora estudada, alguns capítulos destas obras foram selecionados e resenhados a seguir.

A primeira obra, de grande visibilidade no meio sociológico e econômico no século passado, já que sua publicação original data de 1944, se inicia com uma introdução do americano Fred Block, professor de sociologia da Universidade da Califórnia – Davis. Block destaca desde logo no seu texto os motivos da longevidade da leitura da grande obra de Polanyi enquanto crítica contundente ao liberalismo e, desde os anos 80, ao neoliberalismo, tal como defendido por Friedrich Hayek, seu maior opositor. Sua leitura perdeu espaço durante a guerra-fria mas ganhou novamente com o advento da globalização neoliberal, desde os anos 80.

Segundo Block, a obra se divide em três grandes partes. Na primeira, Polanyi formula o enigma: porque 100 anos de paz (1815-1914) levaram a um período de guerra e colapso econômico? Na segunda parte apresenta a sua solução para o enigma: a crença no liberalismo; ou, segundo a formulação teórica estrutural seguida por Polanyi, de que os mercados autorregulados devem subordinar a sociedade. Nesse sentido, a segunda

“grande transformação” (fascismo) é resultado da primeira “grande transformação” (liberalismo de mercado). No transcorrer desta argumentação, desenvolve os perigos do tratamento da natureza como uma commodity, ou seja, como um bem transacionado no mercado livre – formulação bastante apropriada para o tema em investigação. Por fim, na terceira parte do livro, Polanyi retoma o enigma e discorre sobre algumas perspectivas específicas, como governo popular, história e mudança social, e liberdade.

Como menciona Block, embora Polanyi concordasse com as críticas de Keynes, ele não era keynesiano, mas socialista. Importante notar que Polanyi desenvolve um conceito próprio de socialismo, que o distanciava do modelo soviético e do próprio marxismo dominante, por sua crítica ao determinismo econômico presente nessas abordagens.

Um dos conceitos centrais para compreender a formulação teórica de Polanyi é o de incrustação ou de embutimento. Suas digressões históricas o levaram a compreender que a economia sempre esteve incrustada, embutida ou subordinada na sociedade humana. Nesse sentido, historicamente observando, a grande transformação foi conceber um liberalismo que entende a economia como um sistema equilibrado de mercados integrados e que resultaria regular ou subordinar a sociedade. Segundo Polanyi, o padrão normal histórico permite observar que a economia não é autônoma, como pressuposto nos modelos teóricos das escolas econômicas liberais, mas subordinada, por exemplo, à religião, à política, e, enfim, às relações sociais que as pessoas estabeleceram para produzir seus meios de subsistência e conviver em sociedade ao longo de sua história.

Dessa forma, Polanyi defende que a economia seja incrustada nas relações sociais e não que as relações sociais sejam subordinadas no sistema econômico. Prossegue no seu argumento observando que a economia totalmente desincrustada é utópica e nunca se conseguiu alcançar esse desenvolvimento. Segundo Block, para Polanyi, o mercado autorregulável “...não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto” (BLOCK, 2012 *in* POLANYI, 2012a, p. XXXIV). Interessante perceber o encadeamento que Polanyi bem percebe e desenvolve com maestria entre os meios de existência humana e meio ambiente ao longo da história. Importante reter que esse seu desenvolvimento pode facilmente

conduzir a uma crítica aos atuais mecanismos de mercado para o tratamento dos problemas climáticos, tal como preconiza a economia verde, notadamente reformista.

Quando desenvolve os motivos pelos quais a desincrustação não pode ser bem-sucedida, Polanyi defende que uma sociedade subordinada por uma economia de mercado plenamente autorregulada e autônoma pressupõe que o ser humano e a natureza sejam tratados como mercadorias comercializadas em um mercado de concorrência perfeita (*commodities*), mas que isso conduziria a destruição da sociedade e do meio ambiente. Ao perceber essa iminente destruição, o ser humano racional se mobiliza para resistir e salvar a sociedade e a natureza deste desfecho trágico. Assim, bem serve a metáfora do “elástico gigante” desenvolvida por Polanyi para caracterizar a desincrustação e esse fenômeno de reação social. Segundo o autor, desincrustar é como esticar esse elástico gigante, pois todo o esforço para tornar a economia autônoma só pode resultar em mais tensão social. Ou seja, na medida em que a desincrustação avança, ela resulta afetar a vida das pessoas comuns e gera tensões que precisam ser contidas com uma espécie de estatismo nacionalista e repressão – nisso, explica o surgimento do facismo na Europa no início do século XX.

Também importante para atual o objeto de estudo é perceber a distinção de Polanyi entre *commodities* reais (bens e mercadorias produzidas para a venda) e fictícias (terra, trabalho e dinheiro). Segundo Block, Polanyi utiliza essa categorização para desenvolver seu argumento moral acerca da impossibilidade de desincrustação da economia. O caráter fictício das *commodities* terra e trabalho impede que as mesmas sejam tratadas como mercadoria: “... é errado tratar a natureza e os seres humanos como objetos cujos preços serão determinados totalmente pelo mercado...”, pois “a natureza e a vida humana tem uma dimensão sagrada” (BLOCK, 2012 *in* POLANYI, 2012a, p. XXXV). Para o tratamento adequado das *commodities* fictícias Polanyi reivindica que o Estado atue, assumindo o seu papel na economia – e deixando, portanto, o mercado de *commodities* reais para a iniciativa privada.

A insistência na impossibilidade de desincrustação, segundo Polanyi, conduz a um duplo movimento oposto: de um lado, o *laissez-faire* incentiva a expansão do mercado e, de outro e em paralelo, provoca um contramovimento protecionista por segurança; por exemplo, de constituição de barreiras, tanto por parte de trabalhadores quanto, principalmente, de capitalistas. Nesse sentido, Block destaca que, para Polanyi,

“o laissez-faire foi planejado, o planejamento, não” (BLOCK, 2012 *in* POLANYI, 2012a, p. XXXVIII), de modo que foi espontâneo e natural. A reivindicação de planejamento é, portanto, um contramovimento de salvaguarda da sociedade contra os fatores que erodem os fundamentos mais perenes da prosperidade no longo prazo: o excesso de especulação e o crescimento das iniquidades sociais. Portanto, há sempre a possibilidade teórica e real desse contramovimento por proteção crescer a tal ponto de avançar para além da esfera econômica (rompimento com o laissez-faire), para a esfera social e política (rompimento com a democracia: facismo). Outra possibilidade, compartilhada por Polanyi, é a alternativa socialista, pela democracia e economia incrustada à sociedade.

Contudo, na perspectiva de Polanyi, a experiência histórica revelou que o padrão-ouro, que objetivava criar um mercado global com reduzida participação (grau de manobra) dos governos nacionais trouxe consequências opostas, pois resultou em custos econômicos insuportáveis – redução de rendas/salários e aumento do desemprego. Com a queda do padrão-ouro, os próprios capitalistas se ressentiram dessa grande instabilidade e incerteza. Uma maneira de proteção encontrada foi o uso de tarifas protecionistas, que conduziu a uma corrida colonialista/imperialista que, por sua vez, levou a Primeira Guerra Mundial. Portanto, os impulsos fascistas de proteção foram globais, mas condições locais determinaram onde conseguiu se desenvolver.

Segundo Block, a ascensão neoliberal desde o fim da guerra fria confere relevância contemporânea à obra de Polanyi. O liberalismo de mercado determina uma pressão demasiada sobre as pessoas comuns, exigindo-lhes “flexibilidade para tolelar” (BLOCK, 2012 *in* POLANYI, 2012a, p. XLIV). Sob essas circunstâncias, é fácil prever uma mobilização social por proteção que, se mal encaminhada, pode conduzir a conflitos e guerras. Contudo, Polanyi era otimista quanto as possibilidades futuras de subordinar a economia à prática democrática. Um dos exemplos que cita é o New Deal. Os seus desenvolvimentos em termos previdenciários e de garantias de direitos sindicais, por exemplo, foram orientados a “proteger os seres humanos e a natureza contra as pressões das forças de mercado” (BLOCK, 2012 *in* POLANYI, 2012a, p. XLV). Nesse sentido, a presença marcante do governo na regulação das commodities fictícias é imprescindível. Mas essa participação pode ser opressiva, não significando liberdade para a maioria. Por isso, é importante o direito civil ao inconformismo. Mas,

com Guerra Fria e o fim do New Deal, o otimismo de Polanyi não se concretizou, salvo em alguns governos social-democratas europeus entre 1940-80, como na Escandinávia.

Por fim, Block sintetiza na introdução do livro que, para Polanyi, “os seres humanos devem usar os instrumentos da governança democrática para controlar e direcionar a economia rumo ao atendimento de nossas necessidades individuais e coletivas” (BLOCK, 2012 *in* POLANYI, 2012a, p. XLVIII).

Prosseguindo na análise do livro “A Grande Transformação”, no seu capítulo sexto, Polanyi trata, em particular, do mercado autorregulável e as mercadorias por ele denominadas de fictícias: trabalho, terra e dinheiro. Nesse capítulo Polanyi argumenta e demonstra o fato dos mercados e das regulamentações sempre haverem se desenvolvido conjuntamente na história humana e conclui: “A história social do século XIX foi, assim, o resultado de um duplo movimento; a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias”. (POLANYI, 2012a, p. 82).

Para chegar a essa conclusão, Polanyi recua sua observação histórica ao feudalismo, quando observa que no sistema de guildas, terra e trabalho eram partes integrantes da própria estrutura de organização da sociedade. Já o mercantilismo, mesmo com toda a sua inclinação para o comércio, nunca alterou as proteções desses dois fatores essenciais à produção, portanto, deixando-os até então apartados de se tornarem meras mercadorias comercializáveis no mercado. Mesmo os mercadores, que introduziram o sistema fabril (maquinaria + fábricas complexas), exigiam segurança nos seus fornecimentos de terra, trabalho e dinheiro para viabilizar os seus investimentos dentro de patamares de risco administráveis. Polanyi conclui então que a regulamentação da terra e do trabalho, seja com base na tradição ou costumes (feudalismo) ou com base em leis e estatutos (mercantilismo), sempre negou a possibilidade de comercialização da terra e do trabalho.

De outra forma, a economia de mercado atua sobre outros pressupostos para o tratamento da terra e do trabalho. O ordenamento da produção e a distribuição de bens são garantidos pelo sistema de preços; como trabalho, terra e dinheiro tem seus preços (salários, aluguéis e juros), isso lhes asseguraria que pudessem ser transacionados em um mercado de mercadorias. Nesse sentido, o Estado não deveria adotar nenhuma ação ou política para interferir nesses mercados.

A transição de mercados regulados para autorreguláveis no final do século XVIII significou uma grande transformação na estrutura da sociedade, exigindo-lhe a separação institucional das dimensões política e econômica que lhe constituem. Historicamente, como referido, a dimensão econômica estava inserida e em função da vida política em sociedade. Mas a grande transformação para uma economia de mercado no século XIX também exigiu a conformação de uma sociedade subordinada ao mercado. Porém, como ressalta Polanyi (2012a, p. 77):

“... o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem. Incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado”.

Para Polanyi, o fundamental é perceber que trabalho, terra e dinheiro são fatores essenciais à produção e não mercadorias. No que diz respeito ao objeto de pesquisa, Polanyi esclarece que a terra é somente outro nome para a natureza, que não é produzida pelas pessoas para a venda e, assim, não seria uma mercadoria real, mas uma mercadoria fictícia. Portanto, para o autor, insistir que os mecanismos de mercado sejam os únicos a arbitrar o futuro do ser humano e da natureza resultaria na própria destruição social, “a natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios” (POLANYI, 2012a, p. 79).

Mas, no capitalismo, a lógica fabril de compra e venda imperou e terra, trabalho e dinheiro tiveram de se transformar em mercadorias. Ainda assim, para Polanyi, elas nunca foram mercadorias reais, mas fictícias e a ficção de serem produzidas para o mercado conformou-se em princípio para reger a organização social. Com isso, aos poucos, a própria sociedade se tornou subordinada ou acessória à economia e o resultado foi a desarticulação social e o risco do próprio desmoronamento social, que suscitou uma reação para regulamentar esse processo de modo a que fosse suportável ao ser humano. Para Polanyi, a sociedade poderia ter sucumbido se não fossem alguns contramovimentos que garantiram alguma proteção social frente a “fé cega no progresso

espontâneo” em uma economia e sociedade totalmente desregulamentadas (POLANYI, 2012a, p. 82)

No capítulo sétimo de sua obra, intitulado Speenhamland – em referência a um sistema de abonos ou adiantamentos que vigorou na Inglaterra entre 1795 e 1834 –, Polanyi argumenta que a tentativa de tornar a sociedade subordinada ao mercado no século XVIII produziu uma reação social espontânea: o sistema protetor paternalista instituído emergencialmente e informalmente pelo Speenhamland. Ao cabo, as medidas pelo “direito de viver” do Speenhamland impediram a criação do mercado de trabalho, que foi o último dos mercados de mercadorias fictícias a ser implantado na Inglaterra. Por isso, Polanyi considera que esse período ainda pode ser caracterizado como pré-capitalista. A convivência de duas tendências opostas, sistema de mercado e paternalismo protetor, mutuamente incompatíveis – ainda que isso não pudesse ser imediatamente percebido –, não produziu bons resultados e a produtividade do trabalho caiu para níveis de indigência. Nesse sentido, cabe sublinhar que os próprios sindicatos só foram reconhecidos em 1870. Mas, antes disso, a reforma na lei dos pobres de 1834-44, que acabou com o Speenhamland, foi impiedosa enquanto reforma social e marcou o início da transição para uma economia de mercado liberal, na qual o trabalho passa a ser finalmente tratado como mercadoria.

Quando aborda a relação entre os seres humanos, a natureza e a organização produtiva, no capítulo décimo-primeiro da sua obra, o autor considera que a “produção é a interação do homem e da natureza” (POLANYI, 2012a, p. 146). Mas sob economias de mercado, os seres humanos e a natureza passaram a ser considerados mercadorias e foram colocadas a venda; com os nomes de mão-de-obra e terra, respectivamente. O fim do padrão-ouro levou a uma instabilidade de preços que passou a ameaçar o ambiente de negócios e a produção. O medo da ruína total das pessoas no ambiente, ambas consideradas mercadorias pelo capitalismo de mercado, conduziu a sociedade para a defesa de princípios intervencionistas de proteção aos seres humanos, dos recursos naturais e da própria organização da produção capitalista frente à proposta de autoregulação autônoma pelo mercado.

Para Polanyi, esse duplo movimento do século XIX levou ao aumento da tensão social e dos conflitos de classe. Esse contexto de crise, que conduziria a humanidade para uma catástrofe, exigia dos atores articulações sociais mais complexas, de modo

que, em um ou outro momento, cada classe representou interesses mais amplos que os seus próprios. Os trabalhadores tornaram-se também representantes dos interesses humanos daqueles sem proteção, já que a classe média, totalmente voltada à sua função de defesa da instituição da economia de mercado e do lucro, não acumulava a qualificação ou legitimidade social para a defesa de outros interesses vitais para a qualidade de vida e, inclusive, de incremento de produção. Nesse sentido, foram preteridas as instituições de proteção do trabalhador, contra o “desnudamento das florestas” e a “poluição dos rios” (POLANYI, 2012a, p. 148), que somente vieram a receber atenção pela mobilização social.

No capítulo 15 da obra, Karl Polanyi aborda as relações existentes entre o mercado e a natureza. Partindo da crítica à tentativa liberal de isolar o elemento terra (natureza) de suas relações institucionais sociais para lhe submeter aos desígnios do mercado, o autor refere que “... tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: ... vida e natureza formam um todo articulado” (POLANYI, 2012a, p. 199) e, ademais, “os perigos que ameaçam o homem e a natureza não podem ser separados simplesmente” (POLANYI, 2012a, p. 212). Separar e subordinar esses elementos ao mercado é considerado uma tarefa utópica para Polanyi, pois são elementos regidos por outros fatores, primordialmente sociais. Nesse sentido, para que esse empreendimento lograsse sucesso, os sistemas cultural e social que conformam a vida em estágios pretéritos precisariam ser previamente desmantelados.

Para Polanyi, historicamente, a subordinação da natureza global aos desígnios do mercado se processou em três estágios: 1. Comercialização do solo (liquidação do feudalismo); 2. Aumento da produção de alimentos e matérias-primas orgânicas, com a gradual eliminação das restrições de comercialização de trigo (regional, nacional e internacional) – para fazer frente a uma população urbana em rápida expansão; 3. Extensão deste sistema para as colônias europeias, que foram atropeladas por esse novo sistema.

Ao longo desses estágios foram importantes as medidas legais de regulação e proteção aos pobres e à natureza, que se processaram tanto pela inércia legal herdada do feudalismo quanto pelo desenvolvimento de novos estatutos legislativos de proteção. De fato, esses expedientes contra-arrestaram os efeitos da liberdade de contratos e evitaram que a mercantilização do trabalho e da natureza se tornassem um problema social,

principalmente para as classes rurais, permitindo a rápida absorção social dos impactos negativos que poderia trazer para a coesão social. Nesse processo, coube ao campesinato, aos militares e ao alto clero a defesa de instituições conservadoras feudais no trato da questão fundiária – seja por questões de sobrevivência (campesinato) ou econômicas (militares e alto clero) –, em contraposição às classes trabalhadoras e comerciais, que defendiam o livre comércio. Dessa forma, enquanto a população europeia conseguia se proteger, o mesmo não ocorria com os povos coloniais, para os quais o comércio internacional foi um processo de inevitável destruição. Daí o caráter territorial da soberania, construído gradualmente, segundo Polanyi.

Nesse período, o argumento econômico da regulação pelo mercado se difundiu facilmente na sociedade e se propunha a resolver até os problemas de “clima” dos países. Contudo, para Polanyi, a fator terra responde a necessidades existenciais que se constituem fora dos mercados e, por isso, não respondem aos mecanismos de oferta e demanda do mercado. Em grande medida, tal fato auxilia na explicação do poder remanescente das forças reacionárias em torno de interesses fundiários frente a aliança do Estado absolutista com o liberalismo. Em termos de valores, pesa o fato do campesinato, dos militares, do alto clero e das classes fundiárias se alinharem ideologicamente ao lado de valores tradicionais, ao passo que trabalhadores, comerciantes e o Estado valorizam as liberdades públicas e regras legislativas. Nesse sentido, para Polanyi, “...a natureza havia feito uma aliança com o passado...” o feudalismo tentava ser “...o guardião do habitat do homem, o solo.” (POLANYI, 2012a, p. 207). Por outro lado, a reconhecida sensibilidade dos sistemas de mercado a instabilidades sociais também contribuiu para que as próprias classes liberais burguesas realizassem concessões que alimentaram o movimento de reação: era necessário manter as classes trabalhadoras acomodadas para não afetarem o ânimo dos mercados.

Polanyi prossegue descrevendo as coalizões de classe que se articularam em torno do liberalismo que ganhou forma no século XIX e que conduziram, politicamente, ao facismo e, economicamente, à grande depressão dos anos 1930. Contudo, Polanyi conclui que foram as reações do campesinato e da classe trabalhadora à economia de mercado que levaram ao protecionismo e ao desenvolvimento das legislações sociais e trabalhistas, leis fabris, tarifas agrárias e leis fundiárias.

A relação existente entre as ideias de Polanyi e o atual objeto de estudo remete a consideração de outra obra do autor: “A subsistência do homem e ensaios correlatos” (POLANYI, 2012b). Na nota da edição brasileira da publicação, César Benjamin destaca a importância da definição de economia formal e substantiva em Polanyi – a primeira referindo especificamente os mecanismos de oferta e de demanda no mercado, intermediados pelos preços, enquanto a segunda, tal como defendida por Polanyi, compreende a relação dos indivíduos com a sociedade e o meio ambiente no processo de produção daquilo que se necessita para viver. Como refere Michele Cangiani na introdução da obra em análise, o caráter substantivo do conceito “decorre de a subsistência do homem depender da natureza e de seus semelhantes” (POLANYI, 1957, p. 243 *apud* POLANYI, 2012b, p. 16). Para Benjamin, a noção formal de economia via “oferta-demanda-preços” somente superou a visão substantiva muito recentemente na história humana:

“A ruptura só ocorreu no mundo moderno, quando os elementos mercantis em expansão se combinaram e tragaram para dentro de si a força de trabalho e a terra – ou seja, o homem e a natureza –, fato inédito na história. A sociedade e seu ambiente tornaram-se acessórios do mercado, agora um mecanismo autônomo.” (POLANYI, 2012b, p.9)

Cangiani caracteriza a obra de Polanyi como referenciada nas teorias institucionalista vebleniana e marxistas. A autora sublinha ainda que a Primeira Guerra Mundial marcou o fim do capitalismo liberal e o início da “sociedade corporativa”, com forte regulação democrática dos assuntos sociais e econômicos. Para Polanyi, a eficiência na maximização da utilidade social é proporcional à participação social democrática. Mas também a democracia tem seus limites. Para Cangiani, na década de 30, os sindicatos ingleses tomaram a linha democrática-corporativa (paz social) e afastaram-se da linha socialista-democrática, dando origem ao que denomina por capitalismo mafioso. A autora ainda compara as reações fundamentalistas religiosas atuais, notadamente hostis ao capitalismo ocidental, com as motivações exacerbadas de proteção que deram origem aos regimes facistas – tal como apreendido de Polanyi.

A primeira parte da obra de Polanyi, “A subsistência do homem e ensaios correlatos” se dedica a questão da subsistência do ser humano. Cabe sublinhar a relação intrínseca deste tema com o objeto atual de estudo, dado que a subsistência dos seres humanos envolve tanto processo de trabalho para prover os bens materiais necessários ao sustento e reprodução humana, quanto as condições propriamente relacionadas à vida, notadamente ambientais.

Polanyi inicia sua reflexão analisando os dois significados de econômico, formal e substantivo, tal como sintetizado pelos autores que introduziram essa sua obra. Cabe adicionar o fato da economia formal ser baseada na suposição de escassez, situação na qual a racionalidade maximizadora seria capaz de lidar. Por outro lado, a economia substantiva ou humana, “... aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que os sustente...” (POLANYI, 2012b, p.63). A base do conceito de economia humana em Polanyi é entendida “... como um processo institucionalizado de interação cuja função é suprir a sociedade de recursos materiais.” (POLANYI, 2012b, p.81). Nesse sentido, é flagrante que o significado de substantivo advém de uma forte dependência do ser humano – no sentido mais elementar, da própria sobrevivência – em relação à natureza e aos seus semelhantes.

Quando trata da economia enraizada na sociedade, Polanyi apresenta como fora a relação entre o ser humano e a natureza (terra e recursos naturais) nas sociedades tribais primitivas. Para Polanyi, “a integração do homem e da natureza à economia dependia fundamentalmente do funcionamento da organização básica da sociedade, que cuidava das necessidades econômicas do grupo...” (POLANYI, 2012b, p.105). “Na sociedade primitiva, as transações com alimentos são evitadas como antissociais...” (POLANYI, 2012b, p.127). Mas complementa que essa regulamentação, baseada nos costumes e tradições, estava institucionalizada de forma apenas implícita na constituição das sociedades tribais, o que abriu caminho para, gradualmente, os elementos essenciais a vida passarem a ser transacionados por dinheiro, em mercados. Por fim, quando trata do comércio, Polanyi menciona que o mercado atua como um “nivelador” que “oblitera as diferenças”, de modo que “... aquilo que a natureza distinguiu o mercado homogeneiza” e, com isso, facilita as transações com dinheiro. (POLANYI, 2012b, p.145)

A segunda parte da publicação, “ensaios correlatos” trás uma coletânea de artigos publicados por Polanyi ao longo de sua vida e que compuseram a base de estudos históricos realizados pelo autor para consubstanciar sua elaboração teórica. Esses artigos foram selecionados a partir de sua relação com o tema principal da obra, qual seja, a subsistência do ser humano.

No primeiro artigo selecionado, Polanyi analisa o mercado à luz do apreendido de Aristóteles, para o qual a pessoa é essencialmente um ser social, antes de ser um ser econômico. Para Polanyi, o mecanismo de mercado desenvolveu a ilusão de que o determinismo econômico seria uma lei geral (autônoma) capaz de organizar eficientemente toda a sociedade humana. Crítico desta ilusão, o autor identifica que “a ficção da mercadoria confiou o destino do homem e da natureza à ação de um autômato que segue seus próprios rumos e é regido por suas próprias leis”. (POLANYI, 2012b, p.212). Para Polanyi, tal fato corrobora a nossa obsoleta mentalidade de mercado, como um ente superior que a tudo pode governar, inclusive a organização social.

Por perceber as relações do pensamento de Aristóteles e seu desenvolvimento teórico, Polanyi aprofunda a análise dos ensinamentos do filósofo sobre economia. Polanyi destaca que, para Aristóteles:

“A riqueza, com efeito, são as coisas necessárias para sustentar a vida, quando armazenadas em segurança sob a guarda da comunidade cujo sustento elas representam. As necessidades humanas, seja as da família ou as da cidade, não são ilimitadas, e tampouco há escassez de subsistência na natureza... a escassez provém do lado da demanda”. (POLANYI, 2012b, p. 249 e 250)

Segundo Aristóteles, a armazenagem e as trocas de tempos primitivos visavam a autossuficiência da sociedade e, nesse sentido, configuravam um comércio natural para a subsistência humana. Nesse período, o ser humano (trabalho) e a natureza (terra) tinham sua comercialização restringida e, não por acaso, foram os últimos elementos a se tornar livremente alienáveis. Para Polanyi, mesmo essa tardia liberdade transacional destes elementos foi limitada pois eles continuaram a fazer parte de uma organização

social mais ampla: “nem a terra nem os homens livres podiam ser diretamente vendidos. Sua transferência era condicional e temporária. A alienação parava antes da transferência irrestrita da posse.” (POLANYI, 2012b, p.242)

Em outro artigo da coletânea, Polanyi analisa a economia como um processo instituído, em seu significado substantivo, de dependência do ser humano à natureza, destacando os aspectos de interesse prático e de dignidade teórica e moral desta abordagem; que nega a insuficiência de recursos apregoada pela economia tradicional. Quando compara os determinantes da economia formal e da economia substantiva, o autor revela que “as leis de um são da mente; as do outro, da natureza” (POLANYI, 2012b, p.294), revelando o caráter empírico e prático da noção. Concluindo o artigo, Polanyi observa que “o predomínio de uma forma de integração identifica-se aqui com o grau em que ela abarca a terra e o trabalho na sociedade” (POLANYI, 2012b, p.309). Merece ser retida aqui a ideia de Polanyi sobre a relação entre a forma de coesão social e a importância desta estrutura social resultante considerar a subsistência da natureza e, dessa forma, do próprio ser humano.

O último artigo da coletânea trata do interesse de classe e mudança social. Seguindo sua tradição socialdemocrata, Polanyi defende as articulações de classes sociais se movem de acordo com o movimento da própria sociedade diante novas situações, quando destaca as “mudanças climáticas” (POLANYI, 2012b, p. 362). Nessas articulações, identifica que o sucesso de um ator depende em muito de sua capacidade de angariar apoio do maior número de outros segmentos sociais. Traduzindo-se essa mensagem para o atual objeto de pesquisa, é evidente a relação com a necessidade de uma aproximação dos atores sindicais e ambientais, via alargamento dos campos de atuação de cada um dos atores.

“...as chances das classes numa luta dependerem de sua capacidade de granjear apoio fora de seu próprio grupo de membros, o que, por sua vez, depende de que elas consigam realizar tarefas ditadas por interesses mais amplos que os seus” ...
“em última análise, portanto, é a relação da classe com a sociedade como um todo que mapeia seu papel no drama, e seu sucesso é determinado pela amplitude e a variedade dos interesses a que ela possa servir, afora os

seus” ... “... nenhuma classe brutalmente egoísta é capaz de se manter na liderança” (POLANYI, 2012b, p.362, 367 e 368)

Por fim, Polanyi acrescenta que as calamidades sociais implicam, para além de números, uma mudança cultural que precisa ser apreendida para a articulação social dos atores. Como visto, o mercado tende a homogeneizar as diferenças para promover sua operação, mas, segundo Polanyi, ao abranger a terra e ao trabalho (transformá-las em mercadorias), promoveu conjuntamente a “... liquidação de toda e qualquer instituição cultural...” (POLANYI, 2012b, p. 373). Nesse sentido, conclui que “homem e natureza são praticamente um só na esfera cultural...” (POLANYI, 2012b, p.376), evidenciando uma forte identidade ideológica entre os atores na defesa da vida, humana e ambiental.

Com essa resenha da obra de Polanyi se esperava encontrar argumentos teóricos favoráveis à economia verde, no sentido de uma transformação ou reforma capitalista que propiciasse proteger o ambiente humano de sua degradação. A tradição socialdemocrata e o otimismo com que o autor tratava experiências como o New Deal levavam a crer que seria possível identificar um caminho no qual a economia estivesse subordinada aos interesses sociais, entre os quais, o interesse ambiental. Contudo, esse caminho, especificamente no que tange ao meio ambiente, não seria, segundo Polanyi, pela via do mercado, mas sim, pela via da regulação estatal democrática. Desse modo, a revisão da obra do autor subjacente ao tema da pesquisa encontrou mais críticas aos mecanismos de mercado para regular meio ambiente do que argumentos favoráveis. Para Polanyi, a terra (ou o meio ambiente) é uma mercadoria fictícia e não pode ser transacionada livremente no mercado como uma mercadoria real. A autoregulação da natureza pelo mercado é utopia para o autor, já que parte de uma noção de economia substantiva, ou seja, de subordinação do homem à natureza – em oposição à perspectiva de economia formal, que pressupõe escassez. Contudo, merece ser retida a menção de Polanyi ao fato que a defesa da proteção da vida exigiu, ao longo da história, que cada classe, em um ou outro momento, defendesse interesses mais amplos que os propriamente seus. Isso denota a importância das alianças entre os movimentos sindicais e ambientais pois, como refere, trabalho e natureza constituem um todo inseparável.

Capítulo 3 – As mudanças climáticas

As perspectivas teóricas relevantes para esta investigação completam-se aqui com a apresentação do que se entende por mudança climática e seus impactos atuais e prospectivos sobre a humanidade e, de particular interesse, sobre a economia.

Dentre as preocupações ambientais com as quais o ser humano já se confrontou em sua história, as mudanças climáticas ganharam relevância desde as décadas finais do século passado, em grande medida acompanhando a crescente concretude científica do problema. Em 1972, no âmbito da crise energética mundial, as Nações Unidas realizam a primeira conferência para discutir os problemas ambientais na cidade de Estocolmo, na Suécia. Já em 1979 foi realizada a Primeira Conferência Mundial do Clima e o assunto ganhou relevância na década seguinte. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) em 1992, as mudanças climáticas ganharam relevo dadas as evidências sobre o processo de aquecimento global causado pelo aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera. Nessa oportunidade, consolidaram-se as bases para o lançamento do primeiro acordo mundial do clima em 1997, o Protocolo de Kyoto – que somente passou a vigorar a partir de 2005, após a assinatura da Rússia. Atualmente se discute a implementação do Acordo Climático de Paris (firmado em 2016) e que passaria a vigorar a partir de 2020. Mas o sucesso deste acordo ainda depende da adesão de países importantes, como os Estados Unidos – o novo presidente americano, Donald Trump, declinou de compor o acordo, conferindo um forte revés na sua tendência anterior de participar do tratado, tal como firmada pelo presidente anterior, Barack Obama. Os países signatários do Acordo Climático de Paris comprometem-se em “holding the increase in the global average temperature to well below 2 °C above preindustrial levels and to pursue efforts to limit the temperature increase to 1.5 °C above preindustrial levels”¹⁶ (FOE, 2017, p. 1)

Conceitualmente, o artigo primeiro da Convenção das Nações Unidas em Mudanças Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change –

¹⁶ “Manter o aumento na temperatura média global abaixo de 2 graus célsius acima dos níveis pré-industriais e perseguir esforços para limitar que a temperatura aumente para 1,5 graus célsius acima dos níveis pré-industriais” (tradução nossa)

UNFCCC), de 1992, entendeu as mudanças climáticas como “...a change of climate which is attributed directly or indirectly to human activity that alters the composition of the global atmosphere and which is in addition to natural climate variability observed over comparable time periods”¹⁷ (UNFCCC, 1992, p. 7).

Em 1988, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme – UNEP) e a Organização Meteorológica Mundial (World Meteorological Organization – WMO) fundaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC), com o propósito de definir os parâmetros conceituais e metodológicos para acompanhar, cientificamente, as mudanças no clima no planeta.

O terceiro relatório de avaliação do IPCC, publicado em 2001, define mudanças climáticas como “...any change in climate over time, whether due to natural variability or as a result of human activity”¹⁸ (IPCC, 2001, p. 984). Já o quinto relatório do IPCC, publicado em 2013, aumentou o escopo do seu conceito de mudanças climáticas e passou a defini-lo da seguinte forma:

“Climate change refers to a change in the state of the climate that can be identified (e.g., by using statistical tests) by changes in the mean and/or the variability of its properties, and that persists for an extended period, typically decades or longer. Climate change may be due to natural internal processes or external forcings, or to persistent anthropogenic changes in the composition of the atmosphere or in land use.”¹⁹ (IPCC, 2013, p. 1450)

Note-se aqui uma diferença entre o conceito da UNFCCC e o do IPCC. A primeira faz uma distinção entre a mudança climática atribuída à atividade humana que

¹⁷ “... uma mudança no clima que é atribuída diretamente ou indiretamente a atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que aumenta a variabilidade natural do clima observada entre períodos de tempos comparáveis.” (tradução nossa)

¹⁸ “... alguma mudança no clima ao longo do tempo, seja devido a variabilidade natural ou como resultado da atividade humana.” (tradução nossa)

¹⁹ “Mudança no clima refere a uma mudança no estado do clima que pode ser identificado (por exemplo, pelo uso de testes estatísticos) por mudanças na média e/ou na variabilidade de suas propriedades, e que persiste por um período extenso, tipicamente décadas ou mais. Mudanças no clima podem ser devidas a processos internos naturais ou forças externas, ou por mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso da terra.” (tradução nossa)

altera a composição atmosférica e a variabilidade do clima, atribuída a causas naturais. Desse modo, seu conceito de mudança climática não compreende as causas naturais, tal como no conceito do IPCC, aparentemente mais abrangente. Contudo, o conceito de variabilidade do clima do IPCC, da mesma forma que seu conceito de mudança climática, também compreende as causas naturais e antropogênicas do fenômeno, de forma que, se tomadas em conjunto, não permitem uma distinção clara dos vetores causais de cada conceito.

A análise da discussão dos conceitos envolvidos com mudanças climáticas de ambas instituições permite a construção de um conceito próprio e não conflitante com as definições em voga. Assim, mudança climática pode ser definida como uma mudança tanto nos padrões históricos médios do clima quanto em sua variabilidade, estatisticamente comprovados, persistentes no tempo e que podem ser determinados por causas naturais ou antropogênicas.

Em termos de alternativas para combater ou minimizar as mudanças climáticas, para além de desenvolver soluções que possam atuar sobre as suas causas naturais, parece um tanto evidente que combater as suas causas antropogênicas está mais imediatamente dentro do escopo da ação humana. Portanto, em consonância com o objeto dessa pesquisa, que busca verificar a posição dos trabalhadores brasileiros sobre as mudanças no clima, essa é a ênfase que se pretende dar a perspectiva do conceito. Desse modo, não negligenciando as suas causas naturais, as mudanças climáticas serão aqui abordadas sobremaneira sob sua perspectiva antropogênica, de resultado da atividade humana, especialmente aquela ligada ao atendimento das necessidades do ser humano – o trabalho e a economia. Nesse sentido, a abordagem privilegiada das mudanças climáticas não distingue seus efeitos em termos de alterações nos padrões médios ou de variabilidade do clima, mas considera ambos como mudanças do clima.

Contudo, o próprio IPCC revela que seus estudos científicos mais recentes evidenciam, com 95% de certeza, que a atividade humana é a causa principal do aquecimento global desde a metade do século XX: “...the science now shows with 95 percent certainty that human activity is the dominant cause of observed warming since the mid-20th century.”²⁰ (IPCC, 2013, p. V e 697)

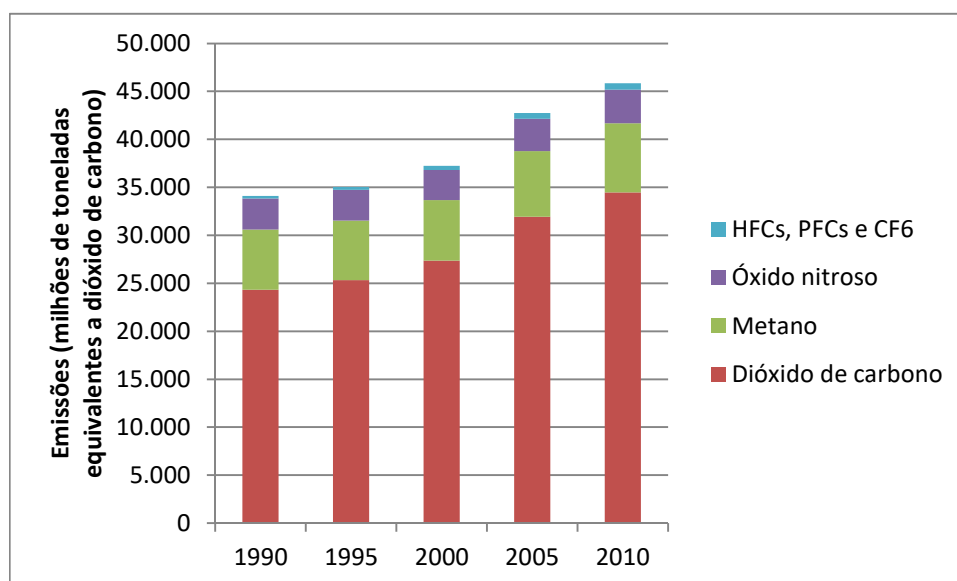
²⁰ “... a ciência agora mostra com 95% de certeza que a atividade humana é a causa dominante do aquecimento observado desde a metade do século XX.” (tradução nossa)

Uma vez compreendida a noção de mudanças climáticas adotada na pesquisa, passaremos em seguida a apresentar suas evidências científicas mais recentes e seus impactos sobre a vida no planeta.

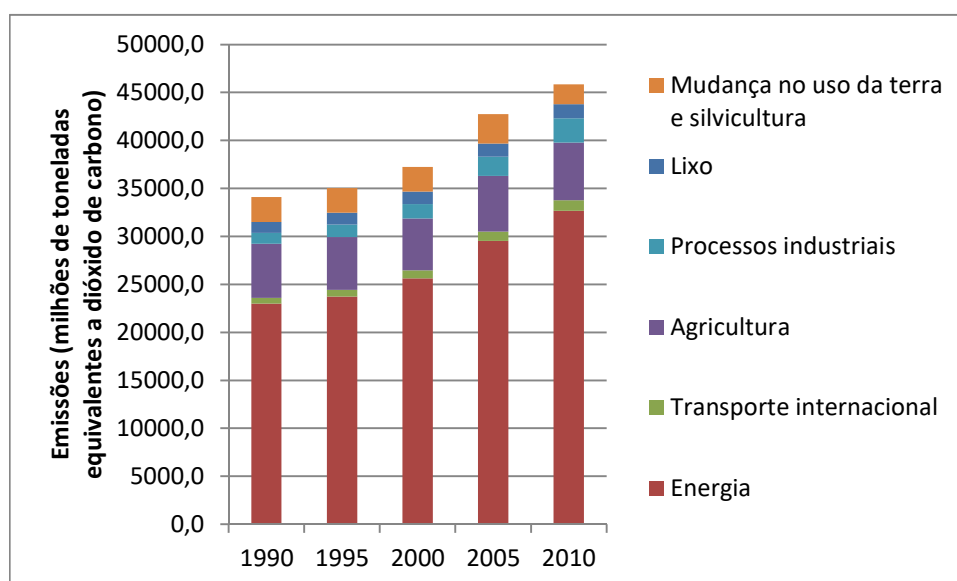
Os principais gases de efeito estufa e suas fontes majoritárias são: dióxido de carbono (CO₂ – proveniente da queima de carvão, petróleo, combustíveis fósseis e transporte), metano (CH₄ – agricultura, aterros sanitários, sistemas de gás natural), óxido nitroso (N₂O – administração do solo agrícola, industrialização e carros), hidrofluorcarbonetos (HFCs – substituto das substâncias que destroem a camada de ozônio, semicondutores e industrialização), perfluorcarbonetos (PFCs – industrialização do alumínio) e hexafluoreto de enxofre (SF₆ – produção de magnésio e transmissão elétrica) (EPA, 2017 e WORLDATEC, 2017).

Nas duas décadas compreendidas entre 1990 e 2010, as emissões globais dos principais gases de efeito estufa aumentaram 34,5% (Gráfico 1). As emissões de dióxido de carbono preponderaram entre os principais gases e chegaram a representar 75,2% do total de emissões no último ano. Mesmo sendo o gás de efeito estufa com menor potencial de elevar a temperatura no planeta, a proporção do seu crescimento projeta preocupação, sobretudo pelo seu potencial de desencadear as emissões de outros tipos de gases de efeito estufa, ainda mais impactantes, como os HFCs, PFCs e SF₆. Estes gases de efeitos estufa, apesar de ainda serem pouco presentes entre as principais emissões, foram os que apresentaram maior crescimento no período em análise (156,5%) (EPA, 2014a).

A produção de energia é, de longe, o setor de atividade que mais contribui para as emissões de gases de efeito estufa no planeta (Gráfico 2). Com participação crescente no total de emissões de gases de efeito estufa no período entre 1990 e 2010, a produção de energia chegou a ser responsável por 71,3% do total de emissões dos principais gases no último ano. Em termos de crescimento de emissões, merecem destaque os processos industriais, setor de atividade no qual as emissões de gases de efeito estufa aumentaram 124,0% nesse período de duas décadas.

Gráfico 1: Emissões globais de gases de efeito estufa por gás – 1990-2010

FONTE: EPA (2014a).

Gráfico 2: Emissões globais de gases de efeito estufa por setor – 1990-2010

FONTE: EPA (2014b).

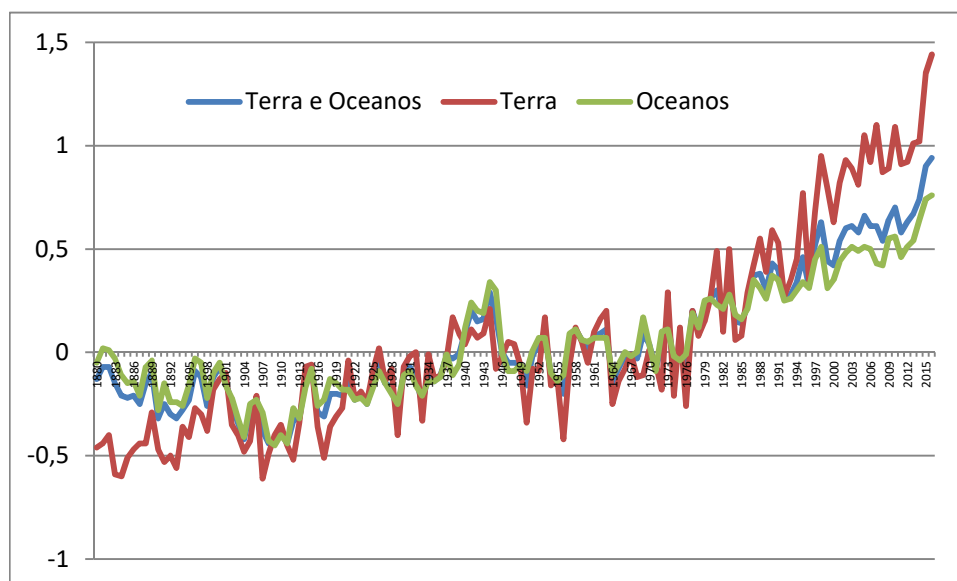
Entre os gases de efeito estufa, para além das preocupações já referidas em relação ao dióxido de carbono, merece destaque a evolução histórica recente de sua concentração na atmosfera terrestre. Historicamente, a presença deste gás sempre oscilou entre 170 ppm (partes por milhão) e 300 ppm – considerando aqui os últimos 800 mil anos. A primeira vez que essa concentração passou de 300 ppm foi no século XIX, fenômeno explicado pela brutal elevação das emissões de dióxido de carbono

promovida pela revolução industrial. Desde então, a concentração deste gás somente aumentou e, desde 1950, sua progressão passou a ser geométrica. Em 26 de maio de 2013, o nível de dióxido de carbono ultrapassou os 400 ppm, mantendo-se até os dias de hoje em crescimento – segundo a NASA, em setembro de 2017 estava em 406,94 ppm. (NASA, 2017; NOAA, 2017a; NOAA, 2014)

O aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera determina uma série de desequilíbrios ambientais que, ao cabo, promovem o aquecimento do planeta e determinam novos desafios para a vida. A mudança no clima e, em particular, o aquecimento global podem ser evidenciados por 10 indicadores: temperatura do ar sobre a terra, temperatura do ar sobre os oceanos, temperatura na superfície terrestre, temperatura da superfície marinha, conteúdo de calor oceânico, volume de gelo nos mares, tamanho das geleiras, cobertura de neve na terra, nível dos oceanos e nível de humidade no ar (NOAA, 2017b). A fim de não se tornar exaustivo, mesmo porque todos os indicadores apontam no mesmo sentido, qual seja, reforçando o quadro geral de mudanças climáticas, apresentaremos a seguir apenas a evolução histórica de alguns indicadores selecionados pela sua contundência em demonstrar o fenômeno.

A temperatura na superfície da terra e a temperatura nos oceanos segue uma tendência muito parecida de preocupante expansão, notadamente pelas taxas crescentes de aumento que apresentam no período recente, caracterizando uma função que se aproxima de características exponenciais (Gráfico 3). Em 2016, a temperatura da superfície da terra, tomada isoladamente, situou-se 1,44 graus célsius acima da temperatura média no século passado (1901-2000), enquanto a temperatura nos oceanos, mantendo-se a mesma base de comparação, foi 0,76 graus célsius superior. De uma maneira geral, 2016 foi o segundo ano consecutivo no qual a temperatura global da terra e dos oceanos superou em 1 grau célsius a média da segunda metade do século XIX – período no qual as temperaturas são consideradas representativas das condições pré-industriais (BLUNDEN e ARNDT, 2017). Conforme matéria publicada recentemente no *The Washington Post*, dados divulgados recentemente pela NOAA para 2017 mostram que o primeiro semestre deste ano foi o segundo mais quente desde 1880; superado somente por 2016, quando houve o fenômeno El Niño (SAMENOW, 2017).

Gráfico 3: Evolução da temperatura global da superfície da terra e dos oceanos – 1880-2016

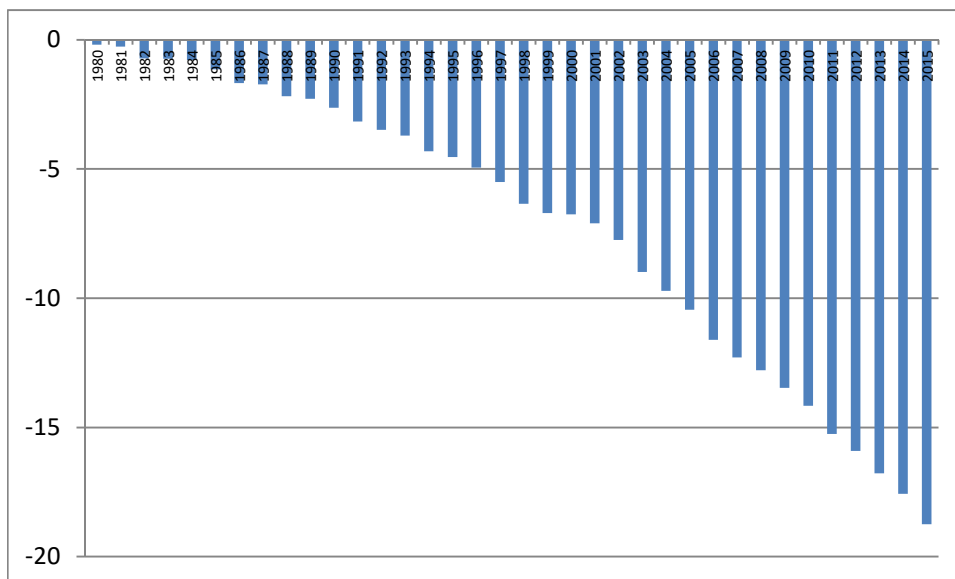


FONTE: NOAA (2017c).

Com a elevação das temperaturas no globo, um dos efeitos mais pronunciados diz respeito ao derretimento das reservas mundiais de gelo – geleiras, neve no solo e gelo nos mares. Entre 1980 e 2015, a espessura média de 44 geleiras bem monitoradas pelo Serviço Mundial de Monitoramento de Geleiras diminuiu o equivalente 18,8 metros de água, o que representa uma diminuição de 21 metros no tamanho médio das geleiras. A área coberta por gelo marinho nos oceanos terrestres também diminuiu o equivalente a 4 milhões de metros quadrados, o que representa, em 2017, a uma retração de 15,0% sobre a área coberta em 1980. (Gráfico 4 e 5)

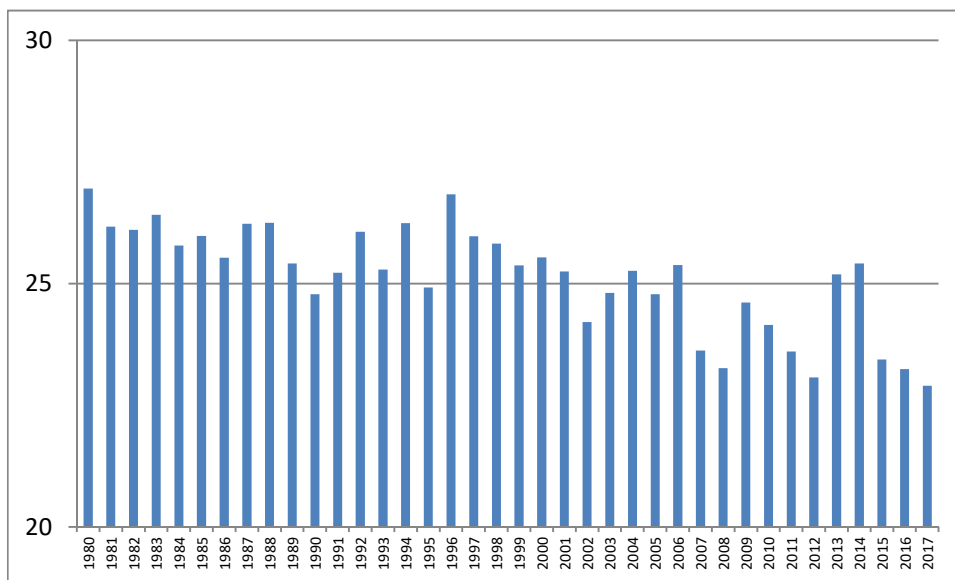
Como consequência do derretimento das geleiras e da cobertura de gelo nos mares e no solo, tem ocorrido um aumento constante no nível dos oceanos (Gráfico 6). O ritmo do aumento do nível dos mares dobrou de 1,7 milímetros por ano na maior parte do século XX para 3,4 milímetros por ano entre 1993 a 2016 – em 1993 iniciou-se o monitoramento do nível dos oceanos por altímetros de satélite, permitindo maior acuidade na captação de informações estatísticas sobre o fenômeno. Em 2016, o nível dos oceanos cresceu pelo sexto ano consecutivo e alcançou estar 82 milímetros superior ao nível registrado em 1993. Em algumas localidades costeiras americanas os distúrbios por inundações já são entre 300% a 900% mais frequentes do que eram há 50 anos atrás. Os cientistas estimam que o nível dos mares deverá subir entre 20 centímetros e dois metros até 2100. (NOAA, 2017d; NOAA, 2017f)

Gráfico 4: Balanço de massa cumulativo das geleiras – 1980-2015
(em metros de água equivalentes)



FONTE: NOAA (2015) e NOAA (2017d).

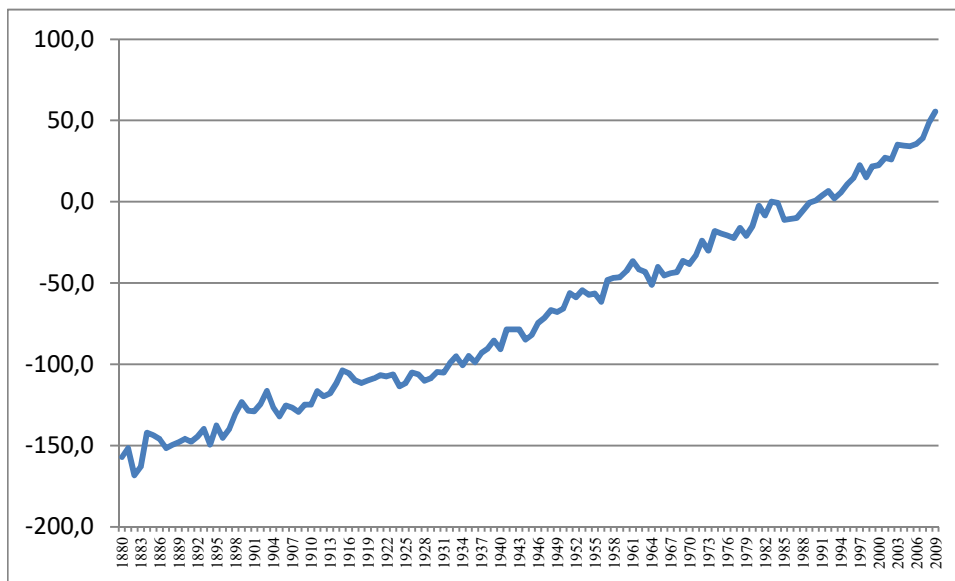
Gráfico 5: Extensão do gelo marinho no globo – 1980-2017
(em milhões de quilômetros quadrados)



FONTE: NOAA (2017e)

NOTA: Valores de setembro de cada ano.

Gráfico 6: Mudança no nível dos oceanos – 1880-2009
(em milímetros)



FONTE: CHURCH e WHITE (2011).

NOTA: Base: média 1993-2008 = 0 (zero).

Por fim, cabe mencionar o aumento da variabilidade do clima. A expansão da temperatura média também faz crescer a ocorrência de eventos climáticos extremos, como enchentes, furacões, secas e calor extremo. Na verdade, esses eventos extremos tendem a ser mais facilmente percebidos pelo ser humano em relação às pequenas variações que ocorrem nas médias nos indicadores climáticos e, portanto, provavelmente, tendem a ilustrar com maior visibilidade os impactos das mudanças climáticas. As páginas seguintes se dedicarão a apresentar sucintamente as repercussões das mudanças climáticas sobre a vida no Planeta.

Segundo artigo publicado por Emily Atkin na revista *The New Republic* em julho de 2017, a mudança climática não faz parte de um cenário apocalíptico futuro, mas está afetando e até matando pessoas atualmente no mundo. O artigo apresenta exemplos reais de morte pelas cada vez mais frequentes e extensas ondas de calor extremo. Essas mortes se devem tanto diretamente ao calor extremo quanto indiretamente – em pessoas com outros problemas de saúde, ou que tomam medicamentos específicos, etc. Segundo a autora, o calor extremo é fenômeno atual e já deve ser considerado um assunto de saúde pública. O fato das temperaturas médias nas cidades ser cerca de 1% maior que nas áreas rurais evidencia que o calor extremo será um problema ainda maior para essas áreas. Estudos mostram que, até 2100, no melhor

dos cenários, quase a metade da população da terra (48%) vai estar exposta regularmente (20 dias no ano) ao calor considerado como mortal – acima de 105 graus fahrenheit, o equivalente a 40,6 graus célsius. Em um cenário mais pessimista, esse percentual sobe para 74%. Atualmente, 30% da população mundial está exposta regularmente ao calor mortal. (ATKIN, 2017)

A boa notícia é que o corpo humano pode se adaptar ao calor extremo, mas isso se as mudanças climáticas não forem demasiadamente abruptas. Também poderão haver tecnologias (ar condicionado) para dirimir os efeitos; o problema aqui são as fontes de energia elétrica baseadas em combustíveis fósseis, que geram mais gases de efeito estufa, e ainda mais calor, em um círculo vicioso de cruel ironia. O risco de apagões elétricos redobra o problema para as cidades, que necessitarão planos para lidar com o aquecimento global – atualmente, poucas cidades dispõem de algum plano como este nos Estados Unidos. De todas as formas, é certo que as mudanças climáticas vão afetar relativamente mais as populações economicamente mais vulneráveis, causando ainda mais rupturas sociais. (ATKIN, 2017)

Em 2015 a revista Scientific American publicou um estudo evidenciando que nove das 10 ondas de calor mais mortais registradas ocorreram após 2000. Juntas, elas mataram 128.885 pessoas. (VAIDYANATHAN, 2015)

Em artigo publicado em julho de 2017 no site ThinkProgress, Joe Romm apresenta a atualização da série da NOAA de temperatura dos oceanos no primeiro semestre de 2017 e constata que as temperaturas médias do período bateram o recorde para um ano sem El Niño. Estatísticas históricas da NOAA mostram o aquecimento dos oceanos em anos de El Niño e o esfriamento em anos de La Niña, mas mantendo uma tendência histórica de crescimento. Em anos sem El Niño, o mês de março de 2017 superou a média entre 1981 e 2010 em 1º Celsius – nenhum mês de março da série havia atingido esse ponto. As temperaturas que estão sendo atingidas em 2017 estão superando até as estimativas dos cientistas que trabalham com as mudanças climáticas: não se podia esperar um ano tão quente já que não há incidência do El Niño. O artigo contém gráficos com dados estatísticos e depoimentos de cientistas da NOAA corroborando as mudanças climáticas. O artigo conclui que “human-caused global

warming continues at a dangerous pace, and only human action to slash carbon pollution can stop it”²¹. (ROMM, 2017)

Em artigo publicado na Revista New York em 10 de julho de 2017, David Wallace-Wells apresenta evidências de como o planeta Terra já está se tornando inabitável com as mudanças climáticas. Por tratar de uma série de impactos das mudanças no clima na vida humana terrena, esta matéria será detalhada em pormenores nas páginas seguintes.

Segundo o autor, os efeitos vão para além da elevação do nível dos oceanos, como normalmente é vista a mudança climática. Os próprios seres humanos poderão cozinhar com o calor extremo. Sem ajustes no modo de vida, muitas áreas se tornarão inabitáveis até o final do século. Correções nos dados de temperatura captados da troposfera (camada da atmosfera mais próxima do solo, situada entre 10 e 12 km do solo) mostram que seu aquecimento foi 140% mais rápido desde 1998 do que foi apurado anteriormente. Pesquisadores da temperatura na terra já alertavam para essa distorção nos dados captados por satélites na estratosfera, o que motivou a revisão. Desde que o satélite da Nasa iniciou as medições da temperatura na superfície, em 1979, a elevação da temperatura da estratosfera, agora revisada, foi 5% superior a elevação da temperatura na superfície. Atualmente, há 162 satélites de clima ativos no planeta, e os EUA são o país que tem o maior número de satélites em órbita, seguido por satélites multinacionais, da China e da Índia (WALLACE-WELLS, 2017).

Como sustenta Wallace-Wells, o gelo permanente do Ártico contém muito carbono e seu derretimento vai gerar gás metano – 38 vezes mais agressivo para as mudanças climáticas que o dióxido de carbono. Mas há uma tendência de normalizar a catástrofe climática no debate cotidiano, burocratizado e em cima de números frios. A “meta de ouro” do Acordo de Paris é manter o aquecimento global dentro de 2 graus celsius neste século – mesmo patamar com que ainda trabalha o IPCC. Mas estudos indicam que já se pode atingir 4 e até 8 graus celsius a mais nesse período, mesmo não computando-se o dano causado pelo derretimento das geleiras permanentes, com a liberação de metano e escurecimento da superfície, que promovem ainda mais aquecimento no globo. Segundo o autor, a história do planeta demonstra que os efeitos em cascata de um pequeno aquecimento inicial têm o potencial de tornar a escala de

²¹ “O aquecimento global causado pelo ser humano continua a um ritmo perigoso, e apenas a ação humana para reduzir a poluição por carbono pode detê-lo” (tradução nossa)

progressão do fenômeno exponencial²². Dessa forma, nos próximos 30 anos já se pode atingir temperaturas cerca de 5 graus celsius superiores às atuais. Por isso, para muitos cientistas, já não é mais possível implementar um programa de redução de emissões capaz de evitar o desastre climático (WALLACE-WELLS, 2017).

O artigo prossegue tratando dos impactos do calor mortal sobre a vida do ser humano no Planeta. O ser humano precisa de ar fresco para refrigerar seu corpo e acima de 35 graus celsius o corpo já começa a sofrer por stress ocasionado pelo calor extremo. Os céticos das mudanças climáticas dizem que o planeta já esquentou e resfriou várias vezes durante a sua história, mas o autor lembra que as temperaturas suportáveis aos seres humanos só permitiram a vida em alguns períodos (janelas). Desde 1980, aumentou em 50 vezes o número de cidades sujeitas ao perigoso calor extremo. Os cinco verões mais quentes na Europa desde 1500 foram após 2002. O Banco Mundial estima que os meses mais frios na América do Sul, na África e no Pacífico, até o final do século, alcançarão as temperaturas atuais dos meses mais quentes. Para Wallace-Wells, o ar condicionado pode amenizar o problema, principalmente nas cidades, mas como a fonte de energia desse equipamento é energia elétrica, mormente de fontes fósseis, sua utilização só tende a aumentar ainda mais as emissões e concentrações de carbono na atmosfera, em um círculo vicioso permanente. Ademais, nem todas as populações pobres teriam acesso a esse equipamento. Em El Salvador, uma quinta parte da população tem problemas nos rins e isso pode ser explicado pelo calor extremo do trabalho no campo, onde até algumas décadas atrás se podia trabalhar tranquilamente sem adoecer (WALLACE-WELLS, 2017).

Outro impacto salientado pelo autor diz respeito a escassez de comida que as mudanças climáticas deverão causar. A cada grau celsius de aumento da temperatura, a produtividade de grãos pode cair de 10% a 17%. Então, se a temperatura aumentar em 5 graus celsius até o final do século, o planeta terá 50% mais pessoas para alimentar com 50% menos grãos. Mesmo se considerando que há terras para produzir mais afastadas da área tropical que se tornariam relativamente produtivas, há de se considerar que o solo nestas áreas é pobre e levaria bastante tempo para reunir condições de fertilidade mínimas. Um estudo da NASA prevê que se a temperatura continuar aumentando deverá haver mais secas severas que em milhares de anos. A redução de disponibilidade

²² As extinções da vida na história da Terra se processaram por quedas de asteroides, mas a única extinção que acabou com os dinossauros e 97% da vida no Planeta se deveu ao aumento das emissões de gases de efeito estufa e pelo aquecimento de 5 graus do globo.

de água também afetará a produção de alimentos. Deve-se considerar que a fome já é uma realidade no mundo e que pode ser em muito aumentada (WALLACE-WELLS, 2017).

Para o autor, o derretimento do gelo permanente pode trazer de volta pragas e doenças de milhões de anos atrás, para os quais os organismos vegetais e humanos já não dispõem de resistência. Mas essa camada de gelo também podem conter doenças recentes, como a gripe que em 1817 matou um quinto da população mundial (já encontrada no gelo do Alasca), a varíola e a peste bubônica (suspeitas de haver no gelo da Sibéria). Felizmente, não é simples reanimar seres congelados por milhões de anos, sobretudo em condições normais – esse procedimento é realizado com algum sucesso em laboratório. Contudo, em 2016 um garoto morreu e outros foram infectados por Anthrax, proveniente do descongelamento de uma rena contaminada que morreu há cerca de 75 anos atrás; um ano depois já eram quase 2 mil pessoas contaminadas na região. Outro efeito do aquecimento global é o “espalhamento” dos ecossistemas na Terra. Com isso, haverá migração de mosquitos dos trópicos para o norte e para o sul do planeta, levando consigo doenças para as quais essas populações não estavam sujeitas. Um segundo vetor de preocupação deste espalhamento dos ecossistemas é a possibilidade de mutação das doenças. Ademais, sabe-se que para cada grau celsius de elevação da temperatura, a reprodução dos mosquitos aumenta em 10 vezes. O Banco Mundial estima que até 2050, 5,2 bilhões de pessoas serão portadoras de malária (WALLACE-WELLS, 2017).

Também o ar se tornará irrespirável com as mudanças climáticas para o autor. Atualmente em 400 partes por milhão, a concentração de dióxido de carbono deve aumentar para 1.000 ppm até 2100. Os cientistas que estudaram os efeitos deste aumento para o ser humano indicam que a capacidade cognitiva humana pode cair até 21%. Outros componentes do ar, prejudiciais à saúde, devem aumentar, reduzindo a expectativa de vida em aproximadamente 10 anos. Até 2090, 2 bilhões de pessoas estarão respirando um ar irrespirável - em níveis de poluição acima do atualmente considerado seguro pela World Health Organization. Estudos indicam que até meados do século o volume de ozônio no território estadunidense deve aumentar 70% (National Center for Atmospheric Research)²³. Com o aquecimento global, haverá mais incêndios

²³ Uma grávida exposta ao ozônio aumenta o risco do filho ser autista – o que pode ter relação com a epidemia de autismo no oeste da cidade de Los Angeles (Califórnia, EUA), em Hollywood.

florestais, aumentando a quantidade de fumaça no planeta. Atualmente, 339 mil pessoas morrem anualmente pela fumaça de incêndios florestais. Segundo a US Forest Service, até 2050, em alguns lugares, a área queimada deve aumentar 5 vezes. Atualmente, a floresta amazônica provê 20% do oxigênio na terra, mas com o aquecimento global a floresta tropical ficará mais seca e suscetível a queimadas. O impacto é duplo: tanto pelo aumento das emissões de CO₂, quanto pela redução da floresta enquanto geradora de oxigênio. Em uma escala métrica de poluição do ar, um índice de poluição de 300ppm a 500ppm já causa o agravamento de doenças cardíacas e pulmonares. Na onda de poluição que atingiu a China em 2013 (causada pela interrupção de ventos que eram gerados nas áreas geladas dos pólos), esse índice superou 800ppm. Naquele ano, um terço das mortes na China deveu-se à poluição do ar (WALLACE-WELLS, 2017).

Outro impacto das mudanças climáticas levantado por David diz respeito ao aumento nas guerras. Pesquisas de Marshall Burke e Solomon Hsiang mostram que para cada meio grau celsius de aumento da temperatura, a sociedade está sujeita a uma probabilidade entre 10% e 20% maior de conflito armado. Nas ciências do clima, as estimativas não são simples, mas com 5 graus celsius a mais o planeta terá pelo menos 50% a mais de conflitos que atualmente. Em muitos lugares, os conflitos armados poderão dobrar ao longo deste século. Não se pode afirmar que o conflito da Síria se deve exclusivamente às recentes secas que assolaram o país, mas também não se pode afastar a hipótese que devam ter contribuído para a guerra civil; assim como o início da exploração de petróleo em todo o oriente médio algumas décadas atrás. As forças armadas estadunidenses se preocupam com as mudanças climáticas, não só porque muitas de suas bases militares serão alagadas pelo aumento dos níveis dos oceanos, mas também porque deve haver um aumento dos conflitos armados. A relação entre clima e conflitos passa pela questão da agricultura, da economia e pelas migrações (atualmente 65 milhões de migrantes vagam pelo planeta). Também há a questão da irritabilidade individual. Estudos evidenciam que o aumento do calor está diretamente relacionado à criminalidade e a chegada do ar condicionado no mundo desenvolvido pouco fez para diminuir o problema das ondas de criminalidade de verão (WALLACE-WELLS, 2017).

Os oceanos também serão fortemente impactados com as mudanças climáticas para Wallace-Wells. Sem uma redução radical de emissões, o nível dos oceanos deve aumentar 1 metro e 20 centímetros até o final do século. Áreas até 3 metros acima do nível do mar serão mais frequentemente atingidas por enchentes (600 milhões de

peças vivem nestas áreas hoje no mundo). Os oceanos capturam atualmente uma terça parte do carbono do mundo, ou seja, sem eles, o aquecimento já teria sido maior. Mas a absorção de carbono tornará as águas pouco oxigenadas, o que propicia a reprodução de bactérias que tornam as águas mortas. O que ocorre nas profundezas vai ocorrer gradualmente em águas mais rasas. Também há o fato da acidificação dos oceanos, com potencial para aumentar em meio grau celsius a sua temperatura até o final do século. A morte dos corais (“branqueamento”) prejudica a vida marinha, já que essas áreas concentram uma quarta parte da vida marinha e são fonte de alimento para cerca de meio bilhão de pessoas no mundo. Áreas do Golfo do México e da costa da Namíbia já apresentam sulfato de hidrogênio borbulhando nas costas (“costas de esqueletos”). Ele é muito venenoso por várias razões há quem especule que ele seria um dos gases que caracterizaria o holocausto natural (WALLACE-WELLS, 2017).

Por fim, o autor suscita a questão do colapso econômico permanente que será provocado pelas mudanças climáticas. Esse fato trará um “capitalismo sombrio” na metade pobre do mundo. O “capitalismo fóssil” surgiu no século XVIII, frente a um sistema anterior de subsistência (gerações viviam de modo semelhante). Após queimados todos os combustíveis fósseis, a economia entraria novamente em “steady-state”, ao custo das mudanças climáticas. Estudo de Hsaing revela que cada grau celsius de aquecimento custa 1,2% do PIB. Segundo esse estudo, até o final do século, o rendimento médio per capita vai perder 23% do seu valor. Segundo probabilidades, há 12% de chance da mudança climática diminuir o PIB global em 50% até 2100, e 51% de chance de reduzir em 20% ou mais (a menos que as emissões diminuam). Segundo o autor, tendo esses números em mente, adiar a ação governamental para reduzir as mudanças climáticas e confiar apenas na tecnologia e crescimento é um negócio absurdo. Afinal, cada bilhete de ida e volta de Nova York a Londres continua custando três metros quadrados de gelo ao ártico.

No capítulo de conclusão do artigo, David Wallace-Wells revela que os dramas das mudanças climáticas, mormente sociais, são incompatíveis com os dramas de filmes e novelas a que estamos acostumados como referencial – que enfatizam a consciência individual e não coletiva. Há uma cegueira quanto à catástrofe climática. Em um mundo seis graus mais quente não estaríamos mais monitorando o tempo, mas catástrofes climáticas regulares que assolariam o clima (tufões, furações, inundações, etc.). O próprio tamanho dos granizos pode quadruplicar. Muitas pessoas percebem a mudança

climática como uma dívida moral e econômica acumulada desde a revolução industrial. Mas 85% do carbono emitido na atmosfera em toda a sua história foi acumulado desde a II Guerra Mundial e mais da metade somente nas últimas três décadas. A catástrofe ambiental se tornou real em uma geração. Muitos dos cientistas que primeiro alarmaram o problema ainda estão vivos (“godfather generation”). Wally Broecker diz que não há redução de emissão suficiente para resolver o desastre ambiental, ele deposita suas esperanças na captura de carbono – com tecnologias duvidosas e muito investimento. Jim Hansen desenvolveu o modelo zero para projetar as mudanças climáticas. Foi demitido da Nasa após apoiar uma campanha contra o governo na defesa de uma lei para a igualdade intergeracional ao clima (se o governo se eximir de agir no presente, estará impondo um custo muito elevado para as gerações futuras). Desistiu recentemente da sua abordagem preferida para resolver o aquecimento (taxa de carbono) e passou a calcular o custo da retirada de carbono da atmosfera. O paleontologista Peter Ward descobriu que outras extinções na Terra se deram pelos gases de efeito estufa e revela que o meio ambiente funciona como um “grande filtro” no desenvolvimento das civilizações – faz que seu desenvolvimento cause a morte e desaparecimento bastante rápido. Nesse sentido, estamos vivendo um novo processo de extinção em massa. Os cientistas sabem que até mesmo para atender aos objetivos de Paris até 2050, as emissões de carbono da energia e da indústria, que ainda estão crescendo, terão que diminuir pela metade em cada década seguinte; as emissões provenientes do uso da terra (desmatamento, criação de gado, etc.) terão que cair a zero; e precisamos ter inventado tecnologias para extrair, anualmente, duas vezes mais carbono da atmosfera que as plantas do planeta inteiro agora fazem. Mas o autor conclui que, em geral, os cientistas são otimistas e as soluções serão encontradas porque terão de ser, em uma espécie de fé em face a aniquilação (WALLACE-WELLS, 2107).

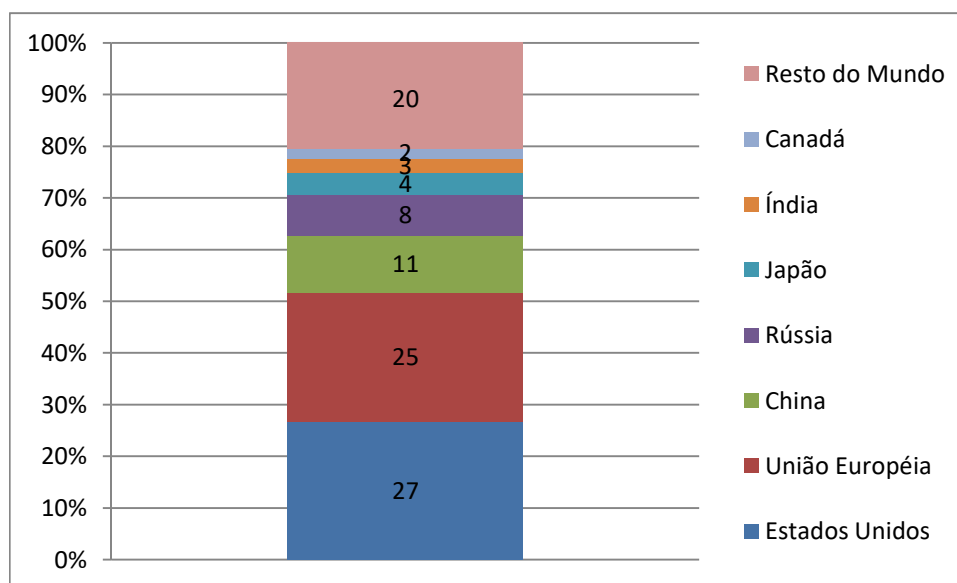
Segundo dados do monitor de desastres do tempo e clima com prejuízos superiores a um bilhão de dólares nos Estados Unidos, a frequência e o custo médio dos desastres têm aumentado a cada ano desde 1980. Até 2017, haviam sido computados 218 desastres do tempo e clima em território americano; juntos, esses desastres tiveram um custo total que superou 1,2 trilhões de dólares. (NOAA, 2017g)

Para além de prejuízos que somam grandes valores, as mudanças climáticas trazem consigo uma forte questão econômica distributiva tanto em termos regionais quanto em termos pessoais. Isso porque a responsabilidade e os impactos das mudanças

climáticas tendem a incidir diferenciadamente entre regiões com populações abastadas e com populações socialmente mais vulneráveis.

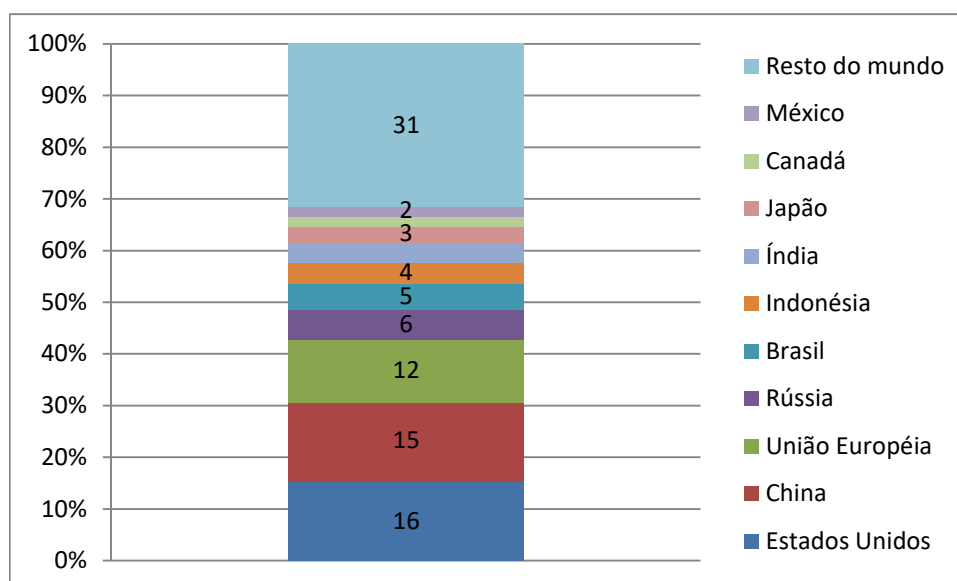
Compilando informações de várias fontes, a World Resources Institute (WRI) desenvolveu o Climate Analysis Indicators Toll (CAIT). Essa fonte permite identificar, sobre várias perspectivas sociais e econômicas, os principais países emissores de gases de efeito estufa. Historicamente, observa-se que os Estados Unidos são os maiores responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (Gráfico 7). Considerando o período mais recente e tomando-se em consideração todos os gases de efeito estufa, observa-se que a responsabilidade americana nas emissões é menor, não obstante ainda seja o país com maiores emissões; seguido de perto pela China (Gráfico 8). A análise destes dois gráficos permite observar uma tendência a maior dispersão das emissões entre os países na medida em que aumentam as emissões mundiais no período recente.

Gráfico 7: Participação dos maiores países emissores de dióxido de carbono nas emissões acumuladas durante o período 1850-2011
(em % do total mundial)



FONTE: GE *et al.* (2014)

Gráfico 8: Participação dos maiores países emissores de gases de efeito estufa nas emissões acumuladas durante o período 1990-2011
(em % do total mundial)



FONTE: GE et al. (2014)

Interessante observar que a posição dos países no ranking de maiores emissores de gases de efeito estufa se altera ao se considerar a extensão e a intensidade dessas emissões. Em 2011, em termos de emissões absolutas, o ranking era liderado pela China, seguida de perto pelos Estados Unidos e União Europeia. Ao considerar a população dos países, ou seja, em termos de emissões per capita, o ranking passa a ser liderado pelo Canadá, seguido pelos Estados Unidos e Rússia. Por sua vez, a identificação da intensidade das emissões pode ser apurada ao se tomar o volume total de emissões dos países e os seus respectivos Produto Interno Bruto (PIB). Dessa forma, o ranking se modifica novamente e a China passa novamente a posição de emissor mais intensivo, seguido pela Rússia e pelo Canadá. O Brasil apareceu na sétima posição em termos de emissões absolutas e na oitava posição ao se considerar a intensidade das emissões de gases de efeito estufa. (GE *et al.*, 2014)

Por fim, cabe referir a profunda desigualdade pessoal na emissão de gases de efeito estufa. Segundo estudo da Oxfam, os hábitos de consumo dos 10% mais ricos da população mundial são responsáveis por 49% das emissões de dióxido de carbono. Por outro lado, os 50% mais pobres geram apenas 10% das emissões mundiais (OXFAM, 2015).

Nesta etapa do trabalho, cabem fazer alguns breves esclarecimentos sobre três recentes conceitos relacionados ao tema das mudanças climáticas que serão bastante

utilizados no decorrer da pesquisa: economia verde, mercado de carbono e captura e estoque de carbono.

A noção de economia verde tem suas origens nos princípios de desenvolvimento sustentável, que obteve grande impulso durante a década de 80 e resultou cristalizado na declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92). O diagnóstico de que o desenvolvimento econômico precisaria contemplar também os custos ambientais desse processo determinou que muitos países passassem a perseguir uma estratégia de crescimento verde ou de crescimento de baixas emissões, ainda na última década do século passado. Assim como toda nova abordagem, o conceito de economia verde foi bastante criticado por negligenciar os aspectos sociais, de modo que, já no final da primeira década dos anos 2000, as Nações Unidas aperfeiçoaram o conceito, exigindo-lhe que contemplasse também essa dimensão social. Atualmente, as Nações Unidas já defendem um conceito mais abrangente, envolvendo também seu aspecto inclusivo:

“An inclusive green economy is one that improves human well-being and builds social equity while reducing environmental risks and scarcities. An inclusive green economy is an alternative to today's dominant economic model, which exacerbates inequalities, encourages waste, triggers resource scarcities, and generates widespread threats to the environment and human health.”²⁴ (UN, 2017)

Em termos práticos, a economia verde passou a receber maior atenção dos países enquanto uma alternativa de desenvolvimento a partir da crise financeira internacional de 2008, também pelo forte apoio de organismos internacionais a essa estratégia alternativa a partir desse evento. Ilustra esse quadro o lançamento da GEI (Green Economy Initiative) pelas Nações Unidas em 2008. A instituição tem como missão desenvolver um programa global de pesquisas e de assistência aos formuladores de políticas dos países para o apoio de investimentos ambientais. Diante dos tímidos

²⁴ “Uma economia verde inclusiva é aquela que melhora o bem-estar humano e constrói equidade social ao mesmo tempo em que reduz os riscos e a escassez ambientais. Uma economia verde inclusiva é uma alternativa ao modelo econômico dominante de hoje, que agrava as iniquidades, incentiva o desperdício, desencadeia a escassez de recursos e gera ameaças generalizadas para o meio ambiente e a saúde humana.” (tradução nossa)

avanços da economia verde na primeira década dos anos 2000, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012, também conhecida como Rio+20 (por se realizar 20 anos após a conferência de 1992), reconhecendo os pífios progressos da economia verde até então, desenvolveu o diagnóstico de que esse resultado se deveu a sua pouca aderência empírica nos países, de modo que seu sucesso seria alcançado mediante maior empenho dos países com essa estratégia.

Por outro lado, para os críticos à solução de problemas ambientais (e, no caso, climáticos) pelo mercado, esses primeiros resultados negativos dessa estratégia reforçaram os seus argumentos críticos. Por isso, durante a Rio+20, muitas organizações realizaram, em paralelo ao evento oficial, a denominada Cúpula dos Povos, para criticar esse instrumental economicista para regular, pelo mercado, os problemas relacionados à mudança climática. Para essas organizações, os 20 anos de economia verde só fizeram aumentar os problemas climáticas, ou seja, ela já se mostrou ser uma “falsa solução”, que prioriza os aspectos econômicos em detrimento das suas dimensões ecológica e social. Diante desse diagnóstico, a estratégia de dobrar a aposta no mercado parece, no mínimo, temerária.

Talvez um dos problemas de avaliação da economia verde seja justamente a sua dificuldade conceitual. Por ser uma noção em construção, a sensação é a de que se alargou demasiadamente as fronteiras do conceito e, praticamente qualquer iniciativa de proteção ao meio ambiente ou ao clima passou a ser considerada economia verde. Atualmente, parece que quase toda economia passou de convencional para verde, sendo que, muitas vezes, esse rótulo é conferido para experiências ou negócios que apenas se utilizam, eficientemente, de um marketing verde – imputando-lhe uma aparência “esverdeada”, sem que essa aparência seja reflexiva de sua essência, muito possivelmente, poluidora.

Uma das primeiras grandes apostas da economia verde foi o denominado mercado de carbono. A experiência com esse instrumental foi bastante propalada desde a ECO-92 e formalizou-se no Protocolo de Kyoto. O objetivo do mercado de carbono é possibilitar aos países poluidores um tempo de ajuste gradual, imputado de um custo que servirá de fonte de recursos para políticas ambientais em países que não emitem ou retiram carbono da atmosfera, mediante projeto apresentado a central reguladora do

processo (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). A ideia é que os países poluidores compensem os países que preservam o meio ambiente, financeiramente, por esse serviço ambiental. Para os críticos, isso significa que o dinheiro pode comprar o direito de poluir o que, diante de um fenômeno antropogênico, não faria nenhum sentido. Ao longo dos anos 2000, alguns países, notadamente europeus, passaram a comercializar os denominados créditos de carbono (cada tonelada de carbono que deixa de ser emitida vale um crédito de carbono). Inicialmente, havia a expectativa de que o Brasil viesse a participar com 20% do mercado mundial de carbono, percentual esse que até então não superou os 5% (BRASIL, 2012). Ademais, essa é uma realidade mundial: o mercado de carbono não alavancou.

Para além de políticas de desenvolvimento tecnológico para limitar as emissões de carbono, uma política perseguida pelos projetos do mercado de carbono é a captura e estoque de carbono. Apesar de ser uma tecnologia ainda em teste, seu potencial de controlar as emissões é bastante forte, sobretudo em um mundo no qual já não será possível contar somente com as reduções de emissões para evitar as mudanças climáticas. A captura e estoque de carbono consiste em isolar e encapsular o dióxido de carbono concentrado de operações específicas em recipientes e, posteriormente, estocar essas embalagens em um ambiente hermeticamente isolado – normalmente os projetos utilizam minas de carvão desativadas para esse depósito. A questão é, tal como na discussão da energia nuclear e seus resíduos radioativos, qual a segurança destes projetos para o planeta no longo prazo. Mesmo com forte contestação ambiental, as pesquisas e os projetos com essa tecnologia seguem avançando e ainda podem vir a constituir uma alternativa técnica e economicamente viável para, em um cenário extremo, arrefecer o problema das emissões de dióxido de carbono. O temor dos ambientalistas é que essa tecnologia seja empregada para sequestrar carbono da atmosfera, preterindo-se de atuar sobre a geração do poluente – o que seria mais importante e efetivo.

PARTE II: O MOVIMENTO SINDICAL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Capítulo 4 – A perspectiva do movimento sindical internacional sobre as mudanças climáticas

Os sindicatos, que tiveram sua origem nos trabalhadores de colarinho azul oriundos da revolução industrial (motor a combustão, combustíveis fósseis, etc.), historicamente, sempre estiveram atentos às condições de trabalho e prestaram menos atenção nos impactos ambientais do sistema de produção e consumo. De uma perspectiva marxista, ambas dimensões, natureza como fonte de valor de uso e força de trabalho humana como parte da natureza, foram negligenciadas na história do movimento trabalhista. Dessa forma, tanto o movimento sindical, mas também o movimento ambiental (para ser fiel a análise dialética da contradição), colocam a natureza como ‘labour’s ‘Other’ e nenhum vê a natureza e trabalho como aliados; isso faz parte da dificuldade de os ver como elementos inseparáveis que o são em essência. Há uma força inercial muito forte nos movimentos que os faz seguir nessa separação histórica. (MURILLO, 2014 e RÄTHZEL e UZZELL, 2013).

Como já esclarecia Soja (1996, *apud* RÄTHZEL e UZZELL, 2013), a natureza tende a ser vista como um bem privado para os movimentos. Isso coloca os trabalhadores ao lado de suas condições de trabalho na relação capital-trabalho e os ambientalistas posicionam então os trabalhadores como se estivessem ao lado do capital. Por sua vez, isso os articula em uma contraditória estrutura que envolve uma relação dialética entre trabalho, capital e natureza.

Mas para Rätzel e Uzzel (2013), não há uma visão unitária no movimento sindical na abordagem do tema. Ainda que a experiência da OIT no estudo da relação ao longo dos anos possa servir de histórico sobre a evolução da abordagem da matéria no campo do trabalho – desde a atenção à segurança no trabalho, poluição nas fábricas, até sua noção de empregos verdes decentes – foi, de fato, com a emergência da preocupação com a mudança climática que os sindicatos passaram a incorporar políticas ambientais gradativamente. Desenvolveram-se então novas concepções de movimento social, com maior ênfase social e ambiental, que por vezes se denomina por eco-sindicalismo, fortemente alicerçado sobre o princípio da solidariedade – tradicional valor para o movimento sindical. O resultado foi a gênese de uma visão mais compreensiva por parte do movimento sindical na questão ambiental, e uma das

primeiras políticas identificadas nos sindicatos para a ampliação da noção de responsabilidade social foi a conscientização dos seus membros.

Mas em nenhum país estudado por Rätzzel e Uzzell (2013) essas iniciativas de aliança de interesses não se processaram sem fricções e conflitos. Mesmo a oportunidade de novos empregos verdes no futuro é questionada por uma parcela importante do movimento sindical, reticente em garantir um emprego sustentável no futuro frente a premência presente de manter os empregos de seus afiliados. Ademais, há uma divisão bastante grande no movimento sindical entre reformistas e outros segmentos mais céticos do potencial das reformas em conter o avanço da mudança climática. Iniciativas mais radicais desenvolvidas após a Rodada de Copenhagen, para “mudança de sistema, não do clima”, como a “one million climate jobs campaign”, desenvolvida inicialmente na Inglaterra e depois reproduzida na África do Sul, enfrentam a crítica de não envolver os trabalhadores diretamente no desenho de novas formas de produção. Neste caso, assim com os outros, a história colonialista se faz presente e é reflexa das complexas relações sindicais entre o norte e o sul do globo. Segundo Rätzzel e Uzzell (2013), não obstante os sindicatos do norte ajudem os sindicatos do sul com conhecimentos e recursos, isto muitas vezes vem a um preço: o desejo de influenciar as práticas políticas dos sindicatos do sul.

Para além da tradição sindical em privilegiar o emprego no curto prazo, fato potencialmente conflitante com os interesses ambientais de mais longo prazo, como menciona Rosemberg (2013), diante da atual crise global e de empregos dos anos 2000, é compreensível que os sindicatos não priorizem o meio ambiente ao estabelecer suas políticas. Para a autora, a criação da ITUC (International Trade Union Confederation) em 2006 trouxe consigo a pauta ambiental para o centro das discussões sindicais, mas também menciona que isso fez parte de um processo histórico mais amplo. Se atualmente os sindicatos são um ator legitimamente reconhecido no debate das mudanças climáticas isso se deveu aos avanços iniciados na Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, onde os sindicatos, ao abordarem a dimensão social do desenvolvimento sustentável, passaram a ser parte reconhecidamente com interesses na questão ambiental.

Como Rosemberg (2013) sublinha, a maior contribuição do movimento sindical para o debate de desenvolvimento sustentável foi a noção de “transição justa”, que

apareceu inicialmente em um artigo do movimento sindical canadense ainda no final dos anos 90, como uma tentativa de conciliar os esforços do movimento sindical em defender trabalho decente e proteção ao meio ambiente. Para a ITUC, o arcabouço da transição justa confere esperança na capacidade da economia verde em sustentar trabalho decente condições de vida para todos. Em seu 2º Congresso (2010), a ITUC declarou que a transição justa seria a sua abordagem para lutar contra a mudança climática. Para Rätzl e Uzzell (2013), o fato de até este ano o sindicalismo internacional não haver conseguido fechar sua posição sobre a mudança climática é sinalizador da complexidade do tema e do seu potencial disjuntivo no interior do movimento. Como esclarece Rosemberg (2013), na perspectiva sindical, o crescimento verde tem o inconveniente de confiar excessivamente nos mercados. De outro modo, uma perspectiva crítica da economia verde tende a coadunar-se com uma visão de mundo menos produtivista e materialista, abordagem esta que parcela do movimento sindical é menos receptivo, por a considerar anti-desenvolvimentista e antissocial.

Contudo, Rosemberg (2013) conclui que a ITUC teve papel decisivo nos avanços logrados até então na busca por uma perspectiva sindical ambiental mais compreensiva, mas que esses desenvolvimentos devem ser considerados passos de um longo processo mais amplo. Contudo, a maior mudança que o movimento sindical tem em frente para dar esses passos mais largos é definir o resultado esperado do processo de transição justo, ou seja, o tipo de sociedade que deixarão para as gerações futuras. Nisso se deparam, atualmente, com três grandes desafios: i) construir coerência entre os níveis internacionais e nacionais – tanto para coesão nacional quanto para solidariedade exterior; ii) avançar para além de políticas sindicais internacionais para enfrentar o desafio da mudança climática – será necessário tratar de biodiversidade, desmatamento, escassez de água, energia, mineração, etc.; iii) investir em acordos internacionais mais fortes – o pouco progresso nas rodadas internacionais de negociação resulta por favorecer os países industrializados e abre espaço para radicalizações norte-sul, como o Climate Justice Network.

Murillo (2013) também posiciona o momento da criação da ITUC em 2006 como um ponto importante em termos do tratamento do tema ambiental pelo movimento sindical. Para a autora, anteriormente, a agenda do desenvolvimento sustentável não logrou mobilizar o movimento sindical e apenas algumas poucas políticas ambientais foram levantadas pelos sindicatos. Para além da pouca voz sindical

no tema, haviam fortes disputas internas ao movimento sindical sobre qual a dimensão deveria ser priorizada pelo desenvolvimento – econômica, social ou ambiental. Contudo, principalmente a partir da Agenda 21 (Rio-92) e da necessidade de uma abordagem participativa do tema, os sindicatos começaram a participar na proteção do meio ambiente e os interesses dos trabalhadores começaram a ser ouvidos nos debates. Nesse contexto, a fundação da ITUC significou uma guinada na direção de novo sindicalismo que defende nova abordagem de desenvolvimento para o século XXI, onde proteção ambiental e desenvolvimento sustentável tenham um papel substancial. A concretude que a mudança climática ganhou o espaço público de discussões fez a ITUC decidir priorizar esse tema em 2007. Neste ano, na Rodada de Bali, o sindicalismo ganhou status de organização observadora. Já na Rodada de Copenhagem (2009) os sindicalistas já eram a maior bancada. A proposta deste encontro, apesar de não aprovada, trazia fortemente a questão da transição justa, refletindo o maior espaço sindical nas discussões.

Para a autora analisada, as questões ambientais, inicialmente tratadas nos departamentos de saúde e segurança do trabalho foram tomando forma de uma agenda própria na medida em que se desenvolvia a consciência dos membros sobre a sua importância. Diante da crise de 2008, o sindicalismo mundial se alinhou na demandar uma transição justa para uma economia verde, orientada ao trabalho sustentável. Apesar dos discursos, transição justa não se verifica na prática. Sindicatos precisam integrar proteção ao trabalho e proteção ao meio ambiente e, para isso, terão que ir além de defender os interesses dos seus membros, mas oferecer propostas de desenvolvimento compreensivas de toda a sociedade – e mais, para as diferentes sociedades que há no planeta. Contudo, o nível de assimilação do tema é ainda bastante diverso, tanto em nível setorial quanto regional. Para Murillo (2013), nos países industrializados, onde os sindicalistas já observam desde mais tempo deslocamentos de indústrias para áreas com fraca regulamentação ambiental e do trabalho, compreendem melhor a necessidade das mudanças. Nesses países, a discussão centrou-se em termos da proteção do trabalho aliada a uma legislação ambiental baseada na redução do impacto ambiental das atividades produtivas. Nesse sentido, percebe-se com mais clareza as oportunidades de emprego abertas nas novas indústrias da economia verde – e também o potencial de sindicalização de novos membros nessas indústrias. Dentro desta perspectiva, muitos sindicatos já dispõem de políticas específicas para a introdução de cláusulas relacionadas

ao meio ambiente nos acordos coletivos e esse tema também se observa em estruturas de acordos coletivos internacionais. Por exemplo, o sindicato dos trabalhadores públicos do Canadá (CUPE) publicou em 2007 um guia de negociação coletiva verde.

Contudo, o foco na transição justa remete, essencialmente, menos ao resultado e mais ao processo para atingir a economia verde. Nesse processo, a reivindicação pelo trabalho decente ganhou novo impulso, principalmente frente a precarização do trabalho promovida pelas políticas neoliberais das últimas décadas. Também nesse particular, a luta pelos empregos verdes ganhou força dentro dos sindicatos, pois significou a possibilidade de revitalizar a antiga luta trabalhista pelas condições de trabalho, na defesa pela manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Por isso, como defende Murillo (2013), a administração da transição é crucial pelos trabalhadores, que precisam participar e ter voz ativa no processo. Compartilhando desta premissa e acreditando nos empregos verdes como solução compreensiva para a crise econômica estabelecida em 2008 e para a mudança climática, a OIT passou a estudar e tema e incentivar o diálogo social para gerir a transição para economias de baixo carbono, dentro de um contexto de defesa da segurança no trabalho, mais amplamente entendido no conceito de trabalho decente.

Olsen e Kemter (2013) buscaram sintetizar o percurso da OIT na assimilação da agenda ambiental dentro de sua histórica defesa das condições de trabalho. A gênese da participação da OIT no tema foi a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente humano de Estocolmo (1972). Após esse evento de significativo impacto internacional, a entidade fomentou a participação dos trabalhadores no tema, inicialmente via ambiente de trabalho, bem como a transição da atividade produtiva econômica para “novas indústrias”, com menor impacto poluidor. A preocupação com a conscientização dos trabalhadores no tema e sua forte relação com a pobreza, entendida como causa e efeito da degradação ambiental, foi determinante para OIT estabelecer cooperação com a UNEP para o estudo do desenvolvimento sustentável. Em 1983, foi criada a Comissão Internacional das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, e nos trabalhos conjuntos que desenvolveu com a OIT, determinou o início dos programas de treinamento da OIT em meio ambiente e trabalho. Várias conferências do trabalho trataram da questão ambiental desde então.

Como prossegue Olsen e Kemter (2013), na Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento do Rio de Janeiro em 1992, a OIT teve papel ativo em destacar os aspectos sociais na Agenda 21, assim como na defesa dos direitos dos trabalhadores em relação a questão ambiental, dentre as quais sempre salientando seu direito a participação no diálogo social necessário para a mudança. Na Conferência Global das Nações Unidas em desenvolvimento sustentável de Johannesburg, em 2002, a OIT começou a relacionar o tema ambiental com a geração de novas oportunidades de emprego e renda, não obstante não comentado pelos autores, pode ser entendido como o desenvolvimento seminal do embrião do que viria ser denominado por economia verde. Os primeiros anos do novo milênio foram marcados pela extensão do debate sobre mudança climática e, concomitante a essa questão, o desenvolvimento da noção de transição justa, que foi imediatamente abraçada pela OIT.

Nesse escopo que, entre 2007 e 2008, também como resposta as dificuldades para geração de empregos ocasionada pela crise financeira global de meados do último ano, a OIT voltou-se para o conceito de empregos verdes com maior ênfase. Antes de abandonar a sua defesa pelo trabalho decente, essa categoria conceitual e empírica foi adicionada à sua noção de empregos verdes. A partir de então a OIT desencadeou uma série de ações de pesquisa e de formação para estudar, discutir e disseminar a nova concepção de empregos verdes. A questão da desigualdade, que sempre esteve presente nas preocupações da OIT quanto ao mundo do trabalho, ganhou relevância com o debate sobre os empregos verdes na medida em que foi apontada como importante impedimento para a criação dos empregos verdes. Em 2009 a OIT estabeleceu um Programa Global para postos de trabalho verdes, baseado na união das dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento. Esse programa desenvolveu pesquisas quanto ao conceito, potencial de geração e novas capacitações e qualificações requeridas pelos empregos verdes. Na Convenção das Nações Unidas em mudança climática a OIT salientou a importância da coerência internacional das políticas a partir da conscientização da dimensão social que o fenômeno climático global enseja, aspecto esse que fora sempre apregoada como um princípio da entidade. Por fim, na Conferência das Nações Unidas em desenvolvimento sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, genericamente conhecida como Rio+20, a OIT se concentrou em três grandes temas: i) empregos verdes; ii) estrutura institucional necessária ao

desenvolvimento sustentável; e iii) transição para economia verde coerente e tripartite. (Olsen e Kemter, 2013)

Concluindo, os autores referem que a OIT tem contribuído com pesquisas e com a facilitação do processo de compartilhar de experiências visando propósitos educativos e formativos em torno dos empregos verdes, entendido como um conceito que está “ganhando o momento” enquanto solução para a crise de empregos e a mudança climática. Nesse sentido, os empregos verdes são vistos como uma oportunidade de, para além de reduzir emissões de gases de efeito estufa, também e ao tempo reduzir desemprego, aumentar a inclusão social e reduzir a pobreza. A OIT tem tradição na defesa da coesão social e para tanto reivindica e fomenta a participação dos trabalhadores na transição justa. Contudo, seu referencial são os empregos verdes, inseridos em uma visão de mundo que acredita nos resultados positivos do crescimento verde sobre o meio ambiente – bastante questionada em vários aspectos por outras abordagens teóricas – buscando, então, focar seus esforços presentes em garantir um processo de transição para a economia verde que contemple os princípios de justiça e de proteção social, tão caros à experiência histórica da entidade internacional do trabalho.

Normalmente, os empregos verdes são tratados a partir da economia verde, que até então centrou-se basicamente no estudo da indústria, enquanto centro dinâmico da nova economia verde. Mas, como destaca Rossman (2013), a agricultura também deverá rever sua tecnologia de produção a fim de produzir alimentos com baixa emissão de carbono. Para o autor, a tecnologia não é neutra, mas envolve a disputa de poder na sociedade. E nesse sentido, há falta de participação dos trabalhadores rurais nos fóruns de discussão sobre alimentos e meio ambiente. As convenções da OIT sobre trabalho rural (99, 141 e 184) são rotineiramente violadas, além do fato de que saúde e segurança no trabalho são incompatíveis com o uso ampliado de insumos químicos. O direito à alimentação saudável não é apenas um direito quanto ao produto final do processo agrícola, mas diz respeito, essencialmente, quanto ao processo e seus impactos sobre os trabalhadores. Por isso, segundo o autor, é preciso lutar pela implementação das convenções da OIT e pela defesa do acesso a terra, a água e aos recursos naturais de forma mais igualitária. Ao cabo, conclui que construir o poder sindical dos trabalhadores rurais, com alianças com os pequenos agricultores, é condição indispensável para diminuir as emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a garantia de direitos dos trabalhadores rurais é crucial para uma transição justa.

Capítulo 5 – Experiência sindical com as mudanças climáticas em países selecionados

Esse capítulo se dedica a revisar a experiência sindical internacional com o tema das mudanças climáticas. Para tanto, foram selecionados estudos realizados em outros países inspirados na metodologia do campo de pesquisa do “environmental labour studies” e, portanto, bastante próxima da utilizada por essa tese para analisar a experiência brasileira. Os países em seguida analisados são: Espanha, Suécia, Austrália, África do Sul, Coreia do Sul, Taiwan e Estados Unidos. As fontes dessas informações foram diferentes artigos do livro de Rätzzel e Uzzell (2013).

Na **Espanha**, segundo Gil (2013), o movimento de trabalhadores move-se em direção ao eco-socialismo. De acordo com a autora, atualmente há muitas oportunidades para uma prática sindical ambiental, que promova um balanceamento sindical pacífico entre seres humanos e natureza. Por exemplo, a crise sistêmica (econômica e ambiental) do atual modelo de desenvolvimento e a percepção dos limites do crescimento econômico permanente. Também deve se considerar que a flexibilização das relações de trabalho posta em marcha pelas recentes reformas trabalhistas implementadas naquele país aumentou a precariedade e a insegurança no trabalho, contribuindo para aumentar a contestabilidade do sistema tal como se apresenta atualmente. Além do mais, no plano internacional, desenvolve-se uma necessidade premente de pensar a distribuição dos recursos no planeta e o crescente aumento da consciência ambiental na sociedade tem impacto positivo nas percepções e ideias dos trabalhadores. De outro lado, a incorporação do movimento sindical ao debate ambiental é favorecida pela evolução da abordagem ambiental de um ambientalismo conservacionista para um social ambientalismo. Dessa forma, para a autora, hoje já há muitas sinergias a serem exploradas entre os movimentos sindicais e ambientais.

Mas, segundo Gil, o sucesso dessas sinergias também passa por contradições. Há necessidade de precisar melhor conceitos operacionais ao debate, como de desenvolvimento, de crescimento, de progresso e de sustentabilidade, reconhecendo os limites ambientais. Quanto a esses desafios a autora menciona cinco pontos. O primeiro diz respeito a necessidade de colocar a economia a serviço das pessoas e da natureza. A abordagem produtivista que marcou a origem e é tradição no movimento sindical é

questionada pelos atuais limites ambientais, já que a economia de mercado transforma cidadãos em consumidores passivos. Nesse sentido o sindicalismo ambiental precisa reconectar o mundo físico à organização social produtiva. O segundo ponto levantado remete à necessidade de reconhecer a inviabilidade do crescimento contínuo. A noção qualitativa transitiva de desenvolvimento sustentável gerou o cognato quantitativo de ‘crescimento sustentável’, que precisa ser revisto. O sindicalismo deve ter em mente que seres humanos são parte da natureza, dentro de uma visão antropocênica. O terceiro aspecto remete a necessidade de corrigir nossa excessiva confiança na tecnologia. A tecnologia, embora necessária, não é suficiente por si só, ela precisa ser controlada pela sociedade, não pelo mercado. Um quarto aspecto refere que não há compensação financeira possível para danos ambientais e que os padrões de produção e consumo devem mudar. É preciso negar a premissa de que o crescimento vai financiar as suas medidas de proteção. Também é preciso afastar da ideia que só os países desenvolvidos protegem o meio ambiente, pois muitas melhorias locais se processam às custas da globalização da produção; ou seja, passando para outros países o lixo, a poluição e os trabalhos penosos. Por fim, o quinto ponto menciona a necessidade de rejeitar a competitividade como um fim em si mesma e se comprometer com um novo conjunto de valores, por exemplo, de competitividade para cooperação, de crescimento para desenvolvimento, de consumismo para austeridade, de individualismo para responsabilidade compartilhada, de acumulação para distribuição, etc.

Gil defende alguns princípios em que um sindicalismo ambiental deva se apoiar para progredir. Em primeiro lugar, é necessário buscar superar a invisibilidade sindical nos debates. Para tanto, é preciso transpor as barreiras políticas e econômicas que alicerçaram as históricas diferenças entre sindicatos e meio ambiente. Uma linha estratégica para a resposta sindical pode ser a recuperação dos valores éticos e humanos, a proteção da biosfera e o respeito aos limites ambientais, a equidade e justiça social, o desenvolvimento de alianças políticas anticapitalistas, a defesa da saúde do trabalhador e dos riscos ocupacionais. Segundo a autora, há uma questão inicial de imaginar e redefinir o que o trabalho será no futuro. Esse exercício trás consigo a necessidade de pensar na distribuição dos recursos, as relações étnicas e de gênero, bem como a disposição de um meio ambiente agradável e sem poluição. Em termos de requerimentos para a transição pode-se mencionar a mudança no modelo de energia, a reorientação do modelo de mobilidade nas cidades e do próprio sistema produtivo e a

produção limpa – no sentido de ‘fechar os ciclos’: reciclagem, processos de produção eficientes, redução de resíduos.

Para Gil, o desenvolvimento de um movimento sindical renovado passa pela consolidação de novas formas de organização e interação social dos sindicatos. As políticas sindicais devem contemplar o meio ambiente, a economia, a energia e a indústria, combinadas com medidas específicas para o local de trabalho. Há a necessidade de reviver o sindicalismo tradicional que estava conectado com a comunidade, de tornar-se internamente mais participativos, de ampliar a base social de sustentação sindical para legitimar socialmente as demandas, de aumentar a interação com outros grupos sociais, notadamente anticapitalistas. A autora cita exemplos espanhóis de experiências importantes nesse sentido. O “Movimiento clima”, com participação sindical, logrou formular propostas de ‘objetivos imediatos comuns’ entre os diferentes atores sociais que lhe compunham; esses objetivos foram coletivamente discutidos e aprovados por consenso. Outra iniciativa importante processou-se dentro do âmbito legislativo e visava racionalizar o consumo de energia; reuniu vários atores e construiu propostas de lei comuns – que ao cabo não foram aprovadas, mas o processo foi rico.

Para a autora, o movimento sindical deve desenvolver novas responsabilidades, formas de participação e direitos sindicais no local de trabalho. As novas tecnologias implicam em novos processos e rotinas que, por sua vez, exigem mudanças na organização do trabalho e nos requisitos de qualificação. Como exemplo, Gil cita a “Aarhus Convention”, a qual garantiu direitos de informação e participação dos cidadãos em assuntos ambientais. Mas o mesmo avanço não houve nas empresas, em termos dos direitos sindicais e do trabalho neste assunto no local de trabalho. Nesse particular, a luta sindical deve se concentrar pelo direito de participar de decisões relacionadas ao ambiente no local de trabalho (saúde e segurança), pelo direito à informação (riscos do local de trabalho, etc.), pela proteção dos mecanismos de queixas, pelo direito de recusar a realização de tarefas perigosas ou com risco ambiental. A autora destaca ainda que a resolução do parlamento europeu sobre o potencial de empregos em uma nova economia sustentável destacou o direito à informação e a participação sindical em assuntos ambientais, dentro do escopo da ONU/OIT, qual seja, de que os sindicatos são um importante parceiro social.

Ao final do artigo, Gil se questiona se a luta por melhores empregos é compatível com o sindicalismo ambiental. Segundo a autora, a única forma de evitar um trabalho social e ambientalmente negativos é a luta contra a exploração dos seres humanos e da natureza. Na ‘transição’, que o sindicalismo reivindica que seja ‘justa’, haverá perda de trabalho em setores poluidores e criação de postos nas indústrias renovadas e sustentáveis. Isso afetará a alocação das indústrias diferentemente ao longo do tempo. Também os novos empregos verdes requerem uma força de trabalho mais qualificada, principalmente em setores emblemáticos como as indústrias da construção, de transportes e de reciclagem. O esverdeamento da produção implicará ajustes entre setores tradicionais e emergentes mas, como bem salienta a autora, “... it will also require a different form of production, particularly in terms of resource and energy efficiency, world organisation, industrial relations, union participation and distribution of wealth”²⁵ (GIL, 2013, p.74). O processo de transição foi prejudicado pela crise 2008, que desmantelou sistemas de proteção social, promoveu a desregulamentação ambiental (ou a sua propalada ‘simplificação’) e reduziu a fiscalização ambiental, crescentemente relegada a inspeções de empresas privadas. A reforma trabalhista implementada em 2012 na Espanha, com o objetivo de criar empregos, promoveu mais desemprego e determinou maior facilidade de demissões, degradação do direito de negociação coletiva, precarização de contratos de trabalho e sérias limitações nos direitos de saúde do trabalhador. Houve também cancelamento da política de subsídios para energias renováveis e outras ações estão sendo anunciadas pelo governo para simplificação da regulação ambiental, para a substituição da ampla informação e participação social por procedimentos administrativos, para o estabelecimento de acordos voluntários (sem aderência legal), para a promoção desenfreada de qualquer atividade econômica e de turismo de massa, para fomentar a especulação imobiliária e seus danos potenciais às áreas costeiras, para o aditamento das metas de redução das emissões, que foram para o último item na pauta governamental. Contudo, para Gil, o movimento sindical vive oportunidade única de promover um novo modelo de sociedade, com mais paz, justiça, equidade e existência humana. Mas precisa se renovar. Isso é necessário, isto é possível, e os sindicatos não estão sozinhos nessa luta.

²⁵ “... isto também vai requerer uma diferente forma de produção, particularmente em termos de eficiência de recursos e energética, organização mundial, relações de trabalho, participação de sindicatos e distribuição da riqueza”. (tradução nossa)

A experiência da **Suécia** foi investigada com base em dois artigos, de Henriksson (2013) e de Gingrich (2013). Segundo o primeiro autor, ao analisar a indústria automobilística sueca frente à crise de superprodução gerada pela crise financeira internacional de 2008, observa que duas saídas lhe foram colocadas: 1) a abordagem da “destruição criativa”, liberal e de mercado; a qual, segundo Henriksson, significaria somente a primeira parte, ou seja, a sua destruição; ou 2) a concessão de subsídios à indústria; alternativa apoiada pelos sindicatos, que em contrapartida, concordavam com a redução temporária da jornada e dos salários.

Ao longo do artigo Henriksson desenvolve seus argumentos no sentido de caracterizar as duas alternativas como falsas soluções. Apoiar a indústria durante a crise poderia ser viável se, depois da crise, a indústria voltasse a crescer. Porém, para o autor, não há indícios que ela volte à sua ‘normalidade’. Isso porque há limites ambientais para a essa indústria. O problema das emissões não será resolvido com o carro verde e os combustíveis agrícolas (biocombustíveis, etanol) também não resolveriam, pois seria necessário destruir 50% das florestas no mundo para substituir a matriz energética atual. Da mesma forma, não há área arável no planeta para substituir o petróleo como fonte de energia. O carro elétrico ou movido a hidrogênio também não é a solução pois dois terços da energia elétrica do mundo provem de combustíveis fósseis. Para o autor, não há futuro para carros individuais privados. Isso não significa que deixarão de existir, mas apenas que não é possível alicerçar todo o sistema de transporte sobre essa matriz. Nesse sentido, é inevitável que a indústria de carros deixará de existir, pelo menos tal como a conhecemos hoje.

A alternativa da destruição criativa, ou seja, de deixar a indústria morrer também não seria uma boa alternativa por motivos sociais, práticos e políticos. Há encadeamentos produtivos com outras indústrias e uma organização de pessoas qualificadas que não pode ser desperdiçada. Então, para o autor, há um terceiro caminho, que aproveite a sofisticada flexibilidade e sua expertise em produção eficiente em massa (logística, engenharia, desing, qualidade e controle) para produzir em massa e a um baixo custo produtos ecoeficientes e baseados em combustíveis não fósseis; alguns exemplos são turbinas para energia eólica, trens, etc. Para Henriksson há exemplos históricos que comprovam a capacidade desta indústria de substituir os produtos produzidos. Durante a Segunda Guerra Mundial o Governo dos Estados Unidos proibiu a produção de carros privados e a Ford lucrou muito produzindo tanques e bombas.

Assim, para Henriksson, a questão climática não é tecnológica, mas política (luta de classes). Os interesses materiais são sempre superiores quando colocados ao lado da racionalidade. E o movimento sindical tem experiência nisso: todas conquistas dos trabalhadores foram obtidas por organização e luta coletiva. Assim, é preciso se preparar para a luta ou, na metáfora utilizada pelo autor, é necessário “fortalecer os músculos” e não deixar que o mercado resolva, passivamente, o problema. Nesse sentido, apoiar a indústria ainda é melhor alternativa em relação a de deixar a questão para o mercado. O ponto de partida precisa ser a solidariedade de classe, obtendo o apoio de toda a sociedade para a intervenção.

Henriksson menciona ainda que a sociedade precisa tomar o controle das corporações automobilísticas multinacionais para resolver os problemas com que vêm se defrontando. Para o autor, seria imperativo nacionalizar e promover a conversão da indústria automobilística sueca em criadora de empregos seguros e produtos que possam reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Esse é o terceiro caminho segundo Henriksson. Essa alternativa exige uma plataforma (plano) para uma ampla aliança social. Para isso é necessário, primeiramente, enfrentar a falta de autoconfiança das organizações sindicais, propiciada pelo crescente autoritarismo e controle na produção industrial. Segundo o autor, o primeiro passo é reaprender a lutar pelo que for necessário, mas enquanto um coletivo social. O segundo passo é produzir coletivamente planos concretos de como converter diferentes setores, potencializando a ação e pressão política. São exemplos desses planos o Plano Europeu contra a privatização dos trilhos para um transporte sustentável (2009-2025) e a campanha “One Million Climate Jobs” – desenvolvida na Inglaterra e África do Sul. O terceiro passo é desenvolver a conexão destes planos e ideias com o lugar de trabalho concreto. Por exemplo, na Inglaterra, durante os anos 70, o centro espacial Lucas Aerospace Company enfrentou fortes cortes de recursos públicos e uma alternativa levantada na época foi nacionalizar a empresa para ela produzir produtos socialmente mais úteis. Certo é que o conceito de produção alternativa não é simples de ser implementado, pois muitos pensam que uma alternativa seria produzir outros produtos lucrativos, e essa não é a ideia.

Concluindo, Henriksson revela que as crises econômica e ambiental têm natureza coletiva, em nível social e no local de trabalho e uma imaginada conversão atuaria sobre esses níveis e necessitaria contemplar essa sua natureza. Mas os sindicatos muitas vezes respondem a essas crises com soluções individuais (substituição de postos,

realocações e retreinamentos), que aceitam, em maior ou menor medida, a dissolução da natureza coletiva dos trabalhadores. A ameaça aos postos de trabalho na indústria automobilística tem sido usada como argumento para intervenções que fomentam uma produção prejudicial ao meio ambiente. A estratégia de conversão da indústria geraria menos sacrifícios para os trabalhadores. Não se pode pensar que as perspectivas de trabalho se encerram com o fim da indústria automobilística. Se pensarmos assim, arremata Henriksson, estamos perdidos, seja enquanto trabalhadores ou seja como seres humanos.

Já o artigo de Gingrich faz um estudo comparativo das políticas dos sindicatos de “colarinho azul” na Suécia e nos Estados Unidos, frente à ameaça nos seus empregos que significam as mudanças climáticas. Cabe esclarecer que a menção ao termo colarinho azul remete a cor dos uniformes de indústrias tradicionais, notadamente com fortes emissões de gases de efeito estufa ou intensivas em energia, em contraposição aos denominados trabalhadores de “colarinho verde”, que atuam em atividades relacionadas a economia verde. Na Suécia, foram selecionados para o estudo de caso a IF Metal (trabalhadores do setor metalúrgico) e a Kommunal (trabalhadores municipais de colarinho azul e trabalhadores agrícolas). E nos Estados Unidos, a United Auto Workers (UAW) e a United Steelworkers (USW). Uma grande diferença entre os dois países é a densidade sindical que nos Estados Unidos é de 12% (já foi de 40% nos anos 70) e na Suécia alcança 71%. Neste momento, a análise privilegiará as informações trazidas pelo artigo para a Suécia e, posteriormente, quando tratarmos dos Estados Unidos, serão tratadas as particularidades norte-americanas no estudo comparativo.

Como menciona Gingrich, a IF Metal tem laços com o Partido Social Democrata sueco e essa sua ideologia lhe implica um comportamento bastante centrado no bem-estar dos trabalhadores. Quanto às mudanças climáticas, o sindicato relutou em reconhecer a ameaça como antropogênica. E, mesmo após reconhecer a ameaça, não acredita que o trabalho intensivo em energia de seus membros tenha papel importante na mudança climática. A IF Metal está dentro do sistema político neocorporativo, em particular, com uma relação trabalho-capital institucionalizada, dentro da ideia de ser um parceiro social. Nesse sentido, busca soluções para os problemas, incluindo a mudança climática, através da consulta e compromisso com atores estabelecidos. Por isso, é hesitante em trabalhar com novos atores que considera potencialmente disruptivos – como grupos de interesse ambiental. Somente passou a reconhecer o

problema climático e abriu-se para falar com grupos ambientais na medida em que estes obtiveram maior legitimidade e o poder de influência dos sindicatos e dos sociais democratas declinou. Mas a solução de problemas ainda envolve o trabalho da central sindical com a indústria e o Estado (tripartite), no sentido de desenvolver soluções tecnocráticas para questões ambientais, com pouca consulta e utilização das propostas dos grupos ambientais. Ademais, sindicato apoia a energia nuclear, o que o afasta do movimento ambiental.

Segundo Gingrich, o sindicato Kommunal tornou-se, no desejo, o sindicato mais verde da Suécia desde a Rio-92. De acordo com a análise do autor, é um caso típico de defasagem institucional: apesar da mudança de entendimento da questão (advoga práticas de cultura sustentável), as normas e regras que orientam a sua ação previnem a plena realização de suas vontades. A mudança climática é vista pelo Kommunal como uma questão internacional que afeta vida e trabalho dos seus membros. A sua fusão recente com o sindicato dos trabalhadores rurais objetivou também lhe imputar um perfil de trabalho mais ambientalmente apropriado. Nesse escopo, desenvolve trabalhos para promover a consciência dos trabalhadores não rurais sobre as repercussões de seu consumo na mudança climática. Além disso, considera que há uma desproporção entre culpa pela mudança climática no norte do globo e suporte do peso de seus efeitos no sul. Esse seu foco internacional, mirando além do local de trabalho, lhe fornece uma visão ampla das desigualdades sociais decorrentes de diferentes formas de exploração (do trabalho, do ambiente, etc.). Isso, por sua vez, contribui para que o Kommunal possa superar as barreiras internas ao debate e trazer à tona a questão central da solidariedade internacional dos trabalhadores. O autor afirma ainda que o sindicato tem um papel educacional forte junto a seus membros e aos cidadãos e, portanto, esse é foco de sua ação, juntamente com ações para conservação doméstica de energia para pressionar empresários a adotarem outras fontes de energia e utilizar alimentos produzidos localmente e em meios não intensivos.

Concluindo, Gingrich analisa que todos os quatro sindicatos investigados na Suécia e nos Estados Unidos definem sua luta contra a mudança climática em termos da proteção para seus membros. Mas há diferentes formas de reação e de abordar a questão, explicadas parcialmente pelas regras formais e cultura política informal (instituições) em que os sindicatos estão atuando. Na Suécia, o sistema político neocorporativista, segundo o qual os problemas são tratados por vias institucionais

integrativas entre atores estabelecidos como parceiros sociais, não propicia incentivo para alianças com movimentos ambientais. Como resultado, há mais alianças nos EUA que na Suécia. As singularidades nas estruturas e condições materiais dos sindicatos também explicam suas diferenças. Na Suécia, a atuação e tomada de decisões sobre mudança climática é feita a partir do centro e disseminada por atividades educativas. Ainda há distintas ideologias predominantes nos sindicatos, resultado de entendimentos específicos e a interpretação coletiva das prioridades de cada organização. Na Kommunal, a estrutura sindical social ou o seu social sindicalismo lhe faz ir além do posto de trabalho e ser ativo também social, política e economicamente – independente de conexão imediata com cotidiano sindical. Algum nível de internacionalismo é igualmente importante para distinguir as visões sindicais. Já a IF Metal, sua relação com o poder histórico lhe imputa estreita visão ideológica: seu foco é manter a parceria com a indústria e proteger seus membros atuais e o seu poder institucional. Por isso, agem defensivamente e não são propensos a integrar à sua ideologia sindical novas idéias, como, no caso, a mudança climática. Por fim, Gingrich menciona que há muitos fatores explicativos das diferentes posturas sindicais em relação ao meio ambiente, tais como estrutura organizacional, tipos de trabalhadores representados, estrutura política, instituições, ideologia, etc.

A experiência da **Austrália** será analisada com base em três artigos: Cock e Lambert (2013), Burgmann (2013) e Snell e Fairbrother (2013). Os primeiros autores discutem a necessidade de redefinir o papel do sindicalismo frente a uma economia global neoliberal e a crescente importância da pauta ambiental, fazendo um estudo comparativo da situação na Austrália e na África do Sul. Para Cock e Lambert, a resposta às crises econômica e ambiental é construir redes de solidariedade envolvendo o ativismo sindical e ambiental. Para tanto, será necessário se envolver em novas formas de solidariedade que reforcem o sentido da mutualidade, para além das baseadas em interesses ou identidades, que envolvem, mormente, a diferença.

Para Cock e Lambert, a resposta do capital para a crise ecológica foi um novo capitalismo sustentável ou o capitalismo verde. Essa orientação mantém as instituições capitalistas intactas, mas se utiliza das inovações tecnológicas para expandir mercados, no sentido de transformar a natureza e as relações sociais em relações econômicas subordinadas a lógica dos mercados e imperativos do lucro. Segundo os autores, para os críticos dessa abordagem, a lógica da acumulação de capital está destruindo as

condições ecológicas que sustentam a vida, justificando a emergência do movimento por justiça climática.

Quando abordam a resposta do trabalho para a crise ecológica, os autores salientam, inicialmente, que a abordagem crítica que situa as relações com a natureza dentro das contradições da dinâmica de acumulação de capital é uma escolha política. Na Austrália, a central sindical ACTU (Australian Council of Trade Unions) tem endossado a política do Partido Trabalhista, que defende, por exemplo, o sistema de comércio de carbono. A central fez campanha para aprovar a taxa de carbono proposta pelo partido, dentro de uma perspectiva do capitalismo verde. Essa posição sindical é justificada pela pressão dos sindicatos de trabalhadores de colarinho azul (de minas, transportes, etc), que se preocupam com os impactos no trabalho da transição para uma economia de baixo carbono. De outro lado, a central sindical que se situa mais a direita em suas posições políticas se opõe a política de comércio de carbono, reivindicando subsídios para introduzir tecnologias limpas: “The AWU (Australian Workers Union) will not support a carbon tax that cost even one steel job”²⁶ (COCK e LAMBERT, 2013, p.91). Outro segmento sindical mais progressista, com membros nas minas de carvão, é o mais ativo no debate de mudança climática, usando a abordagem da ‘transição justa’ (protegendo trabalhadores vulneráveis) para defender uma solução de mercado complementada por investimentos públicos em indústrias verdes. Esse segmento também apoia a política de captura e estoque de carbono. Já outro segmento sindical australiano tenta superar a solução de mercado para a crise do clima, ampliando o engajamento com grupos ambientais e sociais, como aqueles que reivindicam justiça climática. Outra linha sindical australiana busca construir alianças com grupos anti-nucleares e povos indígenas. De maneira geral, os sindicatos concordam que há um ganho líquido de emprego com uma justa transição para uma economia de baixo carbono, energeticamente eficiente e baseada em recursos renováveis. Ou seja, para os autores, não há no sindicalismo australiano uma estratégia de se aproximar dos movimentos sociais para impor as medidas radicais que a catástrofe ambiental demanda. Exemplo dessa postura é o comportamento da principal central sindical australiana que busca apoiar o governo, permeado da voz ativa das corporações – que articulam uma eficiente estratégia de não agir. Para os autores, a situação da África do Sul é diferente da australiana, pois naquele país a principal central sindical reconhece que a mudança

²⁶ “A AWU não apoiará uma taxa de carbono que custe sequer um posto de trabalho no aço” (tradução nossa)

climática é uma questão social e de desenvolvimento e chega a propor soluções radicais para a crise no clima – aproximando-se relativamente mais da abordagem pela justiça climática. Nesse ponto do artigo os autores se questionam se os empregos verdes são um componente do novo capitalismo verde que tenta evitar mudanças fundamentais enfatizando a tecnologia e os mercados ou o emprego verde é parte de uma economia verde baseada em direitos, princípios de sustentabilidade e trabalho decente que pode encontrar o desafio da transição justa. De todas as formas, Cock e Lambert defendem que será necessário que o sindicalismo faça amplas coalizões com outros movimentos sociais.

Os autores argumentam o seu ponto de vista analisando um exemplo do caso da Arcelor Mittal, a maior empresa de aço do mundo e sua instalação na Ásia. Cock e Lambert revelam que seu processo de acumulação de capital nos últimos 60 anos foi marcado por elevado grau de exploração do trabalho, destruição de comunidades locais e destruição da natureza. As iniciativas sindicais de ações contra tal exploração não tiveram muito sucesso, pela falta de engajamento com a comunidade. Em 2008 houve uma ação global que contemplou a preparação prévia com pesquisas para apoiar seus argumentos e protestos simultâneos em várias partes do mundo; sugerindo um tipo de intervenção de caráter glocal – iniciativas localmente fundadas, mas globalmente conectadas. Ocorre que durante a preparação desta ação, ainda em 2006, a Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos organizou um encontro em que decidiu construir parcerias com os administradores das empresas, seguindo uma orientação europeia de construção da paz social. Para Cock e Lambert, o desafio essencial é construir um novo tipo de movimento que objetive transcender a noção de conflitos de interesse entre trabalho e natureza. A lógica de acumulação de capital é um processo singular que destrói tanto o trabalho quanto a natureza. Segundo os autores, essa luta também deve ser uma luta por liberdade, como outras tantas que houve no mundo, mas em escala global. Para tanto, Cock e Lambert destacam as iniciativas do New Labour Internationalism (NLI), que trás uma nova visão alternativa, relacionando os direitos da natureza com o controle social e democrático da produção e das finanças.

Concluindo, Cock e Lambert mencionam que para contrabalançar o poder das corporações é essencial que o poder social esteja enraizado na capacidade de mobilizar pessoas para ações cooperativas de diversos segmentos da sociedade civil. Como Harvey menciona, há uma “absoluta necessidade de um coerente, anti-capitalista e

revolucionário movimento” (tradução nossa) (HARVEY, 2010, p. 228), que seja capaz de reverter o que denomina por “duplo bloqueio”: a falta de uma visão alternativa que dificulta a formação de um movimento de oposição e a falta desse movimento de oposição que dificulta a articulação de uma alternativa. Para Sweeney (2011), o movimento sindical enfrenta esse bloqueio de duas formas, ou se aliando ao ‘capitalismo verde’ ou ao ‘capitalismo suicida’ (mantendo o ‘business as usual’). Segundo Cock e Lambert, a alternativa para o movimento sindical é ir além destas duas alternativas, para além do plano nacional e além do local de trabalho, enfatizando a solidariedade como valor central – contra qualquer forma de individualismo promovido pelas relações sociais mercantilizadas. Também é necessário superar a visão de que os sindicatos viraram instituições obsoletas, o que faz parte de um descompromissado pessimismo, que incentiva a fragmentação da classe envolvida por uma nova elite, que promove a precarização da organização do trabalho. Também é necessário promover a visão de uma ordem social alternativa. O verdadeiro terror não é colapso ambiental ou a recessão global, mas o fatalismo que elas internalizam, o que leva a não ser possível uma alternativa para a atual ordem do capital. Os autores encerram com uma frase de Harvey: “... um capitalismo ético, não explorador e socialmente justo que redunde no benefício de todos é impossível. Isto contradiz a natureza do que é o capital” (HARVEY, 2010, p. 239)

Já o artigo de Burgmann (2013) analisa o debate das mudanças climáticas nos sindicatos australianos, destacando o processo de transição desde a contradição entre empregos e meio ambiente até a defesa de empregos de colarinho verde. Para a autora, as economias capitalistas são caracterizadas pela subutilização do recurso trabalho e sobreutilização de recursos ambientais. Essas características incentivaram o surgimento de movimentos sociais, tanto sindicais quanto ambientais, com objetivos comuns e compatíveis. Na Austrália, os sindicatos e grupos verdes estão crescentemente cooperando para juntos produzirem um novo discurso em torno dos empregos de colarinho verde (“empregos e meio ambiente”), em oposição a antiga retórica de “empregos *versus* meio ambiente”. O conceito de emprego verde australiano considera, para além das características do setor e da ocupação, os objetivos da organização e os seus resultados.

Quanto trata da história da relação entre os sindicatos australianos e mudança climática, Burgmann revela que desde os anos 70 os sindicatos australianos já

reivindicam maior uso do trabalho e menor uso de recursos naturais. Ainda naqueles anos, os sindicatos se aliaram a ACF (Australian Conservation Foundation) para fundar a organização EFE (Environmentalists for Full Employment). Naquela época, os três Es (Environmental, Energy and Employment) pareciam incompatíveis entre si. Para tanto, foi criada a EFE, questionando qual o crescimento econômico é socialmente desejável. Questionavam o fato de que a luta por um ambiente decente possa gerar desemprego. A reação empresarial foi propalar a propaganda que proteção ambiental custa trabalho, em uma estratégia para dividir movimentos sindicais e ambientais e exacerbar o conflito entre trabalho e meio ambiente. Nos anos 90 os sindicatos australianos foram os primeiros a tentar conciliar essa aparente contradição ao desenvolver o conceito de capitalismo verde, em um mix de precificação de ativos ambientais, taxação e medidas regulatórias. Cabe destacar que a precificação gerou impactos negativos para os mais pobres, exigindo regulação e políticas públicas. Esse percurso se iniciou em 1991, quando os sindicatos publicaram sua política em relação aos gases de efeito estufa. No ano seguinte, a ACTU lançou uma publicação sobre efeito estufa, emprego e desenvolvimento, destacando a liderança australiana na mitigação do efeito estufa e os custos da transição para uma economia de baixo carbono. Nesta publicação era patente que o efeito estufa afeta toda a sociedade e a vida cotidiana dos trabalhadores e, por isso, os trabalhadores precisam ser ativos no processo de transição. Em 1993, em parceria com a ACF, a ACTU lançou o seu programa de empregos verdes, para promover os mesmos, principalmente para as populações vulneráveis: desempregados, jovens, aborígenes e pessoas descapacitadas. Todas essas iniciativas foram suspensas com a eleição do governo conservador na Austrália em 1996. Mas já em 1997 grupos sindicais e ambientais fundaram a Earthworker. Essa organização logrou promover a transformação do discurso de empregos versus natureza para trabalho e meio ambiente, em uma trajetória para a economia verde. Em termos concretos, fomentou um plano para a indústria da construção, que previa o incentivo a utilização de energia solar, eólica e hidráulica, além de fomentar cooperativas de gestão. Hoje, na Austrália, as iniciativas para alavancar os empregos verdes estão florindo, não obstante o discurso empresarial continue explorando a falsa dicotomia entre empregos e meio ambiente. Segundo Burgmann, alguns fatores levaram a uma conscientização crescente dos problemas envolvidos com as mudanças climáticas na sociedade australiana, como a maior concretude das mudanças climáticas (diante da ocorrência de crescente número de eventos climáticos extremos naquele país) e maior informação e conscientização

internacional (filme de Al Gore). Par e passo, a eleição de Obama nos Estados Unidos e a crise financeira internacional de 2008, trouxeram grande ceticismo ao liberalismo e esperança no “New Green Deal” e seu novo keynesianismo verde. A conjunção desses eventos foi então uma oportunidade política para conciliar sindicalistas e ambientalistas em uma crítica ao neo-liberalismo corporativo global que atua de modo irresponsável com trabalhadores e meio ambiente. Mas esse novo keynesianismo verde também é criticado pelo excesso de otimismo da estratégia de modernização ecológica dos anos 90, que foi direcionada somente para salvar o capitalismo. Segundo o autor, ideologicamente, há razão na crítica, mas o ganho prático foi superar a visão antagônica entre trabalho e meio ambiente.

Entre as iniciativas recentes na Austrália nesse campo, o autor destaca o trabalho do Fórum Australiano de Sindicatos para Mudança Climática e Energia Sustentável, criado em 2007 pela ACTU para desenvolver soluções para a mudança climática, no sentido de que é preciso agir logo para evitar a desestabilização das indústrias e gerar novos empregos, urgentemente. Seu ponto de partida foi a publicação de princípios e políticas para conter o aquecimento global. Abordou as questões da justiça social e da justiça na distribuição dos recursos. O custo de não reduzir emissões será maior que a transição justa, dentro de um paradigma de modernização ecológica. Além do mais, reconhecem que os empregos verdes trazem novas oportunidades de empregos, com altos salários. Em 2008 a ACTU mais a ACF criam o Southern Cross Climate Coalition (SCCC), com o envolvimento de vários setores sociais, no intuito de desenvolver uma resposta justa para a mudança climática. Após a crise, lançam uma publicação: “Green Gold Rush: como fazer a Austrália líder na corrida mundial pelos empregos verdes”. Segundo esse plano, há uma priorização de seis indústrias: energia renovável, eficiência energética, sistemas sustentáveis de água, materiais biológicos, construções verdes e lixo/reciclagem. Segundo a publicação, estimular esses setores tem o potencial de ajudar a Austrália a assegurar sua prosperidade econômica. Neste mesmo ano, a ACTU apoiou o Rudd Labor – compromisso governamental de reduzir em 60% as emissões de gases de efeito estufa até 2050, ao nível de 2000. Ao tempo, reivindicou também planos mais ambiciosos, afirmando que os trabalhadores teriam um custo com a adoção deste compromisso. O sentido era de compartilhar tarefas entre atores, cada qual assumindo alguns custos imediatos da adoção da política. Em 2009 a ACTU publica “A Fair Society: meio ambiente e políticas para mudança climática”, rejeitando a ideia que a

transição justa causaria danos para a economia. Nesta publicação, o peso regressivo dos setores sindicais de indústrias intensivas em carbono (alumínio, etc.) se fez presente, reivindicando proteção e subsídios para a transição. Mas esse tipo de proteção de empregos estava fora da transição justa que era reivindicada internacionalmente pela ITUC, causando um natural desconforto e provocação de reflexão crítica. A publicação reafirma ainda que as medidas de mercado serão insuficientes para conter as mudanças climáticas e reivindica, principalmente para os setores com empregos sob risco, a utilização de subsídios, incentivos, regulação, treinamento, etc. Ainda em 2009 a ACTU e a ACF lançam o “Unios Climate Connectors”, um programa que envolvia treinamento sobre mudanças climáticas para o movimento sindical e recursos para ações sindicais de *lobby* em temas ambientais. O sentido era de que sindicalistas e trabalhadores devem fazer parte da solução para o clima e a mensagem era que cortar a poluição cria empregos. Ademais, defende que a transição deve trazer encorpada padrões de trabalho decente e boa qualidade dos postos de trabalho. Nesse sentido, os sindicatos se aliam na competição mundial pela indústria verde, enquanto oportunidade econômica para quem for líder. Em 2011 a ACTU apoia construção legislativa da precificação do carbono (“imposto carbono”), afirmando ser um passo vital na ação para conter a mudança climática. Neste mesmo ano, a ACTU publica um material intitulado por “Mudança climática é negócio sindical”, reestabelecendo a conexão entre criação de empregos e ação na mudança climática.

Por fim, Burgmann conclui que as crises econômica e ambiental oferecem escopo para transformação da polaridade entre vermelhos e verdes. O antagonismo entre as duas categorias foi uma estratégia para separar os grupos e tirar a atenção pública de temas de interesse comum. A retórica dos empregos verdes tem forte aceitação entre sindicalistas, porque, com a noção de trabalho decente, não exige transformação da ênfase sindical tradicional na segurança no trabalho.

O terceiro artigo consultado que trata da experiência australiana foi o de Snell e Fairbrother (2013), que analisa a transição e o ambientalismo do trabalho naquele país. Inicialmente, ao analisar a transição justa, os autores referem que ela é praticamente um mantra entre sindicalistas ambientalistas. Essa abordagem parte da premissa de profundas desigualdades entre os países industrializados (geradores de gases de efeito estufa) e em desenvolvimento, já que os impactos da mudança climática recairão sobremaneira sobre os pobres. A transição justa visa combater a destruição ambiental e

diminuir iniquidades, que mantêm o *status quo* das classes dominantes. Também as políticas para a transição trarão resultados diferentes para os países, já que os mais vulneráveis serão mais impactados, fato que, segundo os autores, é um obstáculo em termos de política internacional. As regiões mais industrializadas exigirão assistência pró-ativa na transição para novas indústrias. Então, se o obstáculo é desigual, deverá haver um compromisso com a justiça distributiva da transição, relacionando dimensões clima com princípios de justiça distributiva. Nesse sentido, a distribuição dos custos será alcançada via planejamento e políticas ativas, justificando a necessidade de intervenção estatal, em contraposição as políticas neoliberais pela redução na intervenção. Para os autores, a origem da noção de transição justa foi nos EUA, ainda nos anos 70, quando Leonard Woodcock, da United Automobile Workers, propôs que o trabalhador que tivesse perdido o emprego por poluição tivesse que ter seu salário e benefícios recompostos, custos de retreinamento financiados e despesas de mudança indenizadas. Portanto, a transição justa está relacionada a noções de justiça social em sociedades liberais democráticas. No mundo do trabalho, ela exige consulta prévia com trabalhadores afetados, no sentido de que a justiça encorpada na transição justa está mais no processo do que no resultado. Assim, os empregos verdes, para os autores, devem ser uma oportunidade para os trabalhadores que sofreram desvantagens no mercado de trabalho, em consonância com o pensamento do movimento sindical inglês, que defende que os empregos verdes precisam ser decentes, produtivos e com um salário justo – em suma, provendo proteção social para as famílias. Contudo, transição justa é diferente de ajuste estrutural neoliberal, sem Estado, mantendo o atual modelo. A transição justa reivindica um modelo alternativo de desenvolvimento, que retome o planejamento industrial coletivamente construído pelos diversos atores (governança coletiva) e que desafie as noções de soluções baseadas no mercado como únicas soluções.

Quando tratam do ambientalismo do trabalho e políticas de mudança climática na Austrália, Snell e Fairbrother referem que é preciso ter em mente que o carvão está no centro do desenvolvimento australiano e que há falta de subsídios governamentais para a inovação nesse setor. Assim, a mitigação da mudança climática cria profundas divisões políticas, nas quais os verdes são minoritários e os partidos conservadores tendem a agir somente mediante pressões internacionais. Partido do Trabalho (ALP) se tornou *mainstream*, tentando preservar interesses econômicos do país enquanto dá seus

passos em direção as preocupações com a mudança do clima. Nas eleições federais de 2007, a mudança climática esteve na plataforma de governo do ALP, relacionando medidas de apoio ao Protocolo de Kyoto e ao sistema de comercialização de emissões de carbono. Sob forte pressão das corporações, abandonou a promessa de introduzir esse sistema em 2010. Mas vários estados adotaram medidas para regular as emissões e melhorar a eficiência energética. Um exemplo de consequência foi o fechamento de geradoras de energia a carvão. Ao cabo, essa medida contribuiu para a derrota do governo nas eleições seguintes. Ainda em 2010, foi proposto um novo sistema de comercialização das emissões de carbono, com gradual implantação, mas ainda assim visando reduzir as emissões, para tentar minimizar as resistências. De todo modo, o quadro institucional cambiante gera incertezas para os investimentos privados em economia verde.

Snell e Fairbrother defendem que os sindicatos sejam também atores no campo ambiental. Os sindicatos tiveram um papel central na definição de políticas para mitigação da mudança climática, no sentido de defenderem uma transição justa para uma economia de baixo carbono, ainda que com diferenças setoriais. Em relação à indústria automobilística, o sindicato industrial reivindica a justa transição, o que lhes aproximou dos ambientalistas, mas o afastou de parcela do movimento sindical que é contra a taxaço do carbono. A transição justa reivindicada envolve intervenção de mercado, planejamento industrial multipartite e esquemas específicos para desenvolvimento tecnológicos. Diante da crise de 2008, a entidade passou a demandar apoio à indústria automobilística, ainda assim atrelando recursos adicionais para desenvolvimento tecnológico de carros com menos emissões, como projetos de carro híbrido, etc. A abordagem requer maior intervencionismo, que combina com o discurso sindical, bastante nacionalista.

O sindicato dos setores de construção, florestas, minas e energia é o setor sindical mais ativo e envolvido na política de mudança climática na Austrália. Sua divisão de minas e energia reivindica uma abordagem de mercado apoiada pelo Estado e faz pressão política para projetos pilotos de estocagem de carbono. Defende o mercado de carbono para prover recursos ao governo, a fim de que ele tenha condições de investir em carvão limpo, viabilizando o carvão no longo prazo. Desenvolve programas de treinamento para seus membros sobre a importância do mercado de carbono. Mas esse setor sindical também lida com a perda de empregos, uma retórica complicada,

pois o segmento empresarial também a usa para rejeitar o mercado de carbono. Outra dificuldade é combinar o discurso nacional e o local, onde o trabalhador pode sentir que o sindicato está atuando contra a defesa de seu posto de trabalho. Esse fato chegou a contribuir para a derrota da ALP, a favor do discurso do partido conservador de defesa do emprego industrial. Dessa forma, o sindicato tem dificuldade para engajar seus membros em planos de transição, como fazem outros sindicatos.

Para os autores, o principal elemento de discussão são as tensões entre mudança transformadora e pragmatismo de preocupações cotidianas envolvidas na relação sindical com a mudança climática. Isso faz com que a ênfase do ambientalismo do trabalho seja de caráter mais reformista do que transformadora. Segundo Snell e Fairbrother, é urgente aprender as lições da privatização ocorrida na Austrália dos anos 80. Naquele momento, os sindicatos tiveram um papel reativo, mas em relação as mudança no clima, tentam um papel diferente e advogaram planejamento de longo prazo, no sentido de uma economia sustentável, informada e com processo justo. Mas essa advocacia tem distintas dimensões, conforme a tensão estabelecida no sindicato entre defender empregos e transformação social. Por isso, inicialmente, os sindicatos priorizam educação dos membros, visando o acoplar os problemas enfrentados em causas maiores e aproximando-se das reivindicações ambientalistas. Contudo, os desafios sindicais são imensos: acalmar o temor da perda de emprego que os empresários propalam e ainda desenvolver informações e ações articuladas com outros atores. Nesse sentido, a transição justa exige sindicatos com tradição social democrática em relação a intervenção do estado nas relações de mercado. Ainda assim, convencer governos não é tarefa fácil, sobretudo diante de dirigentes políticos neoliberais. Planos de revitalização e diversificação industrial não são fáceis de serem implementados por governos, que muitas vezes perdem base eleitoral em regiões específicas. Mas os sindicatos têm experiência em encontrar caminhos contra injustiças; no caso, o desaparecimento de empregos insustentáveis. A divergência dos sindicalistas com os ambientalistas é uma questão de tempo das ações: os sindicatos querem uma transição gradual enquanto que ambientalistas querem uma redução imediata, rápida e profunda das emissões. Nesse sentido:

“Australia’s labour environmentalism is defined by a reformista agenda embracing

ecological modernist notions that an ecologically sustainable world can be build through the ‘greening’ of capitalist enterprises... To what degree this reformist labour environmentalism will ensure long-term environmental stabilisation is an open and contested question where unions and environmentalists may never agree.”²⁷ (SNELL e FAIRBROTHER, 2013, p. 158)

Concluindo, os autores mencionam que os sindicatos australianos se movem de uma posição de proteger empregos a qualquer custo, social ou ambiental, para a de reivindicar um novo modelo de desenvolvimento, temperado com intervenção governamental, planejamento regional, ideais de justiça e equidade. Para tanto, promovem atividades educativas para seus membros, formulando uma abordagem de base, com destaque para o emprego futuro dos trabalhadores. O risco dessa estratégia dar errado é de os trabalhadores voltarem a defender empregos em detrimento do meio ambiente.

A experiência da África do Sul será abordada com base nos artigos de Cock e Lambert (2013) e de Bennie (2013). Os argumentos teóricos dos primeiros autores já foram apresentados quando se tratou da experiência sueca, portanto, nesse momento, serão destacados apenas os elementos do estudo comparativo entre os dois países que dizem respeito, especificamente, à África do Sul. Cabe sublinhar apenas o fato dos autores qualificarem como mais progressista o sindicalismo da África do Sul frente ao sueco nessa área.

Na África do Sul a COSATU (Congress of South Africa Trade Unions) reconhece que a mudança climática é uma questão social e de desenvolvimento e propõe soluções radicais. Seu diagnóstico entende que a mudança climática é causada pelo sistema global de lucro privado capitalista, posição consistente com a abordagem do movimento de justiça climática e que se distancia da falsa dicotomia que coloca o trabalho e a natureza em *trade-off*, aproximando as relações entre os movimentos

²⁷ “O ambientalismo do trabalho da Austrália é definido por uma agenda reformista, que abraça a noção de modernismo ecológico de que um mundo ecologicamente sustentável pode ser construído através do ‘esverdeamento’ das empresas capitalistas... Em que grau este ambientalismo do trabalho reformista vai garantir a estabilização ambiental de longo prazo é uma questão aberta e contestada onde sindicatos e ambientalistas podem nunca concordar” (tradução nossa)

sindical e ambiental. Argumenta que a proteção ambiental não apenas cria empregos, ela também salva empregos.

Segundo os autores, um diferencial importante do sindicalismo da África do Sul no que diz respeito às mudanças climáticas é sua proximidade com o discurso da justiça climática. O movimento de justiça climática vem crescendo no mundo desde a década de 90 e ganhou força nos anos 2000. Seu entendimento é de que a lógica da acumulação ampliada do capital é a culpada pela crise ecológica. No campo do trabalho, essa perspectiva compreende que os ambientalistas também são trabalhadores, ou seja, a abordagem é compreensiva das preocupações da classe trabalhadora com questões de qualidade de vida e bem-estar. Na visão dos autores, a eficácia da integração dos movimentos sindical e ambiental depende dos sindicatos se dirigirem no sentido de renovar seus caminhos de ações globais e locais. No âmbito global, merece destaque a discussão distributiva entre norte e sul. Em 2007, foi criada a rede de trabalho “Climate Justice Now”, composto pela via campesina, movimentos feministas, sindicatos, etc. Esse movimento tem um forte trabalho de base diretamente com os afetados, justamente os que menos contribuem para a mudança climática – situação diferente das muitas ONGs ambientais, que sofrem de carência de base. O movimento de justiça climática demonstra extraordinária e rica relação com comunidades populares para campanhas globais fundadas em outro tipo de solidariedade que está emergindo em torno da questão ambiental.

Os autores também salientam da experiência sul africana e sua proximidade com o movimento de justiça climática o diagnóstico de que as elites globais falharam em resolver a crise ecológica: “The intention of the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) is to protect the capitalist economy, not the climate”²⁸ (COCK e LAMBERT, 2013, p. 95).

Contudo, segundo os autores, o sindicalismo ainda precisa desenvolver novas formas de ação radical para, juntamente com o movimento ambiental, abordar o tema da defesa da natureza de forma alternativa e com base social. A tarefa é construir um movimento social global forte. A reestruturação que será imposta aos trabalhadores pelas mudanças climáticas lhes confere motivos para se juntar ao movimento de justiça climática.

²⁸ “A intenção do UNFCCC é proteger a economia capitalista, não o clima” (tradução nossa)

Mas os sindicatos ainda têm que traduzir a florescente consciência de classe planetária em um novo tipo de movimento, que seja global no escopo, mas profundamente enraizado no plano local. Como apregoa Harvey, esse movimento teria que se constituir por uma “...broad alliance of the discontented, the alienated, the deprived and the dispossessed”²⁹ (HARVEY, 2010, p. 240). Os autores concluem que felizmente o movimento sindical sul africano inicia o debate da alternativa do eco-socialismo, um socialismo ético, democrático e ecológico.

O segundo artigo que trás bons elementos para pensar o caso sul africano, de Bennie (2013), discute questões sobre terra, meios de vida e empregos para os sindicatos deste país. Segundo o autor, com as mudanças climáticas, os sindicatos podem explorar as relações existentes entre o movimento trabalhista e os meios de vida rurais baseados na terra. Isso implica reconsiderar o conceito de desenvolvimento, considerando a posse da terra, para além do crescimento econômico baseado na acumulação capitalista.

Como explora Bennie, tradicionalmente, os sindicatos apoiam modelos de desenvolvimento que enfatizam intenso uso de recursos, promovendo empregos a qualquer custo, inclusive com elevados custos ambientais, perpetuando a falsa oposição entre trabalhadores e meio ambiente – tal dualismo não seria sustentável. Para esse autor, de modo geral, o movimento sindical na África do Sul esteve, tradicionalmente, fora das lutas ambientais locais. Recentemente, a COSATU tem envidado esforços para desenvolver um discurso diferenciado, que coloca a crise ambiental como decorrente do processo de acumulação, buscando superar a visão de empregos *versus* meio ambiente para uma noção de empregos e meio ambiente. Não obstante esse esforço e discurso, a entidade assinou o acordo proposto pelo governo por empregos verdes – em um paradigma de economia verde e dentro da política governamental de gerar uma nova trajetória de crescimento. De outro lado, a população rural indígena e pequenos camponeses estão envolvidos em uma série de lutas locais. Como o autor extrai de Harvey, a tarefa urgente é pensar em como as lutas sindicais e pelos meios de vida rurais podem se relacionar uma com a outra. Para tanto, Bennie realiza um estudo de caso sobre a mineração na África do Sul, especificamente focando no projeto Xolobeni Mineral Sands em Wild Coast. Para os trabalhadores, novos investimentos podem gerar

²⁹ “... ampla aliança entre os descontentes, os alienados, os expropriados e os despossuídos” (tradução nossa)

empregos, mas ao custo da destruição ecológica e da desapropriação da terra. Isso, por sua vez, traz consequências para a noção sindical de desenvolvimento, enquanto meio para expandir a reprodução social da própria classe trabalhadora.

Segundo o autor, a proposta de mineração na região criou forte processo de contestação nas comunidades afetadas, com divisão de posições, mas a maioria se opunha ao projeto. A proposta se caracterizava por amplos interesses, relações de poder desiguais e falta de participação das comunidades afetadas. Até havia uma ONG que era uma parceira de empoderamento local, mas que só servia para os membros obterem retornos pessoais. O discurso da empresa era contribuir para o desenvolvimento sustentável da região. Em 2008, o projeto recebeu a concessão do direito de explorar mas, já em 2011, houve a retirada do direito dada a forte pressão local contra o empreendimento. Mesmo a geração de empregos diretos foi limitada e questionável. Dessa forma, o conceito de desenvolvimento utilizado, em grande medida, nega a sua dimensão local – as experiências locais e as relações de poder estabelecidas.

De acordo com a pesquisa empreendida por Bennie, a comunidade local considera a terra a sua segurança de rendimentos, em termos de algo como uma segurança ambiental. Assim, o sustento baseado na terra está relacionado com várias concepções de uso da terra e suas relações entre humanos e o ambiente local. Na região, há uma forte defesa do uso comum da terra, com origens colonialistas e que persistiu durante o período de Apartheid. Segundo mencionam alguns dos entrevistados pelo autor, “a terra é para sempre, mas o dinheiro desaparece... o que acontecerá quando a mina encerrar as atividades?... eu sou agricultor e é isso que eu sei fazer... a terra é parte de mim” (BENNIE, 2013, p. 106). Ou seja, a terra provê um pilar central de sobrevivência e organização social da população local.

A questão da superação da pobreza sempre é um argumento na discussão do contexto local. Entrevistados com uma visão oposta ao projeto referem possuir, historicamente, um desenvolvimento do qual não são removidos. Claro que há o desejo por empregos, mas sem destruir o ambiente local – no turismo, por exemplo. Além do mais, falta participação no processo de discussão do modelo de desenvolvimento. Sobre a pobreza, muitos entrevistados referiram não se considerar pobres, pois seu entendimento de riqueza vai além das riquezas materiais. Pobreza nesse contexto transcende os indicadores tradicionais, que mistificam as causas e natureza da pobreza.

O discurso tradicional do desenvolvimento, da disputa por postos de trabalho, despolitiza a pobreza. Há nitidamente o desejo de um desenvolvimento enraizado no contexto local e que não induza a drásticas alterações sociais.

No movimento sindical, a COSATU e a NUM (National Union of Mineworkers) defendem intensificar a exploração de recursos minerais como centro do crescimento e desenvolvimento. Em contrapartida, reivindicam garantias para a comunidade se beneficiar da mineração. Para tanto, a NUM reivindica a nacionalização das minas. Contudo, para os opositores, a propriedade estatal não garante a distribuição democrática e igualitária dos recursos. Nos contextos locais, o trabalho demanda um paradigma transformador. Os sindicatos ainda exercem pouco papel nas lutas locais das comunidades rurais ao desconsiderar que a indústria extrativa está no centro da acumulação pela desapropriação. Analisando mais atentamente a NUM, o autor observa que a organização sindical não articula, compreensivamente, as complexas questões de pobreza e desenvolvimento.

Segundo ao autor, é necessário prestar atenção nas relações de poder. A trajetória das minas continua sendo caracterizada por concentração da propriedade e da riqueza, um lugar onde as terras da comunidade servem apenas para a expansão da atividade mineira. O processo de desenvolvimento precisa ser democrático e situado na compreensão das necessidades da comunidade. Há uma necessidade premente de reorientar a prática desenvolvimentista, desviando-se do dominante controle do mercado e do Estado em direção às posses comunitárias e considerando as relações de poder existentes. Para o movimento sindical, o desafio é reorientar sua noção de desenvolvimento visando fortalecer as alianças comunidade-trabalho. Segundo Bennie, isso implica em responder algumas questões: a quem interessa o projeto? Quem controla? Que tipo de relações demanda entre sindicatos e comunidade? Há impacto quantitativo no PIB? Quais as questões qualitativas envolvidas? Como o projeto impacta a qualidade de vida e as relações sociais entre as pessoas, o censo de comunidade e a manutenção da coesão social?

Na África do Sul, segundo o autor, há ampla abundância de mão-de-obra barata para a indústria mineira. O sentido do espaço rural desvia-se de seu papel crítico de reprodução social e fonte de segurança para trabalhadores expulsos da economia urbana pelo desemprego. Por isso, estender as alianças sindicais com as comunidades rurais

significa engajar as comunidades de onde os trabalhadores se originaram. Encontrar os pontos de convergência implica em superar os dualismos criados pelas noções tradicionais de desenvolvimento, que opõem, por exemplo, o tradicional ao moderno, a pessoa à natureza e o rural ao urbano. Nesse sentido o autor refere que as alianças sociais entre organizações de trabalhadores e comunitárias devem se basear na compreensão e respeito mútuo das necessidades de cada qual, cada parte legitimando a outra. Segundo Bennie, a noção de transição justa ainda está enraizada na crença na economia verde, controlada e conduzida pelo capital e pela política de regulação governamental. Formas alternativas de produção e consumo não estão presentes.

A NUM tem uma posição política contraditória para Bennie, por um lado declara a diminuição dos empregos mineiros mas, por outro, defende a indústria para seus membros. Outra contradição é quanto ao papel futuro da indústria mineira. Uma justa transição para uma sociedade sustentável necessitaria colocar as indústrias intensivas em energia e recursos naturais sobre o controle coletivo, por razões ambientais e pela necessidade de haver prioridades sociais mais importantes que o lucro. Assim, mesmo a nacionalização proposta pela NUM está imbuída da lógica produtivista e expansionista, que impacta o meio ambiente. Como defende o autor, esse tipo de indústria deve ser avaliado em termos de sustentabilidade de longo prazo, guiado por objetivos sociais e por requisitos ambientais, em vez de ser conduzido unicamente pelo interesse no lucro. O autor aponta ainda dois requisitos para a transição justa: 1) que o peso da transição não recaia sobre os trabalhadores; e 2) que sejam abertas possibilidades de colocar a produção em um contexto social, superando a acumulação pela desapropriação e relacionando pautas sindicais e comunitárias.

Concluindo, Bennie observa que a superação da visão sindical de criação de empregos com empreendimentos intensivos em energia e ambientalmente destrutivos (como a mineração) requer uma compreensão diferente de desenvolvimento, que considere os efeitos de curto e longo prazo dessa trajetória na vida das pessoas e da ecologia – transcendendo a desapropriação e superando as contradições ambientais que caracterizam o desenvolvimento capitalista moderno. De uma perspectiva de justiça ambiental, as pessoas afetadas precisam estar no centro do processo de decisão. A COSATU indica a acumulação capitalista como causa da crise ambiental. Esse entendimento implica: 1) crítica da expansão capitalista como rota para o bem-estar da classe trabalhadora; 2) limites da expansão capitalista e desapropriações rurais; e 3)

capitalismo verde que não considere os efeitos da tendência expansionista não é suficiente. Na visão de Bennie, o desenvolvimento econômico necessita ser reformulado para prover empregos sustentáveis e melhorias nas condições de vida das populações rurais, sem desapropriações. Isso necessitará amplasmobilização de alianças sociais contra a destruição ambiental e a acumulação pela desapropriação.

A experiência asiática, especificamente da **Coréia do Sul** e de **Taiwan**, foi abordada em artigo de Liu (2013), intitulado “Eles vão se casar? Trajetórias do trabalho e do meio ambiente em Taiwan e Coréia do Sul”. O estudo analisa a trajetória dos movimentos sindicais e ambientais nos dois países procurando identificar a possibilidade de uma aliança viável. Iniciando com uma interessante síntese histórica dos dois movimentos, que identifica diferenças e semelhanças entre eles, o autor destaca a importância da classe média de intelectuais urbanos para movimento ambiental; diferente para sindicatos, para os quais têm importância a classe trabalhadora. Contudo, a principal diferença é que cada movimento se baseia em diferentes tipos de poder contra seus oponentes. O poder dos mais fracos se baseia em ações de protesto. O movimento trabalhista concentra forte poder de influência (posicional, econômico, objetivo e de contexto), limitado à indispensabilidade do fator trabalho para a produção. Já o movimento ambiental concentra poder ideológico – de persuasão, discursivo, socialmente amplo e midiático. Ambos movimentos buscam maximizar o poder, o que repercute sobre suas estratégias. Há também forte importância da liderança para o sucesso da estratégia: nos sindicatos são, essencialmente, trabalhadores homens semi-qualificados e no movimento ambiental, os intelectuais urbanos.

Segundo Liu, a maximização do poder resulta em contra-ataques dos oponentes, as empresas, que promovem ações como realocação de plantas, novas estratégias administrativas, dentre outras. Uma contra-estratégia sindical de sucesso foi o sindicalismo no local de trabalho. Já o movimento ambiental buscou argumentar melhor o seu ponto de vista, contratando consultorias e institutos de pesquisa para lhes prover informações para essa disputa. Perseguir uma nova forma de poder para compensar o poder tradicional perdido durante o contra-ataque dos oponentes é um ponto comum dos dois movimentos. Na análise do autor, nesse ponto reside a possibilidade do casamento entre os dois atores sociais.

Dada essa possibilidade, o autor analisa a trajetória do movimento sindical desde seu tradicional poder de influência em direção à representação geral de interesses sociais – poder ideológico. Liu pontua a existência desse percurso de forma semelhante, desde os anos 60, nos dois países asiáticos que analisa. Outro fato comum às duas experiências é que a transformação da estratégia de poder sempre foi precedida de mudança de lideranças na vanguarda do movimento sindical. Os objetivos das lutas sindicais deslocaram-se crescentemente de questões salariais e condições de trabalho para objetivos mais gerais; como a luta contra as privatizações. Em outro campo, a estratégia empresarial privilegiou conceder benefícios aos trabalhadores, reforçando o poder de influência dos sindicatos. Mas o que seria uma boa notícia para a barganha também foi negativa para o próprio movimento, que passou a minar as possibilidades de aumentar o seu poder de ideologia, no sentido das políticas que estava adotando em temas mais amplos. Isso porque os sindicatos reforçaram o fato de que são vistos perante a sociedade como corporativos. Por isso, até uma campanha sindical contra a privatização passou a ser vista como auto-interessada em manter privilégios dos burocratas que resistem em submeter a indústria à uma competição justa. Combinada com uma forte campanha midiática empresarial, isso abalou a reputação sindical para construir maior apoio social; o que o autor denomina por doença britânica. Uma crítica que foi elaborada em relação a estratégia sindical de alargamento de campo de interesse é que ela não focou nos interesses de mulheres, imigrantes, nativos, desempregados e trabalhadores temporários. Diante desta crítica, os sindicatos migraram, para além da luta contra as privatizações – com o argumento de defesa de ativos públicos contra o conluio Estado-corporações – para outros temas e outras ações como a participação pública na elaboração de políticas educacionais, de saúde, de sistemas de bem estar, nas discussões sobre envio de tropas para guerra do Iraque, etc. Em resumo, em face da diminuição do poder de influência e para se livrar do estigma de sindicatos com interesses específicos, imposto pelos seus oponentes, os sindicatos buscaram construir maior solidariedade entre trabalhadores e fazer alianças amplas com outros grupos sociais. Este projeto de auto-transformação traz consigo a dificuldade de coordenar interesses tão distintos. O problema é que, no nível de empresas (local), o trabalhador não está muito interessado nessas questões mais amplas.

De outro lado, segundo Liu, o movimento ambiental asiático também apresenta uma trajetória de poder, mas no sentido inverso ao percorrido pelos sindicatos: desde o

poder de ideologia até reconstruir alianças com a base e conquistar também poder de influência. A origem desta trajetória teria sido também nos anos 70, com exemplos de coalizão de afetados pela poluição com intelectuais urbanos. Foi uma experiência produtiva, mas não durou muito tempo por expectativas diferentes dos atores e porque a criação de instâncias administrativas para encaminhar essas demandas tirou o movimento de cena. Como resultado, houve uma mudança na estratégia por parte dos ambientalistas desde as questões de poluição para questões de mais fácil consenso, como a mudança ecológica – questões ecológicas e conservacionistas. Com intelectuais à frente do movimento, as capacidades discursivas foram desenvolvidas e o uso de linguagem científica estabeleceu as credenciais para que reforçasse ainda mais sua estratégia de maximização de poder ideológico. Isso, segundo o autor, lhe trouxe consequências: pelo lado positivo, o movimento ambiental não sofreu de difamação ideológica, como ocorreu com o movimento sindical. Mas o capital privado começou a se apropriar dos símbolos e da agenda ambiental, causando o crescimento de novos competidores institucionais e dificuldades de estabelecer consensos em questões de grande conflito de interesses. Assim os governos e os empresários lograram definir conceitos importantes em um novo debate, como é o ambiental, segundo a sua visão, muitas vezes recrutando ativistas e incorporando a ideia de participação pública. A reação do movimento ambiental diante de um contexto de recrudescimento de suas tarefas foi a mudança de foco: passou a tratar de temas técnicos e prestou menos atenção na mobilização da base e ações do movimento. Assim, perdeu sua base enraizada socialmente e, sem um grupo de apoiadores, perdeu poder de influência. Na metáfora utilizada por Liu, era um “tigre de papel”. O tratamento da mudança ecológica divorciou o movimento de sua base e os ativistas passaram a ser muito mais burocratas (trabalhadores de escritório) do que organizadores de campo. Essa dissociação das bases causou conflitos internos entre a visão ecológica e os interesses dos grupos afetados. Por exemplo, em Taiwan, a criação de parques afetou direitos de nativos e na Coreia do Sul houve a oposição ambiental a um projeto de um novo complexo industrial que era desejado pela comunidade que sofria com o desenvolvimento desigual no país. Segundo Liu, acumulavam-se problemas para o movimento ambiental, desde a sua inabilidade de lidar com interesses dos economicamente fracos até a perda de batalhas com as corporações. Foram então implementadas pelo movimento ambiental novas estratégias como a profissionalização de quadros técnicos e reconstrução das relações com a base – como algumas tentativas de alocar ativistas nas comunidades para estreitar os laços com

as bases. Assim começaram as relações com os sindicatos, já que estes dispunham do poder de influência que carecia o movimento ambiental. Em muitos temas é difícil a confluência, como nas privatizações; no qual os ambientalistas eram a favor e sindicalistas conta. Segundo Liu, em movimentos sindicais e ambientais maduros, seus objetivos são apenas eventualmente os mesmos.

Concluindo, Liu observa a partir das experiências da Coreia do Sul e de Taiwan que a maturação dos movimentos é constituída por uma sucessão de batalhas nos domínios econômicos e ideológicos. Nessas disputas, os sindicatos têm a vantagem do trabalho ser indispensável à produção, enquanto o movimento ambiental ainda não conseguiu construir vantagem no domínio de poder econômico. Colocando as trajetórias dos movimentos sindicais e ambientais lado a lado, o autor verifica que eles constituem uma imagem espelhada um do outro. Esse achado propicia uma teoria alternativa de evolução de longo prazo dos movimentos sindicais e ambientais. O desenvolvimento dos movimentos sociais é um processo de superação de obstáculos, mas os atores envolvidos nas alianças vermelho-verde estão realizando sua tarefa, estão indo um ao encontro do outro. Por fim, o autor acrescenta que o período mais favorável para essas alianças é quando o movimento sindical está buscando o poder ideológico e o movimento ambiental buscando o poder de influência, com cada qual se beneficiando de sua vantagem de domínio de poder em relação ao outro.

A experiência dos **Estados Unidos** nesse campo do conhecimento será embasada em três artigos: Stevis (2013), Sweeney (2013) e Gingrich (2013). O primeiro artigo questiona, a partir do confronto dos sindicatos de trabalhadores americanos com as mudanças climáticas, o que são empregos verdes, se eles são bons e se são justos. Inicialmente, Stevis pontua que, nos Estados Unidos, não há política ambiental compreensiva e nem o país se insere em regulações globais. Diante disso, o autor parte na busca de parâmetros para o ambientalismo do trabalho americano. Analisando historicamente o movimento sindical, Stevis observa que a origem das preocupações ambientais foi na década de 70, em temas como saúde e segurança no trabalho. Nos anos 80 o tema passou por uma estagnação e nos anos 90 houve uma retomada. Em 2006 foi criada a BlueGreen Alliance, que advogava a industrialização verde e em 2011 a Apollo Alliance, com sua atenção direcionada para o setor de energia. Desde a crise financeira internacional de 2008, o movimento sindical passou a defender o keynesianismo verde enquanto política para o país se manter na liderança mundial.

Contudo, há no meio sindical americano uma ampla diversidade de posições políticas que vão desde o reformismo até o uso instrumental do meio ambiente. Justamente pelo fato de haver muitas posições inclusive contraditórias, é difícil a tarefa de encaixar as posições em categorias. Externamente, essas posições são afetadas por mudanças de prioridades federais e a ausência de diálogo social; incentivando com que os sindicatos atuem mais taticamente do que estrategicamente. Internamente, as diferenças setoriais impactam as posições. Dessa forma, mais de uma tendência pode ser observada na mesma aliança e os limites entre elas não são claros. Contudo, três grandes tendências podem ser destacadas pois constituem-se em prioridades das políticas ambientais sindicais: 1) maioria dos membros da BlueGreen e todos da Apollo defendem regulação global e economia e tecnologias verdes; 2) AFL-CIO (sindicatos industriais) apresentam forte ambivalência quanto a regulação global e economia e tecnologias verdes; e, por fim, 3) sindicatos mineiros e de energia, que reivindicam inovações técnicas de imediata relevância para esses setores.

O próprio conceito de modernização ecológica, com origem europeia, nos Estados Unidos é entendido como industrialização ecológica – ecoeficiente e focada em inovações particulares. Essas particularidades estão em função da variedade capitalista a que os países estão submetidos: nos Estados Unidos, a um sistema liberal e, na Europa, a um sistema colaborativo, corporativista e coordenado. O autor prossegue na distinção entre modernização ecológica fraca e forte. A primeira minimiza a perturbação na economia política vigente e, nos Estados Unidos, é defendida pelo BlueGreen, ainda que com fortes elementos de industrialização ecológica. Uma marca da modernização ecológica fraca é a ausência de participação ou diálogo social na condução da modernização, que é levada a cabo pelo capital. Já a modernização ecológica forte foca nos direitos da natureza e sociais, com especial atenção sobre a desigualdade. Contudo, o autor refere que a industrialização ecológica e a modernização ecológica podem ser compreendidos como tipos de política industrial e de emprego, dos quais nem todos estão voltados para economia verde. Isso porque as estratégias de políticas industriais podem empregar tecnologias verdes como um instrumento de moda, abandonando facilmente esse objetivo ou se articulando na demanda de produtos envolvidos em práticas não-ecológicas. De um modo geral, os sindicatos americanos apoiam essas estratégias verdes, de economia verde e de emprego verde. Muitos sindicatos primam pela competitividade, mas ainda assim se identifica a presença da preocupação em

relação a participação do estado na economia. Muitas vezes a defesa dessa preocupação socialista é determinada por motivações nacionalistas, como a militar, e, por sua vez, pode não demandar políticas industriais verdes – pois partem de pontos de vista difíceis de conciliar. Em suma, para Stevis, não há um único ambientalismo do trabalho nos EUA, há sim tendências competindo entre si. O evento diferenciado e positivo é a aliança BlueGreen, mas resta saber se a coalisão conseguirá inserir o tema do meio ambiente como prioritário nos sindicatos e continuar desenvolvendo uma estratégia compreensiva ou recairá promovendo políticas industriais apenas com o corolário verde. Segundo o autor, o movimento ambientalista do trabalho americano deverá avaliar as implicações de suas escolhas verdes nacionais sobre o planeta, pois isso será um tema de economia política e de meio ambiente.

Quando Stevis trata de colocar o debate dos empregos verdes no seu devido lugar, ele menciona inicialmente que o fator humano não pode ser deixado de lado na lógica da reestruturação necessária à transição. Na ausência de proteção social, indivíduos são compelidos a estabelecer alianças sociais, nem sempre as melhores, mas, normalmente as melhores dadas as circunstâncias. A grande tarefa segundo o autor é colocar as prioridades estratégicas sindicais em relação aos empregos verdes no contexto global e o desafio será a viabilidade destas políticas. Os sindicatos precisam ter presente que há implicações de suas escolhas e práticas, sejam elas forçadas ou escolhidas. Dada a importância do contexto, é preciso colocar os fatos no espaço e tempo. As análises devem contemplar relações de poder obscuras entre *stakeholders* e evitar serem análises parciais e incompletas, pois estas não podem explicar adequadamente o tema; em outras palavras, não são compreensivas do contexto que envolve. Segundo o autor, também é preciso analisar como as novas partes vão se reorganizar. Por exemplo, a concentração solar termal reproduz relações de poder do carvão/petróleo, mas as tecnologias fotovoltaicas *in-situ* podem organizar diferentemente a cadeia. O movimento ambientalista sindical deve, no mínimo, reconhecer os limites processuais sobre o meio ambiente, ainda que o desejável seria que internalizasse o meio ambiente em suas estratégias e ações. A ecologia social e a ecologia socialista sugerem que sindicatos poderiam seguir, sob a perspectiva da economia política, uma trajetória de forte modernização ecológica. Em uma perspectiva global, se deveria evitar o nacionalismo, uma orientação difícil para os sindicatos. Contudo, o autor refere que as estratégias para mudança climática, sejam elas diretas

(Protocolo de Kioto) ou indiretas (empregos verdes), tratam menos de natureza e mais de reorganizar economias locais e nacionais dentro de uma economia política mundial desigual.

Em se tratando da qualidade dos empregos verdes, Stevis menciona que o interesse sindical não deve ser somente em empregos verdes, mas em empregos bons e decentes. Nesse sentido, há uma grande variedade de estratégias sindicais adotadas pelos sindicatos. Porém a competição por empregos verdes pode levar à irracionalidade coletiva ao invés de levar para a economia verde. Quando se questiona sobre o caráter verde dos empregos, o autor salienta que se deve observar se esses empregos são verdes no processo ou no produto e quais os impactos deles nas cadeias produtivas. Há dificuldades para rastrear os efeitos destrutivos na cadeia. Por exemplo, a produção de turbinas eólicas gera poluição na sua cadeia de suprimento de recursos e não nela própria. Mesmo tecnologias intensivas em empregos verdes deveriam considerar o “*rebound effect*” (efeitos do aumento da escala, mesmo com ecoeficiência). Acreditar que sem regras a eficiência energética vai resolver é uma visão bastante otimista. Como outra eficiência dentro de uma lógica produtivista, visa reduzir custos e aumentar a velocidade da esteira de produção. A ausência de políticas de clima (internacional e nacional), deixa as propostas de empregos verdes suscetíveis a essa dinâmica.

Ao analisar a qualidade dos empregos verdes, Stevis menciona que os empregos devem prover crescimento profissional e contribuição para o bem comum. Os ambientalistas do trabalho estão cientes que os bons empregos verdes não são necessariamente intensivos em capital. Mas falta advogar uma economia política ampla que considere as repercussões globais das ações; como o achatamento de salários em países com mão de obra abundante e bons salários em outros, porém com o crescimento de dessindicalizados. A análise da reconfiguração ambiental do espaço não é central no movimento sindical americano. Segundo o autor, o importante desafio sindical em uma economia verde será lidar com trabalhadores inseridos em bons empregos (verde) e outros não, como aqueles que trabalham na economia denominada cinza ou marrom. Também haverá empregos considerados bons, mas que pela falta de participação, são limitados em proteção e divisão justa da renda. Assim, bons empregos verdes correm o risco de ser apenas empregos em setores verdes, em vez de serem veículos para uma ampliação dos direitos ecológicos dos cidadãos.

O autor também se questiona sobre a noção de justiça que os empregos verdes trazem consigo. Nesse particular, Stevis faz alguns questionamentos que os sindicatos deveriam se fazer para analisar os empregos verdes sob a perspectiva da justiça. Afinal, eles são necessariamente justos? Eles se mantêm justos quando colocados no tempo e espaço? A correção da injustiça em um lugar pode gerar injustiça em outro? A estratégia de empregos verdes é totalmente articulada com uma abordagem compreensiva de ‘transição justa’ que produz equidades entre todos os afetados? Esse atributo dos empregos verdes foi extraído do movimento de justiça climática mas que, sem focar distribuição, é uma abordagem liberal e não uma abordagem socialista de justiça. A estratégia de empregos verdes não pode ser mera legitimadora da política industrial, senão pode ser injusta em termos espaciais, reproduzindo desigualdades históricas na distribuição internacional do trabalho da economia cinza. Para os trabalhadores, o medo de perder emprego no setor cinza produz ansiedade e engajamento do movimento sindical, muitas vezes sem uma detalhada análise distributiva. Planos de transição devem não vitimizar trabalhadores e comunidades, mas sim dar voz e poder efetivamente deliberativo para esses atores. Isso requer reavaliação das implicações das estratégias sindicais dos países do norte. As soluções devem proteger qualificações e trabalhadores, que podem ser ainda mais impactantes para aqueles historicamente marginalizados.

Concluindo, Stevis refere que o ambientalismo do trabalho americano ainda não atingiu o nível alcançado pelo sindicalismo australiano ou espanhol nessa área. Ele se vê envolvido no espólio do keynesianismo verde, que pode não sobreviver por pressões externas e governos republicanos. Para o autor, ter um setor verde vibrante não é o mesmo de ter uma estratégia para mudança climática, que requer mais que consumo e produção verdes e, inclusive, pode agravar o problema se não for limitado. Mas o movimento sindical chega a liderar campanhas pelos bons empregos verdes. De modo geral, os Estados Unidos promovem a modernização ecológica fraca, fortemente contestada por estratégias não ambientais, tanto internamente quanto externamente. Esse fato, aliado à falta de uma política externa pode levar ao aumento do *rebound effect*, aumentando a pressão sobre o clima. Em suma, movimento sindical americano está envolvido em uma estratégia interna de justa transição, porém que não leva em consideração seu papel estrutural na economia política mundial e assim, adota uma visão particularista que pode resolver problemas locais reproduzindo desigualdades

globais. Combinado com o notório e hostil setor empresarial e um estado amplamente neoliberal, as conquistas do ambientalismo do trabalho foram frágeis e precisam urgentemente evitar o nacionalismo verde. É necessário lutar pela maior regulação internacional e, internamente, deve haver pressão para o país participar de acordos para regulação internacional do clima. Por fim, o autor conclui que a modernização ecológica forte pode garantir a sobrevivência do ambientalismo do trabalho americano, vencendo a oposição à legislação do clima e aumentando os direitos defendidos pelos sindicatos.

Outro artigo que trata da experiência americana no campo das mudanças climáticas foi escrito por Sweeney (2013) e trata especificamente da relação dos sindicatos com os desafios da energia extrema (baseada no *fracking* do petróleo e na extração de carvão de superfície), a partir do caso do Oleoduto transcanadá KeystoneXL. Para o autor, o cenário é de uma nova era de energia extrema, e o mais preocupante é que conta com o apoio de quatro sindicatos americanos, que representam cerca de 2 milhões de trabalhadores. O tema deve ser preocupação sindical porque nesse cenário os esforços globais para reduzir emissões estarão fadados a falhar (e, logo, a economia verde e os empregos verdes), porque as evidências de cooperação sindical com corporações por empregos, que reforçam a visão trabalho *versus* meio ambiente, são prejudiciais para o movimento sindical, que busca construir alianças com outros movimentos. De fato, as escolhas sindicais são difíceis, mas só há um caminho de ação na visão do autor, qual seja, a ampliação do movimento e a oposição a energia extrema.

A ideia de proteção do trabalho e do meio ambiente tem se difundido no meio sindical, de modo a ser inevitável uma transição para uma economia verde, sobretudo após a recessão de 2008 (Green New Deal) – oportunidade para a economia global. Mas a energia extrema está longe de ser limpa, mas é mais suja e mais danosa que combustíveis fósseis convencionais. Mesmo com maior dificuldade de extração, haveria ainda cerca de 150 anos de petróleo e gás no planeta. A expansão equilibrada da energia renovável, mesmo com os surpreendentes investimentos recentes, não levará a responder por mais de 14% da oferta de energia em 2035. O aumento do preço do petróleo, que tornou atrativos os investimentos em renováveis, também tornou o óleo de areias betuminosas economicamente viável. Ou seja, as vozes pela morte dos combustíveis fósseis eram exageradas e prosseguem os investimentos em combustíveis fósseis, mesmo em sentido contrário ao consenso internacional. Ademais, os impactos

da Keystone não são somente assunto de ambientalistas, mas dizem respeito ao trabalho: uma das maiores investidoras do projeto, a Koch Industries, tem reconhecidas práticas anti-sindicais.

Segundo Sweeney, explorar as areias betuminosas é o maior projeto hoje no mundo e com maior probabilidade de provocar um desastre ambiental. A produção do petróleo a partir dessa base gera três vezes mais emissões de gases de efeito estufa que são, em média, 45% mais poluentes. O Canadá havia alcançado 33,8% da meta do Protocolo de Kyoto, que abandonou em 2012. As estimativas do impacto do petróleo de areias betuminosas revelam que ele pode aumentar a concentração de carbono na atmosfera em cerca de 200 partes por milhão, o que significará o fim da vida na Terra. Nesse sentido, o problema da energia extrema é de todos, sobretudo com aumento dos investimentos nesse tipo de prospecção na China e na Índia. Por outro lado, as companhias de combustíveis fósseis investem abertamente em negar a mudança climática, argumentando a favor de empregos e segurança energética. O fracasso das últimas negociações do clima e dificuldades para aprovar um sistema de captura e sequestro de carbono são resultados decorrentes dessas campanhas. E sem um acordo global comprometedor o ímpeto pela economia verde de baixo carbono será muito fraco.

Em resumo, o sindicalismo carbonífero americano apoia o projeto da Keystone e a energia extrema. Pela presença de trabalhadores na base desses sindicatos, há uma ligação histórica dessas organizações com o setor de combustível fóssil. Recentemente, o movimento sindical tem apoiado a política de captura e sequestro de carbono, mas não fizeram disso uma condição para apoiar os combustíveis fósseis. A AFL-CIO nunca apoiou o Protocolo de Kyoto ou outras metas para emissões; que são inclusive apoiadas pela ITUC em âmbito internacional. Com energias renováveis, o sindicalismo carbonífero iria naturalmente desaparecer. Contudo, a política de captura e sequestro de carbono, iniciada nos Estados Unidos em 2010, ainda está na sua infância e, por outro lado, as energias renováveis respondem por apenas 2% da geração americana (sem considerar a energia hidráulica). A energia extrema traz a ameaça de uma segunda vida para a base de combustíveis fósseis.

Quatro sindicatos americanos assinaram um acordo a favor da Transcanada: Engenheiros de operações, Encanadores, Manutenção de dutos e Caminhoneiros. A

Fraternidade Internacional dos Trabalhadores Elétricos também apoiou. Esse acordo representou uma parceria explícita do trabalho com o capital industrial, para promover empregos e independência energética. Poucos sindicatos foram conscientes e ativos em ações contra o projeto. No Canadá, as areias betuminosas são a maior empregadora, oferecem bons salários – não obstante em áreas de alto custo de vida e onde 30% dos habitantes dessas areias está abaixo da linha de pobreza. O trabalho é intenso e sob péssimas condições e, socialmente, prosperam suicídio, problemas com álcool, drogas, etc. A maioria do movimento sindical canadense foi contra o projeto, sob o argumento que o segmento de maior valor agregado (refinarias) seria nos Estados Unidos e que, dessa forma, não haveria a geração de empregos permanentes no Canadá. Eles reivindicavam também a propriedade estatal da indústria e a participação sindical na administração da política de recursos renováveis. Cabe mencionar que o Canadá tem posições consistentes em suas diversas instâncias sindicais, porém nem todo movimento sindical canadense se opôs ao projeto da Keystone. Os sindicatos canadenses da construção (sediados nos Estados Unidos) se aliaram ao projeto por causa dos empregos gerados durante as obras de sua construção.

Nos Estados Unidos, a construção dos dutos gerará empregos em cinco estados americanos por onde passará. Isso determinou o apoio dos quatro sindicatos americanos, defendendo a visão de trabalho *versus* meio ambiente e escolhendo o primeiro em detrimento do segundo. Seus discursos de defesa dessa posição mesclam elementos de um forte discurso nacionalista por independência e segurança energética. Tão importante quanto o comportamento dos quatro sindicatos que se posicionaram a favor (representam 13% dos sindicalizados nos EUA) foi o comportamento passivo do resto do movimento sindical, ou por desconhecimento do tema ou projeto ou ainda por desejo próprio; para não entrar em conflito com sindicatos que apoiaram. Mesmo a ITUC defendendo uma posição contrária a dos quatro sindicatos pró-duto, ela não fez nenhuma intervenção.

Para Sweeney, não há solução fácil na abordagem sindical da energia extrema. Há uma tradição sindical de não apoiar projetos que envolvam conflitos com os interesses mais amplos da classe trabalhadora, mesmo que isso signifique que os interesses de curto prazo dos seus membros sejam afetados. Mas isso não se aplicou no caso da Keystone. Por isso, é necessário encontrar caminhos para se opor a projetos de energia extrema e construir projetos de sistemas de energia renovável.

Para tanto, o autor sugere algumas recomendações. A primeira é de que o tema da energia deve ser uma preocupação para todo sindicato. Não é um tema somente para os sindicatos com as bases diretamente envolvidas, mas para todos trabalhadores e sociedade. Nenhum sindicato ter expresso oposição ao projeto da Keystone é sintomático, mas causa problemas de reputação para o movimento sindical – que tantas outras coisas positivas trouxe para o local de trabalho e para a sociedade. O assunto da energia extrema é singular, ele abre as portas para a degradação ambiental por décadas, erode a possibilidade de bons empregos verdes justos e coloca a população contra os sindicatos. Asiáticos, latinos e jovens são os que mais apoiam a proteção ambiental – alienar-se às demandas dessas populações constituintes do movimento sindical afetará o futuro de todo o movimento sindical. Em segundo lugar, o autor recomenda que os sindicatos parem de defender o que é indefensável. Eles devem se perguntar para quem serve essa defesa, para os trabalhadores ou para a economia? Via de regra, as corporações exageram nas projeções de empregos, sobretudo em uma indústria capital-intensiva, e esse pode ser um ponto de defesa interessante. Uma terceira recomendação diz respeito a necessidade dos sindicatos serem consistentes em suas diversas instâncias e formas de ação. Há casos de sindicatos que fazem resoluções sobre mudança climática, meio ambiente e economia verde, mas suas decisões sobre projetos individuais muitas vezes estão em contradição. As ações se tornam politicamente contraditórias e passam a mensagem de que atuam no sentido do ditado que diz que “se não podes com o inimigo, junte-se a ele”. Há necessidade de consistências entre os níveis sindicais locais, regionais, nacionais e globais. As violações das deliberações também deveriam ser mais seriamente tratadas. Na visão do autor, alguns pequenos e importantes passos para conciliar trabalhadores e o planeta precisam ser dados logo. A quarta recomendação diz respeito a necessidade de fomentar discussões e debates entre os membros filiados. Informação e educação são fundamentais, sobretudo para sindicatos que estão perdendo afiliados por resultados de ações de grupos ambientalistas ou de justiça ambiental. A questão é entender o outro lado. Nesse debate, questões relacionadas ao trabalho serão colocadas lado a lado de preocupações sindicais com a reputação e com objetivos sindicais de longo prazo. Sweeney também sugere que se façam alianças com amigos, não com inimigos. Hoje, é reconhecida a necessidade de fazer alianças com outros movimentos. Mas no caso do projeto Keystone não foi assim, porque ele significa séria ameaça à saúde das pessoas que vivem ao longo do projeto. Segundo o autor, trabalho e corporações contra as pessoas não é um bom acordo. A

última recomendação é que se proponham políticas alternativas corajosas. Apenas 8% do setor carbonífero é sindicalizado e o setor de transporte é crescentemente não sindicalizado. Na Inglaterra e na África do Sul o programa público de empregos climáticos está consubstanciado em metas de redução de emissões. E esse exemplo precisa ser seguido nos Estados Unidos. É necessário um acordo nacional sobre emissões para balizar outros programas coadjuvantes. Regionalmente, 16 estados americanos já compartilham a meta de reduzir 80% suas emissões de gases de efeito estufa até 2050; com base em níveis de 1990.

Concluindo, o autor refere que a decisão é difícil, mas que não há escolha. Há apenas um curso de ação, qual seja, de ampliação do movimento e consistente oposição à energia extrema: não há emprego suficiente no planeta que possa justificar a sua destruição. A economia verde não pode ser construída em cima de energia suja, que é destruidora de postos de trabalho, ainda que no curto prazo possa gerar empregos. Os empregos verdes não se realizarão pois a extremamente barata energia extrema inviabilizará a energia renovável. Pelo lado sindical, o movimento não poderá se caracterizar como um movimento social progressivo se apoiar as corporações da energia extrema. Alianças com movimentos de justiça climática devem ser estabelecidas, pois há compartilhamento de grandes objetivos gerais, entre os quais estão a proteção dos direitos dos trabalhadores e a negociação coletiva.

A título de atualização do artigo, Sweeney complementa que, recentemente, outros sindicatos se juntaram a luta contra o projeto e, nesse sentido, os sindicatos de trabalhadores nos transportes e no trânsito foram os primeiros a se pronunciar contra o projeto. Também o sindicato dos trabalhadores domésticos (mulheres e imigrantes) se declarou contra. Mas ainda os grandes sindicatos estão sendo oficialmente neutros (se abstém da decisão), o que colabora para a grande mídia declarar que o movimento sindical apoia o projeto. Em janeiro de 2012 o Departamento de Estado americano negou a permissão para a Transcanada construir o duto. Somente então três grandes sindicatos fizeram uma declaração que o presidente havia agido sabiamente ao rejeitar o projeto. Depois disso, dois sindicatos dos transportes também adicionaram seu apoio à medida presidencial. Mas as ações sindicais nesse campo são complexas e exemplo disso é que, injuriado pelo acordo sindical, o Laborers (Confederação Norte Americana – Estados Unidos e Canadá – de sindicatos da construção, servidores públicos, etc.) deixou o BlueGreen Alliance ainda naquele mesmo ano.

O terceiro e último artigo consultado sobre a experiência sindical estadunidense com as mudanças climáticas foi de Gingrich (2013). Como ele fazia um estudo comparativo da relação dos sindicatos de colarinho azul para a ameaça da mudança climática na Suécia e nos Estados Unidos, muitos elementos dessa fonte já foram detalhados quando se apresentou a experiência sueca. Assim, nesse momento, a análise se restringirá aos elementos extraídos pelo autor das experiências americanas com a United Auto Workers (UAW) e com a United Steelworkers (USW).

A USW foi o primeiro sindicato americano a reconhecer a mudança climática antropogênica e é reconhecido pelo seu envolvimento em questões ambientais e do local de trabalho. A central enfatiza a relação entre degradação climática e exploração econômica do trabalhador e defende que a única solução é combinar as questões de trabalho e de clima, ao invés de atuar defensivamente na proteção dos seus membros. Depois de aprendida a lição, foi para a ação, quando seguiu um ativismo experimental em diversos níveis – o que lhe propiciou compreender a importância do ativismo ambiental em nível distrital e, logo, da necessidade de perseguir um ativismo sindical mais abrangente. O foco sindical se centra nos efeitos desiguais da mudança climática (ricos e pobres, norte e sul) com as desigualdades na distribuição econômica – falha que não será resolvida com um ajuste de tecnologia. Para a entidade, é central o envolvimento dos membros em reconhecer as causas e participar na construção de soluções para a mudança climática. A central defende um caminho para economia verde e a discussão climática passa por seu departamento de saúde, segurança e meio ambiente. Advoga por uma solução que proteja seus membros e mantenha a indústria estadunidense. Defende taxa progressiva do “consumo” de produtos com alto carbono. Seu foco no emprego verde faz com que defenda a proposta de utilizar os trabalhadores industriais para produzir bens ambientalmente amigáveis. Para legitimar sua política, deve apresentar soluções não muito radicais. Assim, apoia o sistema doméstico de captura e comércio de carbono com base no mercado, mantendo a base da indústria americana. Para ele, o papel do sindicato é garantir que a política para conter a mudança climática proteja a força de trabalho americana. A central também defende que alianças progressivas, principalmente entre sindicatos e organizações ambientalistas são essenciais para uma visão abrangente da questão climática, assegurando que as soluções sejam economicamente justas. A central ingressou no BlueGreen Alliance em 2006.

Por outro lado, a UAW foi lenta em reconhecer a mudança climática antropogênica e atuou defensivamente para proteger o emprego de seus membros, enfatizando a incerteza científica sobre a mudança climática. Quanto à indústria automobilística, ela foca na mobilidade da classe média e no carro como aspecto fundamental da vida americana (cultura americana). O crescente consenso sobre a mudança climática antropogênica forçou o sindicato a se redirecionar nessa questão. Mas, ainda assim, com foco estreito e quase sempre em torno da legislação sobre padrões de emissões dos automóveis – como a central percebe essa legislação como desigual, sugere que se estabeleçam padrões iguais para todas as indústrias com elevadas emissões de todo o país. Com isso, quer evitar que a indústria automobilística migre para outros locais (estados, países) com menores padrões ambientais. Reivindica recursos governamentais para desenvolver tecnologias mais limpas para garantir a manutenção da indústria. Não trabalha com grupos ambientais por considerar interesses muito diferentes. Juntou-se ao BlueGreen Alliance recentemente, em resposta à crise na indústria automobilística, mas viu seu número de membros declinar após essa coalizão. Até que ponto esses seus avanços se traduzirão em uma substantiva mudança de compreensão do sindicato sobre a mudança climática, segundo o autor, é uma questão ainda em aberto.

Sweeney conclui que as diferenças nas estruturas e condições materiais também explicam diferenças entre as organizações do movimento sindical frente ao tema das mudanças climáticas. A USW e a UAW são federais, mas a segunda é mais regionalmente concentrada, tornando-a relativamente mais defensiva. Como a base da USW é mais diversa, ela teve mais liberdade e oportunidade para experimentar um trabalho ambiental em múltiplos níveis. Importante destacar que a atuação e tomada de decisões sobre mudança climática ainda é feita a partir do centro e disseminada para a base por atividades educativas. Para o autor, também há diferenças de ideologia. A USW segue a linha do social sindicalismo e busca ir além do posto de trabalho e também ser ativo social, política e economicamente – independente de conexão imediata com o cotidiano sindical. Segundo o autor, algum nível de internacionalismo é igualmente importante para distinguir as visões sindicais. A UAW tem um poder histórico e mantém estreita visão ideológica, centrando seus esforços em manter a parceria com a indústria e proteger seus membros atuais e o seu poder institucional. Por







isso, agem defensivamente e não são propensos a integrar à sua ideologia sindical novas ideias; como, no caso, a mudança climática.

A título de resumir as informações trazidas pela análise das experiências de movimentos sindicais de trabalhadores com as mudanças climáticas nos países, foi empreendido um esforço para tentar construir um quadro analítico sintético que realizasse um balanço das experiências políticas sindicais nesse tema, valendo-se, exploratoriamente, da proposta de classificação das políticas segundo as três categorias utilizadas nesta tese – conservadoras, reformistas e revolucionárias.

Antes da análise do quadro, vale lembrar que os artigos utilizados para levantar as experiências internacionais no tema foram reunidos por Rätzl e Uzzell (2013) justamente pela afinidade com o campo de estudos do *environmental labour studies* proposto pelos dois autores; justamente a partir das diferentes contribuições dos artigos que, portanto, refletem diferentes estágios de incorporação do novo campo de estudos e estão ainda impregnados dos programas de seus autores e assim não se constituindo em uma aplicação da metodologia proposta pelo novo campo de estudos, tal como essa tese pretende proceder. Importante destacar que as três categorias classificatórias utilizadas na tese foram inspiradas em Rätzl e Uzzell (2013), não obstante o livro não faça menção explícita a elas.

O Quadro 1 permite depreender que a maior parte das políticas quanto às mudanças climáticas das entidades sindicais de trabalhadores de outros países persegue uma orientação reformista. Em seguida, merecem destaque, no plano empírico, as políticas conservadoras praticadas pelo movimento sindical. Por fim, as políticas revolucionárias ainda se mostram mais presentes no discurso do que na prática sindical internacional. O resultado desse balanço final guarda correspondência com o referencial reformista defendido pelas organizações internacionais com maior acúmulo e visibilidade no tema para as entidades sindicais.

Quadro 1: Balanço das experiências de políticas quanto à mudanças climáticas em movimentos sindicais de trabalhadores de países selecionados

País	Autor	Linha de orientação das políticas		
		Conservadoras	Reformistas	Revolucionárias
Suécia	Henriksson (2013) Gingrich (2013)			
Austrália	Cock e Lambert (2013) Burgmann (2013) Snell e Fairbrother (2013)			
África do Sul	Cock e Lambert (2013) Bennie (2013)			
Estados Unidos	Stevis (2013) Sweeney (2013) Gingrich (2013)			
Espanha *	Gil (2013)			
Coréia do Sul e Taiwan *	Liu (2013)			

FONTE: Elaboração própria.

NOTA: * Mais que realidade das experiências com as políticas quanto às mudanças climáticas das entidades sindicais desses países, a análise reflete, mormente, a vontade dos autores a partir dos seus programas de pesquisa.

PARTE III: A QUESTÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA O SINDICALISMO DO TRABALHO NO BRASIL

Essa parte da tese que se inicia é considerada a parte mais importante e, isso explica o fato de ser a parte mais longínqua. Seus três capítulos seguem a lógica de um percurso para construção do conhecimento que passa, inicialmente, sobre o maior conhecimento da composição setorial e por ramos de atividades da base de trabalhadores filiados às centrais sindicais brasileiras (Capítulo 6). Conforme as referências bibliográficas consultadas, a posição política do movimento sindical de trabalhadores, no mundo, é bastante reflexa das características das categorias de trabalhadores que representa, ou que mais pesam na sua base. Portanto, esse conhecimento inicial sobre a composição setorial das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros balizará a análise detalhada das questões do instrumento de pesquisa construído para essa investigação, tal como realizada no segundo capítulo desta parte (Capítulo 7). Somente então, com base nesse acúmulo analítico gerado, principalmente no capítulo anterior, o terceiro e último capítulo desta parte apresentará um estudo exploratório na base de dados no sentido de cumprir o principal objetivo desta tese: categorizar as posições políticas das centrais de trabalhadores brasileiros quanto à mudança climática entre conservadoras, reformistas ou revolucionárias (Capítulo 8).

Capítulo 6 – Composição setorial e por ramos de atividades das centrais sindicais brasileiras

A composição setorial e por ramos de atividades das principais centrais sindicais brasileiras foi identificada para subsidiar a avaliação das suas políticas quanto às mudanças climáticas. A literatura internacional no tema mostrou que as políticas sindicais nesse campo guardam forte relação com as características da base sindical que representa. Por exemplo, uma entidade sindical com forte presença de mineradores, por suposição, de carvão – combustível fóssil altamente impactante sobre as mudanças climáticas –, tende a apresentar políticas caracteristicamente mais conservadoras em relação ao assunto; por vezes, negando a sua antropogenia.

Para tanto, foi utilizado o Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), acessado em outubro de 2016. A CNES é fonte de dados para cálculo anual de representatividade das centrais – com vistas à distribuição do imposto sindical.

Considerando-se as centrais sindicais com representatividade superior 1%, haviam oito centrais sindicais atuantes no Brasil em 2016 (Tabela 2). Nem todas gozam de reconhecimento governamental, uma vez que a Conlutas não pleiteia essa condição. A maior central sindical permanece sendo a mais antiga, a CUT, fundada em 1983, atualmente com mais de quatro milhões de filiados que representam quase 37% dos quase 12 milhões de trabalhadores sindicalizados às oito centrais em questão.

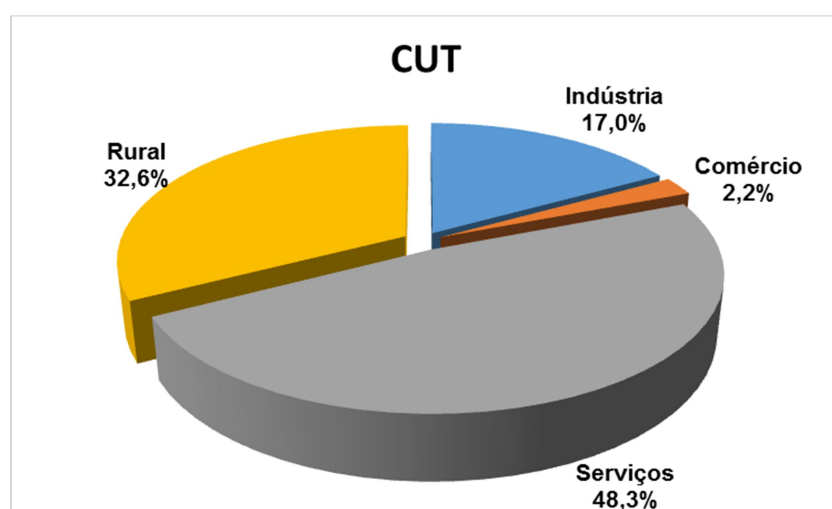
Tabela 2: Número de sindicalizados por central sindical – 2016

Central Sindical	Número de sindicalizados	Participação Percentual
CUT	4.322.317	36,87
UGT	1.610.648	13,74
FORÇA SINDICAL	1.532.789	13,08
CTB	1.398.161	11,93
CSB	1.281.703	10,93
NCST	1.068.817	9,12
Conlutas	291.170	2,48
CGTB	217.177	1,85
TOTAL	11.722.782	100,00

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Quanto à distribuição setorial da base de trabalhadores filiados à CUT, percebe-se que quase a metade de sua base pertence ao setor de serviços (48,3%) – Gráfico 9. Em grande medida, esse percentual reflete a preponderância do setor de serviços na estrutura de emprego nacional. O segundo setor com maior número de sindicalizados foi o setor rural (32,6%) e em seguida em importância surge o setor industrial (17,0%).

Gráfico 9: Distribuição dos trabalhadores filiados a CUT, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Em relação aos ramos de atividades dos setores que compõem a base de filiados da CUT, observa-se a preponderância do ramo de trabalhadores rurais, com pouco mais de um terço do seu total de sindicalizados (Tabela 3). Em segundo lugar estão os empregados nas atividades de serviços e, em seguida, trabalhadores metalúrgicos e bancários.

Tabela 3: Distribuição dos trabalhadores filiados a CUT, por ramos de atividades selecionados – 2016

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Trabalhadores Rurais	1.407.059	32,55%
Empregados em Serviços	1.194.582	27,64%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	242.212	5,60%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	229.703	5,31%
Outros	1.248.761	28,89%
TOTAL	4.322.317	100,00%

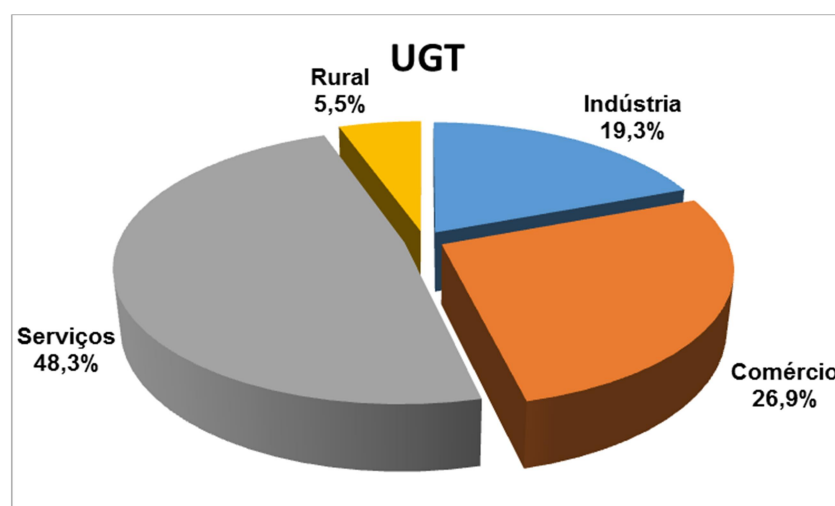
FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A Força Sindical foi a segunda central sindical fundada no Brasil em 1991 e, portanto, historicamente, sempre foi a segunda central com maior número de trabalhadores filiados. Mas em 2016 a Força Sindical perdeu essa posição para a UGT, fundada em 2007. Neste ano, a UGT reuniu em sua base pouco mais de 1,6 milhões de trabalhadores sindicalizados, o que representou quase 14% do total de trabalhadores filiados a alguma central sindical.

A participação dos filiados à UGT no setor de serviços é expressiva (48,3%), tal como encontrado na CUT. Porém, na UGT, o segundo setor com maior participação em sua base é o setor de comércio (26,9%). A indústria aparece na terceira posição (19,3%). (Gráfico 10)

Gráfico 10: Distribuição dos trabalhadores filiados a UGT, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Em relação a distribuição por ramos de atividades dos sindicalizados à UGT observa-se que quase uma quinta parte de sua base é composta por comerciários (19,3%) – Tabela 4. Em segundo lugar em importância estão os empregados em turismo e hospitalidade; considerando o número de trabalhadores filiados nesta atividade, ele somente é superado pelos sindicalizados pertencentes a NCST. Também são importantes na composição da UGT os empregados em transportes, nas indústrias de construção e mobiliário e, ademais, os trabalhadores nos serviços em geral.

Tabela 4: Distribuição dos trabalhadores filiados a UGT, por ramos de atividades selecionados – 2016

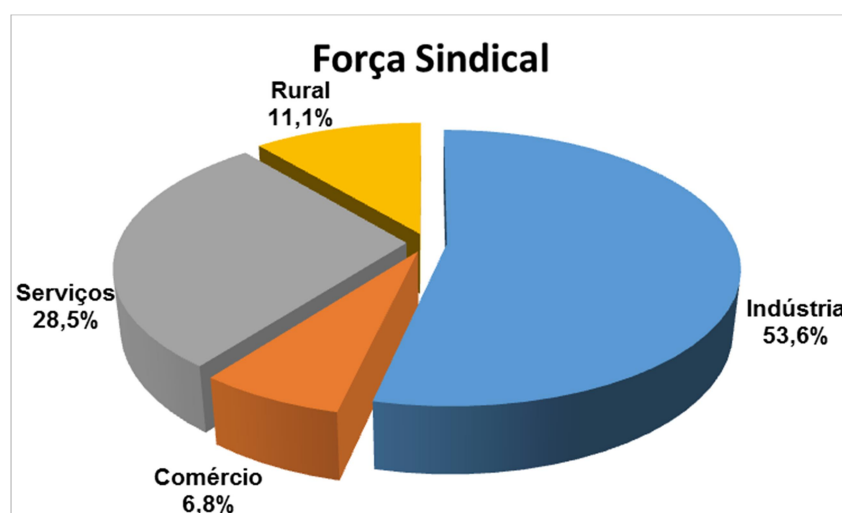
Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	310.993	19,31%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	161.799	10,05%
Trabalhadores em Transportes	139.139	8,64%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	131.576	8,17%
Empregados em Serviços	131.492	8,16%
Trabalhadores Rurais	88.473	5,49%
Outros	647.176	40,18%
TOTAL	1.610.648	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A Força Sindical é a terceira maior central sindical brasileira e seu número de trabalhadores filiados superou ligeiramente os 1,5 milhões em 2016 ou pouco mais de 13% do total de associados às oito centrais sindicais aqui consideradas. Em termos setoriais, essa central se distingue por ser aquela que agrupa o maior número de trabalhadores sindicalizados pertencentes à indústria. E isso se reflete na composição de sua base: mais da metade dos seus filiados são industriários (53,6%) – Gráfico 11. Ademais, o setor de serviços também merece destaque na estrutura da base da Força Sindical.

Gráfico 11: Distribuição dos trabalhadores filiados a Força Sindical, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Os ramos de atividade com maior participação na base de filiados da Força são os trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico – o número de trabalhadores filiados a esse ramo praticamente se iguala ao da CUT, a central com maior número de trabalhadores neste ramo – e nas indústrias de construção e mobiliário; na qual concentra o maior número de filiados entre as centrais sindicais. (Tabela 5) Também merece destaque o elevado número de trabalhadores filiados a indústria de alimentos, o maior entre as centrais brasileiras.

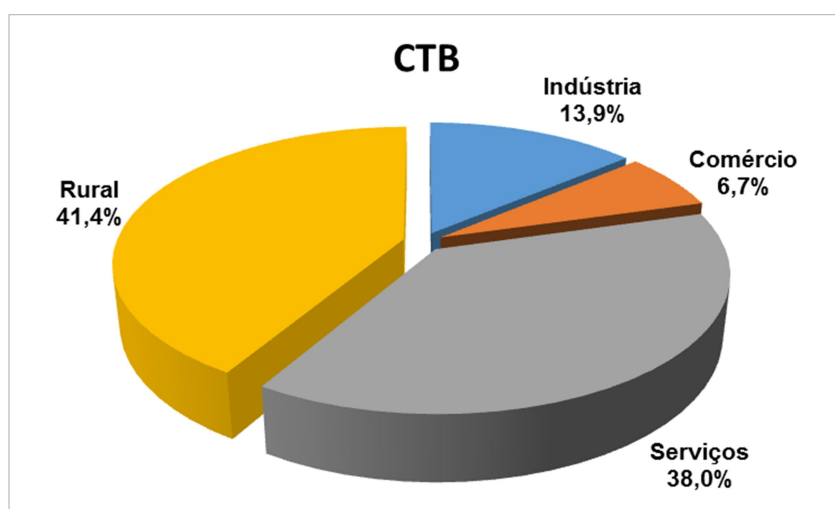
Tabela 5: Distribuição dos trabalhadores filiados a Força Sindical, por ramos de atividades selecionados – 2016

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	241.081	15,73%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	218.363	14,25%
Trabalhadores Rurais	170.500	11,12%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	126.642	8,26%
Empregados em Serviços	111.966	7,30%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	108.171	7,06%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	90.144	5,88%
Trabalhadores em Transportes	77.979	5,09%
Outros	387.943	25,31%
TOTAL	1.532.789	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A quarta maior central sindical de trabalhadores brasileiros é a CTB, com quase 1,4 milhões de associados – participando com aproximadamente 12% do total de trabalhadores das oito centrais consideradas nesse estudo. Quanto à distribuição setorial dos trabalhadores filiados, destaca-se a forte concentração de trabalhadores rurais – isoladamente, esse setor representa quase metade de sua base (41,4%) – Gráfico 12. Esse é o maior peso dos trabalhadores rurais entre as centrais sindicais tomadas na investigação. Contudo, a CUT, por ser muito maior, supera a CTB no número absoluto de trabalhadores rurais em sua respectiva base de filiados. Ainda em termos setoriais, merece destaque na CTB a expressiva presença de trabalhadores nos serviços e na indústria.

Gráfico 12: Distribuição dos trabalhadores filiados a CTB, por setor – 2016

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Quanto aos ramos de atividades dos trabalhadores associados à CTB, para além da forte presença de trabalhadores rurais, supracitada, e do considerável concentração de empregados em serviços, cabe sublinhar a expressiva presença de trabalhadores em estabelecimentos de ensino (Tabela 6). Não obstante o número de trabalhadores neste ramo seja superado pela CUT, o peso desta categoria na central sindical é superior na CTB (7,0%) – ainda que na Conlutas seja ainda superior (23,3%).

Tabela 6: Distribuição dos trabalhadores filiados a CTB, por ramos de atividades selecionados – 2016

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Trabalhadores Rurais	579.002	41,41%
Empregados em Serviços	285.227	20,40%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	98.406	7,04%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	89.633	6,41%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	82.335	5,89%
Outros	263.558	18,85%
TOTAL	1.398.161	100,00%

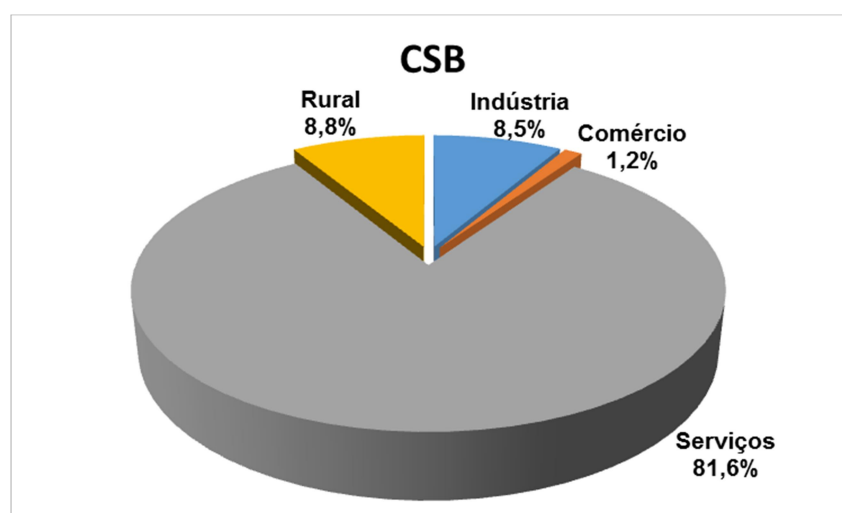
FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A CSB é a quinta maior central sindical de trabalhadores brasileiros e representa quase 1,3 milhões de trabalhadores, representando pouco mais de uma décima parte do total de trabalhadores filiados a uma das oito centrais em análise. O destaque setorial na CSB diz respeito à marcante participação do setor de serviços na sua base de

trabalhadores filiados (Gráfico 13). A CSB é o sindicato com maior parcela de trabalhadores associados no setor de serviços (81,6%) entre as centrais aqui consideradas.

Gráfico 13: Distribuição dos trabalhadores filiados a CSB, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Em relação à distribuição dos filiados a CSB por ramos de atividades, cabem dois destaques. O primeiro diz respeito ao peso expressivo do ramo composto por profissionais liberais em sua base de filiados (40,5%), fato que, em grande medida, caracteriza a CSB (Tabela 7). Já o segundo remete à forte presença do ramo de empregados em empresas de processamento de dados; a CSB é a central que reúne o maior número de trabalhadores nessa atividade.

Tabela 7: Distribuição dos trabalhadores filiados a CSB, por ramos de atividades selecionados – 2016

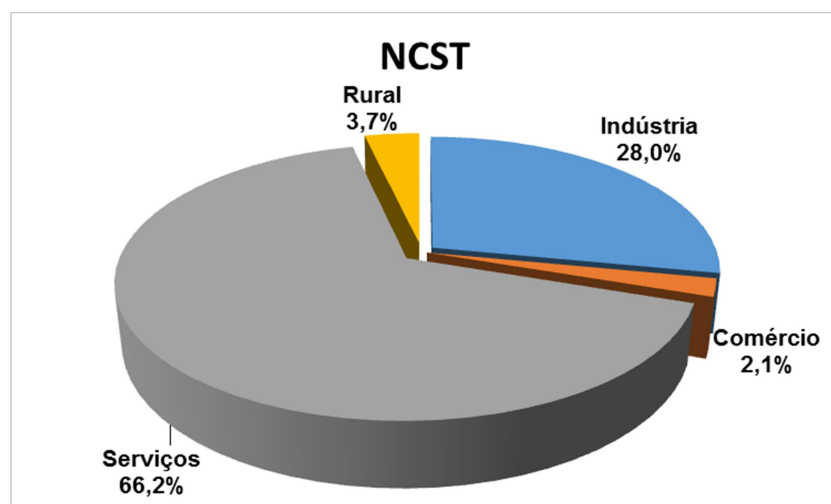
Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Profissionais Liberais	519.479	40,53%
Trabalhadores em Transportes	169.803	13,25%
Empregados em Serviços	137.702	10,74%
Trabalhadores Rurais	112.322	8,76%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	69.862	5,45%
Outros	272.535	21,26%
TOTAL	1.281.703	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A NCST é a sexta maior central sindical de trabalhadores atuante no Brasil, com pouco mais de 1 milhão de filiados ela representa quase uma décima parte do total de filiados às oito centrais sindicais aqui consideradas. Em termos setoriais, cabe sublinhar que mais da metade de sua base é composta por trabalhadores do setor de serviços (66,2%) – Gráfico 14. Ademais, também é bastante presente em sua base os empregados na indústria (28,0%) – essa é a segunda maior concentração de trabalhadores industriais entre as centrais sindicais brasileiras, somente superada pela participação do setor registrada pela Força Sindical.

Gráfico 14: Distribuição dos trabalhadores filiados a NCST, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Quanto aos ramos de atividade que formam a base da NCST, dada sua forte presença no setor de serviços, os empregados nos serviços são o ramo de atividade mais importante para essa central; aproximadamente uma quarta parte dos seus filiados se enquadram nesse ramo (Tabela 8). A NCST é ainda a central com maior número e proporção de empregados no ramo de atividade de turismo e hospitalidade – quase um quinto de sua base trabalha nesse ramo.

Tabela 8: Distribuição dos trabalhadores filiados a NCST, por ramos de atividades selecionados – 2016

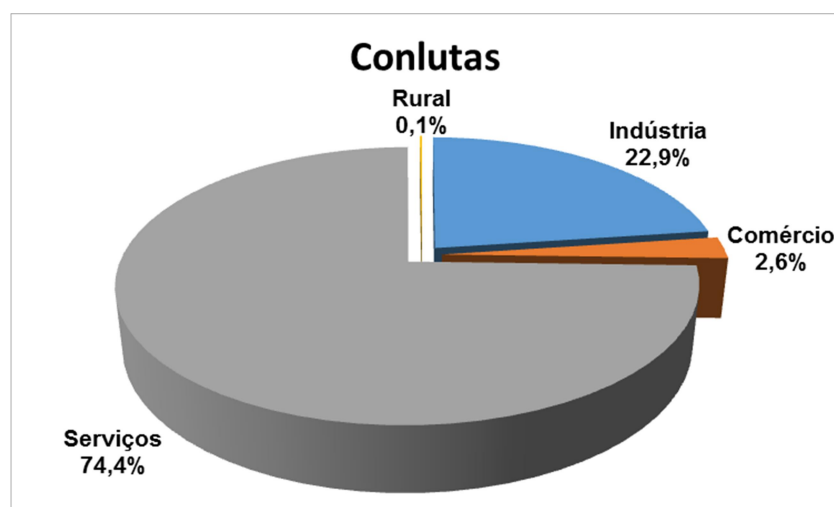
Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados em Serviços	279.364	26,14%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	182.291	17,06%
Trabalhadores em Transportes	171.427	16,04%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	155.142	14,52%
Outros	280.593	26,25%
TOTAL	1.068.817	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A sétima maior central sindical de trabalhadores brasileiros é a Conlutas e seu número de filiados já se encontra em patamares bem inferiores as seis que lhe antecederam, as quais todas superam 1 milhão de associados. Com quase 300 mil filiados a Conlutas representa aproximadamente 2,5% dos trabalhadores brasileiros associados a uma das oito centrais sindicais brasileiras consideradas neste estudo. Setorialmente, as maiores presenças na Conlutas são o setor de serviços (três em cada quatro filiados) e a indústria (22,9%) – Gráfico 15.

Gráfico 15: Distribuição dos trabalhadores filiados a Conlutas, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Em consonância com sua significativa presença no setor de serviços, quase a metade da base da Conlutas é composta por empregados no ramo de serviços (Tabela 9). Também é marcante a sua concentração de trabalhadores empregados no ramo de estabelecimentos de ensino. Não obstante não seja a central sindical brasileira com maior número de trabalhadores nesse ramo, é a central na qual essa categoria tem maior peso (23,3%).

Tabela 9: Distribuição dos trabalhadores filiados a Conlutas, por ramos de atividades selecionados – 2016

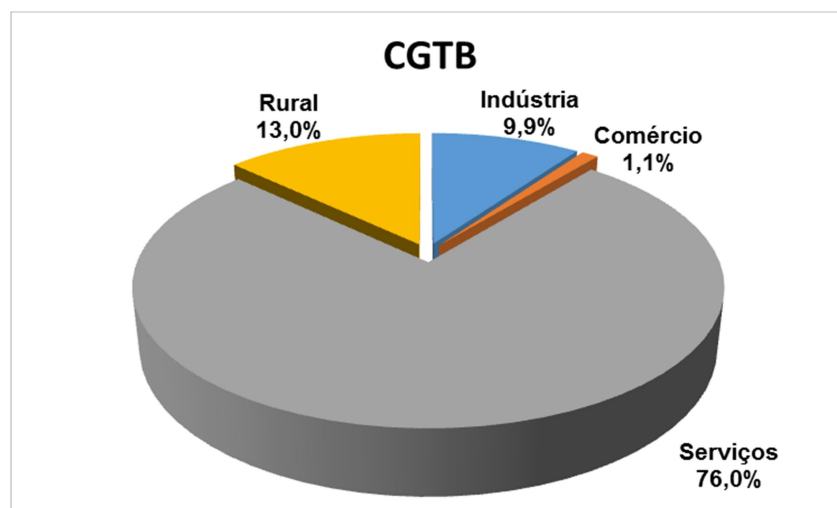
Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados em Serviços	127.328	43,73%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	67.928	23,33%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	30.835	10,59%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	16.749	5,75%
Outros	48.330	16,60%
TOTAL	291.170	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

A CGTB é a menor central sindical de trabalhadores entre as oito centrais brasileiras consideradas nesse estudo. Com pouco mais de 200 mil trabalhadores filiados, ela representa quase 2% do total de sindicalizados das centrais aqui investigadas. Setorialmente, três em cada quatro trabalhadores associados à CGTB pertencem ao setor de serviço (Gráfico 16). Ademais, são importantes também dentro da central o setor rural (13,0%) e a indústria (9,9%).

Gráfico 16: Distribuição dos trabalhadores filiados a CGTB, por setor – 2016



FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Em termos de ramos de atividades que compõem a base da CGTB, para além da esperada pronunciada presença de empregados em serviços, merece destaque a significativa concentração de trabalhadores em empresas de difusão cultural e de empregados em estabelecimentos de serviços de saúde (Tabela 10). A CGTB reúne o maior número de sindicalizados junto as empresas de difusão cultural, de modo que esse

ramo alcança representar uma quinta parte dos trabalhadores dessa central. Ainda que não seja a central com maior número de trabalhadores em estabelecimentos de saúde, a CGTB é a central onde essa categoria tem maior peso (7,8%).

Tabela 10: Distribuição dos trabalhadores filiados a CGTB, por ramos de atividades selecionados – 2016

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados em Serviços	44.734	20,60%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	44.457	20,47%
Trabalhadores Rurais	28.313	13,04%
Trabalhadores em Transportes	26.757	12,32%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	16.948	7,80%
Profissionais Liberais	15.218	7,01%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	14.978	6,90%
Outros	25.772	11,87%
TOTAL	217.177	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

NOTA: Foram selecionados os ramos de atividades com participação igual ou superior a 5% no total de filiados da central sindical. A tabela completa está reproduzida no Apêndice 2.

Para sintetizar as principais informações setoriais reunidas nesta etapa da pesquisa construiu-se a Tabela 11. Ela apresenta, resumidamente, a distribuição setorial da base de trabalhadores filiados a cada central sindical brasileira, destacando as categorias sindicais mais presentes em cada organização e, portanto, aquelas que devem influenciar, sobremaneira, as políticas adotadas por elas.

Tabela 11: Composição setorial da base de trabalhadores das oito maiores centrais sindicais brasileiras – 2016

(valores em 1.000 trabalhadores)

Central Sindical	Setores				Total
	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	
CUT	734	95	2086	1407	4322
UGT	311	434	778	88	1611
FORÇA SINDICAL	822	104	437	171	1533
CTB	194	94	531	579	1398
CSB	109	15	1045	112	1282
NCST	300	23	707	39	1069
Conlutas	67	7	217	0	291
CGTB	21	2	165	28	217
TOTAL	2557	774	5966	2425	11723

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

Capítulo 7 – Análise do questionário

As 45 questões formuladas no instrumento de pesquisa estavam divididas em quatro grandes blocos temáticos, construídas no intuito de orientar o entrevistado em suas respostas – buscando controlar o sugestionamento de respostas e verificar a coerência entre as respostas. Contudo, para a análise, é possível realizar um exame transversal entre as questões, não respeitando o ordenamento do questionário, mas cruzando-se as questões dispostas ao longo do questionário em busca de novos elementos sobre aspectos específicos do tema em questão.

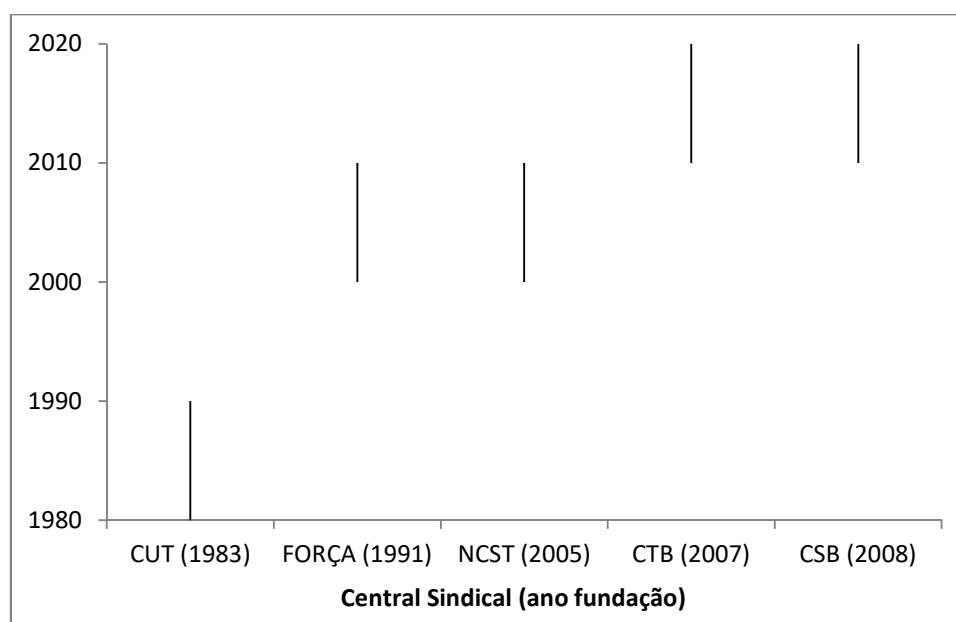
Essa análise transversal possibilitou reunir os elementos das respostas das centrais sindicais sobre mudanças climáticas em oito blocos temáticos: 1) gênese; 2) a participação; 3) políticas gerais; 4) obstáculos para atuação; 5) as políticas conservadoras; 6) as políticas reformistas de economia verde; 7) as políticas revolucionárias para além da economia verde; e 8) alianças entre os movimentos sindical e ambiental.

Um **primeiro bloco** de questões reunidas para análise busca extrair elementos introdutórios sobre o momento do contato inicial das centrais sindicais de trabalhadores brasileiras com o tema das mudanças climáticas a partir do qual começaram a formular políticas para essa área, além de situar, dentro destas organizações, por quais departamentos a discussão foi introduzida.

Nesse sentido, a primeira questão procura investigar se a adoção de políticas ambientais voltadas às mudanças climáticas nas centrais sindicais brasileiras guardou relação com o amadurecimento da discussão pública do tema na sociedade. De certa forma, a análise dessa questão é prejudicada pelo fato de quatro das seis centrais respondentes terem sido fundadas nos anos 2000, ou seja, no momento em que as mudanças climáticas tomaram concretude na sociedade. De uma maneira geral, a maior parte dessas quatro centrais posicionaram a implementação de políticas voltadas às mudanças climáticas no momento de sua fundação ou logo após. A central fundada na década de 80 posicionou o início da adoção de políticas ambientais voltadas às mudanças climáticas ainda nessa década. Já a central fundada nos anos 90 passou a adotar ações em relação às mudanças no clima na primeira década dos anos 2000. Em grande medida as respostas apontam no sentido das centrais responderem ao tema na

medida em que sua cientificidade foi posta a prova, notadamente na última década do século passado e primeira década dos anos 2000. Ou seja, os trabalhadores passam a focar ações no tema a partir de sua concretude enquanto problema.

Gráfico 17: Ano de fundação e início das discussões e implementação de políticas quanto às mudanças climáticas nas centrais sindicais brasileiras



FONTE: Pesquisa de campo.

A segunda questão buscava identificar os departamentos dentro das centrais sindicais que primeiro se desenvolveram as discussões de políticas em relação às mudanças climáticas. Aqui, observou-se forte heterogeneidade entre os respondentes. Em uma central, as discussões passaram, inicialmente, pela secretaria de políticas sociais. Em outra, provavelmente repercutindo provocação internacional (participações em fóruns sobre o tema), tais discussões tiveram sua gênese no departamento de assuntos internacionais. Uma terceira central respondeu que suas formulações iniciais de políticas em relação ao tema foram inicialmente tratadas pelo seu departamento de meio ambiente. Outra central localizou essas primeiras incursões no tema nos departamentos de meio ambiente, de assuntos internacionais, dentre outros. Por fim, a quinta central respondente não indicou um departamento específico na central, sugerindo que o tema tenha sido tratado inicialmente de forma mais horizontal entre os seus diversos setores. Tal constatação desautoriza o estudo de temas ligados às

mudanças climáticas a partir da experiência de determinado departamento específico das centrais.

Ainda no que diz respeito aos departamentos onde se gestaram os embriões das discussões ambientais climáticas nas centrais sindicais brasileiras, merece ser sublinhado o fato de nenhum respondente ter apontado o departamento de saúde e segurança no trabalho – não obstante ela tenha sido a primeira opção apresentada. A experiência internacional revela que este foi um importante departamento por onde as preocupações ambientais migraram, gradualmente, do ambiente interno de trabalho (acidentes, condições insalubres, etc.) para o ambiente externo (condições para lazer, como praças, praias), até atingira a discussão da própria vida no planeta – mudanças climáticas. Entre as centrais sindicais brasileiras, não parece ter sido essa a lógica de construção da consciência dos problemas climáticos, que parece ter sido muito mais suplantada por provocação internacional diretamente ao ambiente externo ao de trabalho. Contudo, as preocupações com a saúde e segurança do trabalho parecem seguir uma pauta própria e isolada das questões ambientais (mudanças climáticas), o que pouco contribui para unificar as dimensões trabalho e vida.

A análise dessas duas primeiras questões permite concluir, sinteticamente, que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros começam a tratar do tema e a implementar políticas quanto a mudança climática logo após sua fundação, em uma crescente entre as centrais, com forte concentração de respostas nos anos 2000. Essas informações comprovam o atrelamento do tratamento do tema a sua maior cientificidade ou maior concretude do problema na sociedade. Quanto aos departamentos das centrais por onde se originaram as discussões e formulações iniciais sobre as questões do clima observou-se forte heterogeneidade entre as respostas, com destaque para o departamento de assuntos internacionais, indicado por duas centrais. Merece ser sublinhado o fato de nenhuma central haver indicado o departamento de saúde e segurança do trabalho, tal como extraído da experiência histórica do tema nesse tipo de organização sindical de outros países. Nesse particular, a propulsão para a construção da consciência sindical no tema parece não haver sido não interna, mas externa. Esse fato pode dificultar a unificação da pauta trabalho-vida.

Um **segundo bloco** de questões procurou identificar a participação das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros em diversas instâncias que discutem as mudanças

climáticas. Aqui o pressuposto é que o maior contato dessas organizações com o tema, a partir de sua participação em fóruns, principalmente de caráter deliberativo, tem o potencial de fomentar a discussão interna e a introdução de políticas para mudanças climáticas.

A sétima questão do inquérito aplicado às centrais sindicais brasileiras propunha identificar se elas estão participando das negociações de questões do clima, seja em nível internacional, nacional ou regional/local. Está implícita nessa questão a hipótese da abertura do movimento sindical de trabalhadores ao tema das mudanças climáticas estar bastante em função da abertura de espaços para o seu contato efetivo, até deliberativo, com esse tema. Essa pressão externa pela tomada de posição no tema tem o potencial de trazer a discussão da mudança climática para dentro da central sindical e, dessa forma, propiciar seu transbordamento também para a sua base de trabalhadores.

Das seis centrais sindicais respondentes a essa questão, três revelaram participar de negociações do clima, entre as quais as duas mais antigas e maiores centrais sindicais de trabalhadores brasileiros – como, ademais, seria de se esperar. Contudo, o fato da metade das seis centrais sindicais respondentes ter apontado que não participa, em nenhuma instância, de negociações do clima também revela que parcela importante do movimento sindical brasileiro está excluída da possibilidade de um contato mais aprofundado para a discussão do tema. Por outro lado, as três centrais sindicais que revelaram participar de negociações do clima, qualificaram que essa participação ocorre em todos os níveis – internacional, nacional, regional e local – revelando que a participação, quando ocorre, é bastante intensa e parece, de fato, transbordar inclusive de um nível para outro. Duas destas três centrais sindicais qualificaram ainda a natureza da participação, uma indicando ser de caráter apenas informativo e outra afirmando que o caráter da participação é informativo, mas também consultivo e deliberativo. A julgar pela tradição de participação em negociações do clima entre essas duas centrais sindicais, seria de se afirmar que, de fato, o caráter das negociações do clima é mais informativo para os trabalhadores. Importa referir que essa posição passiva reservada a esse ator nas negociações do clima não contribui em nada para sua tomada de posição sobre as mudanças climáticas.

Na transição justa para uma economia de baixas emissões, tal como defendido pelo movimento sindical internacional para combater as mudanças climáticas, é central

a participação dos trabalhadores nos processos negociais requeridos. Um desses importantes processos, frequentemente salientado pela bibliografia, são as negociações em torno da política científica e tecnológica do país. Isto porque essa política tem o potencial de orientar a produção nacional no sentido do uso de tecnologias com menores emissões de gases de efeito estufa. Por sua vez, essas deliberações afetam sobremaneira os trabalhadores, muitas vezes reestruturando setores produtivos – promovendo a alteração dos requisitos de qualificação dos trabalhadores envolvidos – e até mesmo realocando atividades econômicas no espaço – exigindo a mobilidade do fator trabalho. Nesse sentido, a décima-primeira questão objetiva identificar se as centrais sindicais brasileiras participam do planejamento científico e tecnológico do País, tendo em vista influenciar a pesquisa de tecnologias voltadas para o combate das mudanças climáticas.

A ampla maioria das centrais sindicais respondeu que não participa do planejamento científico e tecnológico do País. Entre as seis centrais que se posicionaram frente a essa questão, cinco revelaram que não se envolvem nesse tipo de processo negocial e somente uma central afirmou participar. A aplicação presencial do questionário piloto permitiu reconhecer a importância da experiência das mais antigas e maiores centrais sindicais brasileiras no âmbito de negociações do clima. Como todas essas centrais se posicionaram da mesma forma, ou seja, negando a participação no planejamento científico e tecnológico do País, provavelmente a única resposta afirmativa, sobretudo no caso de vir de uma central sindical recentemente criada, esteja refletindo mais um viés causado pela incompreensão da formulação da questão, na qual o conceito de participação tenha sido empregado no seu sentido mais amplo. Por exemplo, a presença em atividades que informam e discutem tecnologias e mudanças climáticas promovidas por diversos atores (governos, instituições patronais ou movimentos sindicais de trabalhadores) pode ter sido reconhecida como participação nesses espaços, ainda que a pergunta sugerisse que essa participação fosse mais institucionalizada e alcançasse níveis mais profundos de efetiva participação das centrais, envolvendo poder consultivo e deliberativo.

Dessa forma, o movimento sindical de trabalhadores brasileiros se recente de espaços que provoquem seu contato e tomada de posição em relação a aspectos tecnológicos que a transição justa para uma economia de baixas emissões exige e que repercute sobremaneira sobre a classe trabalhadora. Essa passividade frente à questões que lhe impactam, ao que as respostas indicam, se processa mais pela falta de

oportunidade em participar de maneira mais efetiva nesses espaços do que pela falta de interesse próprio. Neste caso, somente pode refletir uma política de um governo que não propicia a participação dos trabalhadores nesses espaços decisórios. Essa constatação é ainda mais preocupante se consideramos que na década que precedeu a entrevista o partido que titulava o executivo no governo federal, a quem compete o planejamento científico e tecnológico do País, era o Partido dos Trabalhadores.

Mantendo-se na análise da participação, a questão quadragésima-segunda investigou se as centrais sindicais de trabalhadores brasileiras participam das decisões públicas sobre, por exemplo, a política industrial brasileira no que refere ao apoio as atividades relacionadas à economia verde. Como mostram as respostas das centrais, a participação nesses espaços é pequena, quando chega a ocorrer. Ademais, as centrais sindicais que afirmaram participar nesse espaço revelaram que o caráter da participação é informativo, de discussão de propostas, e não chega a atingir níveis deliberativos, que caracterizaria uma participação mais substancial.

A maior parte das centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão, três em cinco, afirmaram que participam pouco nos espaços de discussão e deliberação da política industrial brasileira, normalmente somente em nível de discussão. Outras duas centrais sindicais revelaram que não participam na construção desse tipo de política pública. Essa constatação revela que, se, por um lado, o envolvimento sindical nessa temática é pequeno, também há indícios de que esses espaços não estão abertos à participação das representações dos trabalhadores. E quando se abrem, propiciam uma participação somente superficial, de discussão de propostas e não de tomada de decisões sobre a política industrial – o que pode não incentivar as centrais em dispender esforços para participar dessa instância.

Como revela a experiência internacional, dentro de um paradigma de transição justa para uma economia de baixas emissões – que bem pode ser a economia verde – a defesa de políticas de requalificação profissional demonstra, na prática, o envolvimento e empenho sindical com as questões relacionadas ao tema.

Nesse sentido, a trigésima-quarta questão perguntou às centrais sindicais de trabalhadores brasileiras se elas desenvolvem políticas de defesa da qualificação e requalificação profissional tendo em vista as transformações esperadas pela transição justa que as mudanças climáticas ensejam. Das seis centrais sindicais de trabalhadores

brasileiros que responderam a essa questão, apenas duas revelaram desenvolverem esse tipo de política. Provavelmente parcela desse envolvimento possa ser creditada as características tripartites de definição das políticas de emprego, qualificação e intermediação de mão-de-obra, no qual as representações de trabalhadores tem assento legalmente instituído. Mas a maior parte (quatro) das centrais pesquisadas, responderam que não desenvolvem esse tipo de política. Desse modo, apesar dos espaços públicos de discussão de políticas de qualificação estarem abertos a receber as orientações das representações de trabalhadores que pudessem estar relacionadas às mudanças climáticas, parece que esse tema não é tomado em consideração pelas centrais sindicais brasileiras nesses momentos. Por um lado, esse fato pode indicar a desinformação sindical para a ação ou, de outro, pode acusar o grande desafio que constitui para as centrais sindicais tratar desse tema menos discursivamente e mais pragmaticamente diante de tantos outros desafios mais imediatos que precisa dar conta perante a sua base de filiados.

A revisão da literatura internacional também aponta que um fator que aproxima os trabalhadores da temática das mudanças climáticas é o seu envolvimento direto com o tema no chão de fábrica, ou seja, dentro das empresas, em questões que lhe afetam diretamente seu trabalho cotidiano. Em outros países onde há outras instâncias de participação dos trabalhadores fortes dentro das empresas, como os conselhos de fábrica, essa participação pode ser de caráter sindical ou não. Contudo, é importante para os trabalhadores, inclusive para acumularem informações nessa nova temática ambiental, que a adoção de tecnologias mais amigáveis às mudanças climáticas dentro das empresas seja precedida de consulta prévia aos trabalhadores afetados para ouvir a sua posição sobre as medidas. Isso já ocorre em outros países e demonstra o amadurecimento democrático das relações de trabalho.

Nesse sentido, encerrando esse bloco sobre participação, a quadragésima-terceira questão perguntou as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros se, nos sindicatos pertencentes a sua base, a adoção de tecnologias voltadas a reduzir as emissões de gases de efeito estufa é precedida de consulta prévia junto aos trabalhadores afetados. Todas as seis respondentes a essa questão declararam que não são consultados. Com certeza esse resultado é determinado pelos limites impostos para a atividade sindical dentro das empresas no Brasil, onde conselhos ou comitês de fábrica não são legalmente previstos.

A participação das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros em diversas instâncias de discussão e deliberação de temas relacionados à mudança climática, tal como investigada pelas cinco questões acima analisadas, se concentrou, resumidamente, na pesquisa de três instâncias: internacional (negociações do clima), nacional (políticas públicas em assuntos tangentes às mudanças climáticas) e a nível de empresas. De modo geral, a participação das centrais sindicais na discussão e definição de políticas relacionadas às mudanças climáticas, quando ocorreu, foi pequena. Já os motivos dessa falta de participação são mais difusos: falta de incentivo pelo caráter informativo e não deliberativo do fórum (negociações do clima e política industrial), falta de abertura de espaços ou mesmo inexistência de espaços (respectivamente, no planejamento público científico-tecnológico do País e, no âmbito privado, dentro das empresas – comitês de fábrica), desinformação ou desinteresse da central (políticas de qualificação e requalificação profissional).

O **terceiro bloco** de questões procurou identificar e qualificar, genericamente, algumas das principais políticas das centrais sindicais brasileiras quanto às mudanças climáticas. As seis questões que tratam deste tema serão analisadas em pormenores a seguir.

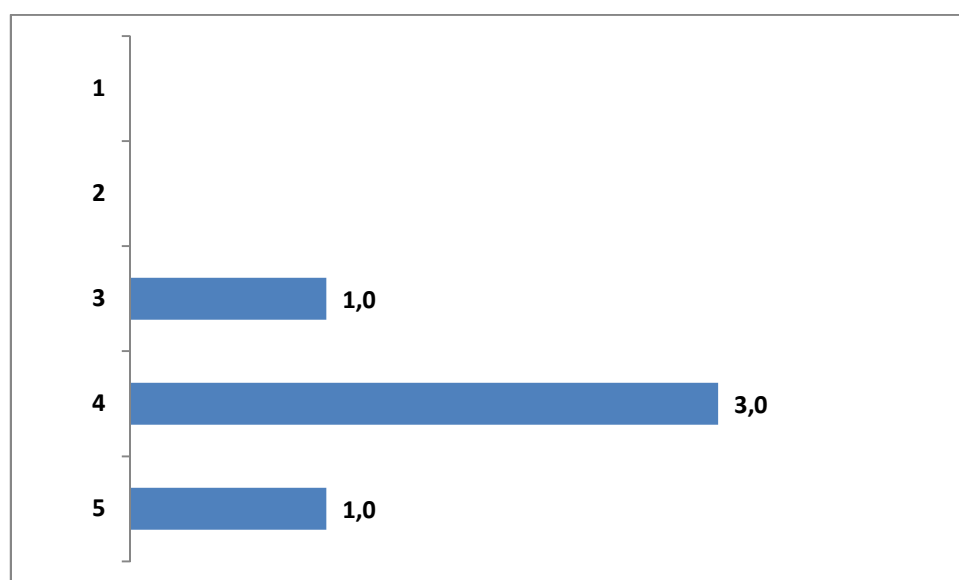
Um dos pontos basilares da pesquisa é identificar se a mudança climática é percebida pelas centrais sindicais brasileiras como decorrente de causas naturais ou antropogênicas – causada pela ação humana no desenvolvimento do modo de produção e forma de consumo. Distinguir a lógica casual das mudanças climáticas é como um divisor de águas no que diz respeito ao tratamento do fenômeno. Para aqueles que o consideram como decorrente de causas naturais (sem a influência da ação humana), nada pode ou precisa ser feito para sua reversão, já que a ação fisiológica do globo terrestre se encarregará de lhe conferir o seu melhor destino. De outra forma, para aqueles que consideram as mudanças climáticas como decorrentes de causas antropogênicas (ação humana), muito pode e, inclusive, deve ser feito para sua reversão ou, pelo menos, minimização. Ademais, na medida em que se desenvolvem as pesquisas nesse campo, há cada vez mais evidências científicas de suas causas antropogênicas.

Portanto, para uma central sindical desenvolver políticas voltadas para tratar das mudanças climáticas é de suma importância que tenha alcançado a compreensão do fenômeno como decorrente de causas não naturais (antropogênico); caso contrário,

provavelmente, adará a política de não desenvolver políticas voltadas para esse problema. Como supramencionado, uma central sindical chegou a se negar a responder o questionário justificando que entende a mudança climática como decorrente de causas naturais. Neste particular, essa justificativa parece perder sentido, pois a central sindical poderia ter respondido pelo menos essa questão, que buscava captar justamente sua posição sobre esse ponto.

Nesse escopo, a questão décima-oitava inquiriu as centrais sindicais brasileiras sobre suas percepções causais acerca das mudanças climáticas. Foi fornecido uma escala likert a fim de que a central sindical posicionasse seu entendimento sobre as causas das mudanças climáticas entre 1 (fenômeno natural onde ação humana não interfere) e 5 (fenômeno antropogênico, causado pela ação humana). A média das respostas obtidas pelas cinco centrais sindicais que responderam a questão foi 4,0, indicado que as entidades de representação dos trabalhadores brasileiros reconhecem a mudança climática como decorrente, em maior medida, de causas antropogênicas.

Gráfico 18: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao seu entendimento sobre as causas das mudanças climáticas serem de ordem natural ou antropogênica



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (fenômeno natural) e 5 (fenômeno antropogênico).

Analisando-se individualmente a distribuição das respostas, observa-se que apenas uma central se posicionou no nível 3, indicando que entende o fenômeno como causado tanto por fatores naturais quanto por fatores antropogênicos. A maior parte das centrais sindicais brasileiras respondentes (três) se posicionaram no nível 4, revelando uma tendência de entender o fenômeno como decorrente de causas antropogênicas. E, por fim, apenas uma central foi mais incisiva em indicar o nível máximo de compreensão do fenômeno como antropogênico (nível 5).

Interessante pontuar que a central sindical que se posicionou mais firmemente ao lado das causas antropogênicas é também a central com maior participação de trabalhadores rurais na sua base de filiados, portanto, deve ser a central onde essa categoria de trabalhadores tem maior força. Essa constatação permite especular que a proximidade e dependência climática da produção rural nesse setor possa favorecer uma compreensão mais acurada dos vetores causais do fenômeno. Corroborando nesse ponto, já não se pode dizer que por acaso, os desenvolvimentos teóricos mais importantes de Karl Marx no campo do meio ambiente se processaram quando tratou de observar e teorizar sobre o uso e fertilidade do solo.

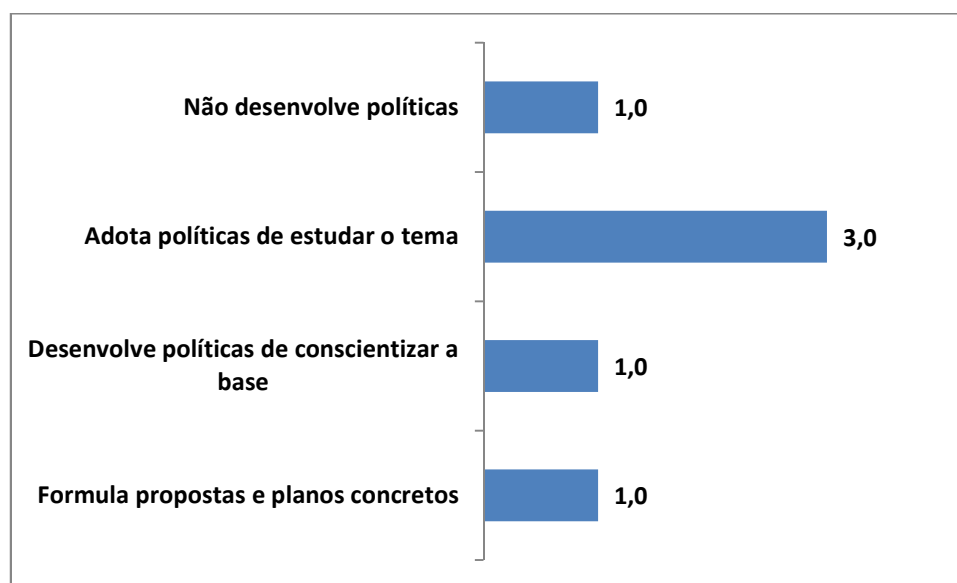
Observado de outra ótica, o fato das centrais sindicais se posicionarem mais para o lado de indicar causas antropogênicas para as mudanças climáticas o credencia enquanto ator importante para desenvolver medidas adequadas para combater o fenômeno e, mais que isso, lhe propicia as condições necessárias para estabelecer alianças com outros movimentos que também compartilham a mesma visão – ampla maioria do movimento ambientalista, por exemplo.

A revisão da literatura internacional das políticas de ação sindical de sindicatos de trabalhadores identificou alguns setores chave para as mudanças climáticas, relacionados às indústrias de geração de energia, mineração, automobilística e de alimentos. Nesse sentido, a quarta questão do instrumento de pesquisa investigou a existência de políticas relacionadas às mudanças climáticas específicas para esses setores nas centrais sindicais brasileiras.

Quanto ao setor de geração de energia, a maior parte das centrais, três em seis respondentes a essa questão, apontaram que têm uma política de estudar o tema. Cabe destacar que essas políticas foram apontadas justamente pelas centrais que reúnem o maior número de sindicalizados no setor de geração e distribuição de energia (inseridos

no ramo de trabalhadores de indústrias urbanas). Segundo a bibliografia, essa é uma das primeiras políticas que os sindicatos normalmente adotam em relação a um tema novo, tal qual às mudanças climáticas. De todo modo, somado ao fato de outra central ter apontado que não desenvolve políticas para o tema, esse resultado aponta um estado embrionário da incorporação da agenda climática nas centrais sindicais brasileiras. Outras duas centrais responderam estar em estado mais avançado das discussões, ao desenvolver políticas de conscientizar a base do tema e uma chegou a afirmar que formula propostas em planos concretos para o setor em termos de políticas em relação às mudanças climáticas.

Gráfico 19: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto à existência de políticas quanto às mudanças climáticas no setor de geração de energia

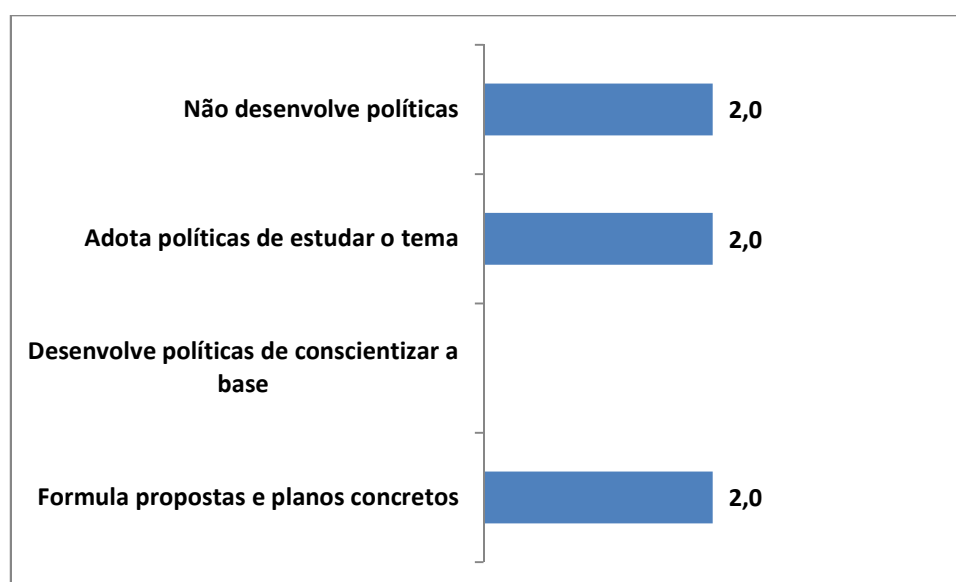


FONTE: Pesquisa de campo.

A atividade econômica de mineração está dividida em dois ramos de atividades da classificação utilizada no processamento da base de sindicalizados: trabalhadores nas indústrias extrativas e trabalhadores no comércio de minério e derivados do petróleo. A central mais antiga reúne o maior número de sindicalizados no ramo extrativo, mas em outra central bem menor o ramo tem maior peso na base. Já na atividade comercial outras duas grandes centrais concentram maior número de trabalhadores.

Entre essas principais centrais sindicais para o setor de mineração, predominou a inexistência de políticas em relação às mudanças climáticas (duas respondentes), não obstante outra central sindical tenha apontado que já formula propostas em planos concretos. Essa polarização de posições também é encontrada ao se analisar o quadro geral de respostas das centrais sindicais brasileiras quanto ao desenvolvimento de políticas quanto ao setor de mineração: duas afirmaram não desenvolver políticas, duas indicaram desenvolver o estudo do estudo do tema e outras duas responderam que já formulam propostas e planos concretos quanto às mudanças climáticas.

Gráfico 20: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto à existência de políticas quanto às mudanças climáticas no setor de mineração

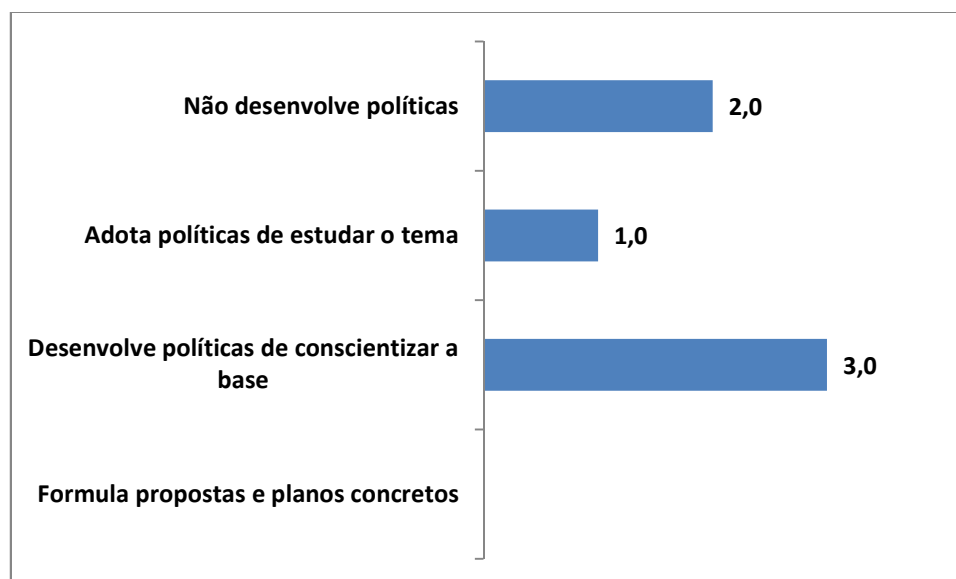


FONTE: Pesquisa de campo.

Outro setor chave para as mudanças climáticas inquerido na pesquisa junto às centrais sindicais foi o automobilístico. Quanto a esse setor, as centrais sindicais se posicionaram mais decididamente em estágios iniciais já de desenvolvimento de políticas quanto às mudanças climáticas. A maior parte das respostas, três entre seis respondentes, se situaram no momento de articular políticas para conscientização da base no tema. Outra central declarou desenvolver política de estudar o tema e outras duas afirmaram não desenvolver políticas quanto às mudanças climáticas neste setor em específico. Cabe destacar que nenhuma central sindical brasileira afirmou ter logrado o

estágio mais avançado de desenvolvimento de políticas quanto às mudanças climáticas, qual seja, de articular uma formulação de propostas em planos concretos para o setor.

Gráfico 21: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto à existência de políticas quanto às mudanças climáticas no setor automobilístico



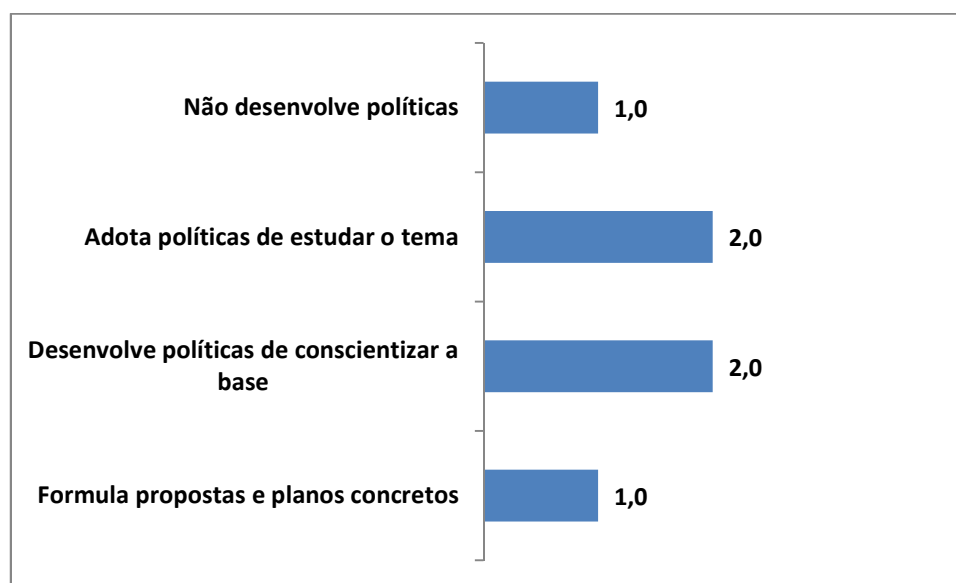
FONTE: Pesquisa de campo.

As duas centrais sindicais brasileiras mais antigas também são as que mais concentram trabalhadores na indústria automobilística (atividade compreendida no ramo de trabalhadores nas indústrias metalúrgica, mecânica e de material elétrico). E elas corroboram o comportamento tímido do movimento sindical de trabalhadores no desenvolvimento de políticas para o a indústria automobilística: a central com mais longa história e tradição no setor afirmou somente desenvolver políticas de estudar o tema, enquanto a outra chegou a declarar não desenvolver políticas para o setor. Com base na revisão bibliográfica, pode-se apenas especular algumas hipóteses para esse comportamento, sem de fato ter condições plenas de apontar uma causa conclusiva com base nos dados que se dispõe. As hipóteses explicativas se situam no campo de pressões da base da central sindical pela manutenção do emprego e condições de trabalho no curto prazo e falta de participação sindical nas discussões de políticas em relação às mudanças climáticas.

O último setor chave para as mudanças climáticas investigado na pesquisa diz respeito ao setor de alimentos. Aqui a maior parte das respostas tangenciaram políticas

de estudo e de conscientização da base sobre o tema. Duas centrais responderam que desenvolvem políticas de estudar o tema e outras duas afirmaram que desenvolvem políticas de conscientização da base sobre o tema. Ademais, uma respondeu não desenvolver políticas e outra chegou a apontar que formula propostas e planos concretos para o setor. Aqui se observa alguma consonância com o quadro internacional de ação sindical predominante para o setor de alimentos frente às mudanças climáticas, que coloca grande peso na conscientização da base de filiados para o que se denomina por “consumo consciente”, ou seja, que procura fazer as mudanças necessárias no setor para combater as mudanças climáticas pela via da demanda dos consumidores por produtos com menores emissões de gases de efeito estufa.

Gráfico 22: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto à existência de políticas quanto às mudanças climáticas no setor de alimentos



FONTE: Pesquisa de campo.

Em termos de base sindical de trabalhadores filiados, interessa aqui observar os ramos de trabalhadores rurais e de trabalhadores nas indústrias alimentícias. O ramo de trabalhadores rurais tem peso expressivo em todas as centrais sindicais brasileiras. Na maior parte delas o ramo concentra mais de 5% da base de filiados e, naquelas com maior participação, os percentuais alcançam 32,5% e 41,4%. As respostas destas centrais não destoam do quadro geral já analisado, de forma que uma respondeu desenvolver política de estudar o tema e outra de conscientizar a base sobre o impacto

do seu consumo para combater as mudanças climáticas. Dado o peso dos trabalhadores rurais nas centrais sindicais brasileiras e a importância do ramo no combate as mudanças climáticas, poderia se esperar um comportamento mais a frente em termo de seus desenvolvimentos de políticas dedicadas às mudanças climáticas, situação que não se verifica na prática.

Já o ramo de trabalhadores nas indústrias alimentícias detém menor peso entre os trabalhadores das centrais sindicais brasileiras; comparado a presença do ramo rural. As centrais mais antigas são também aquelas que mais concentram trabalhadores filiados nesse setor. Nestas centrais, houve maior distanciamento entre as respostas, enquanto uma se situou na média das respostas para esse setor, qual seja, de estudo do tema, outra revelou formular propostas e planos concretos para o setor, evidenciando um grau mais elevado de desenvolvimento de políticas relacionadas às mudanças climáticas.

Seguindo na linha de investigar as políticas das centrais sindicais brasileiras frente às mudanças climáticas, a próxima questão procurou focar um evento recente de crise capitalista, momento que pode propiciar tanto reformas para manutenção do estado das coisas quanto revoluções para mudar tal estado. Esse momento foi a grande crise financeira internacional de 2008. Parcela do movimento sindical internacional chegou a identificar nesse momento uma possibilidade concreta de realizar transformações que, no que diz respeito às mudanças climáticas, remetiam a mudanças na forma de produção e no modo de consumo que no último século levaram ao rápido aumento nas emissões de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global.

Desse modo, a quinta questão buscou identificar em que medida as políticas de emprego para o enfrentamento da crise financeira de 2008 apoiadas pelas centrais sindicais brasileiras levaram em consideração as mudanças climáticas. Utilizando-se uma escala likert que variou entre 0 (nenhuma medida) e 5 (toda medida), a média das respostas de seis centrais sindicais de trabalhadores brasileiras se situou em 1,7 e nenhuma central inquerida acusou numerais superiores a 3. Assim, pode-se inferir que, frente a crise financeira de 2008, as centrais sindicais brasileiras formularam propostas de emprego que em muito pouca medida levaram em consideração as mudanças climáticas. Para parcela da bibliografia consultada esse comportamento revela uma grande perda de oportunidade por parte dos trabalhadores para o combate das mudanças

climáticas. Contudo, esse comportamento é perfeitamente compreensível ao se levar em conta o desemprego que uma crise dessa natureza acarreta aos trabalhadores, suscitando nesse ator um comportamento defensivo que pouco contribui para mudar o estado geral das coisas, destacando aqui a forma de produção e modo de consumo que levaram às mudanças climáticas.

Em termos da base de trabalhadores filiados às centrais sindicais brasileiras, merece ser sublinhado o fato das centrais que afirmaram, frente a crise de 2008, apoiar políticas de emprego que levaram em consideração as mudanças climáticas em maior medida, também ser as centrais que detêm mais elevada concentração de trabalhadores do setor de serviços, com percentuais de participação superiores a 50%. Levando-se em consideração que as transformações necessárias para combater as mudanças climáticas recaem sobremaneira em outros setores, notadamente, agrícola e industrial, pode-se entender, dentro de um comportamento defensivo das condições de emprego, que sejam justamente as centrais sindicais com menor peso destas bases que logrem os maiores avanços em termos de políticas. Em outras palavras, para aquelas centrais onde o ônus das transformações necessárias frente às mudanças climáticas é maior frente aos interesses imediatos da base em momentos de crise, é de se esperar um comportamento menos propositivo e mais defensivo.

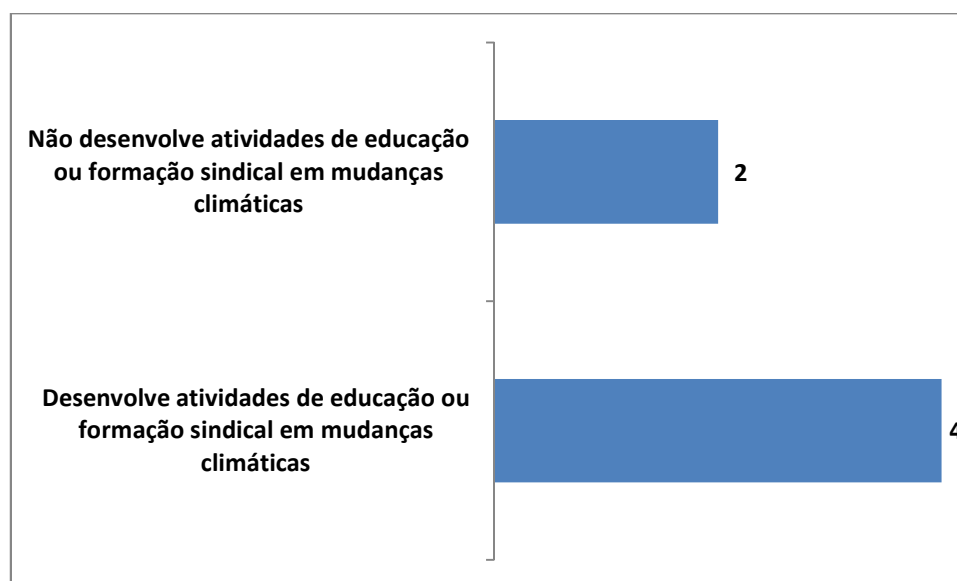
Cabe observar que o cruzamento das duas últimas questões evidencia consistência entre as respostas das centrais sindicais. A escassez de centrais que se posicionaram no nível de formulação de propostas e planos concretos para conter as mudanças climáticas entre os quatro setores analisados, somente se poderia traduzir em políticas de emprego (no caso, frente a crise financeira internacional de 2008) que pouco ou quase nada levam em consideração as mudanças climáticas.

A nona questão do roteiro de entrevista objetiva identificar se as centrais sindicais desenvolvem, isoladamente ou em parceria com outras instituições, políticas para atividades de educação ou formação sindical sobre mudanças climáticas. O pressuposto desta questão é que tais atividades formativas propiciam o avanço na consciência dos trabalhadores sobre a importância das mudanças climáticas e isso trás consigo o potencial de desenvolver novos valores e identidades sociais que favoreçam alargar a base de sustentação sindical na sociedade. Esse alargamento é importante para o movimento sindical para que este ator possa ser também reconhecido por outros

segmentos da sociedade como importante, para além de importante defensor dos interesses imediatos dos trabalhadores, em outras instâncias temáticas, aqui se salientado a discussão das mudanças no clima, auferindo-lhe maior legitimidade e poder político.

Quatro das seis centrais sindicais brasileiras respondentes a essa questão declararam que desenvolvem atividades de educação ou formação sindical sobre mudanças climáticas para sua base de filiados. Apenas duas centrais sindicais revelaram que não desenvolvem esse tipo de atividade. Se, por um lado, esse resultado indica que a maioria dos trabalhadores brasileiros logra acessar informações sobre mudanças climáticas via suas entidades sindicais de representação, por outro lado, dado o peso de uma das centrais que respondeu negativamente a essa questão, parcela importante dos trabalhadores está excluído dessa possibilidade. Ademais, ao que as respostas demonstram, o movimento sindical está atento para o desenvolvimento de novos valores e identidades sociais que lhe podem conferir legitimidade para atuar em outras áreas, no caso, lhe credenciando também como representante de interesses ligados às mudanças climáticas.

Gráfico 23: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao desenvolvimento de atividades educativa ou de formação sindical quanto às mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

Em relação aos ramos de atividade da base de trabalhadores filiados às centrais sindicais, cabe sublinhar o fato de uma das duas centrais que responderam negativamente a essa questão ter importante presença no ramo de trabalhadores em estabelecimentos de ensino. Ainda que em número de trabalhadores nesse ramo outra central sindical supere o número da central em questão, nesta central essa categoria chega a representar quase uma quarta parte do seu número total de filiados, revelando seu grande peso na composição da central. Não obstante, tal central não desenvolve atividades de educação ou formação sindical sobre mudanças climáticas junto a sua base. Para além de problemas estruturais de uma central sindical de tamanho relativo pequeno para tratar de novas pautas sociais, essa constatação revela grande potencial dispendido de estender o ponto de vista sindical sobre o tema para toda a sociedade e, especialmente, para a nova geração, via formação dos professores nesse campo.

Ainda no campo das políticas de educação e formação dos trabalhadores em relação as mudanças climáticas, outra política sindical identificada em nível internacional diz respeito a atuação das federações sindicais nacionais junto a sua respectiva base de sindicatos filiados. Em outros países há exemplos da existência de cartilhas, cursos e seminários especificamente voltados à instruir a negociação coletiva das mudanças climáticas. Assim, os sindicatos ligados a base da entidade nacional sindical recebem informação e orientação de como negociar coletivamente clausuras de convenções e acordos coletivos que contribuam para reduzir emissões e combater as mudanças climáticas.

Nesse sentido, a trigésima-quinta questão perguntou às centrais sindicais de trabalhadores brasileiros se elas fornecem algum tipo de orientação para os sindicatos de sua base negociar clausuras que possam ajudar a dirimir os problemas climáticos. Adicionalmente, foram fornecidos exemplos de instrumentos tais como cartilhas de instrução ou atividades de formação como cursos ou seminários.

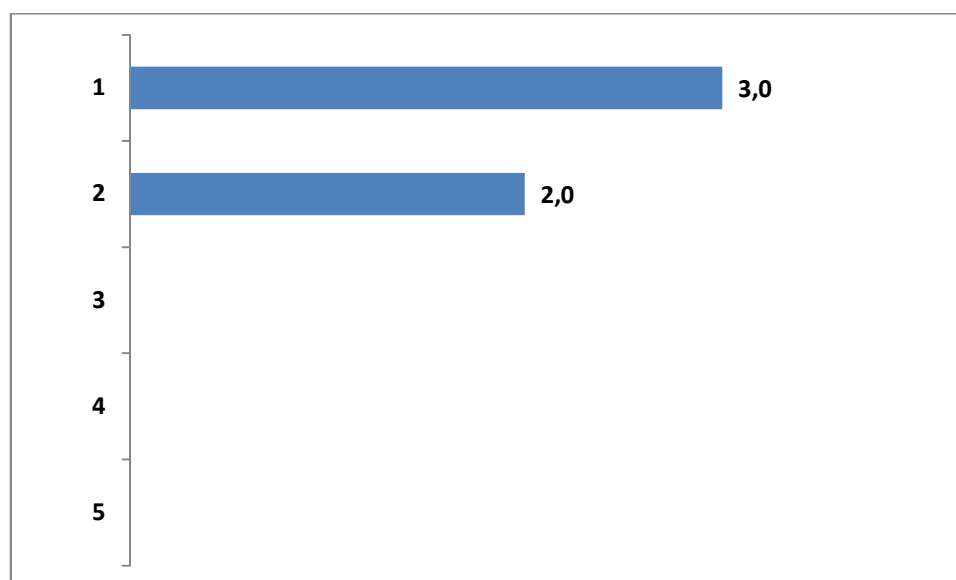
Desta vez, quatro centrais sindicais revelaram não orientar sua base para negociar esse tema e apenas duas revelaram desenvolver algum tipo de ação nesse sentido. Esses resultados indicam dificuldades das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros em traduzir seu discurso em ações práticas no que refere às mudanças climáticas. Alguns fatores podem pesar nesse sentido, como a contemporaneidade do

assunto, a existência de outras prioridades imediatas, carência de recursos para realizar essas ações ou pressões da base que dificultem o avanço no tema.

Ao defender a transição justa para uma economia de baixas emissões, o movimento sindical busca focar a sua histórica luta a favor do emprego, salários e relações de trabalho na forma da defesa de garantia dos direitos dos trabalhadores ao longo desse processo. Preliminarmente, pode-se dizer que essa defesa denota um comportamento defensivo que pouco contribui em um tema tal como as mudanças climáticas que, como visto, é demandante dos atores com um comportamento mais propositivo. Contudo, é compreensível que o temor pela perda de direitos no processo de transição lhe imprima esse comportamento.

Encerrando esse bloco temático, a décima-sétima questão buscou identificar se o discurso sindical (resoluções, comunicações, etc.) é politicamente coerente ou contraditório com suas decisões práticas sobre projetos específicos que envolvem as mudanças climáticas – como no caso da Hidrelétrica de Belo Monte. Para tanto, foi solicitado aos respondentes que indicassem, em uma escala likert que variava entre 1 (mais coerência) e 5 (mais contradição), em que nível a central sindical se posicionava.

Gráfico 24: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a maior coerência ou maior contradição entre o seu discurso e sua prática quanto a políticas que envolvam as mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (coerência) e 5 (contradição).

Todos os cinco dirigentes de centrais sindicais que responderam a questão declararam haver mais coerência que contradição entre seu discurso e sua prática no que refere as mudanças climáticas. Três centrais sindicais se posicionaram no nível máximo de coerência e duas no nível imediatamente superior.

Nesse mesmo sentido, outro requisito importante para o avanço da ação dos sindicatos de trabalhadores no campo das mudanças climáticas é o seu entendimento enquanto, como genericamente denominado, “organização glocal”. Segundo os teóricos dessa área do conhecimento, uma organização glocal se caracteriza, em poucas palavras, por sua atuação internacional que compreenda a importância e seja articulada com o ativismo em nível local – que sustente a própria posição internacional. Esse tipo de atuação articulada da organização em distintos níveis lhe confere maior coerência no seu discurso, com óbvios rebatimentos sobre sua reputação junto a sua base e na sociedade. Afinal, nenhuma organização preza ter evidenciadas as suas contradições quanto a políticas utilizadas em distintos níveis e nem, quanto menos, ter evidenciado que seu discurso é descolado de um trabalho de base. Essa é uma estratégia bastante utilizada na disputa de interesses de organizações ambientais.

No escopo dessa discussão, a décima-nona questão da pesquisa de campo realizada perguntava se a central sindical se entendia como organização glocal, qualificando-se que são instituições caracterizadas pela forte articulação internacional, mas apoiada coerentemente no seu ativismo local. Das seis centrais sindicais brasileiras de trabalhadores respondentes a essa questão, a ampla maioria declarou se considerar uma organização glocal; somente uma central sindical revelou não se entender como tal. Desse modo, ao que as respostas indicam, as centrais sindicais brasileiras compreendem que necessitam articular internacionalmente, mas essa articulação deve ser legitimamente sustentada no seu ativismo local coerente.

De maneira geral, o terceiro bloco de questões permite afirmar que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros compartilham o diagnóstico mais progressista de que as mudanças climáticas são um fenômeno antropogênico, afastando-se da causalidade conservadora que ainda insiste em lhe diagnosticar causas naturais. Apesar de perceberem que seu discurso, inclusive internacional, está afinado com as políticas e ações práticas que toma no campo das mudanças climáticas, também em nível local, as centrais sindicais raramente alcançam formular políticas que atinjam apresentar

propostas e planos concretos para o tema, permanecendo ainda com políticas de estudar o fenômeno e de conscientizar a base sindical de sua importância. Essas políticas denotam a importância das atividades de educação e formação sindical em mudanças climáticas para as centrais sindicais. Contudo, no plano prático, as centrais não orientam seus sindicatos filiados para negociarem clausuras de convenções coletivas com o objetivo de arrefecer as emissões de gases de efeito estufa e conter as mudanças climáticas.

Segundo a literatura internacional consultada, muitos são os obstáculos para as entidades sindicais de trabalhadores adentrar no tema das mudanças climáticas e alcançar formular, na prática, políticas ambientais concatenadas com os objetivos sindicais históricos de defesa do trabalhador. Nesse sentido, o **quarto bloco** temático se dedicará a identificar, nas centrais sindicais de trabalhadoras brasileiras, a ocorrência dos principais obstáculos para uma maior ação sindical no campo das mudanças climáticas – tomando-se como referência os obstáculos identificados nas experiências de outros países.

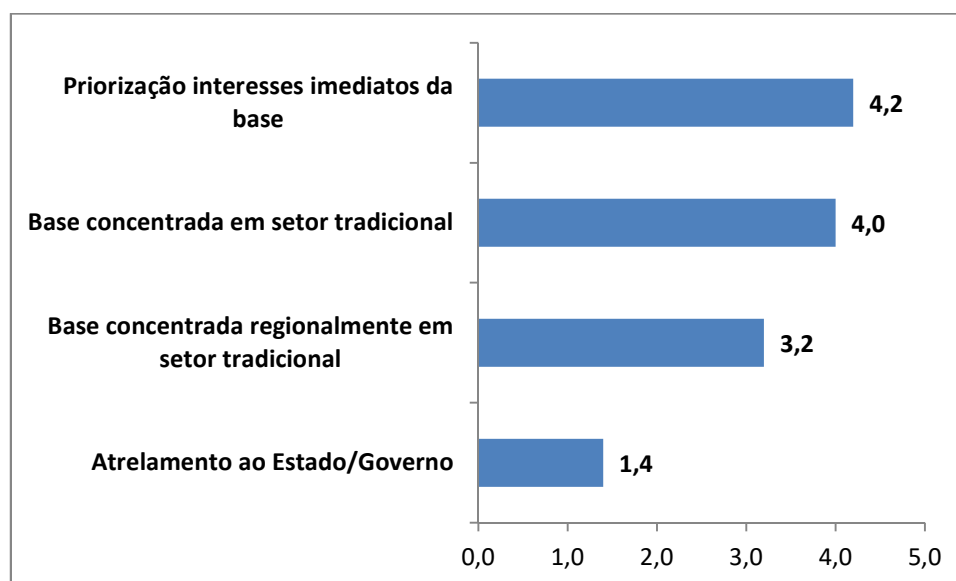
Nesse escopo, a investigação se inicia com a terceira questão do instrumento de pesquisa, que busca identificar os principais obstáculos para a adoção de políticas voltadas às mudanças climáticas nas centrais. As opções de respostas foram construídas com base na experiência descrita na literatura internacional do tema. O primeiro obstáculo investigado diz respeito ao fato da possibilidade da base de trabalhadores filiados a central sindical pertencer a setores tradicionais da economia, notadamente com maiores emissões de gases de efeito estufa. Três das cinco centrais sindicais respondentes pontuaram grau máximo de importância à ancoragem setorial da central. Outros dois respondentes posicionaram-se em graus intermediários de importância. Em uma escala likert que varia de 1 (pouco importante) a 5 (muito importante), a média das respostas situou-se em 4,0. De fato, as centrais sindicais reconhecem o desafio de tratar das mudanças climáticas quando essa questão perpassa os interesses mais imediatos da sua própria base.

Quanto ao obstáculo da base de sindicalizados da central, para além de concentrada em determinado setor tradicional, também combinar uma concentração em determinada região, ou seja, ser ancorada setorial e regionalmente, as evidências sugerem menor grau de importância. A média das respostas situou-se em 3,2. Neste

particular, a possivelmente forte dispersão regional da base de uma central sindical de atuação nacional, notadamente em um país continental como o Brasil, deve atuar no sentido de arrefecer a percepção deste efeito que, se investigado a partir de outra entidade sindical de trabalhadores de atuação menos nacional (como as centrais sindicais) e mais regional (como sindicatos ou federações), poderia ser majorado.

Um terceiro obstáculo inquerido procurou identificar o grau de importância do fato da central sindical estar atrelada ao Estado (corporativismo) ou, de outra forma, estar ideologicamente afinada com determinado partido que esteja no governo nacional. Neste particular, todas as centrais sindicais deram pouca importância a esses obstáculos, independente do fato das centrais serem ou não alinhadas ideologicamente aos partidos que estejam no governo nacional no momento da entrevista. Portanto, nesse quesito, a média das respostas foi de apenas 1,4.

Gráfico 25: Médias de importância conferidas pelas centrais sindicais brasileiras à obstáculos selecionados



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (pouco importante) e 5 (muito importante).

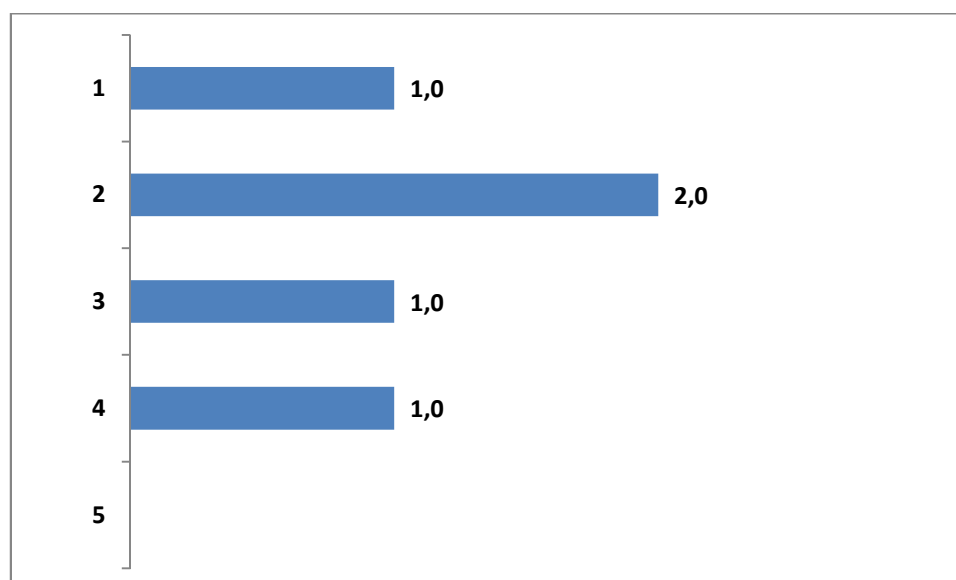
Por fim, o quarto obstáculo investigado foi a importância de interesses imediatos da base de trabalhadores representados nas condições e relações de trabalho – emprego, salário, etc. Esse aspecto auferiu a maior pontuação média entre as cinco centrais sindicais respondentes (4,2), sinalizando ser este o maior obstáculo para o avanço da

pauta de mudanças climáticas dentro das centrais. Essa constatação indica a dificuldade das centrais em tratar de temas de longo prazo enquanto os interesses de sua base de filiados priorizam melhorar a sua situação atual.

A literatura internacional também identifica outro tipo de obstáculo interno ao movimento sindical quando se trata de mudança climática. Muitas vezes é difícil para as essas organizações elegerem sindicalistas responsáveis por essa pasta, justamente pela repercussão política potencialmente negativa de seu trabalho diante da base e de suas pretensões políticas futuras. Os dirigentes sindicais encarregados deste assunto normalmente encontram uma atmosfera sindical adversa e pouco receptiva destas causas, fatores que lhes causam desgaste político que, em última instância, resultam por lhes qualificar como interlocutor de pouco prestígio político e até pouco legítimo. Nesse particular, a vigésima-quarta questão se propôs a investigar a ocorrência dessas dificuldades junto as centrais sindicais brasileiras em três momentos.

O primeiro momento perguntava às centrais sindicais como a sua base percebe o trabalho dos dirigentes envolvidos com a mudança climática. Foi fornecida aos respondentes uma escala likert que variava entre 1 (trabalho de pouca importância) e 5 (de grande importância).

Gráfico 26: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a percepção de importância do seu trabalho com o tema das mudanças climáticas



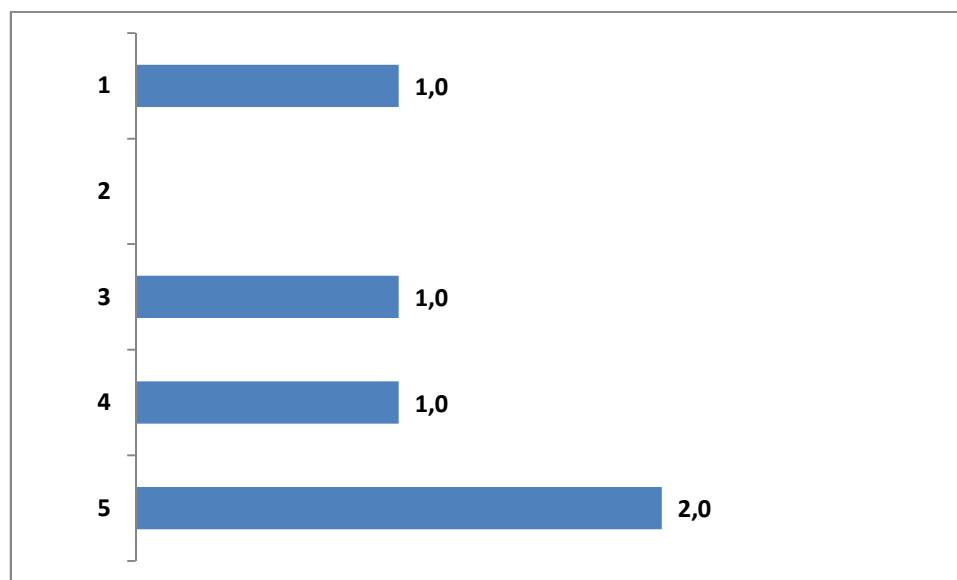
FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (pouco importante) e 5 (bastante importante).

Não obstante o dirigente inquerido tendesse a enaltecer o seu trabalho na resposta ou, no mínimo, ser isento em relação a sua posição de representação dos interesses dos trabalhadores em relação às mudanças climáticas, a média das respostas das cinco centrais sindicais brasileiras que se posicionaram frente a essa questão foi 2,4. Esse patamar médio está situado mais próximo à extremidade da escala que qualifica o trabalho do dirigente sindical envolvido nas questões climáticas como de pouca importância e pode estar sinalizando que o trato da temática pode, de fato, trazer impactos negativos para o dirigente que está a sua frente.

O segundo momento da vigésima-quarta questão perguntou ao dirigente sindical como ele percebe que o seu envolvimento com as mudanças climáticas impacta suas pretensões de crescimento político na central. O espectro de respostas considerava uma escala likert que variava de 1 (envolvimento impacta desfavoravelmente) até 5 (impacta favoravelmente), a média das respostas obtidas de cinco centrais sindicais respondentes foi de 3,6.

Gráfico 27: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a percepção de impacto do envolvimento do dirigente com o tema das mudanças climáticas em suas pretensões políticas futuras



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (impacta desfavoravelmente) e 5 (impacta favoravelmente).

Esse resultado geral aponta no sentido do dirigente considerar que seu envolvimento com as mudanças climáticas impacta favoravelmente suas pretensões políticas. Apesar de haver uma aparente contradição entre as respostas fornecidas no primeiro e no segundo momento desta questão, deve-se ponderar aqui que o primeiro momento foca no instante presente, enquanto o segundo trata de repercussões futuras. Pesa aqui a expectativa do dirigente de que o tema ganhe importância no futuro, quando o seu trabalho com as mudanças climáticas tenderá a ser mais valorizado, contribuindo para suas pretensões políticas futuras.

Contudo, a análise detalhada da distribuição das respostas revela que pelo menos uma central sindical apontou o nível mínimo da escala, indicando que o envolvimento no tema impacta desfavoravelmente suas pretensões políticas futuras. No caso, foi a mesma central sindical que apontou, no momento anterior, que o envolvimento com o tema das mudanças climáticas é percebido como de pouca importância pela sua base de trabalhadores. Nesse particular, identifica-se coerência nas respostas dos diferentes momentos dessa questão.

O terceiro e último momento da questão parte para a verificação prática de se o entrevistado conhece algum caso de dirigente sindical que tenha tido desempenho desfavorável em eleições sindicais pelo trabalho que desenvolve com as mudanças climáticas. A quase totalidade das seis centrais sindicais que responderam a essa pergunta afirmou desconhecer a ocorrência de tal repercussão eleitoral negativa a partir do seu envolvimento nesse tema ambiental. Apenas uma central apontou ter conhecimento de fato semelhante, no caso, a mesma central que indicou, nos momentos anteriores desta questão, ser o seu trabalho com as mudanças climáticas reconhecido como de pouca importância para sua base e que o envolvimento nesse tema impacta desfavoravelmente as pretensões políticas do dirigente.

Em termos dos setores de atividade que compõem a base de filiados das centrais sindicais que responderam a essa questão, cabe destacar que aquela central que respondeu mais desfavoravelmente nos três momentos desta questão também ser a que concentra a maior proporção de trabalhadores industriais na sua base; mais da metade da base é composta por trabalhadores na indústria. Como parcela expressiva do parque industrial brasileiro é antigo, ou seja, construído sobre uma matriz energética fortemente emissora, devem haver incentivos por desqualificar o trabalho do dirigente no tema,

avaliando-o politicamente desfavorável e com rebatimentos sobre as pretensões políticas dos dirigentes que a levam a cabo.

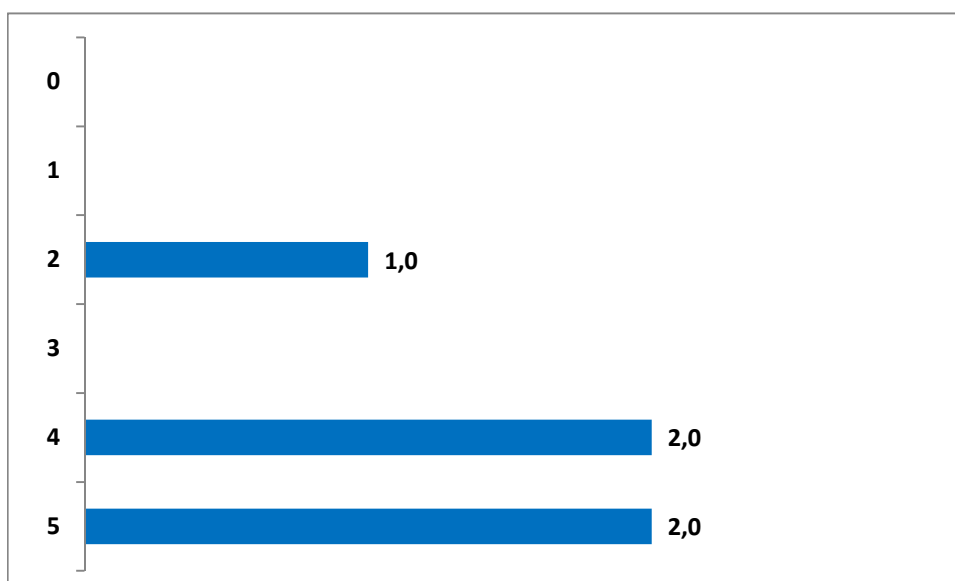
Contudo, a julgar pelas respostas da maioria dos dirigentes das centrais sindicais inqueridos nos três momentos desta questão, parece que o envolvimento do dirigente com as questões climáticas, no caso brasileiro, apesar de não lhe prestigiar no presente, não impacta desfavoravelmente a sua legitimidade enquanto interlocutor no tema e nem lhe tolhe suas perspectivas políticas futuras.

Quando se aborda a relação do movimento sindical com o tema das mudanças climáticas, outra questão frequentemente levantada é a existência de conflitos entre os diversos níveis sindicais de um país. Ocorre que as entidades sindicais de cunho confederativo ou federativo, ao tratar desse tema em nível internacional, normalmente tomam contato com uma visão mais compreensiva das relações que se estabelecem entre os interesses dos trabalhadores e os interesses ecológicos; via de regra, de médio e longo prazo. Mas essa visão e as orientações de política ambiental internacional dela resultante podem conflitar com os interesses mais imediatos da sua base de sindicatos regionais filiados por emprego, constituindo-se, portanto, em outro tipo de obstáculo para a introdução e avanço de políticas voltadas para o tema das mudanças climáticas.

Nesse particular, a quadragésima-quarta questão perguntou as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros se os sindicatos filiados a sua base encontram dificuldades para seguir as orientações ambientais de políticas voltadas às mudanças climáticas definidas em nível internacional, ou até mesmo nacional. Para as centrais sindicais posicionarem o seu entendimento foi fornecida uma escala likert que variou entre zero (não encontram dificuldade) e 5 (encontram muita dificuldade).

A média das respostas obtidas das cinco centrais sindicais que responderam a essa questão foi de 4,0. Note-se que essa percepção corresponde a visão das centrais sindicais, que estão envolvidas em discussões do tema em nível nacional e internacional. No caso dessa consulta ser realizada aos sindicatos, essa resposta poderia ser ainda mais contundente. Contudo, esse resultado já indica que, como em outros países, dentro do próprio movimento sindical de trabalhadores brasileiros, há muita dificuldade para tratar das mudanças climáticas entre os diversos níveis organizacionais. E essa dificuldade pode facilmente se transformar em conflitos se não devidamente informadas e negociadas tempestivamente.

Gráfico 28: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao fato dos sindicatos de sua base encontrar dificuldades para seguir as orientações políticas nacionais e internacionais quanto às mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não encontram dificuldade) e 5 (encontram bastante dificuldade).

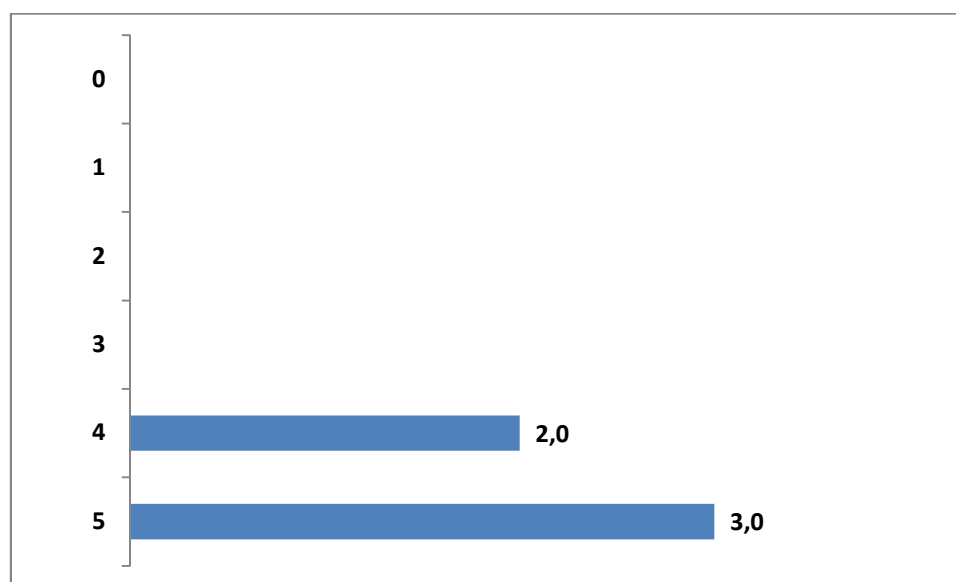
Outra questão importante no campo das mudanças climáticas diz respeito ao fato do valor ambiental ser considerado pós-materialista nas sociedades modernas. Segundo essa teoria, uma sociedade tende a desenvolver mais fortemente o valor ambiental quanto mais estiver com as suas necessidades materiais mais imediatas supridas. Por exemplo, somente quando uma comunidade consegue suprir suas necessidades de alimentação, moradia, saúde, etc. é que a preocupação com o meio ambiente se desenvolve mais firmemente.

Traduzindo essa questão para o mundo da representação dos trabalhadores e sua relação com as suas políticas quanto às mudanças climáticas, seria de se esperar que uma central sindical com uma base de filiados concentrada em categorias com maior carência material (por exemplo, com baixos salários) também encontrassem maiores obstáculos em tramitar internamente as discussões sobre mudanças climáticas.

Nesse sentido, a vigésima questão buscou identificar a percepção das centrais sindicais brasileiras a respeito de seu nível de concordância com o fato da carência material da base de sindicalizados obstruir o avanço da conscientização sobre o problema das mudanças climáticas. Para tanto, foi fornecida uma escala likert que

variou entre zero (concorda plenamente) e 5 (discorda plenamente) para o entrevistado posicionar a percepção da central sobre essa questão. Todas as cinco centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão posicionaram-se nos níveis mais altos de concordância com a afirmação teórica. A média das respostas, ao situar-se em 4,6, evidencia a existência da percepção da necessidade de superação das condições materiais desfavoráveis para se atingir valores entendidos como pós-materialistas.

Gráfico 29: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a concordância sobre a relação entre carência material da base e conscientização dos problemas climáticos



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não concorda) e 5 (concorda plenamente).

Na atual pesquisa, a fraca dispersão das respostas e o fato de não se dispor de estatísticas salariais por ramos de atividades dificultam o estudo do fenômeno entre as centrais sindicais brasileiras. Contudo, em termos gerais, é reconhecido que – independentemente da categoria considerada – o nível salarial no Brasil é baixo. Tal constatação indica que todas as centrais sindicais brasileiras estejam, do mesmo modo, bastante sujeitas a essa relação, fato que se evidencia a partir suas das respostas.

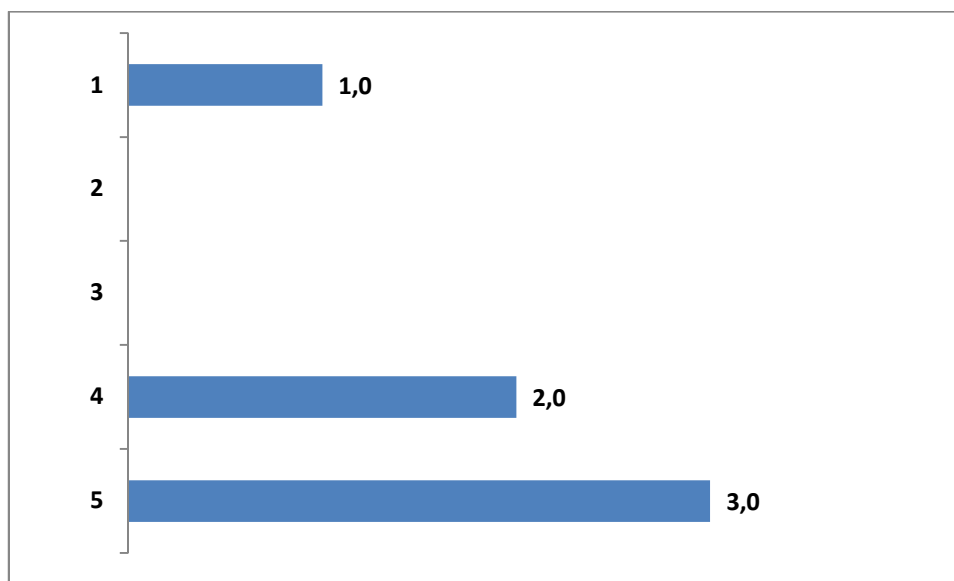
Esse ponto ajuda a explicar o grande desafio que é para o movimento sindical brasileiro fazer avançar na sua base as discussões sobre mudanças climáticas. Mesmo que a vontade aponte no sentido da superação das restrições materiais à vida dos

trabalhadores brasileiros, provavelmente será preciso tratar questão da mudança climática (pós-materialista) antes mesmo de se ter atendidas as condições materiais necessárias. Não se encontram referências teóricas ou empíricas de como proceder um trabalho com esse nível de complexidade. Nesse ponto, aparentemente, só resta esperar que a criatividade brasileira encontre os caminhos para vencer esse obstáculo e consiga desenvolver o debate das mudanças climáticas mesmo em condições materiais adversas.

Em se tratando as mudanças climáticas um problema global, é destacado pela literatura a necessidade de se desenvolver valores de solidariedade internacional para abordar o tema. Afora esses valores, recai-se em uma contradição interna de difícil superação. Assim, a existência de valores nacionalistas é apontada como prejudicial a tomada de posição no campo das mudanças climáticas. Por vezes, o nacionalismo presente no movimento sindical, sobretudo aquele de caráter mais corporativo, causa constrangimentos para a construção de coalisões supranacionais, tanto com outras representações de interesses internacionais (como ambientais), mas também com outras organizações sindicais de trabalhadores de outros países. Adicionalmente, a presença de forte inclinação nacionalista nas centrais sindicais pode, ilustrativamente, lhe gerar incentivos para defender projetos ambientalmente contestados ou para demandar políticas industriais que não contribuam na transição justa para uma economia de baixas emissões ou economia verde.

Procurando lançar luz sobre a existência desse obstáculo na realidade sindical brasileira, a décima-sexta questão solicitou aos respondentes que posicionassem a sua central sindical em relação a presença do valor nacionalista nas diversas políticas promovidas pela central. Para tanto, foi utilizada uma escala likert que variou entre 1 (não nacionalista) e 5 (bastante nacionalista) para que exprimissem sua resposta. A média apurada a partir das seis respostas obtidas a essa questão foi 4,0, demonstrando que as centrais sindicais brasileiras apoiam políticas com forte conteúdo nacionalista. Ao se analisar a distribuição das respostas, verifica-se que somente uma central afirmou não considerar valores nacionalistas na formulação de suas políticas, as demais se posicionaram nos patamares mais elevados de adoção deste valor em suas políticas. Como referido, o nacionalismo não contribui para a construção das coalisões internacionais necessárias para negociar as mudanças climáticas, pois possivelmente esbarre em interesses igualmente nacionalistas de outras organizações, inclusive sindicais, de outros países.

Gráfico 30: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a presença do valor nacionalista nas diversas políticas que promove



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (não nacionalista) e 5 (bastante nacionalista).

Em termos de efeitos da composição da base em termos de setores de atividades, seria razoável supor que o nacionalismo estivesse mais presente nas políticas das centrais com maior peso de trabalhadores nos setores que produzem mercadorias, como o rural e o industrial, pela possibilidade da competição no comércio internacional desses bens incentivar o desenvolvimento do valor nacionalista. De outro modo, centrais sindicais com maior participação dos serviços poderiam ter menos presente esse valor. Essas relações não foram encontradas a partir da análise das respostas das centrais a essa questão, cotejadas com as informações sobre a composição das centrais em termos de trabalhadores sindicalizados por setor. Apenas corrobora nesse sentido o fato da única central sindical que apontou não contemplar valores nacionalistas em suas políticas também ser a terceira central com maior participação de trabalhadores do setor de serviços.

Tomando-se em conta que o comportamento do movimento de trabalhadores frente às mudanças climáticas terá que ser de caráter mais propositivo do que defensivo, já que a sua defesa da transição justa para uma economia de baixas emissões lhe confere essa atribuição, elaborou-se uma questão específica para verificar, no caso brasileiro, a

posição da central em outra campanha com objetivos mais amplos e de forte mobilização sindical nos anos 90, qual seja, o episódio das privatizações.

Desse modo, a décima-quinta questão perguntou as centrais se o seu comportamento frente as privatizações nos anos 90 foi mais propositivo ou defensivo. A resposta foi prejudicada pelo fato de muitas centrais sindicais não existirem nos anos 90. Entre as duas centrais que existiam nos anos 90, uma situou sua ação frente as privatizações como mais defensiva, indicando o nível 1 de uma escala likert que variou entre 1 (comportamento defensivo) e 5 (comportamento propositivo). Outra central indicou o nível 3, de modo que a média das duas respostas seria 2, ou seja, revelando um comportamento mais defensivo do que propositivo. Como para o tratamento das mudanças climáticas o comportamento de maior sucesso no longo prazo tende a ser o propositivo, há de desenvolver entre as centrais sindicais um comportamento diferente do implementado frente às privatizações. Isso exigirá habilidade das centrais sindicais em deslocar atenção, para além da defesa de interesses imediatos relacionados as oportunidades e as condições de trabalho, para a proposição de qual a transição justa que deseja. Ao tempo que isso se constitui num obstáculo, também lhe é uma oportunidade de construir as relações que trabalho que seu discurso preconiza.

No debate internacional das mudanças climáticas, uma discussão recorrente nos fóruns de discussão diz respeito as responsabilidades diferenciadas dos países na emissão de gases de efeito estufa que causaram as mudanças climáticas que atualmente estamos sujeitos. Argumenta-se que os países ricos, mormente localizados no norte do globo, tiveram total liberdade de emissões de gases e, com isso alcançaram níveis elevados de desenvolvimento. Nesse sentido, não seria justo exigir dos países atualmente pobres a implementação de medidas para combater as mudanças climáticas que impactem seu crescimento econômico e desenvolvimento, sem que isso envolva compensações financeiras internacionais. Como crescimento econômico envolve postos de trabalho, essa discussão também está sempre presente nos debates sindicais internacionais, na forma de significativas divergências de discurso e de atuação entre as entidades sindicais do norte e do sul do globo em relação às mudanças climáticas. Por vezes, essas diferentes perspectivas conduzem a constrangimentos tanto em fóruns internacionais quanto junto a própria base de filiados.

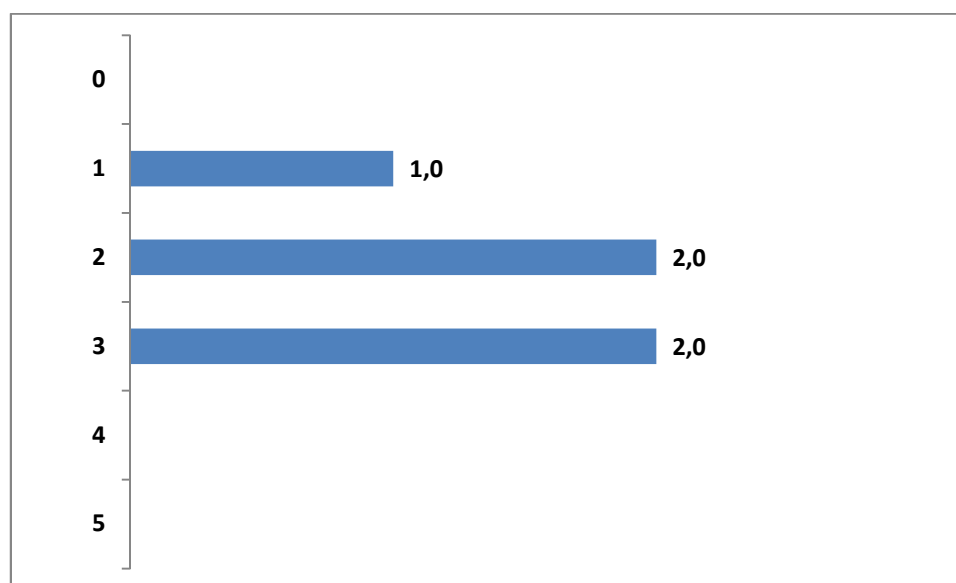
Em relação a esse possível obstáculo ao avanço das políticas de mudanças climáticas das centrais sindicais brasileiras, a questão vigésima-primeira se dedicou a investigar como essas organizações dos trabalhadores visualizam a postura e atuação das organizações sindicais de países desenvolvidos quanto a mudança climática. Para tanto, a formulação da pergunta inquiria se a central sindical entrevistada visualizava como afinada ou não aos seus interesses as posições das organizações internacionais de países ricos do norte do globo quanto às mudanças climáticas. Foi fornecido aos respondentes uma escala likert que variou entre zero (não afinada aos interesses da central) e 5 (bastante afinada com os seus interesses). É pressuposto desta questão que maiores divergências de interesses conduzem a contradições que dificultam alianças e coalisões internacionais que, ademais, são de suma importância para o avanço das negociações nesse campo de interesse. Note-se que as posições das organizações oriundas de países ricos muitas vezes transbordam para os organismos internacionais, inclusive multipartites, onde a presença e o poder financiador das organizações de países ricos se faz valer.

As cinco centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão posicionaram-se em níveis intermediários de afinidade de interesses, tendendo levemente para a menor afinidade, tanto que a média das respostas foi de 2,2, um pouco abaixo da média da escala, que seria 2,5. A análise da distribuição das respostas na escala likert corrobora essa constatação. Por mais difícil que seja para as centrais sindicais brasileiras desnudar essas contradições, visto que estão sempre em contato com entidades sindicais dos países ricos no tratamento das mudanças climáticas, é sintomático de problemas o indicativo de respostas fornecidas pelas centrais sindicais brasileiras. No mínimo, a julgar pelo fato de nenhuma central sindical brasileira revelar níveis mais altos de afinidade de interesses com as organizações de países ricos, pode-se afirmar que a comunhão de interesses é bastante distante.

Quanto as características da base de trabalhadores filiados das centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão, por setores de atividades, cabe destacar que aquela que declarou menor afinidade de interesses com as organizações sindicais de países ricos também ser àquela com maior participação de trabalhadores rurais em sua base. Tal fato deve guardar relação com as acirradas discussões sobre políticas protecionistas no setor por parte dos países ricos, onde se desenvolvem com frequência

barreiras não tarifárias, entre as quais surgem recentemente com ímpeto as de caráter ambiental e relacionadas às mudanças climáticas.

Gráfico 31: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao nível de afinidade entre suas posições e as de entidades de países ricos do norte do globo quanto às mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não afinada) e 5 (bastante afinada).

Assim, o bloco temático que tratou dos principais obstáculos para as entidades sindicais de trabalhadores adentrar efetivamente no campo das mudanças climáticas revelou que, de fato, há enormes dificuldades para as entidades brasileiras se inserir qualificadamente nesse tema. A priorização de interesses imediatos da base por empregos e melhores condições de trabalho foi declarada o principal obstáculo para as centrais sindicais enfrentar a discussão das mudanças climáticas e formular propostas para sua mitigação. Pesa nesse sentido a constatação de que a carência material da base de trabalhadores filiados (baixos salários no Brasil) não favorece a conscientização dos problemas climáticos – considerado um valor pós-materialista – de modo que o tratamento das mudanças climáticas no Brasil terá que encontrar os seus caminhos para se estabelecer entre os trabalhadores mesmo antes de eles terem superado as questões materiais.

Outro obstáculo destacado pelas centrais sindicais confirma uma hipótese extraída das experiências de outros países, qual seja, de que a composição setorial da

base influencia sua posição política sobre as mudanças climáticas. As centrais sindicais brasileiras revelaram que uma base de filiados concentrada setorialmente em atividades com fortes emissões de gases de efeito estufa é um importante obstáculo para a sua adoção de políticas relacionadas às mudanças climáticas.

Não obstante a base reconheça o trabalho do dirigente envolvido com as mudanças climáticas como de pouca importância no presente, esse fato não lhe tolhe suas perspectivas políticas futuras, de modo que as respostas indicam não haver grandes obstáculos quanto a legitimidade do interlocutor sindical no tema. Contudo, seu comportamento deverá ser menos defensivo – como o foi no episódio das privatizações dos anos 90 – e mais propositivo, tal como a pauta lhe exige.

Em termos de valores institucionais que podem obstaculizar o desenvolvimento de políticas para mudanças climáticas, o apelo nacionalista presente nas políticas das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros merece ser sublinhado. Esse comportamento não favorece as alianças internacionais que o tema exige para ser tratado e superado. Nesse sentido, é sintomática a constatação de que as centrais sindicais posicionaram sua afeição de interesses com as organizações sindicais dos países desenvolvidos do norte em níveis intermediários, tendendo levemente para a pequena afinidade – o que, *per si*, constitui-se outro obstáculo.

Por fim, as centrais sindicais brasileiras também identificam obstáculos internos às próprias organizações sindicais para avançar no sentido da formulação de políticas para o tema. O fato das instâncias sindicais mais amplas (confederações e federações) estarem mais em contato internacional lhe propiciam desenvolverem posições mais progressistas em relação ao tema do que as instâncias locais (sindicatos), mormente focados em seus interesses de curto prazo. Essa dificuldade de conciliar as posições podem levar a potenciais conflitos dentro das próprias organizações sindicais, fazendo com que elas se afastem, reativamente, da discussão do tema das mudanças climáticas.

O **quinto bloco** temático, composto por apenas duas importantes questões, portanto situadas propositalmente em momentos diferentes do questionário, procuram situar a posição das centrais sindicais brasileiras sobre a denominada falsa ou aparente dicotomia entre proteção ao trabalho e proteção ambiental, também expressa pelo antagonismo ou pela mútua exclusão entre essas categorias (*trade-off*). Em poucas palavras, busca se extrair se a visão das centrais sindicais de trabalhadores brasileiras

compreende ainda a noção de trabalho “versus” meio ambiente ou se já superou essa visão, avançando em uma direção mais compreensiva de trabalho “e” meio ambiente. Essa percepção das centrais sindicais é importante porque, em grande medida, evidencia o seu entendimento mais profundo do tema, denotando os pressupostos sobre os quais essas entidades edificarão suas políticas sobre mudanças climáticas – tratadas nos blocos seguintes.

Conforme largamente apregoadado pela experiência internacional extraída das referências consultadas, para que o movimento sindical de trabalhadores desenvolva qualquer noção avançada para tratamento das mudanças climáticas, particularmente se essa sua perspectiva desejar formar alianças com outras organizações ambientais, ela precisa superar a dicotomia ou aparente *trade-off* (alternativas mutuamente excludentes) entre defesa do crescimento econômico (geração de empregos) e proteção ambiental.

Nesse sentido, a trigésima questão buscou investigar como as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros se posicionam diante desse aparente *trade-off*. Para tanto, foi fornecido aos dirigentes uma escala likert que variou entre 1 (crescimento econômico) e 5 (proteção ambiental) e solicitou-se para que indicassem de qual lado a central sindical se posiciona. Note-se que a indicação de níveis intermediários da escala denotaria que a central não considera haver *trade-off*. Contudo, para possibilitar o destaque dessa posição, foi criada uma opção de resposta prevendo que a questão não se aplica, pois a central sindical não considera existir esse *trade-off*.

Quatro das cinco centrais sindicais respondentes apontaram que a questão não se aplica, pois não consideram que as duas dimensões (crescimento e meio ambiente) sejam mutuamente excludentes. Apenas uma central indicou sua posição no nível 1 da escala, portanto, posicionando-se claramente ao lado do crescimento econômico, o que demonstra sua crença na existência da aparente dicotomia. Portanto, a maioria das centrais sindicais brasileiras revela ter uma compreensão bastante avançada acerca do tratamento ideal para assuntos de crescimento e de proteção ambiental, pelo menos em seu discurso.

Quando se observa a composição da base de filiados por setor de atividade da central sindical de trabalhadores que afirmou se posicionar ao lado do crescimento, destaca-se sua elevada proporção de trabalhadores rurais. Conforme referido na análise da décima questão, conforme a bibliografia internacional consultada, a crença na

existência do *trade off* seria de se esperar emergir de organizações sindicais com grande peso de trabalhadores em atividades extrativas ou em segmentos industriais ambientalmente impactantes. No Brasil, tal fato não se identifica com clareza. Aqui, ao que a resposta dessa central sugere, as contradições entre crescimento e meio ambiente parecem ter o seu lugar na agricultura – talvez em consonância com o rótulo brasileiro de “país agrícola”.

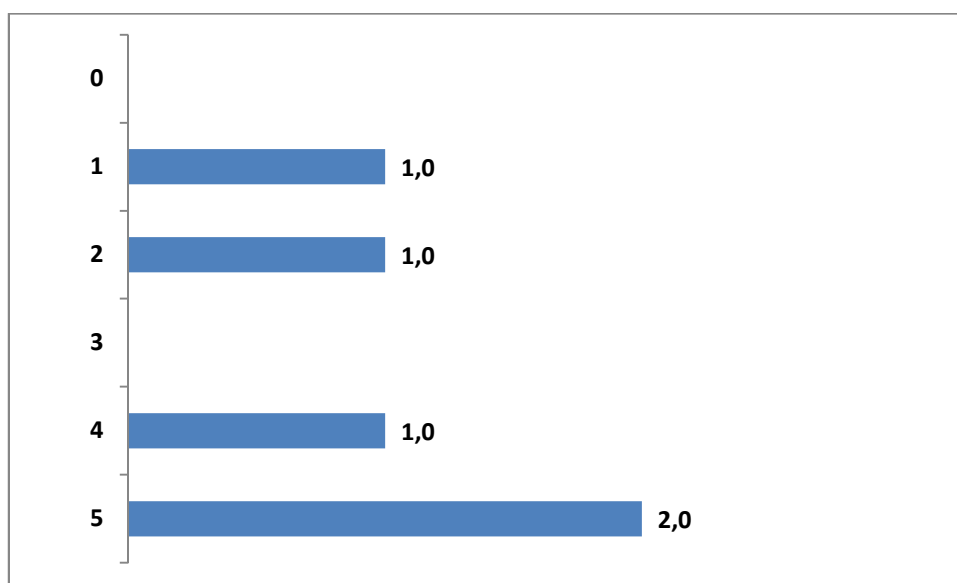
Já a décima questão busca identificar como as centrais sindicais brasileiras se posicionam frente ao aparente conflito ou falsa dicotomia entre trabalho e meio ambiente. A bibliografia indica que a superação dessa visão de conflito é um passo importante para facilitar o tratamento do desafio que são as mudanças climáticas para o movimento sindical. A formulação da questão submeteu os respondentes uma afirmação extraída da bibliografia consultada que coloca trabalho e meio ambiente em uma posição antagônica – “proteger o meio ambiente custa postos de trabalho” – e solicitou-se posicionar a percepção da central em uma escala likert que variou de zero (afirmação não é apropriada) até 5 (afirmação é bastante apropriada).

A média das respostas de cinco centrais que responderam a essa questão foi 3,4, indicando que as centrais sindicais brasileiras ainda se posicionam um tanto ao lado da visão que coloca trabalho e meio ambiente em posições antagônicas. A análise da distribuição das respostas atesta no mesmo sentido. Enquanto nenhuma central sindical de trabalhadores posicionou-se mais decididamente contra a apropriação da afirmação pois nenhuma central respondeu que a afirmação não é apropriada, já, por outro lado, duas centrais sindicais responderam o nível máximo da escala apresentada, afirmando que a afirmação é bastante apropriada.

Em relação aos setores e ramos de atividades das bases de sindicalizados à cada central sindical brasileira, cabe destacar algumas especificidades sobre aquelas que revelaram total apropriação da afirmação, no intuito de procurar compreender melhor essa preocupante percepção. A revisão na bibliografia internacional identifica que esse comportamento mais antagônico pode ser explicado em organizações sindicais com forte presença de setores tradicionais altamente impactantes sobre o meio ambiente, tais como a indústria extrativa, os serviços de transportes e o setor de construções, por exemplo. Para uma das duas centrais em questão, o peso destes setores é, realmente, bastante expressivo na sua base de trabalhadores filiados. Para outra, no entanto, não se

identifica a mesma relação. Nesta, cabe referir a importância do setor rural em sua base, que atinge quase a metade dos seus filiados. Neste caso, tal afirmação pela pertinência do antagonismo entre trabalho e meio ambiente preocupa pois esse é um setor muito importante para operar as transformações essenciais para reunificar as dimensões trabalho e meio ambiente.

Gráfico 32: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao nível de apropriação de uma afirmação que expõe a presença da falsa dicotomia entre trabalho e meio ambiente



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não apropriada) e 5 (bastante apropriada).

Resta lembrar que, historicamente, essa posição de antagonismo foi inteligentemente fomentada enquanto forte argumento do setor empresarial para não proceder os ajustes necessários para a proteção do meio ambiente e, ao tempo, cooptar a classe trabalhadora para o seu lado nas disputas em relação ao meio ambiente – já que o mais natural seria que trabalho e meio ambiente se aliassem na defesa da vida.

Interessante analisar esse resultado considerando as respostas obtidas à trigésima questão. Relembrando, aquela questão apresentava o mesmo *trade-off*, porém de uma forma mais discursiva e menos prática do que a décima questão. Três das cinco centrais sindicais que responderam as duas questões demonstraram coerência entre as duas respostas. A central que pontuou nível máximo de concordância com a frase

apresentada na última questão analisada também revelou se posicionar ao lado do crescimento naquela outra. Outras duas que marcaram níveis de concordância baixos com a frase enunciada na décima questão, também revelaram entender que o aparente *trade-off* não existe.

Contudo, outras duas grandes centrais forneceram respostas contraditórias às duas questões. Um motivo para essa contradição pode ser a distância entre o discurso e a prática sindical na compreensão das relações entre essas duas dimensões. Isso porque se observa que quando se apresentou o *trade-off* de forma teórica e discursiva, as centrais se posicionaram contra, porém, quando o mesmo *trade-off* foi colocado em uma frase com sentido prático – por exemplo, ao envolver postos de trabalho em vez de crescimento econômico – as respostas foram mais receptivas a existência do *trade-off*. Outras explicações menos nobres para essa contradição podem ser o desconhecimento do assunto ou, pior, tentativa de mascarar sua real posição mais conservadora.

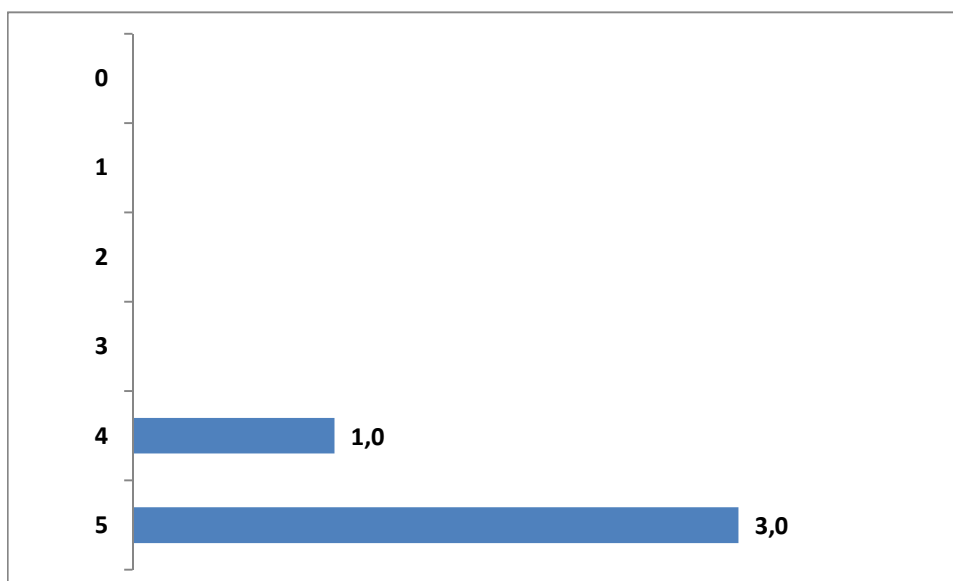
Não poderia deixar de ser mencionado aqui a negativa em participar da pesquisa da CGTB, por não considerar reunir evidências suficientes sobre a cientificidade da antropogenia das mudanças climáticas. Essa justificativa lhe confere uma posição conservadora sobre o tema, de modo que suas políticas nessa área também, por conseguinte e muito provavelmente, teriam essa característica. Se a análise das duas questões deste bloco temático imputassem a resposta mais conservadora desta central quanto à sua noção de relação entre trabalho e meio ambiente, os resultados alcançados explicitariam ainda mais a noção conservadora das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros de tratar de modo antagônico (ou na forma de um *trade-off/versus*) as duas dimensões da vida.

Após tratar das políticas conservadoras, o **sexto bloco** temático se propõe a analisar o entendimento das centrais sindicais brasileiras sobre as políticas reformistas ou políticas relacionadas a economia verde. Nesse escopo, cabe inserir na análise a contribuição sindical para o debate das mudanças climáticas sintetizado na expressão “transição justa”. Não necessariamente a noção de transição justa implique como resultado a economia verde. Teoricamente, a transição justa pode encaminhar para qualquer tipo de organização da produção, como a economia solidária, apenas por exemplo. Mas, a julgar pelos fóruns internacionais que receberam a contribuição sindical da noção de transição justa e passaram a apoiar e disseminar essa ideia, muito

provavelmente ela deva mesmo determinar uma transição com garantias de direitos aos trabalhadores para uma economia verde.

A quadragésima-quinta e também a última questão do instrumento de pesquisa aplicado às centrais sindicais de trabalhadores brasileiros perguntou em que medida elas apoiam o Protocolo de Kyoto e suas metas de emissões. A busca pelo acordo em torno desse Protocolo foi capitaneada pelas Nações Unidas, que defendem como solução para os problemas climáticos a economia verde de baixas emissões, tanto que um dos mecanismos previstos no Protocolo é o mercado de crédito de carbono. Logo, uma resposta afirmativa das centrais as coloca ao lado da defesa desta economia verde. Para a resposta, foi fornecida uma escala likert que variou entre zero (não apoia) e 5 (apoia totalmente). Adicionalmente, foi dada a opção de resposta para a central sindical reconhecer que desconhece as metas estabelecidas pelo Protocolo.

Gráfico 33: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao seu nível de apoio ao Protocolo de Kyoto e suas metas de emissões



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não apoia) e 5 (apoia totalmente).

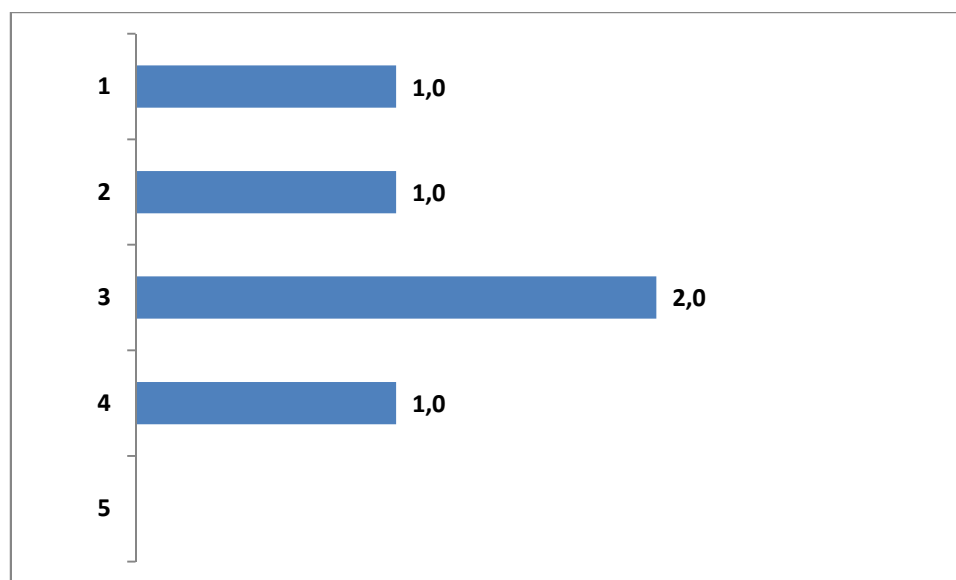
Das cinco centrais sindicais que responderam a essa questão, uma não posicionou o nível do seu apoio ao Protocolo de Kyoto na escala apresentada e revelou desconhecer as metas que ele defende. Entre as outras quatro centrais sindicais que indicaram suportar a Protocolo, a ampla maioria se mostrou fortemente apoiadora do

instrumento, tanto que a média dessas respostas foi de 4,8. Neste particular, percebe-se forte alinhamento das centrais sindicais brasileiras, pelo menos no plano internacional, com a política de economia verde como solução para combater os problemas climáticos.

As próximas duas questões foram dedicadas a identificar a percepção e a atuação das centrais sindicais de trabalhadores brasileiras a respeito da existência de uma competição global pela liderança na economia verde e, logo, por oportunidades de gerar empregos verdes, como atesta a revisão bibliográfica realizada.

A quadragésima questão perguntou as centrais sindicais brasileiras em que medida elas identificam haver uma competição internacional pela oportunidade de gerar empregos verdes em uma economia de baixas emissões. Para a resposta, foi fornecida uma escala likert que variou de 1 (em pouca medida) até 5 (em larga medida). A média das cinco centrais sindicais que responderam a questão foi 2,6, portanto, em patamares intermediários da escala, o que revela que as centrais percebem em mediana medida essa competição internacional por empregos verdes.

Gráfico 34: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua percepção de existência de uma competição global por empregos verdes



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (pouca medida) e 5 (larga medida).

Já a quadragésima-primeira questão inquiriu às centrais sindicais de trabalhadores brasileiros se elas se juntam na disputa internacional pela liderança na

economia verde. A maior parte das centrais inqueridas respondeu que não atuam para auxiliar os interesses nacionais na disputa internacional por uma liderança na economia verde que gerasse empregos verdes. Apenas uma central afirmou se aliar na disputa internacional pela liderança na economia verde. Sobre essa central, cabe salientar que ela respondeu coerentemente as duas questões que envolvem o tema e se caracteriza, em termos de categorias na sua base de trabalhadores filiados, pelo peso do setor rural – maior entre as centrais sindicais brasileiras.

Desse modo, a julgar pelas respostas obtidas as duas últimas questões analisadas, a maior parte das centrais sindicais brasileiras reconhecem parcialmente a existência de uma competição internacional por empregos verdes e, a despeito disso, não se envolvem nessa disputa. Em outra ordem causal, também se poderia afirmar que as respostas das centrais sindicais poderiam estar apontando que, a despeito de não atuarem nos fóruns que envolvem os centros decisórios dessas disputas, as centrais não percebem a existência dessa competição internacional.

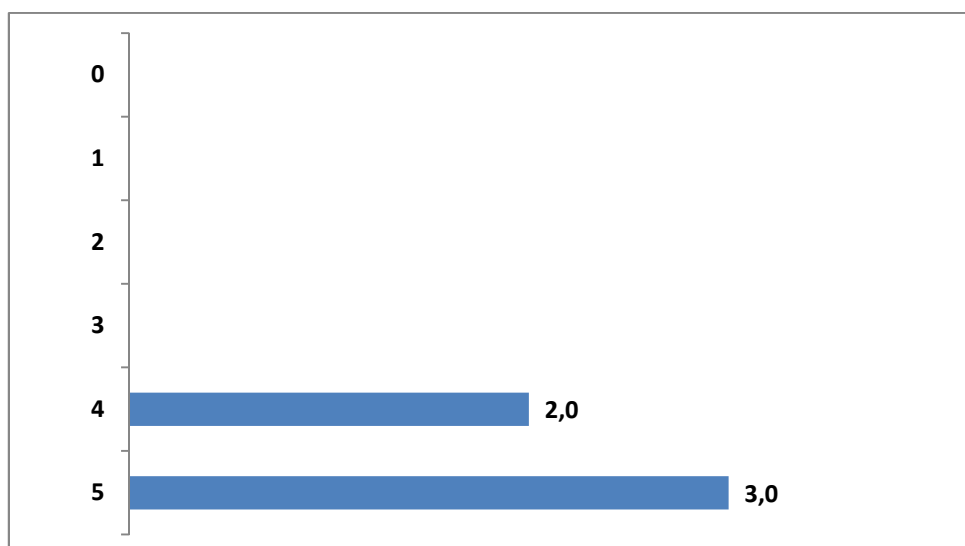
A questão trigésima-nona busca captar a percepção das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros sobre três políticas que o processo de transição para a economia verde de baixas emissões envolve: i) política de investimentos públicos para subsidiar a transição justa; ii) política de crédito de carbono (comércio no mercado financeiro internacional de títulos concedidos por medidas que reduzem as emissões de gases de efeito estufa); e iii) política de intervenção estatal na regulação das relações de mercado. A ideia desta questão é obter o entendimento das centrais sindicais sobre a natureza do processo de transição justa a partir das políticas que ela envolve. Para as centrais marcarem seu entendimento sobre cada uma das três políticas investigadas foi fornecida uma escala likert que variava de zero (não favorável) e 5 (totalmente favorável).

Quanto à política de concessão de subsídios ou incentivos com recursos públicos para investimentos direcionados à transição justa, a totalidade das centrais sindicais brasileiras se revelou bastante favorável à política, de modo que a média das respostas foi 4,6.

Em relação a política de mercado de comércio dos créditos de carbono, as centrais sindicais brasileiras revelaram um comportamento menos favorável e a média das respostas foi 2,8. Nesse caso, importa observar que a distribuição das respostas

permite identificar que esse comportamento menos favorável – em relação a política anteriormente investigada – deveu-se, basicamente, às respostas de duas centrais sindicais que se posicionaram bastante críticos a essa política (níveis iniciais da escala).

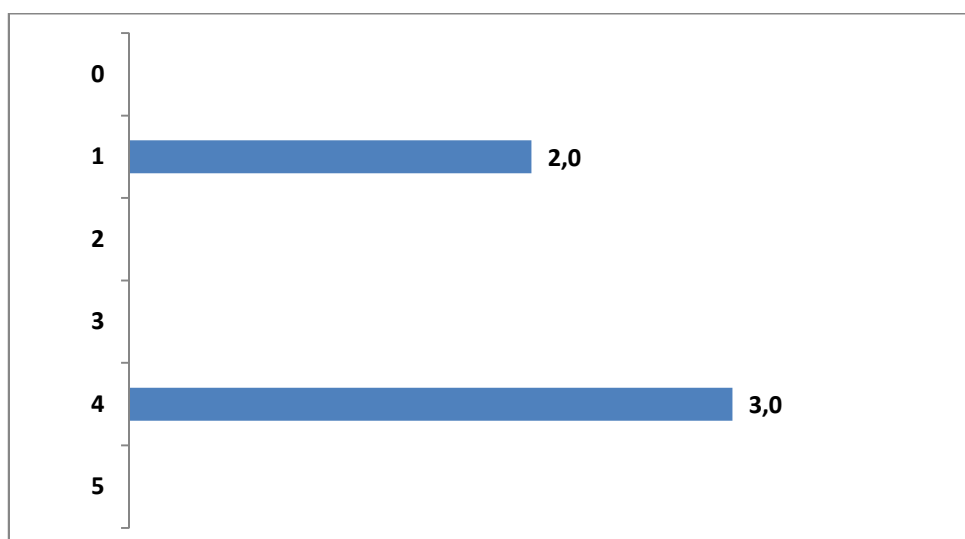
Gráfico 35: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a seu nível de concordância com a política de investimentos públicos para promover a transição justa



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não favorável) e 5 (totalmente favorável).

Gráfico 36: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a seu nível de concordância com a política de mercado de comércio dos créditos de carbono

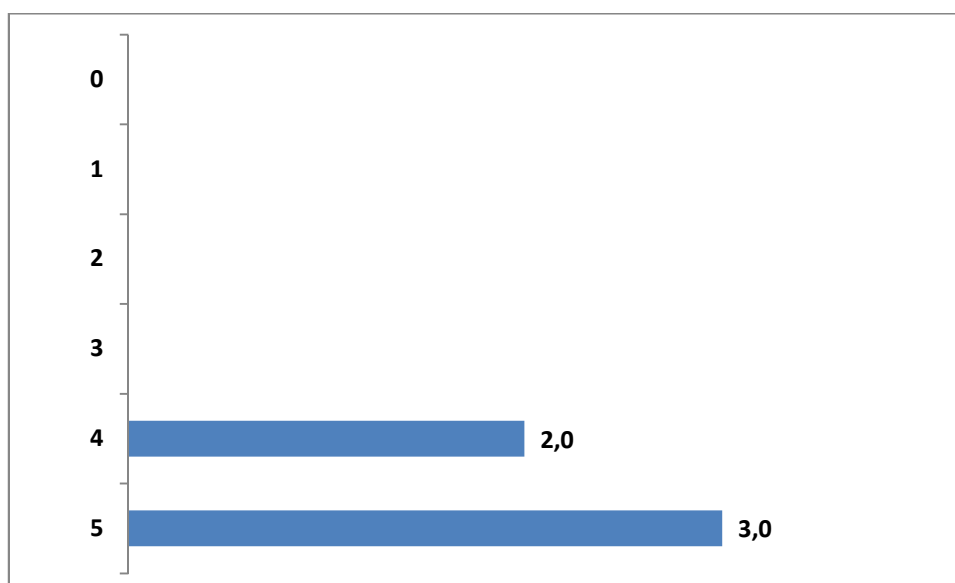


FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não favorável) e 5 (totalmente favorável).

Por fim, no que diz respeito a política de intervenção estatal na regulação das relações de mercado, os sindicatos apresentaram, novamente, um entendimento mais favorável, de modo que a média das respostas foi 4,6. Cabe destacar que as centrais sindicais brasileiras se posicionaram em relação a essa política de modo idêntico ao que haviam se posicionado quanto à política de investimentos públicos para financiar a economia verde. Como as duas políticas remetem a mesma estratégia de políticas estatais ou governamentais para tratar de diferentes aspectos da transição para a economia verde; essa aparente coincidência indica também coerência entre as respostas das centrais sindicais.

Gráfico 37: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a seu nível de concordância com a política de intervenção estatal na regulação das relações de mercado



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não favorável) e 5 (totalmente favorável).

Em síntese, esses entendimentos das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros sobre diferentes políticas relacionadas a transição justa para a economia verde revelam sua preferência em defender políticas públicas e mecanismos fora do mercado como mais favoráveis para tratar destas questões. A característica corporativa da estrutura sindical brasileira deve pesar para com essa percepção. Ademais, a importância conferida pelo movimento sindical para que o processo de transição seja

justo deve também contribuir para reforçar seu entendimento sobre a essencialidade da intervenção governamental nesse processo, já que no Brasil a justiça trabalhista está, mormente, a cargo do Estado.

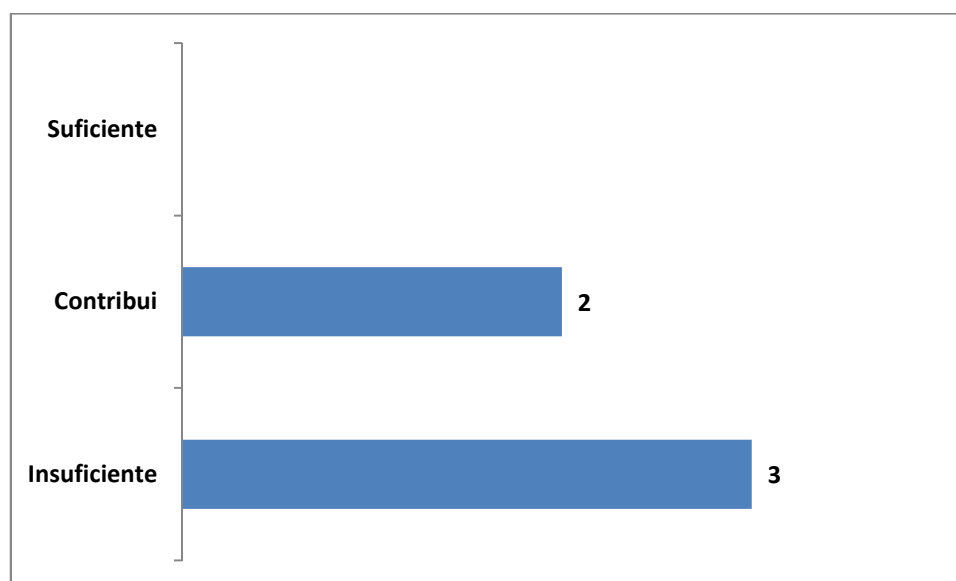
De outro modo, essa posição mais crítica de parcela importante das centrais sindicais brasileiras sobre os mecanismos de mercado para solução dos problemas climáticos aproxima esse segmento sindical da visão de parcela considerável do movimento ambiental de cunho mais radical. Contudo, como visto, essa percepção crítica aos mecanismos de mercado não é hegemônica entre as centrais sindicais brasileiras; a maior parte das centrais sindicais entrevistadas se posiciona de modo mais favorável, no caso, à política de comércio de créditos carbono e, assim, se aproxima da solução via economia verde.

Como já discutido anteriormente, a proposta de modernização ecológica pela economia verde é uma possibilidade concreta de desfecho para a transição justa defendida pelo movimento sindical de trabalhadores para tratar das mudanças climáticas. Mas no próprio movimento sindical, tanto quanto na sociedade em geral, há segmentos que defendem uma posição bastante crítica quanto a essa possibilidade de solução das mudanças climáticas pelo mercado.

Nesse sentido, a trigésima-segunda questão busca identificar a percepção das centrais sindicais brasileiras sobre a política da economia verde, que defende a modernização ecológica baseada no progresso técnico para combater as mudanças climáticas. Foi fornecido aos respondentes três opções de respostas, que consideraram que a política de economia verde poderia ser suficiente, contribuir ou ser insuficiente para combater as mudanças climáticas.

As centrais sindicais brasileiras se posicionaram de forma bastante crítica quando responderam sobre a suficiência da economia verde (via modernização ecológica) para combater as mudanças climáticas. A maior parte, três centrais sindicais entre as cinco que responderam a essa questão, declararam que a economia verde é insuficiente para tratar do clima – dentre essas, as duas maiores centrais sindicais entre as respondentes, que também são aquelas com maior tradição na participação de discussões do clima. Outra duas centrais revelaram que a economia verde contribui para combater as mudanças climáticas. E, de fato, nenhuma central declarou ser um paradigma suficiente para resolver o fenômeno.

Gráfico 38: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a suficiência da economia verde para combater as mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

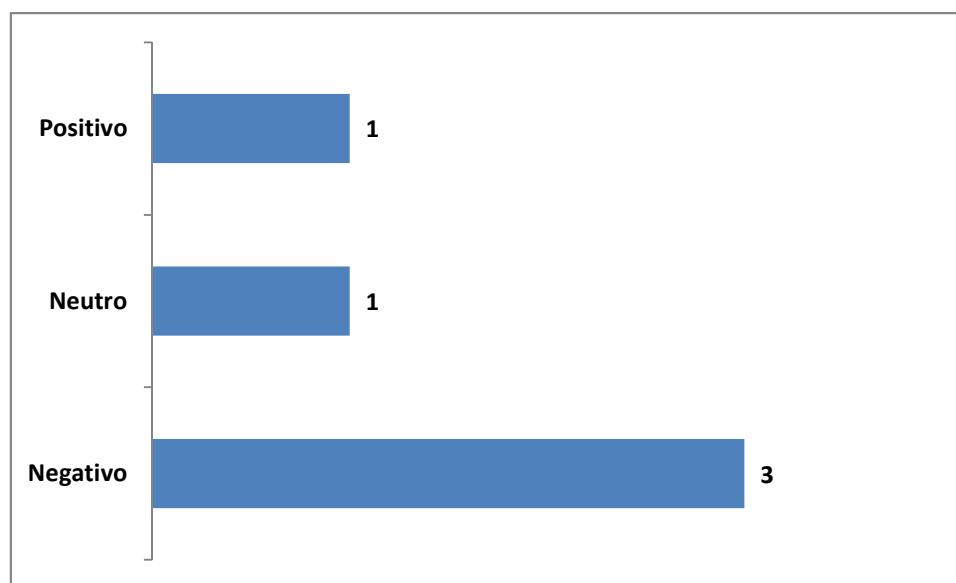
A trigésima-terceira questão objetiva extrair a avaliação das centrais sindicais de brasileiras acerca dos impactos da economia verde (via tecnologias verdes) sobre quatro aspectos relacionados ao mundo do trabalho: nível de emprego, nível salarial, tempo de trabalho e associativismo sindical. A formulação da questão solicitou que as centrais qualificassem seu entendimento sobre os impactos da economia verdes nesses aspectos entre positivo, neutro ou negativo.

As primeiras evidências internacionais sobre o impacto da economia verde nesses aspectos são as mais diversas. Quanto ao nível de emprego há indícios que diminua no primeiro momento – de fechamento de velhas plantas – mas que volte a crescer com a expansão das atividades ligadas à economia verde. Para os trabalhadores é como uma decisão intertemporal: emprego no presente ou emprego no futuro; vários fatores pesarão na posição final dos trabalhadores, como faixa etária da categoria, etc. Em relação ao nível salarial, pode ocorrer aumento de salários nas ocupações ligadas à economia verde. Mas também pode vir a desenvolver-se um novo dualismo no mercado de trabalho: trabalhadores verdes bem remunerados e com boas condições de trabalho e trabalhadores azuis mal remunerados e com condições de trabalho bastante inferiores – de modo que a média salarial possa aumentar, manter-se estável ou até diminuir. Quanto ao tempo de trabalho, a expectativa gerada por novas tecnologias sempre é liberar tempo de trabalho para o lazer, contudo, na prática tem se observado que o avanço

tecnológico está estendendo e intensificando o tempo de trabalho. No que diz respeito ao associativismo sindical, as evidências mostram que ele pode declinar com a terciarização da economia esperada diante do avanço de atividades de serviços ligados à economia verde; os serviços são um setor com tradicional baixo nível de sindicalização.

Quanto ao nível de emprego, três entre as cinco centrais sindicais que responderam a essa questão qualificaram o impacto da economia verde como negativo. Ademais, uma central sindical revelou impacto neutro e outra que entende ser positivo. Entre as centrais que responderam negativamente, destaca-se que são aquelas com maior tradição e experiência no tema. Já aquela que marcou o impacto como positivo é aquela que tem maior presença de categorias ligadas as atividades rurais.

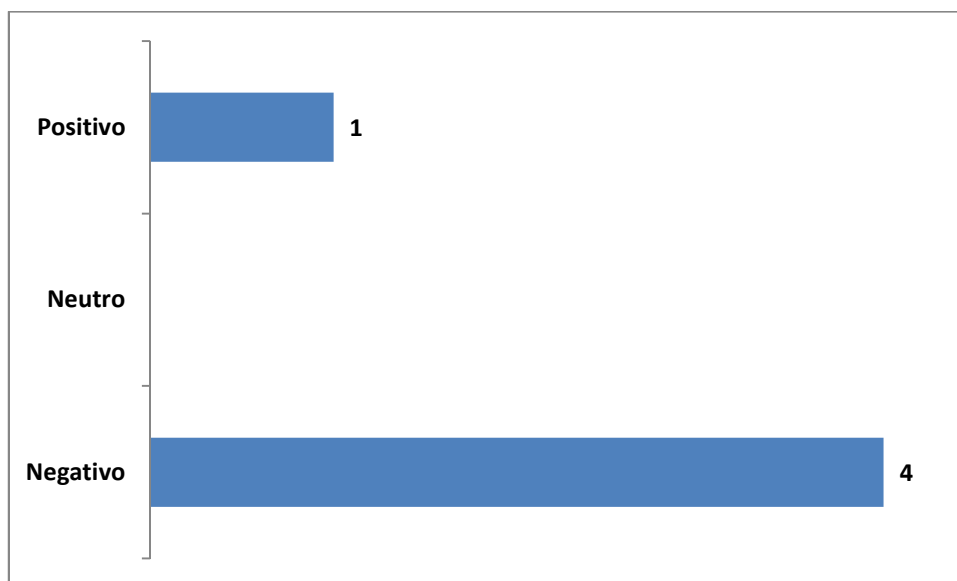
Gráfico 39: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua avaliação de impacto da economia verde sobre o nível de emprego



FONTE: Pesquisa de campo.

Em relação ao nível salarial, as respostas foram ainda mais contundentes. Quatro das cinco centrais sindicais inqueridas responderam que qualificam o impacto da economia verde sobre o nível salarial como negativa. Apenas uma central sindical indicou que o impacto é positivo, notadamente, uma central com forte presença de setores tradicionais que são fortemente impactados pela economia verde, como atividades extrativas, de transportes, dentre outras.

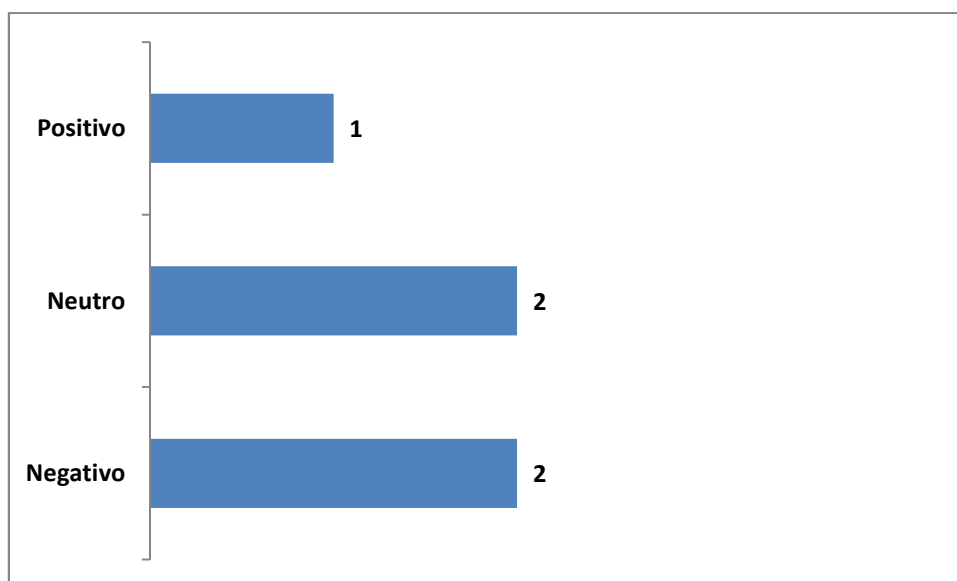
Gráfico 40: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua avaliação de impacto da economia verde sobre o nível salarial



FONTE: Pesquisa de campo.

No que refere ao tempo de trabalho as respostas foram menos negativas. Duas centrais sindicais apontaram impactos negativos da economia verde, mas outras duas revelaram impacto neutro. Ademais, a quinta respondente à questão qualificou como positivo o impacto da economia verde sobre o tempo de trabalho; no caso, a mesma central sindical que entendeu ser positivo o impacto sobre o nível salarial.

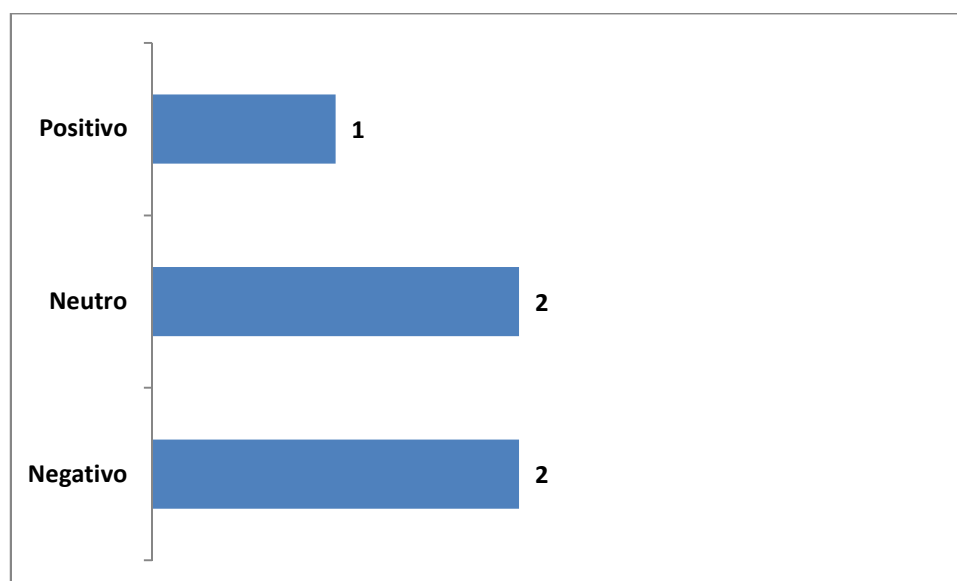
Gráfico 41: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua avaliação de impacto da economia verde sobre o tempo de trabalho



FONTE: Pesquisa de campo.

Finalmente, quanto ao aspecto do associativismo sindical, as respostas quanto ao impacto da economia verde no nível de sindicalização foram muito semelhantes às fornecidas em relação ao impacto no tempo de trabalho: duas posições pessimistas, duas neutras e uma otimista.

Gráfico 42: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua avaliação de impacto da economia verde sobre o associativismo sindical



FONTE: Pesquisa de campo.

A análise diagonal da distribuição das respostas revela que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros tendem a ter uma posição crítica quanto aos impactos da economia verde nos quatro aspectos relacionados ao nível, condições e relações de trabalho. Contudo, como se pode depreender, essa perspectiva crítica da economia verde não chega a ser hegemônica entre as centrais e há segmentos sindicais importantes que compartilham uma avaliação de impacto positivo.

Se as avaliações de suficiência e impactos da economia verde por parte das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros são tão negativos, se poderia perguntar porque motivo as centrais apoiam o Protocolo de Kyoto. Até onde se pode depreender da análise do caso brasileiro, não há respostas prontas para essa pergunta, apenas algumas hipóteses explicativas. Pelo lado negativo, essa contradição pode apontar, por exemplo, um discurso sindical afastado da prática ou a tentativa de mascarar as reais posições. Mas, neste caso, felizmente, a literatura das experiências recentes fornece uma

referência positiva para o comportamento de defesa da transição justa para uma economia de baixas emissões: a possibilidade de avançar novamente na garantia de direitos dos trabalhadores – sobretudo após as recentes reformas trabalhistas ocorridas no mundo capitalista neoliberal.

Nesse particular, a questão trigésima-sexta perguntou às centrais sindicais brasileiras se elas acreditam que a transição justa para uma economia de baixas emissões possibilita também o avanço na garantia de direitos dos trabalhadores. A maior parte das respondentes, três entre cinco, revelou acreditar que a transição justa possibilita avanços na garantia de direitos aos trabalhadores. Essa posição poderia ser esperada porque a justiça que o movimento sindical defende ao longo da transição diz respeito, essencialmente, aos direitos dos trabalhadores, estes compreendidos de uma forma bastante ampla: emprego, salário, garantias, benefícios, etc. Mas duas outras centrais indicaram que não acreditam que o processo de transição justa possibilite avanços nos direitos dos trabalhadores. Por se tratarem de duas centrais importantes em número de filiados, note-se que parcela considerável do próprio movimento sindical brasileiro não acredita na solução que seus pares sociais apresentam para as mudanças climáticas, pelo menos enquanto forma de benefícios para os trabalhadores. Isso pode lhes causar constrangimentos políticos e, pior, impedir o avanço do debate do tema na classe.

Em termos dos setores de atividades que compõem a base das centrais sindicais, seria de esperar um comportamento diferenciado quanto a essa questão das centrais brasileiras que tivessem maior presença de categorias do ramo de atividade rural. Isso porque no Brasil, historicamente, a garantia de direitos nesse setor sempre avançou de forma mais lenta e a transição justa poderia ser uma oportunidade para fazer avanços. Contudo, essa relação não é nítida a partir dos resultados obtidos. A maior parte das centrais que sinalizaram positivamente a possibilidade de avanços nos direitos tem, de fato, forte participação do setor rural na sua base de filiados. Mas também há uma central com forte presença desse setor que respondeu negativamente, o que desautoriza conclusões mais contundentes a esse respeito.

Como referido anteriormente, um risco apontado na literatura subjacente a relação entre trabalhadores e o tema das mudanças climáticas remete a possibilidade dos empregos verdes decorrentes da implantação da economia verde, constituírem uma nova

forma de segmentação do mercado de trabalho, no sentido de fomentar um novo dualismo com os denominados empregos azuis (postos de trabalho em fábricas tradicionais intensivas em energias fósseis, mas com uma relação de trabalho mormente regulada). Nesse sentido, a questão trigésima-sétima inquiriu às centrais sindicais brasileiras se, no processo de transição justa que defendem, existe o risco de constituir-se esse novo dualismo, com o desenvolvimento de um grupo de trabalhadores com diferentes oportunidades de emprego, níveis salariais, condições e relações de trabalho.

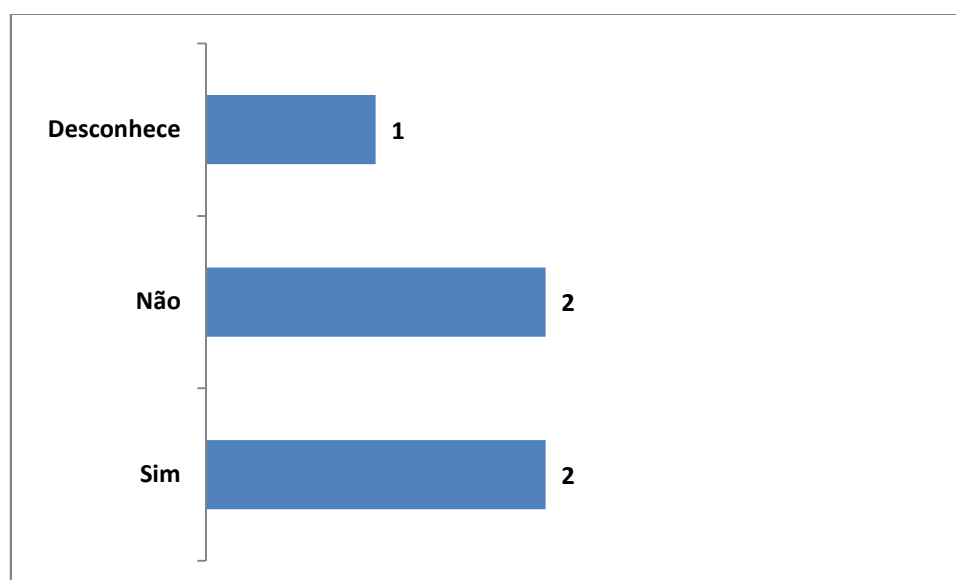
Nesse ponto, três entre as cinco centrais sindicais que responderam a essa questão revelaram que não pressentem o risco deste novo dualismo no mercado de trabalho brasileiro com o advento dos empregos verdes, se posicionando, desta vez, de maneira mais otimista frente a suas avaliações de impacto negativo da adoção da economia verde; tal como captada na questão trigésima-terceira. Nesse momento, deve estar pesando a carência de informação teórica qualificada no meio sindical brasileiro para tratar de um tema bastante recente, sobretudo quando essa abordagem necessita de algum acúmulo teórico mais aprofundado sobre as características da estrutura e funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Corrobora nesse sentido o fato de outras duas centrais sindicais terem se posicionado de maneira mais pessimista em relação ao risco de fomentar-se um novo dualismo no mercado de trabalho brasileiro com a expansão dos empregos verdes. Ademais, essas duas centrais que apontaram essa possibilidade de dualismo, a qualificaram como desfavorável para o mercado e as relações de trabalho.

Como já observado pela literatura que revisa as experiências de transição para a economia verde, ela, normalmente, envolve a realocação territoriais de atividades produtivas, pois tanto mudanças na regulação quanto, principalmente, a modernização tecnológica subjacente, implicam em mudanças nos preços relativos e nas estruturas de custos; como sabe-se, essas mudanças na relação de custos dos fatores alteram as vantagens comparativas das regiões na produção de determinado bem ou serviço, determinando o seu deslocamento espacial. De outro modo, o movimento sindical brasileiro está estruturado ocupacional e territorialmente. Logo, identifica-se um potencial conflito entre uma estrutura sindical organizada territorialmente e o deslocamento espacial esperado com a transição para a economia verde. A transição justa implica também condições sindicais de desenvolver novas competências

organizacionais internas para lidar com as mudanças estruturais determinadas por esse processo.

Nesse sentido, a trigésima-oitava questão buscou captar, em dois momentos, a percepção das centrais sindicais brasileiras de trabalhadores sobre a realocação territorial de atividades produtivas esperada a partir da modernização tecnológica que se constitui a via de transição para a economia verde. O primeiro momento da questão perguntou as centrais sindicais se elas já haviam enfrentado alguma tensão ou conflito internos na sua base de sindicatos em relação à realocação de atividades produtivas determinada pela transição para a economia verde, com o intuito de investigar o seu contato prático com o tema. Duas centrais mais recentemente criadas revelaram que não identificavam semelhante experiência desse tipo de conflito. Outras duas centrais disseram que já enfrentaram alguma tensão ou conflito por esses fatores, uma das quais foi fundada há bastante tempo. A quinta central respondente a esse momento da questão afirmou desconhecer a ocorrência de algum conflito desta ordem – posição essa mais próxima da resposta negativa das duas primeiras centrais acima tratadas.

Gráfico 43: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a ocorrência de conflito entre estrutura sindical territorialmente organizada e realocação territorial promovida pela transição para a economia verde



FONTE: Pesquisa de campo.

O segundo momento da questão perguntava se a realocação territorial produtiva é vista como um tema desafiante para a central, considerando a estrutura sindical brasileira – territorialmente organizado. Três entre as cinco centrais sindicais respondentes concordam que o tema constitui um desafio para elas. Outras duas centrais revelaram desconhecer o assunto para poder opinar. Deve-se destacar, contudo, que nenhuma central sindical declarou que o tema não constitui um desafio para a mesma.

Os resultados dos dois momentos dessa questão apontam que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros concordam com o desafio que se apresenta, mas a falta de maior contato com esse assunto pode estar influenciando o ainda presente desconhecimento desses impactos. De outro modo, a imensa dificuldade em tratar de uma transformação interna de tamanha magnitude também pode ajudar a retardar, internamente, maior consideração a esse aspecto.

Esse sexto bloco temático tratou das políticas reformistas de economia verde que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiras desenvolvem, já que apoiam o Protocolo de Kyoto, denotando terem políticas majoritariamente deste cunho político. As centrais sindicais brasileiras consultadas reconhecem parcialmente a existência de uma competição internacional por empregos verdes, mas não se aliam nessa disputa. Quanto as políticas para a transição justa, as centrais sindicais apresentam dependência do Estado nas relações de trabalho e defesa de expedientes fora do mercado para tratar do clima; deste modo particular, afastando-se dos princípios que norteiam a economia verde. Contudo, essa defesa não é homogênea entre as centrais, já que algumas defendem fortemente o comércio de carbono proposto pela economia verde. Merece ser sublinhado que, para maioria das centrais, a modernização ecológica proposta pela economia verde é insuficiente para tratar das mudanças no clima; ainda que uma parcela importante delas revela que a economia verde contribui para tratar do clima. Nesse mesmo sentido, a avaliação de impactos da economia verde das centrais sindicais se aproxima mais uma posição crítica e negativa, ainda que não hegemônica entre centrais. Diante de tantas evidências de avaliações negativas, pelo menos, na visão das centrais sindicais brasileiras, a transição justa possibilita o avanço na garantia de direitos dos trabalhadores, o que poderia justificar o fato de apoiarem o Protocolo de Kyoto. Ademais, as centrais não entendem haver o risco dos empregos verdes promoverem uma nova segmentação do mercado de trabalho (em relação aos empregos azuis), demonstrando-se, pelo menos neste ponto, mais otimista. Por fim, a realocação de

atividades produtivas esperada na transição para economia verde pode conflitar com a estrutura sindical brasileira – organizada territorial e ocupacional. Em relação a esse último aspecto investigado nesse bloco temático, as centrais sindicais consideram essa questão desafiante para o movimento sindical, mas a falta de contato com o tema e a complexidade de seu tratamento, possivelmente, o esteja afastando de enfrentar essa pauta.

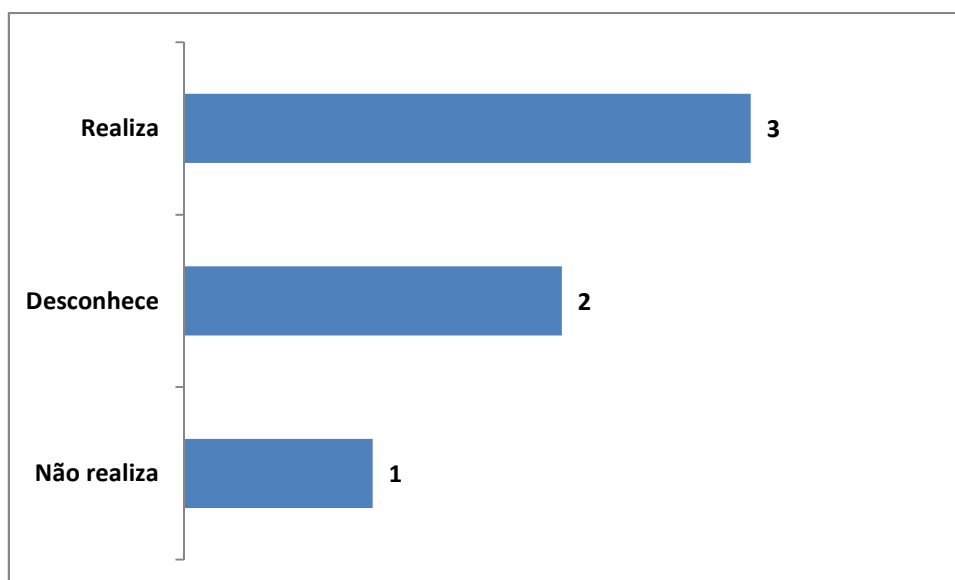
Afora as centrais sindicais mais coerentemente coadunadas ao lado de políticas reformistas de economia verde para tratar das mudanças climáticas, quanto as outras centrais mais críticas destas políticas poderia se esperar que algumas se alinhassem em torno de políticas que fossem para além das defendidas pela economia verde, ou seja, políticas aqui denominadas por de cunho revolucionário. E esse é o objetivo deste **sétimo bloco** temático. Antes de analisar as questões que trataram deste aspecto, não se pode deixar de mencionar aqui a pouca contribuição obtida a partir das respostas da Conlutas a esse tema. Justamente por ser uma central que não reivindica reconhecimento sindical, suas políticas poderiam avançar mais facilmente para características revolucionárias.

A vigésima-oitava questão buscou identificar se as centrais sindicais desenvolvem políticas preocupadas com a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores em suas comunidades. A preocupação com esses aspectos caracteriza uma ação sindical mais ampla em relação a sua abordagem mais tradicional, via de regra, mais voltada para dentro das unidades produtivas (condições de trabalho). O despertar sindical para essas causas socialmente mais amplas lhe confere também o acúmulo de legitimidade social necessário para tratar de temas abrangentes, de interesse coletivo; como são as questões de clima. Desse modo, essa abordagem sindical mais ampla constitui-se, praticamente, em um pré-requisito para a sua atuação em questões relacionadas as mudanças climáticas. Também merece destaque a relação desta questão com outra anteriormente analisada sobre organizações gloais, dado seu requerimento de forte ativismo local (comunitário).

Três entre as seis centrais sindicais que responderam a essa questão afirmaram que desenvolvem políticas preocupadas com a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores em suas comunidades. Apenas uma central revelou não desenvolver essas políticas e outras duas revelaram desconhecer esse tipo de política em sua central. Na

prática, esse tipo de resposta que aponta para o desconhecimento de políticas nesse sentido em sua central sindical, poderia ser bem traduzido como se a central não realizasse esse tipo de política. Ele apenas foi sugerido ao entrevistado para lhe dar uma “opção de saída” na questão, caso não desejasse admitir diretamente que não realiza esse tipo de política. Dito isso, a interpretação das respostas das centrais poderia ser outra: metade das centrais sindicais brasileiras respondentes não fomentam esse tipo de política mais abrangente e com forte conteúdo de ativismo local.

Gráfico 44: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a desenvolverem políticas voltadas com a qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores em suas comunidades



FONTE: Pesquisa de campo.

Esse resultado aponta que ainda há um caminho a ser percorrido pelas centrais sindicais de trabalhadores brasileiros para atingir uma pauta de políticas mais compreensivas, ou seja, mais abrangentes e focadas no interesse coletivo, que lhes creditem lograr maior êxito em suas iniciativas, particularmente naquelas conjuntas com outras organizações, em temas tais como as mudanças climáticas.

A análise das respostas para essa questão à luz dos principais setores de atividade econômica que compõem a base de sindicalizados de cada central sindical brasileira permite tecer algumas constatações interessantes. A central que revelou não realizar políticas de voltadas a qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores em suas

comunidades também é a central com maior proporção de trabalhadores rurais em sua base. Pelas características próprias desta categoria de trabalhadores, com forte enraizamento local, seria de se esperar um comportamento oposto dessa central sindical. Por outro lado, as três centrais sindicais que apontaram desenvolver esse tipo de política foram aquelas com mais expressivas proporções de categorias pertencentes ao setor de serviços entre as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros.

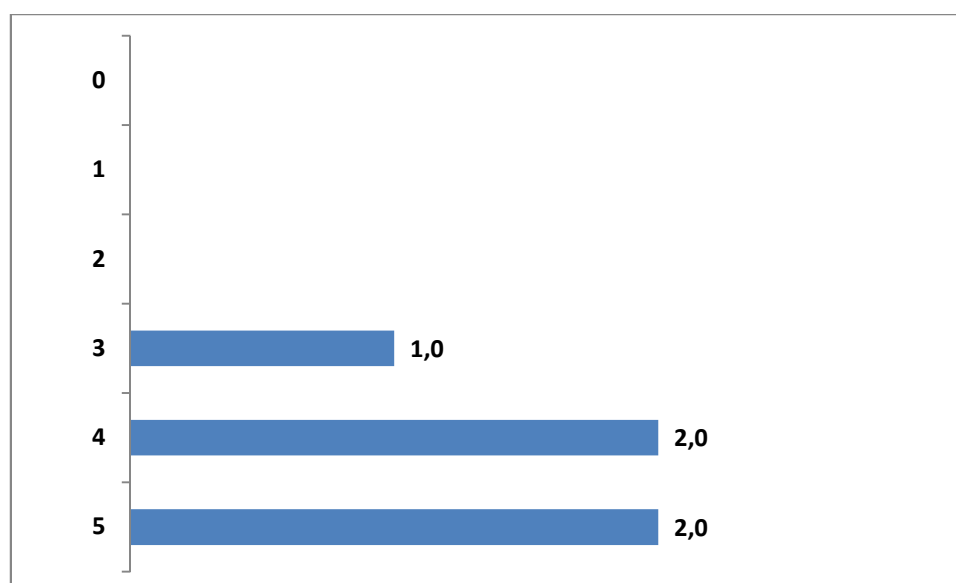
Não obstante as economias solidária e verde não sejam categorias mutuamente excludentes, a crença das centrais sindicais brasileiras na economia solidária corrobora uma abordagem crítica da economia verde. Preliminarmente, ainda que não seja foco no atual trabalho, merece ser retido o fato do movimento sindical de trabalhadores em nível internacional ter desenvolvido a abordagem da transição justa para lidar com as mudanças climáticas. Se bem compreendido, essa perspectiva joga peso na importância da transição enquanto um processo que precisa ser negociado a luz dos interesses dos trabalhadores. Até esse ponto, tudo perfeito. Agora, qual o produto esperado deste processo? Uma economia verde, uma economia solidária ou que outro tipo de economia? Neste particular, parece haver um nível de consenso muito menor no momento sindical tanto em nível internacional quanto nacional. Resta a dúvida se não seria também importante, para além do processo, também saber onde se quer chegar ao final da transição justa que defende, pois os problemas climáticos não serão dirimidos somente no processo de transição, mas também pelo tipo de economia que resultará desse processo.

A vigésima-segunda questão procura captar o nível de entendimento das centrais sindicais brasileiras sobre o fato da economia solidária (forma de produção com controle coletivo) ser importante para combater as mudanças climáticas. Considerando a crítica em torno da economia verde enquanto solução para as mudanças climáticas, notadamente no meio sindical, a investigação das possibilidades quanto a economia solidária ganha relevo. Ou seja, se não a economia verde, seria a economia solidária um instrumento importante para tratar das mudanças climáticas?

As cinco centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão se posicionaram em níveis superiores de concordância com a economia solidária enquanto uma forma de organização da produção que favorece o debate das mudanças climáticas. A média das respostas na escala likert fornecida – que variava entre zero (em nenhuma

medida a economia solidária pode ser importante para combater as mudanças climáticas) e 5 (a economia solidária pode ser importante para combater as mudanças climáticas em toda medida), foi de 4,2, nível muito próximo do máxima compreensão da pertinência da economia solidária para tratar do aquecimento global.

Gráfico 45: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao entendimento da economia solidária enquanto instrumento para combater as mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não importante) e 5 (muito importante).

A análise deste bloco temático prossegue com o aprofundamento da investigação do quanto as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros incorporam em seu modelo de desenvolvimento políticas de caráter revolucionário quanto trata das mudanças climáticas. Nesse sentido, a vigésima-nona questão foi formulada para captar se as centrais sindicais brasileiras incorporam ao seu modelo ideal de desenvolvimento econômico a perspectiva ambiental da justiça climática. Segundo essa abordagem do aquecimento global, importa que os grandes projetos considerem, por exemplo, os custos sociais (de desapropriação das terras ou de destruição ecológica) sobre a reprodução social da própria classe trabalhadora. Essa perspectiva caracteriza, por sua vez, um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável mais amplo, profundo

e contundente, que permite ao movimento sindical lidar mais facilmente em conjunto com outras organizações, com o problema das mudanças climáticas.

Entre as cinco centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão, quatro afirmaram considerar essa perspectiva e apenas uma mencionou que não atenta para essa noção. Na verdade, por se tratar de uma abordagem bastante recente e abrangente – normalmente demandante de organizações com características locais, por exemplo – não se esperava encontrar tamanho enraizamento dessa noção aos modelos de desenvolvimento defendidos pelas centrais sindicais brasileiras. Neste particular, pelo menos no discurso, as centrais sindicais brasileiras se dizem estar muito avançadas e alinhadas com uma abordagem teórica ambiental bastante crítica, inclusive, pode-se dizer com propriedade, revolucionária, dos problemas climáticos. Aqui a grande questão é saber se o movimento sindical vai estar preparado para lidar com as contradições que essa perspectiva teórica lhe implicará em termos de suas pautas sindicais mais imediatas; como toda a crítica subjacente a essa noção do próprio modo de produção capitalista, o qual o movimento dos trabalhadores compõe.

Por fim, a trigésima-primeira questão encerra esse sétimo bloco temático investigando o nível de apropriação de conceitos e concepções recentemente desenvolvidos no estudo das mudanças climáticas pelo movimento sindical de trabalhadores brasileiros. Uma perspectiva analítica bastante recente é a abordagem do desenvolvimento sustentável a partir dos paradigmas pós-materialistas de crescimento zero ou decrescimento. Segundo essas abordagens, caracteristicamente radicais e revolucionárias, já haveria abundância material suficiente no mundo para garantir a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Para aqueles que defendem essa perspectiva teórica, a questão que importa no atual momento é a distribuição das riquezas, ou seja, a justiça distributiva é valorizada enquanto elemento central na análise. Nesse ponto, se torna bastante nítido que essa abordagem se concilia com a necessidade de controlar e diminuir o nível de emissões de gases de efeito estufa que promovem o aquecimento global e constitui-se, teoricamente, uma solução coerente para a mudança climática.

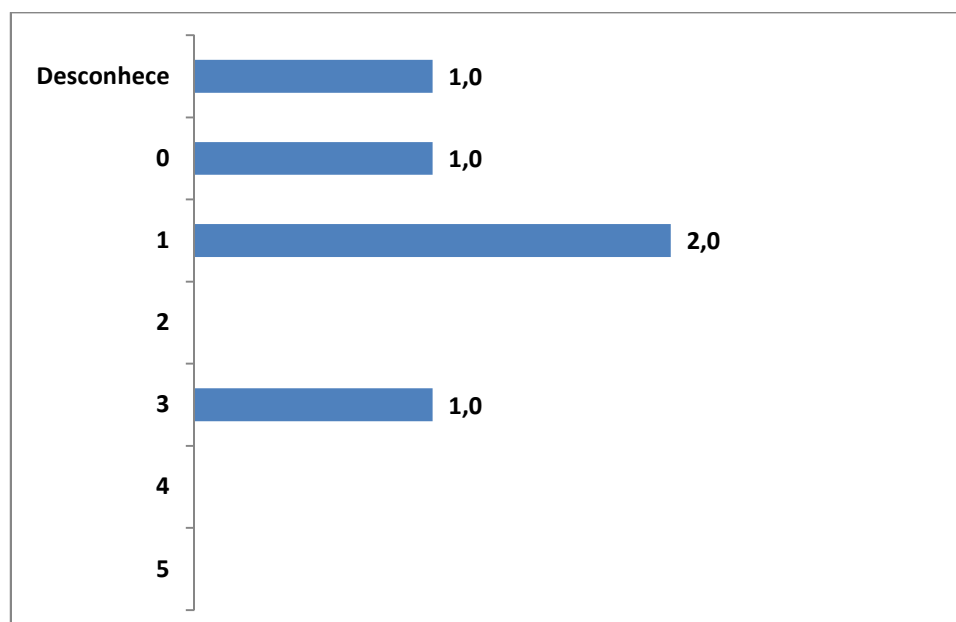
Cabe referir, contudo, que essa concepção é ainda muito nova e sofre pesada contestação acadêmica, principalmente na área econômica – segundo a qual o crescimento econômico sempre foi o motor das transformações históricas no

capitalismo. Uma crítica frequentemente direcionada a essa abordagem é que ela seria mais afeita a análises de países ricos, que já teriam acumulado riqueza material suficiente para pensar em valores distributivos pós-materialistas. Contudo, sob o ponto de vista do movimento sindical de trabalhadores, os valores distributivos são historicamente caros e tendem a ser valorizados enquanto parte do próprio processo de crescimento; ou seja, em grande parte, o movimento sindical nega a tese de primeiro constituir riqueza para depois proceder sua distribuição. Dessa forma, tem-se ideia do desafio que constitui para as centrais sindicais brasileiras se posicionarem diante dessa perspectiva. Isso exigiria um acúmulo teórico e uma capacidade discursiva de elaborar elementos muito elevada.

Para investigar esse ponto, a questão perguntou às centrais sindicais brasileiras em que medida elas trabalham com as perspectivas pós-materialistas de crescimento zero ou decrescimento quando consideram as mudanças climáticas. A formulação da resposta apresentou aos dirigentes sindicais respondentes uma escala likert que variou entre zero (não considera) e 5 (considera amplamente). Adicionalmente, foi disponibilizada também uma alternativa de resposta que permitisse ao entrevistado referir desconhecer esses conceitos. Uma das centrais honestamente optou por essa alternativa. Excluindo-se essa resposta, a média das respostas das quatro centrais que responderam a essa questão foi de 1,3. A distribuição das respostas mostra que o nível máximo de consideração da perspectiva em análise foi 3. Esses resultados apontam para o fato das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros pouco consideram a perspectiva pós-materialista de crescimento zero ou decrescimento quando tratam das mudanças climáticas.

A central sindical que afirmou considerar em mais alto nível (3) essas perspectivas se caracteriza, em termos de sua base de filiados, pela forte concentração de trabalhadores no setor de setores dos serviços, notadamente nos ramos de turismo e hospitalidade e de transportes. De acordo com a experiência internacional, os serviços são, em geral, um setor que não está diretamente relacionado às mudanças climáticas quanto os setores primário e secundário da economia. Se isso lhe implicaria maior liberdade de avanço de opiniões no tema – por não estar condicionado à pressão de uma base oprimida pelo fenômeno – também podem não haver incentivos para que adote uma política em relação às mudanças climáticas. No caso desta central, parece ter vingado a primeira vertente explicativa.

Gráfico 46: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua consideração de paradigmas pós-materialistas de crescimento zero ou decrescimento



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (não considera) e 5 (considera amplamente).

Em síntese, quanto às políticas revolucionárias, a análise do questionário permite concluir que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros concordam que a economia solidária é uma forma de organização da produção que favorece o debate das mudanças climáticas. Contudo, nem todas as centrais desenvolvem políticas voltadas a qualidade de vida e ao bem-estar dos trabalhadores nas comunidades, considerado um pré-requisito para as organizações trabalharem coerentemente sob essa perspectiva mais radical. Pelo menos no discurso, as centrais revelaram considerar a justiça climática na noção de desenvolvimento que defende. Neste particular, a questão que permanece é se as centrais vão conseguir lidar com as contradições que essa perspectiva implica; principalmente sua crítica ao capitalismo, no qual os sindicatos estão integrados. Por fim, merece destaque a constatação de que as centrais sindicais pouco consideram a perspectiva teórica pós-materialista de crescimento zero ou decrescimento quando tratam de mudanças climáticas, apesar dessa abordagem ter encadeamentos profundos com a justiça distributiva – um valor defendido historicamente pelos sindicatos. Dessa forma, a julgar pelas respostas das centrais sindicais quanto as políticas mais revolucionárias no campo das mudanças climáticas, pode-se depreender que, se elas

conseguem lograr trabalhar discursivamente bem com os conceitos que essa discussão implica, ainda há muita relutância em considerar conceitos mais avançados envolvidos no tema. Por sua vez, essa dificuldade pode estar determinando seu pífio avanço prático em relação a políticas dessa natureza.

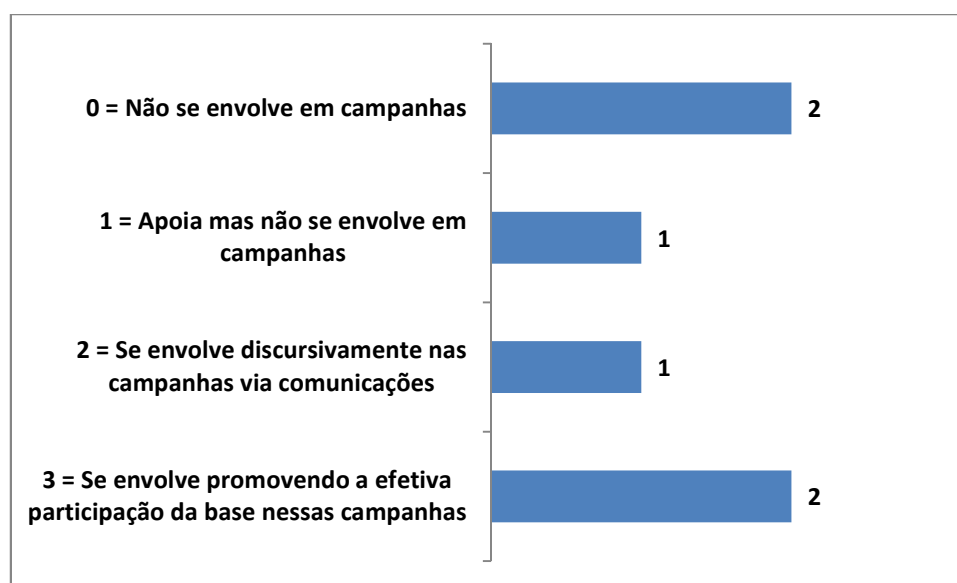
Encerrando a análise do questionário, o **oitavo bloco** temático tratou de um aspecto muito importante na atual pesquisa, qual seja, a possibilidade de alianças de movimentos sindicais e ambientais no que refere às mudanças climáticas. Em primeiro lugar, essa possibilidade de constituir alianças importa porque se percebe que ambos os movimentos buscam, na prática, essa aproximação, mas encontram muita dificuldade em encontrar parceiros em um campo de atuação que lhes é estranho. Também há salutar justificativas no campo teórico para iniciativas conjuntas ou coalisões nesse campo, já que ambos atores sociais defendem, em última instância, a vida.

Nesse sentido, a sexta questão direcionada às centrais sindicais brasileiras objetiva investigar o nível de envolvimento da central sindical em campanhas ou movimentos/redes promovidos por organizações ambientais e relacionados ao combate das mudanças climáticas, tanto em âmbito internacional, nacional ou regional/local. Para reforçar o entendimento da questão foram fornecidos exemplos de campanhas, todas promovidas por organizações ambientais com ênfase no trabalho sobre mudanças climáticas: Justiça Climática Já (Friends of the Earth), Desmatamento Zero e Energia Renovável Já (Greenpeace), Pegada Ecológica (WWF), Movimento Carta de Belém, Rede de Ongs da Mata Atlântica, Fórum Amazônia Sustentável, Aliança pela Água (ISA).

Como as alternativas de respostas consideravam um gradual de níveis de envolvimento das centrais sindicais às campanhas de organizações ambientais é possível atribuir pesos que variam entre zero (não envolvimento) e 3 (envolvimento efetivo da base na campanha), de modo que a média das respostas das centrais faça sentido. A média apurada entre as seis centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão foi de 1,5, ou seja, indicando um envolvimento mediano destas organizações sindicais nas campanhas promovidas por organizações ambientais no que diz respeito às mudanças climáticas. De todas formas, essa média foi alavancada pela resposta de duas centrais no envolvimento para a plena participação da base de trabalhadores filiados à central nas campanhas promovidas pelas organizações

ambientais. Ademais, é revelador analisar a distribuição das respostas e verificar que a metade das centrais sindicais se posicionou em níveis inferiores à média no que diz respeito ao seu envolvimento em campanhas ambientais com relação às mudanças climáticas.

Gráfico 47: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao nível de envolvimento em campanhas de organizações ambientais em relação às mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

Ao que as respostas apontam, é possível se afirmar pela existência de um nível mediano de envolvimento das centrais sindicais brasileiras em campanhas de organizações ambientais em relação às mudanças climáticas. Dessa forma, observa-se coerência entre o nível de aprofundamento do discurso sindical e de sua prática em relação às mudanças climáticas.

A vigésima-quinta questão busca complementar a análise da questão anterior ao procurar compreender os motivos que levam as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros a se abster de participar de campanhas relacionadas ao tema ambiental do clima, promovidas por outras organizações.

Cinco das seis centrais sindicais que responderam a essa questão indicaram que seu declínio em participar se explicava pelo desconhecimento do tema. Apenas uma indicou ser deliberação sindical interna agir evasivamente ao seu maior envolvimento.

O desconhecimento do tema no meio sindical preocupa, mas ainda é um mal menor para as possibilidades de futuras alianças com outras organizações quanto às mudanças climáticas, frente a recusa deliberada em assim o fazer. Afirmar que não participa por desconhecer o tema impacta menos as possibilidades de futuras parcerias que o histórico de não se envolver por deliberação interna, o que imprimiria ao movimento sindical, diante outras organizações, o rótulo de ser uma instituição que defende outros interesses não alinhados. Nesse ponto, ainda há chance do movimento sindical acumular maior conhecimento do tema e vir a apoiar as campanhas promovidas por outras organizações no futuro. Mas diante da premência das mudanças climáticas para a vida no planeta, deve-se iniciar muito imediatamente com formação sindical nesse tema, mesmo porque mesmo sendo as questões de clima um tema novo e relativamente recente na agenda sindical, as outras organizações não entenderão essa sua postura escusa a de infinito. A reincidência de não envolvimento por desconhecimento logo levará a percepção de vontade própria de agir assim, descobrindo interesses contraditórios.

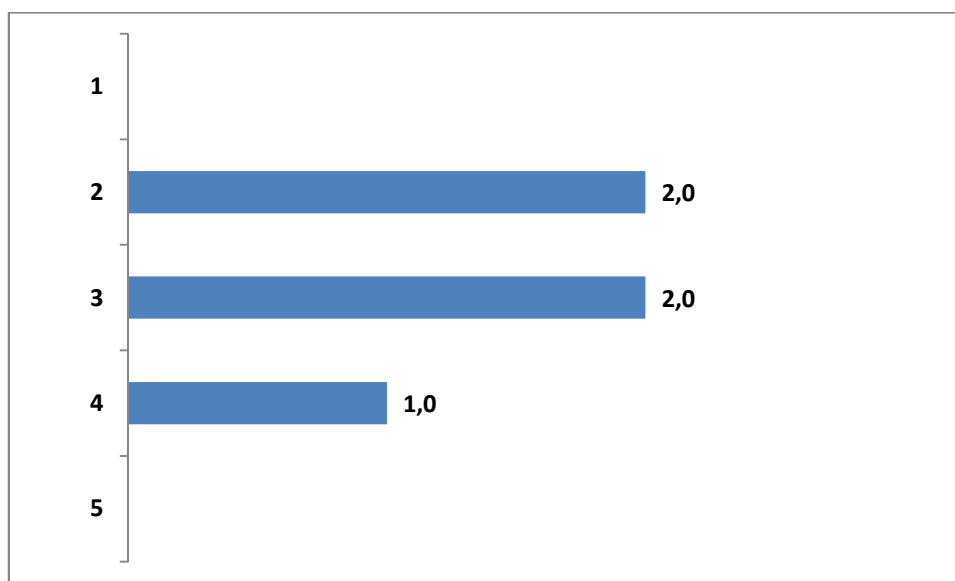
As próximas três questões investigadas prosseguem na investigação das causas prováveis da falta de aproximação dos dois atores, de acordo com destaques de pontos extraídos das experiências de outros países, levantadas na revisão da literatura.

Por serem um ator relativamente novo na cena política social internacional, pelo menos em relação a história do movimento sindical, o movimento ambiental ainda se recente de uma maior institucionalização. Isso não quer dizer que ele não seja legítimo, pois sua legitimidade é crescente na sociedade. Apenas que, segundo a literatura, ele tem uma estrutura ainda em desenvolvimento que, normalmente, se caracteriza por sua menor verticalidade e maior flexibilidade quando comparada a estrutura alcançada pelo movimento sindical em nível internacional. Isto por vezes gera desconfiança no ator sindical, por exemplo, quanto as formas de financiamento da entidade ambiental ou quanto a legitimidade do seu interlocutor. Saber se essas diferenças estruturais quanto ao nível de institucionalização dos dois atores sociais são percebidos pelas centrais sindicais de trabalhadores brasileiros como obstáculos para o estabelecimento de alianças entre eles é o objetivo da vigésima-terceira questão.

De fato, as respostas das cinco centrais sindicais que responderam a essa questão não chegam a negar a existência do impecilho relacionado ao nível de

institucionalização. Em uma escala likert que variou entre 1 (diferenças de institucionalização dificultam as alianças em pequena medida) e 5 (dificultam em elevada medida), a média das respostas das centrais sindicais brasileiras foi 2,8, patamar claramente intermediário. Se, por um lado, esse resultado não afasta a interferência do fator institucional na constituição de alianças, que seria caracterizado por respostas no primeiro nível da escala (note-se que não se teve nenhuma central que apontou o nível 1), de outro lado, não lhe confere demasiada importância – também não houve nenhuma resposta no mais alto nível da escala (5). Contudo, a presença dessa percepção quanto ao impacto das diferenças estruturais na constituição de alianças vermelho-verde não deve ser desprezada no caso brasileiro.

Gráfico 48: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua percepção das diferenças institucionais com as organizações ambientais se constituírem um obstáculo para as alianças



FONTE: Pesquisa de campo.

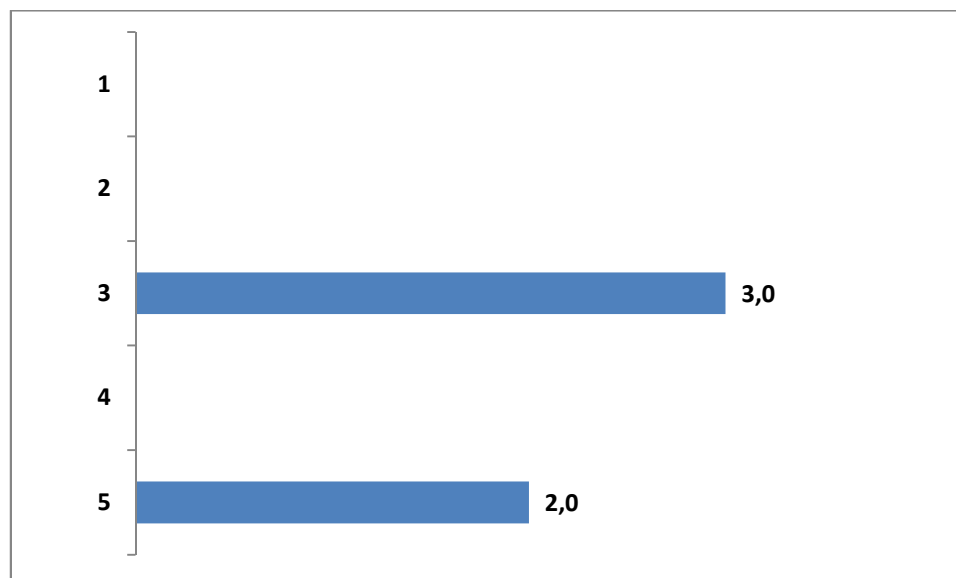
NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (pequena medida) e 5 (elevada medida).

A vigésima-sétima questão busca investigar o fato, evidenciado na experiência internacional, de que um ambiente mais institucionalizado desfavorece o reconhecimento do movimento ambiental (mais contemporâneo e de institucionalização difusa) enquanto ator legítimo para a negociação das mudanças climáticas. Nesse sentido, a questão perguntou às centrais sindicais em que medida elas percebem que a característica corporativa da estrutura sindical brasileira (ligação institucional com o

Estado) dificulta o favorece sua relação com o movimento ambiental. Para tanto, foi fornecida os dirigentes sindicais uma escala likert que varia entre 1 (dificulta) e 5 (favorece) para que a central posicionasse seu entendimento sobre esse ponto.

A média das respostas das cinco centrais que marcaram essa questão foi 3,8. No caso, esse resultado aponta no sentido das centrais sindicais entenderem que sua estrutura corporativa, com forte ligação estatal, tende a favorecer as relações com o movimento ambiental. Cabe sublinhar que a maior parte das centrais consultadas posicionaram seu entendimento em níveis intermediários da escala – entre elas, aquelas com maior experiência no tema – revela sua percepção de que a estrutura sindical corporativa é indiferente para a constituição de alianças com o movimento ambiental. De outra forma, duas centrais posicionaram seu entendimento em níveis superiores da escala (nível 5), revelando uma percepção bastante firme de que a estrutura sindical corporativa favorece coalisões com organizações ambientais.

Gráfico 49: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua percepção do impacto de sua estrutura corporativa na relação com o movimento ambiental



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre 1 (dificulta) e 5 (favorece).

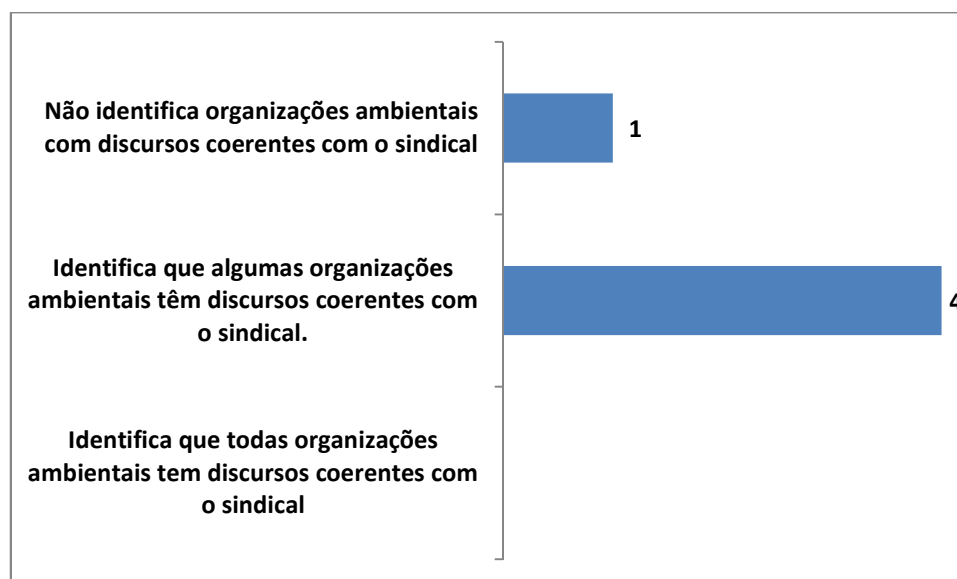
Contudo, ambos entendimentos estão em sentido contrário ao esperado de acordo a literatura consultada. Essa constatação remete à necessidade de avanço das centrais sindicais brasileiras no sentido de compreenderem melhor os rebatimentos de

suas características estruturais a fim de melhorar sua relação com as organizações ambientais, de características estruturais diferentes. Esse avanço na compreensão sindical pode se dar via educação ou formação sindical ou, ainda, pelo maior contato das organizações de trabalhadores com o movimento ambiental em instâncias tanto informativas (fóruns) quanto deliberativas (conselhos), que tratem das mudanças climáticas.

Nos processos de negociações do clima, um importante elemento facilitador e que está na base das alianças de organizações sindicais de trabalhadores com às ambientais é o mútuo reconhecimento da legitimidade de interesses entre as partes. Enquanto as organizações sindicais acumulam longa tradição e grande institucionalização, as organizações ambientais têm uma história mais recente e muitas ainda enfrentam dificuldade de institucionalização, pois representam interesses difusos na sociedade. Por vezes as entidades sindicais apontam essa dificuldade para estabelecer alianças com aquelas de natureza ambiental, notadamente em negociações do clima, justamente por não reconhecer como legítimos os interesses das organizações ambientais. Neste particular, a oitava questão visa investigar se as centrais sindicais brasileiras reconhecem o discurso das entidades ambientais atuantes nas negociações da mudança climática como coerente ao seu discurso sindical.

Das cinco centrais sindicais de trabalhadores que responderam a essa questão, quatro reconheceram que algumas organizações ambientais têm discursos coerentes com o sindical nas discussões das mudanças climáticas. Ademais, uma central sindical revelou que não identifica instituições ambientais com discursos coerentes ao sindical em questões de clima e nenhuma central afirmou que todas as organizações ambientais tem um discurso frente às mudanças climáticas coerente com o sindical. Ou seja, mesmo que a moda das respostas das centrais tenha sido pelo reconhecimento do trabalho de somente algumas entidades ambientais estabelecidas nas negociações do clima, há indícios que esse reconhecimento mediano esteja mais ao lado da dificuldade das centrais em reconhecer discursos coerentes com o seu no movimento ambiental, especificamente quando essas discussões envolvem negociações das mudanças climáticas.

Gráfico 50: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao reconhecimento da coerência entre seu discurso e o de organizações ambientais em relação às mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

Dessa forma, corrobora-se o fato de que o movimento sindical brasileiro percebe que encontra diferenças com o discurso de algumas organizações ambientais atuantes no campo das mudanças climáticas. Essas diferenças podem auxiliar a explicar um possível distanciamento entre essas duas naturezas de organizações que, aliadas, poderiam desenvolver um trabalho muito mais coerente.

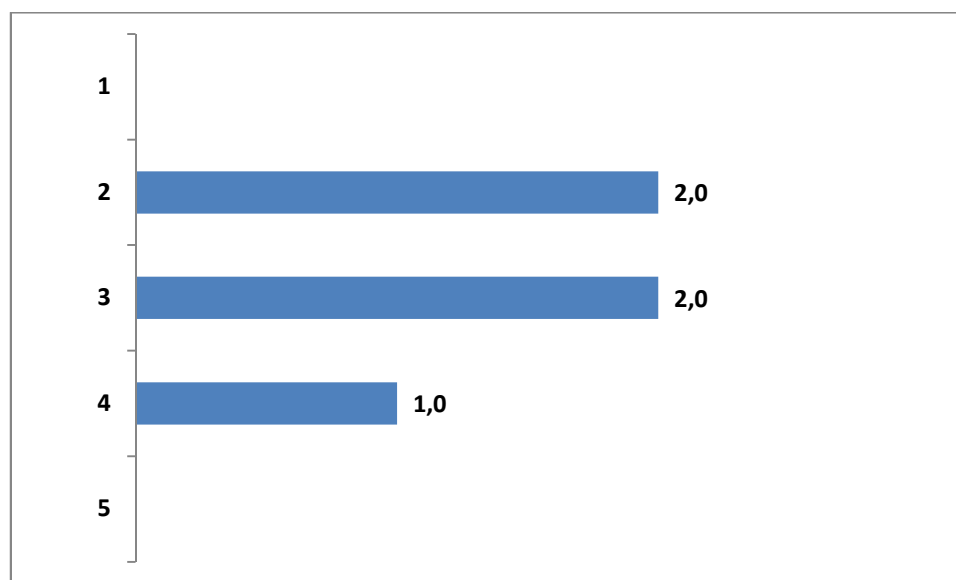
Quanto a base de trabalhadores sindicalizados, merece destaque o fato da central sindical que apontou maiores dificuldades em reconhecer nas organizações ambientais um discurso coerente com o seu quando se tratam de mudanças climáticas, também ser a central onde os trabalhadores rurais têm maior peso na base de filiados. Dada a importância do setor rural para o fenômeno das mudanças no clima, esse distanciamento de interesses pode atuar no sentido de não favorecer importantes alianças e consequentes sinergias que poderiam surgir no trabalho conjunto dos dois tipos de entidades.

Com a pressão da base de associados por empregos, muitas vezes o movimento sindical se vê obrigado a defender projetos contestados do ponto de vista ambiental. Esse tipo de postura naturalmente o afasta de outros segmentos sociais que criticam esses projetos – notadamente o movimento ambiental. Nesse sentido, a vigésima-sexta questão perguntou às centrais sindicais se elas percebiam perda ou ganho de reputação

social ao defenderem projetos ambientalmente contestados – foi fornecido como exemplo a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Para a resposta, foi fornecida uma escala likert que variava entre 1 (perda de reputação) e 5 (ganho de reputação) para o dirigente entrevistado posicionar a percepção da central sindical sobre o produto social de seu envolvimento nesses projetos.

A média das cinco centrais sindicais brasileiras que responderam a essa questão foi 2,8. Esse patamar intermediário de respostas revela que as centrais sindicais entendem que sua reputação perante a sociedade não auferem ganhos nem sofre perdas, demonstrando que esperam um comportamento indiferente da sociedade perante sua postura de defender projetos ambientalmente contestados. Ademais, o fato de nenhuma central sindical ter posicionado sua impressão do rebatimento social da política de defesa de empreendimentos ambientalmente contestados nos níveis extremos (um ou cinco) corrobora com essa perspectiva.

Gráfico 51: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto a sua percepção de perda ou de ganho de reputação social com a defesa de projetos ambientalmente contestados



FONTE: Pesquisa de campo.

NOTA: A escala likert utilizada variou entre zero (perda reputação) e 5 (ganho reputação).

Merece ser sublinhado o fato das respostas das centrais guardarem forte correlação com a sua data de criação, indicando que a experiência histórica no contato

com o tema faz avançar sua consciência sobre os impactos reais de suas ações no campo ambiental. As centrais mais antigas se posicionaram claramente ao lado da percepção de perda de reputação, enquanto as centrais com fundação mais recente não alcançaram esse entendimento e suas respostas se situaram ou em níveis intermediários (indiferença) ou, ainda pior, ao lado da percepção de ganho de reputação.

O entendimento das centrais sindicais brasileiras quanto a indiferença social quanto as suas ações no campo ambiental pode estar revelando também o seu desprestígio enquanto ator social relevante no tema. De modo ainda mais preocupante, ao se partir da premissa que essa sua percepção de indiferença social frente sua defesa de projetos ambientalmente contestados pode (e deve) estar equivocada, o movimento sindical pode estar agindo contra a sua reputação social, porém sem ter consciência plena destes rebatimentos sociais de suas ações. Esse ponto sugere que as centrais sindicais brasileiras precisam avançar bastante para o tratamento das mudanças climáticas. Para que seja um ator relevante nesse campo é necessário que as centrais sindicais tenham consciência de que suas ações implicam perda ou ganho de reputação social; caso contrário, sua posição vai continuar sendo indiferente sob o ponto de vista social, ou seja, será um ator irrelevante para o debate.

Uma importante questão nas alianças e também nos conflitos entre sindicalistas e ambientalistas diz respeito ao momento (ou *time*) de intervenção. Esse aspecto foi investigado nas últimas três questões que concluem a análise do instrumento de pesquisa.

As alianças entre o movimento sindical de trabalhadores e as organizações ambientalistas, salutares para dar peso às transformações necessárias para combater as mudanças climáticas e propiciar a manutenção da vida no planeta, são desfavorecidas por uma série de fatores. Um desses fatores, frequentemente apontado nas experiências sindicais, é o descompasso no horizonte temporal que esses dois atores percebem as medidas necessárias para combater as mudanças climáticas. Por um lado, o movimento sindical de trabalhadores defende uma transição justa gradual, enquanto, de outro, o movimento ambientalista reivindica reduções imediatas, rápidas e profundas das emissões para conter o aquecimento global.

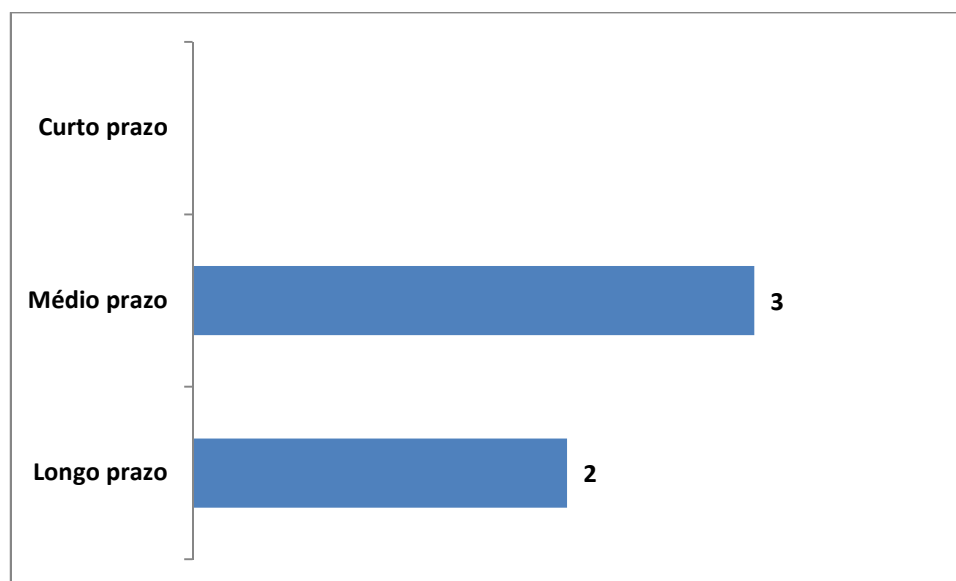
Com essa preocupação, a décima-segunda questão buscou extrair como as centrais sindicais brasileiras percebem a necessidade de implementação de medidas ambientais que promovam o arrefecimento das mudanças climáticas, em termos de

horizonte de tempo – necessidade de ação imediata ou ao longo do tempo. A ampla maioria, quatro em cinco respondentes, afirmaram que o fenômeno demanda ações graduais, ao longo do tempo. Apenas uma central sindical, de importância reconhecida nos debates e de grande peso quanto ao número de filiados em sua base, apontou que a necessidade de medidas seria de curto prazo. Considerando-se o horizonte temporal que trabalham grande parte das organizações ambientais no que diz respeito ao horizonte de necessidade dessas medidas, qual seja, de curtíssimo prazo, somente essa central estaria em consonância temporal com as organizações ambientais nesse tema. Evidencia-se assim que parcela expressiva do movimento sindical brasileiro encontraria dificuldade em conciliar, por exemplo, o seu diagnóstico acerca do fenômeno das mudanças climáticas, o que trás sérias repercussões sobre a própria natureza das medidas que seriam necessárias para sua mitigação. Neste cenário, as possibilidades de consenso entre os dois tipos de representações de interesse são bastante reduzidas.

Já a décima-terceira questão solicitou que as centrais sindicais brasileiras posicionassem temporalmente o processo de transição justa para formas de produção voltadas a equacionar o aquecimento global, indicando se esse processo é de curto, médio ou longo prazo. Entre as cinco centrais que responderam a essa questão, três afirmaram que o processo é de médio prazo e duas que seria de longo prazo. Ou seja, mais uma vez, o horizonte temporal de uma importante medida que o movimento sindical defende para combater as mudanças climáticas, qual seja, a transição justa, se processaria no médio ao longo prazo. Repontuando, esse não é um horizonte de ação suficiente para combater as mudanças climáticas que parcela substancial do movimento ambiental defende.

Cabe destacar que as duas centrais sindicais que compreendem o processo de transição justa como um fenômeno de longo prazo, também foram as duas centrais que se posicionaram a favor da máxima propriedade da afirmação “proteger o meio ambiente custa postos de trabalho”, na décima questão. Por um lado, parece haver coerência entre as respostas das centrais, mas, por outro, essa posição afasta as centrais sindicais de parcela do movimento ambiental.

Gráfico 52: Número de centrais sindicais brasileiras respondentes quanto ao horizonte temporal do processo de transição justa para formas de produção que combatam as mudanças climáticas



FONTE: Pesquisa de campo.

Em termos de categorias filiadas às centrais sindicais, o comportamento de posicionar o processo de transição justa no médio e longo prazo seria de se esperar, a luz da experiência internacional, de centrais com forte presença de indústrias tradicionais com expressivas emissões de gases de efeito estufa e nas quais a transição seria mais complicada, normalmente implicando perda de postos de trabalho. Nesse horizonte de tempo o movimento sindical imagina conseguir operar as negociações necessárias para não desagradar sua base de trabalhadores. Mas essa relação só é parcialmente verificada no Brasil. Olhando-se para a composição por ramos de atividades das duas centrais que posicionaram o fenômeno das mudanças climáticas no longo prazo, apenas para uma essa explicação seria pertinente.

Mantendo-se na análise dos elementos que podem facilitar ou dificultar as alianças entre trabalhadores e ambientalistas, finalmente, a décima-quarta questão busca aprofundar a investigação dos momentos de ação dos dois atores. Segundo a bibliografia consultada, esse aspecto temporal é importante porque um dos fatores recorrentemente apontados para o afastamento dos sindicatos ao movimento ambientalista diz respeito justamente ao diferente momento de intervenção de cada ator em grandes projetos de elevada visibilidade na sociedade. Geralmente, a ação ambiental tende a se focar antes do licenciamento do empreendimento, enquanto o projeto ainda

está na sua fase de elaboração, momento em que ainda há margem para sua adequação ou, inclusive, cancelamento. Já a ação sindical nesse momento inicial de projeto tende a ser mais tímida, principalmente pelo desgaste junto a sua base causado por qualquer ação de impedimento à realização do projeto que, via de regra, abre novos postos de trabalho. Nesse sentido, a participação mais efetiva do movimento sindical no projeto é geralmente esperada a partir de sua construção ou operação. Mas note-se, neste momento pode já não haver interesse por parte do movimento ambiental em estabelecer campanhas em conjunto quanto a esse projeto. Sobretudo em projetos de grande visibilidade social, esse descompasso temporal quanto ao momento de agir trás importantes constrangimentos aos dois atores, sobretudo, impactando a possibilidade de estabelecerem parcerias futuras.

A questão aplicada às centrais sindicais brasileiras inquiriu sobre o momento de ação da central sindical em projetos de grande impacto social e ambiental, fornecendo o exemplo da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte; projeto econômico fortemente contestado social e ambientalmente e que obteve grande visibilidade na mídia brasileira durante anos. Dada a magnitude do projeto fornecido de exemplo, pressupunha-se como certa a existência de alguma ação sindical em algum momento do projeto. Mas a aplicação da questão teve problemas para atingir os seus objetivos porque a maioria das centrais, quatro em seis respondentes, declarou não agir nesse tipo de projeto. Certo que esse resultado pode refletir diferentes concentrações setoriais e regionais de categorias de trabalhadores específicas que podem ou não ser importantes politicamente dentro das centrais sindicais. Mas essa resposta negativa também pode sugerir que a preocupação com o descompasso temporal entre trabalhadores e ambientalistas pode ser ainda menor no Brasil frente ao problema da omissão das centrais sindicais em participar de projetos com forte viés ambiental. Principalmente pela visibilidade que esses grandes projetos adquirem, essa possível negativa das centrais sindicais em se envolverem nessas questões podem lhes causar sérios problemas de reputação frente ao movimento ambiental e comprometer alianças futuras. Sendo o comportamento das centrais outro, compreende-se que, se não bem encaminhadas, poderiam haver problemas de reputação da central frente a sua base de filiados, por isso, entende-se o grande desafio que é para o movimento ambiental conciliar seus interesses aos ambientais para constituírem-se alianças.

Entre as duas centrais sindicais que responderam participar de algum momento da implementação de um projeto de grande impacto, uma central situou essa intervenção no momento das obras de instalação do empreendimento e outra, de reconhecida experiência no tratamento de questões climáticas, afirmou participar em todos os momentos – não obstante a formulação da pergunta sugerisse a indicação de um momento principal, no qual teria se “concentrado” a ação sindical. Na central sindical que respondeu concentrar sua intervenção no momento das obras, pode auxiliar a explicar essa sua ação nesse momento o fato de ser importante o peso da categoria de trabalhadores na construção civil na sua base de sindicalizados – é o quarta maior categoria dentro da central. Interessante verificar que nenhuma respondente situou, isoladamente, sua participação no momento de projeto e licenciamento do empreendimento. Isso pode indicar que pode haver esse descompasso temporal entre a ação sindical e a ambiental também no Brasil. A conscientização objetiva deste problema é o primeiro passo para a sua superação.

Em suma, os achados neste oitavo e último bloco temático, que abordou as possibilidades de alianças entre sindicalistas e ambientalistas, permitem afirmar que o envolvimento prático das centrais em campanhas ambientais é mediano, em coerência com seu discurso mediano no tema. O maior motivo para as centrais sindicais se absterem de participar destas campanhas foi o desconhecimento do tema, revelando a urgência de formação sindical em mudanças climáticas. Apesar de reconhecer que as diferenças de institucionalização dos dois tipos de organizações sociais dificultam as alianças, as centrais sindicais entendem que sua estrutura sindical caracteristicamente corporativa (vinculada ao Estado) tende a favorecer as alianças com o movimento ambiental. Ainda quanto as possíveis causas da não participação em campanhas ambientais, há ainda o agravante das centrais sindicais necessitarem reconhecer, entre as organizações ambientais, aquelas com um discurso coerente com o seu, já que não consideram todas potenciais parceiras. Mas ainda mais preocupante é o fato das centrais sindicais considerarem que a sua eventual defesa de projetos ambientalmente contestados não lhes afetem sua reputação social. Adicionalmente e, por fim, o teste do problema de *time* de ação entre sindicalistas e ambientalistas se mostrou pertinente. Por um lado, o horizonte de tempo das medidas necessárias para a transição justa, segundo as centrais sindicais (gradual, médio e longo prazo), é potencialmente diferente do das organizações ambientais (imediato, curto prazo). Por outro, também os momentos de

intervenção em projetos de visibilidade se mostraram bastante diferentes, corroborando a presença de descompassos no tempo de ação entre sindicalistas e ambientalistas, constituindo-se em mais uma questão desafiante a ser tratada.

Por fim, cabe discorrer, brevemente, sobre as características das centrais sindicais de trabalhadores que não participaram da pesquisa, buscando reunir elementos que sinalizem sua decisão. Quanto a UGT, seja pelo seu maior peso relativo no movimento sindical de trabalhadores, ou pelas informações preliminares de sua histórica importante participação em fóruns do tema, foi dispendido um grande esforço para propiciar a viabilização de sua participação nesta pesquisa, até mesmo prorrogando o tempo para retorno do questionário respondido. Todavia, todas as diversas estratégias de contatos realizados não surtiram efeito e, ao cabo, a central não conseguiu indicar uma pessoa do seu quadro para responder ao questionário. Já a CGTB, apesar de bem menos importante em termos de representatividade, gentilmente justificou sua negativa em participar da pesquisa com base no seu legítimo entendimento que resta dúvida quanto a cientificidade das mudanças climáticas enquanto um fenômeno antropogênico, bem como na sua crítica à economia verde enquanto solução para o problema climático global.

Em termos de setores de atividade, a UGT se caracteriza, para além de uma participação importante dos trabalhadores em serviços, pela forte presença de trabalhadores no comércio de sua base sindicalizada (26,9%). Nenhuma outra central investigada tem maior presença no setor de comércio. É evidente que o setor de comércio não é um setor visado quando se trata de mudanças climáticas. Normalmente, os setores produtivos de produção agropecuária e de processamento industrial são aqueles mais focados quando se trata dos efeitos dos gases de efeito estufa para o meio ambiente. Talvez essa maior proporção relativa de trabalhadores no comércio influencie o desinteresse imediato da central no tema. De todas formas, tal comportamento causa estranheza se pensarmos que o setor comércio devia ser, justamente, o setor com maior potencial de influenciar o padrão de consumo no sentido do consumo consciente e sustentável frente às mudanças climáticas. Assim, pode-se no mínimo afirmar que trabalhadores no comércio com pouca informação e conscientização dos problemas climáticos podem influenciar negativamente a mudança de perfil de consumo necessária para combater as mudanças climáticas. É fácil perceber como um trabalhador do comércio pode influenciar as decisões de consumo no sentido de diminuir as emissões

de gases de efeito estufa. Por exemplo, ao sugerir o valor de um produto por aspectos relacionados a sua vida útil, ao seu consumo de energia, ao tipo de material utilizado na sua fabricação, dentre outras, o vendedor poderia ajudar a valorizar um padrão de consumo menos hostil ao meio ambiente. Essa chance parece estar sendo desperdiçada quando o tema é tratado por desdém entre os trabalhadores do setor.

Em termos de ramos de atividades, a base da UGT se destaca também pela expressiva presença de trabalhadores em turismo e hospitalidade (10,05%). Entre as centrais sindicais brasileiras, somente a NCST (17,06%) supera a UGT no que diz respeito à proporção de trabalhadores ocupados nos serviços de turismo e hospitalidade. Mais uma vez, esse ramo de atividade não é fortemente contestado por sua contribuição para o aumento das emissões responsáveis pelas mudanças climáticas e isso pode ajudar a explicar o desinteresse da central no tema. Contudo, o potencial deste ramo para auxiliar na manutenção do clima no planeta não pode ser negligenciado. Em primeiro lugar, porque se ocupa de uma parcela da população mais abastada e com melhores condições de acesso à educação e informação. Seria, portanto, de se esperar que esse segmento da sociedade fosse o primeiro a desenvolver valores pós-materialistas ambientais, justamente por já ter atendidas suas demandas materiais mais imediatas. De outro modo, essa parcela da população mais esclarecida tem forte potencial de influenciar o comportamento de outras classes sociais. Contar pois com trabalhadores conscientes dos impactos das mudanças climáticas poderia reforçar a consciência e importância da redução das emissões de gases de efeito estufa na sociedade. Tanto é verdade a importância da questão ambiental nesse ramo de atividade que se desenvolve com grande ímpeto um nicho de mercado denominado genericamente por ecoturismo, o qual valoriza sobremaneira aspectos ligados ao respeito à natureza e a preservação da vida no planeta, importantes valores para a conscientização da importância de conter as mudanças climáticas. Esses princípios são também utilizados nas estratégias de marketing das empresas para, inclusive, atrair turistas.

A CGTB, menor central sindical em número de sindicalizados que foi considerada na pesquisa, possui forte concentração de trabalhadores no setor de serviços (76,0%), percentual este somente superado pela participação dos serviços entre os trabalhadores sindicalizados à CSB (81,6%). É evidente que o setor serviços é fortemente heterogêneo em termos dos ramos de atividades que lhe compõe. No que nos interessa nesta análise, pode-se observar que os serviços compreendem desde ramos de

atividades mais diretamente ligados a fenômenos climáticos (serviços de engenharia ambiental, de engenharia logística, de destinação final de lixo, etc.), mas também é composto de ramos com menor relação com as mudanças climáticas (conserto de eletrodomésticos, etc.). Contudo, a crescente conscientização da concretude das mudanças climáticas tende a estender as preocupações climáticas para ramos de atividades que historicamente pouco valorizavam essa dimensão em seus negócios. Pode-se citar aqui o exemplo das instituições financeiras. É crescente a preocupação dos bancos em passar uma imagem ambientalmente correta para seus clientes. Essa orientação é facilmente percebida ao se observar as estratégias de marketing expressas nas propagandas comerciais dessas organizações.

Em relação aos ramos de atividades, a CGTB se caracteriza pela elevada dispersão de sua base em diversos ramos de atividade. Contudo, merece destaque a sua presença do ramo de trabalhadores de empresas de difusão cultural. Apesar do reduzido número de trabalhadores sindicalizados filiados à CGTB, ela detém o maior número de trabalhadores sindicalizados no ramo de difusão cultural entre as centrais sindicais brasileiras. Teoricamente, é fraco o impacto que o ramo, per se, exerce sobre a emissão de gases de efeito estufa e isso poderia ajudar a explicar seu descrédito nas mudanças climáticas enquanto um fenômeno antropogênico. Cabe sublinhar que na literatura internacional essa suspeição quanto a cientificidade das mudanças climáticas enquanto causada pelo aumento das emissões decorrentes das atividades humanas e defesa do aquecimento global enquanto resultante de transformações geomorfológicas naturais do planeta, é mais comum nas entidades sindicais que representam trabalhadores de ramos extrativos (como mineração de carvão) ou ramos tradicionais de industriais reconhecidamente poluidoras, no caso, que contribuem para o aumento nos níveis de emissões dos gases de efeito estufa (indústria petrolífera, por exemplo).

De todas formas, essa negativa da CGTB não deve passar despercebida dada a importância no setor de difusão cultural. Se os valores e mesmo a cultura pesam na formação de uma consciência humana sobre as mudanças climáticas, é de se supor que as mensagens passadas por esses trabalhadores em seu trabalho de difusão cultural importa na tomada de consciência da sociedade sobre esse fenômeno, condição indispensável que balizará qualquer iniciativa ou ação pública ou privada que vier a ser implementada nesse sentido.

Tanto a CGTB quanto a UGT são centrais sindicais de trabalhadores fundadas já no século XXI, respectivamente, 2004 e 2007. Por um lado, a jovialidade destas centrais pode contribuir na explicação de suas posições. Não ter vivenciado eventos históricos como a Rio92 pode auxiliar a explicar tais posturas. Contudo, é marcadamente nos anos 2000 que o fenômeno das mudanças climáticas se cristalizou e tomou concretude nos diversos fóruns internacionais dedicados ao tema. Portanto, seria de se esperar que tais centrais, nascidas no âmago destas transformações, tivessem impressas em seu código genético a questão do clima. Mas o mesmo não ocorre, colocando em cheque qualquer automatismo que possa ser esperado nas posições. Isso somente corrobora que é necessário acumular informação para deliberar de forma consciente sobre o tema. Neste particular, a visão dos trabalhadores das empresas de difusão cultural deveria importar.

Capítulo 8 – Exercício de categorização

A proposta da aplicação do questionário, além de realizar um primeiro estudo prospectivo da posição do movimento sindical de trabalhadores brasileiros sobre as mudanças climáticas, tal como realizado na seção anterior, também era tentar categorizar as centrais sindicais investigadas a partir de suas políticas em relação às mudanças climáticas, em três tipos: conservador, reformista ou revolucionário.

O primeiro passo para esse exercício foi descartar algumas questões aplicadas para captar aspectos específicos da compreensão sindical sobre às mudanças climáticas, mas que não permitem uma adequada relação com a tipologia construída. Nesse procedimento, foram deixadas de lado muitas das questões com duas alternativas de resposta (sim ou não), principalmente aquelas em que uma ou outra resposta poderia ser interpretada como característica de mais de uma categoria; ou seja, poderia denotar uma política reformista ou revolucionária, por exemplo. Das 45 questões que compunham o instrumento de pesquisa, essa operação selecionou 29. Como algumas questões se desdobravam em mais de um aspecto investigado, o banco de dados original do questionário totalizava 62 variáveis estudadas. A seleção empreendida nessa etapa do estudo resultou em 41 variáveis, que foram então utilizadas nesse primeiro exercício de categorização.

Adicionalmente a essa seleção, foi necessário interpretar e categorizar as alternativas de respostas segundo a tipologia de políticas construída. Em outras palavras, era necessário definir as alternativas de respostas como de cunho conservador, reformista ou revolucionário. Essa etapa de tradução das respostas – fornecidas em escalas de valores quantitativos – e definição do seu caráter qualitativo, com certeza envolve a subjetividade do pesquisador que realiza essa tarefa. Contudo, não se imagina forma diferente de realizar essa classificação nessa pesquisa inicial sobre o tema. Desse modo, podem haver outras diferentes interpretações das respostas obtidas, de acordo com a escala de valores de quem realiza essa definição. Porém admite-se que, em média, já que nenhuma questão será analisada isoladamente, tenha-se chegado a uma qualificação geral razoável das respostas quantitativas obtidas das centrais sindicais ao questionário.

Nesse ponto, cabe um parêntese sobre outro procedimento executado nessa etapa da pesquisa. A bibliografia consultada sobre a utilização da escala likert recomendava fortemente, principalmente em se tratando de questionários longos, que as alternativas de respostas mantivessem a mesma lógica construtiva, de modo a não confundirem os entrevistados no momento de assinalarem suas respostas. Essa orientação remete ao fato das escalas construídas para servirem de alternativas de respostas sempre variarem de níveis menores de concordância, entendimento ou importância, em direção a níveis maiores. Ocorre que nem sempre as respostas, por exemplo, de menor nível, correspondem a uma posição de políticas conservadora; por vezes, as indicações de níveis superiores da escala indicam essa posição. E isso precisou ser ajustado nesse banco de dados. Cabe destacar que essa solução *a posteriori* é a orientação correta para o tratamento de problemas deste tipo, pois objetiva minimizar a afetação do principal momento da pesquisa, qual seja, a captação fidedigna da posição do entrevistado. No banco de dados em análise (41 variáveis), a maior parte (23) seguia a lógica conservador (menores níveis), reformista (níveis intermediários) e revolucionário (maiores níveis). Desse modo, julgou-se procedente o ajuste das outras 18 variáveis para corresponderem a esse mesmo padrão.

Uma vez padronizadas as escalas de respostas, a soma das respostas de cada central sindical às 41 variáveis investigadas se torna reveladora da política geral da respectiva central sindical às mudanças climáticas. Para nortear essa análise, se apurou, inicialmente, o somatório dos valores mínimos e máximos das 41 escalas das variáveis. Ou seja, esse somatório representa, se mínimo, uma central sindical posicionada extremamente de modo conservador em relação as suas políticas quanto às mudanças climáticas e, de outro modo, se máximo, uma central com políticas extremamente revolucionárias nesse campo; por conseguinte, níveis intermediários revelariam uma central com políticas reformistas. Teoricamente, como se constituem em tipos ideais para a análise, de fato, não se espera encontrar exatamente esses perfis extremos na pesquisa, eles servem apenas para referência analítica. De fato, para se chegar a esse perfil extremo, a central teria que ter respondido desse modo a todas as 41 variáveis, algo bastante improvável e que poderia apontar inclusive uma postura de boicote ao instrumento. Por fim, a soma dos valores de mínimo das 41 escalas das variáveis foi 31 e a soma dos valores de máximo foi 173.

Como a categorização proposta envolve três tipologias (conservador, reformista e revolucionário), pode-se dividir a diferença entre os valores de mínimo e de máximo também por três para se construir os limites teóricos de cada categoria. O cálculo desses valores apurou que o limite superior da categoria conservador seria 78, o mesmo correspondendo ao limite inferior da categoria reformista. Por sua vez, o limite superior da categoria reformista seria 126, o mesmo correspondendo ao limite inferior da categoria revolucionário. (Quadro 2)

Quadro 2: Limiões para categorização das políticas das centrais sindicais brasileiras em relação às mudanças climáticas – exercício 1

POLÍTICA	Limite Inferior	Limite Superior
CONSERVADOR	31	78
REFORMISTA	78	126
REVOLUCIONÁRIO	126	173

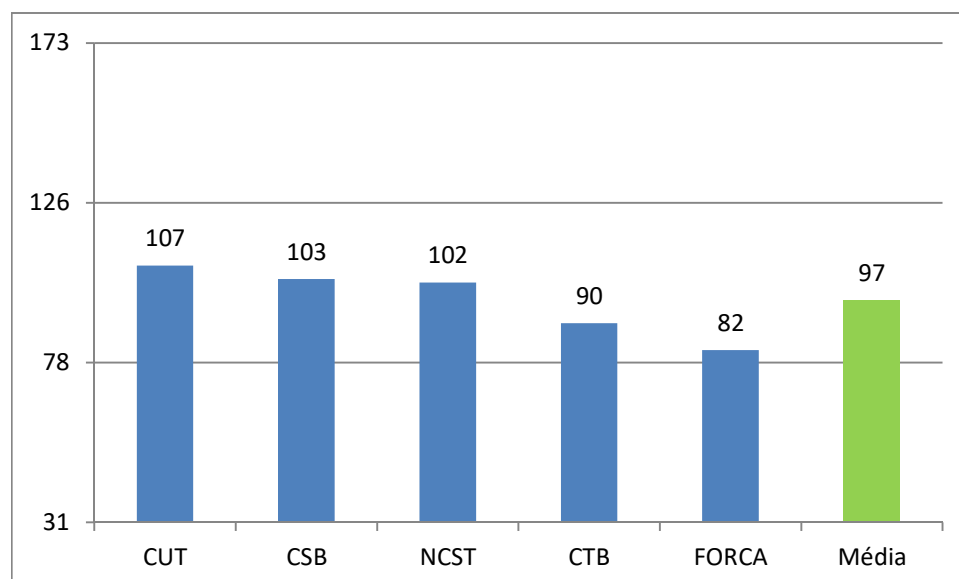
FONTE: Pesquisa de campo.

Antes de se adentrar na análise dos resultados por centrais sindicais, merece ser sublinhado que, infelizmente, não se pôde contar com as 13 respostas obtidas da central sindical Conlutas, pois não constituíam parâmetro de comparação com as 41 respostas obtidas das outras cinco centrais sindicais respondentes. Essas cinco centrais remanescentes na análise representam 82% dos trabalhadores sindicalizados no Brasil, de modo que se considera ter uma amostra expressiva para inferências sobre as políticas em relação às mudanças climáticas do movimento sindical de trabalhadores brasileiros, tomado como um todo.

Como mostra o Gráfico 53, a média das respostas das cinco centrais sindicais que responderam ao questionário foi 97, uma posição claramente intermediária na escala. Esse resultado denota a predominância, junto ao movimento sindical de trabalhadores brasileiro, de políticas de cunho reformista para tratar das mudanças climáticas. Esse é um comportamento bastante esperado do movimento sindical de trabalhadores – uma posição nem tão a direita (conservadora) e nem tanto à esquerda (revolucionária) – ao se considerar a grande variedade de pressões (de fóruns internacionais, da base de trabalhadores, etc.) que ele sofre para se posicionar frente a

esse tema. A própria visualização do quadro síntese de experiências internacionais corrobora nesse sentido.

Gráfico 53: Síntese dos coeficientes das centrais sindicais brasileiras quanto as suas políticas em relação às mudanças climáticas – exercício 1



FONTE: Pesquisa de campo.

A distribuição das respostas das cinco centrais sindicais brasileiras também não revela grande dispersão de posições. Cabe sublinhar, inclusive, que todas as cinco centrais apuraram seus somatórios em níveis intermediários da escala, mais uma vez corroborando no sentido das centrais sindicais brasileiras compartilharem de forte componente reformista nas suas políticas voltadas às mudanças climáticas. Nesse sentido, merece destaque o fato de nenhuma central totalizar respostas que pudessem caracterizar suas políticas climáticas como de cunho conservador ou revolucionário.

Não obstante todas as centrais sindicais brasileiras entrevistadas tenham sido caracterizadas como reformistas em termos das políticas quanto as mudanças climáticas que adota, é possível identificar pequenas diferenças entre elas. Ainda que a CSB e a NCST tenham totalizado coeficientes muito próximos da média, pode-se dizer que as demais observam diferenças consideráveis em relação a essa medida de tendência central.

Por um lado, a CUT totalizou o maior coeficiente (107) e esse fato permite afirmar que é a central sindical de trabalhadores brasileiros com uma posição política

frente as mudanças climáticas mais revolucionária, ainda que se caracterize, essencialmente, por políticas reformistas. De outro lado, a CTB (90) e a Força Sindical (82) totalizaram coeficientes que as caracterizam com posições políticas em relação as mudanças climáticas de cunho mais conservador, ainda que, essencialmente, pratiquem políticas reformistas.

Como referido, o exercício realizado envolve a subjetividade do pesquisador na categorização das alternativas de respostas. Para tentar controlar melhor esse efeito, procedeu-se uma segunda seleção de questões, buscando deixar no exercício apenas as principais questões reveladoras das políticas quanto as mudanças climáticas das centrais sindicais brasileiras; ou seja, justamente aquelas onde há menos probabilidade de divergência quanto ao enquadramento das alternativas de resposta nas três categorias propostas.

Nessa linha, esse segundo momento trabalhou com tão somente 10 questões que compunham 12 variáveis – pois uma questão selecionada envolve três variáveis. Do mesmo modo que no exercício anterior, encontraram-se primeiramente os pontos de mínimo (4) e de máximo (52) desse menor conjunto de variáveis. Com isso, foi possível construir os intervalos para classificação das centrais sindicais. (Quadro 3)

Quadro 3: Limiares para categorização das políticas das centrais sindicais brasileiras em relação às mudanças climáticas – exercício 2

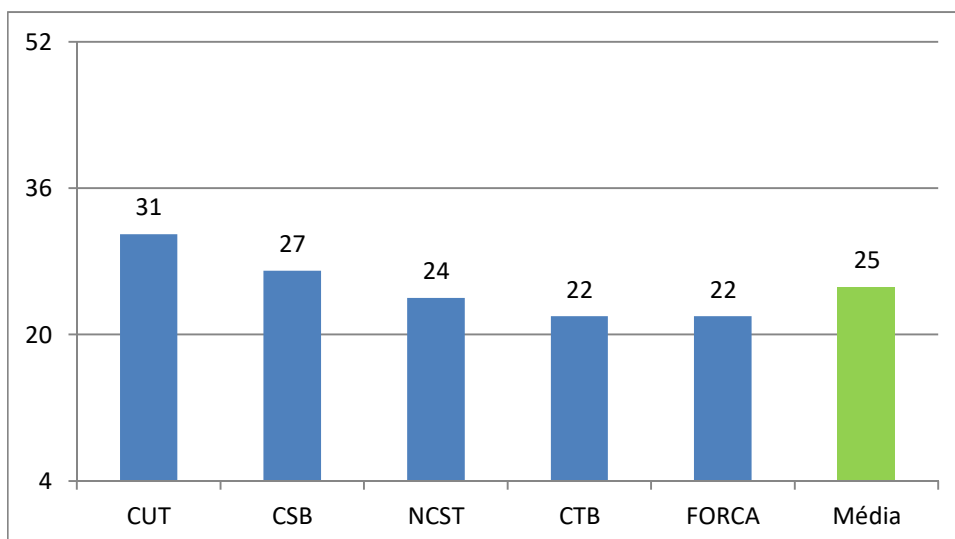
POLÍTICA	Limite Inferior	Limite Superior
CONSERVADOR	4	20
REFORMISTA	20	36
REVOLUCIONÁRIO	36	52

FONTE: Pesquisa de campo.

Como mostra o Gráfico 54, a média das respostas das cinco centrais sindicais brasileiras que responderam o questionário foi 25, novamente, denotando uma posição claramente intermediária na escala. Ademais, todas as centrais sindicais foram posicionadas na faixa correspondente a políticas reformistas em relação as mudanças climáticas, tal como encontrado no exercício anterior. E inclusive o ordenamento das centrais sindicais quanto ao tipo de política que adotam frente as mudanças climáticas,

tomadas individualmente, seguiu a mesma ordem do exercício anterior: a CUT sendo a central com políticas reformistas mais revolucionárias e a CTB e a Força Sindical como as centrais com políticas reformistas mais conservadoras.

Gráfico 54: Síntese dos coeficientes das centrais sindicais brasileiras quanto as suas políticas em relação às mudanças climáticas – exercício 2



FONTE: Pesquisa de campo.

De modo geral, os resultados alcançados nesse segundo esforço de categorização, que visou controlar melhor a subjetividade do pesquisador envolvida na investigação, corroboram os resultados alcançados no primeiro exercício. Esse segundo exercício permite identificar, contudo, uma posição um pouco mais conservadora das políticas das centrais sindicais brasileiras em relação as mudanças climáticas do que a constatada no primeiro exercício, não obstante todas as centrais tenham sido igualmente classificadas como praticantes de políticas reformistas nesse tema.

CONCLUSÃO

O principal resultado alcançado pela pesquisa consiste no exercício de categorização das políticas das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros quanto às mudanças climáticas. Esse estudo exploratório inicial permitiu identificar que as centrais adotam, em maior medida, políticas de cunho reformista, em consonância com o quadro extraído de outras experiências internacionais sindicais sobre o tema. Essa constatação indica que as centrais sindicais brasileiras estão bastante alinhadas com o discurso e prática internacional, o que pode ser creditado a vários fatores, como eficiência nos mecanismos de disseminação da posição pelos organismos internacionais, busca pelas centrais de algum referencial global para um tema desta abrangência, dentre outras. Como mais de uma vez identificado nessa pesquisa, essa aderência internacional facilmente envolve contradição com os objetivos imediatos da base, dificultando o maior envolvimento dos trabalhadores no tema. Por outro lado, a visão internacional do tema é bastante mais compreensiva que a visão local, facilitando alianças com segmentos do movimento ambiental que compartilham essa perspectiva.

Em termos das centrais sindicais que participaram do estudo, a CUT foi aquela na qual suas políticas em relação às mudanças climáticas situaram-se mais próximas de características de políticas revolucionárias, não obstante adote, essencialmente, políticas reformistas. Por outro lado, a Força Sindical foi a central sindical que adota políticas quanto às mudanças climáticas com características mais próximas das políticas conservadoras, ainda que também adote, fundamentalmente, políticas reformistas.

Conforme evidenciado na revisão bibliográfica, uma hipótese explicativa importante para o comportamento político do movimento de trabalhadores em relação às mudanças climáticas diz respeito à composição da central sindical em termos das categorias de trabalhadores com maior presença na organização. Segundo essa referência, seria de se esperar que sindicatos com forte presença de trabalhadores de indústrias poluidoras tivessem um comportamento mais defensivo (conservador) em relação a centrais com maior participação de setores como de serviços que, por serem relativamente menos afetadas, lhes permitem um comportamento político mais reformista e até revolucionário. De fato, em algumas questões, essa hipótese fez algum sentido na pesquisa empreendida junto às centrais sindicais brasileiras. Por exemplo, quando os setores industriais tradicionais se posicionaram mais fortemente ao lado do crescimento econômico (trabalho) frente à proteção ambiental, quando setores rurais compreendem melhor a antropogenia das mudanças climáticas (Marx estudou o uso do solo para tratar suas preocupações ambientais) ou as discussões políticas entre norte e sul (experiência com o protecionismo internacional nesse setor rural) ou, ainda, quando setores de serviços se mostram mais receptivos a abordagens pós-materialistas de crescimento zero ou decrescimento. Porém, na maior parte das questões analisadas, o comportamento político não permitia nenhuma relação com a composição da base ou, também, o comportamento identificado não condizia com as expectativas levantadas nas experiências internacionais. Assim, as evidências cambiantes encontradas sobre essa hipótese explicativa na atual pesquisa não permitem a sua generalização para o caso brasileiro.

Em termos gerais, as respostas das centrais sindicais apresentaram coerência entre si, não obstante ainda se identifiquem algumas contradições ainda por resolver – natural em um tema novo, como as mudanças climáticas. Exemplo disso é a análise das duas questões (10 e 30) que, ainda que com diferentes enunciados, trataram propositalmente do mesmo aspecto, qual seja, o aparente conflito (*trade-off*) entre trabalho (crescimento econômico) e meio ambiente (proteção ambiental). Entre as cinco centrais que responderam às duas questões, a maior parte (três) posicionaram-se coerentemente nos dois momentos. Contudo, duas respostas foram contraditórias, podendo estar indicando uma distância entre o discurso e a prática ou a tentativa de mascarar posições – sempre possível diante do instrumental de pesquisa utilizado.

Adicionalmente ao exercício de categorização, o estudo propiciou informações pormenorizadas sobre diversos aspectos levantados na revisão bibliográfica internacional como importantes para qualificar a inserção sindical no tema ambiental das mudanças climáticas. Esses principais fios condutores do movimento sindical em direção ao problema das mudanças climáticas, identificados e qualificados na pesquisa, serão sintetizados a seguir.

Quanto às origens da discussão do tema das mudanças climáticas nas centrais sindicais de trabalhadores brasileiros, observa-se que o tema ganha relevo a partir da sua maior concretude enquanto um problema real a ser enfrentado pela humanidade e o desenvolvimento de novas pesquisas que corroboram sua cientificidade enquanto fenômeno antropogênico. A julgar pelos departamentos das centrais sindicais brasileiras por onde a discussão climática teve sua gênese, percebe-se forte indução internacional para o tratamento do tema, diferentemente de outros países consultados, onde a discussão passou, inicialmente, por departamentos de saúde e segurança no trabalho – facilitando uma abordagem mais convergente das perspectivas trabalho e meio ambiente.

A participação das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros na discussão e definição de políticas relacionadas às mudanças climáticas em nível internacional, nacional ou de empresas, em termos gerais, quando ocorreu, foi notadamente pequena. Os motivos apontados para essa falta de participação são difusos: falta de abertura ou inexistência de espaços, falta de incentivo à participação pelo caráter informativo e não deliberativo dos fóruns que existem e até a desinformação ou desinteresse da central sindical em tratar do tema.

Quanto às políticas relacionadas às mudanças climáticas perseguidas pelas centrais sindicais de trabalhadores brasileiros percebe-se que elas compartilham o diagnóstico mais progressista de que as mudanças climáticas são um fenômeno antropogênico, afastando-se da interpretação conservadora que ainda insiste em lhe imputar causas naturais. Apesar de perceberem que seu discurso, inclusive internacional, está afinado com as políticas e ações práticas que toma no campo das mudanças climáticas, em nível local, as centrais sindicais raramente alcançam formular políticas que atinjam apresentar propostas e planos concretos para o tema, permanecendo ainda com políticas de estudar o fenômeno e de conscientizar a base

sindical de sua importância. Essas políticas denotam a importância das atividades de educação e formação sindical em mudanças climáticas para uma maior e melhor inserção no tema. No plano prático, as centrais pesquisadas não orientam seus sindicatos filiados para a negociação de cláusulas em convenções e acordos coletivos com o objetivo de arrefecer as emissões de gases de efeito estufa e conter as mudanças climáticas.

A análise dos obstáculos para as centrais sindicais brasileiras se aprofundarem no tema das mudanças climáticas revelou que há enormes dificuldades para essas organizações se inserirem qualificadamente no debate. A priorização de interesses imediatos da base por empregos e melhores condições de trabalho foi declarada o principal obstáculo para as centrais sindicais enfrentar a discussão das mudanças climáticas e formular propostas para sua mitigação, revelando a prevalência de uma pauta imediatista junto ao movimento sindical brasileiro, fato que não favorece a discussão de temas como as mudanças climáticas. Pesa nesse sentido a constatação de que a carência material da base de trabalhadores filiados (baixos salários) não favorece a conscientização dos problemas climáticos. Desse modo, a julgar pela urgência de tratamento das mudanças climáticas, seu tratamento terá que encontrar os seus caminhos para se estabelecer entre os trabalhadores, muito provavelmente antes de lograrem superar as suas carências materiais.

Outro obstáculo referido pelas centrais sindicais brasileiras para adotarem políticas sobre mudanças climáticas foi ter uma base de filiados concentrada setorialmente em atividades tradicionais com fortes emissões de gases de efeito estufa. Não obstante as centrais investigadas identifiquem que suas bases de trabalhadores reconhecem o trabalho do dirigente envolvido com o tema das mudanças climáticas como de pouca importância no presente, também percebem que esse envolvimento não prejudica as perspectivas políticas futuras desse dirigente; desse modo, as respostas indicam não haver grandes problemas quanto à legitimidade do interlocutor sindical no tema. Em termos de valores institucionais que podem obstaculizar o desenvolvimento de políticas para mudanças climáticas, o apelo nacionalista presente nas políticas das centrais sindical de trabalhadores brasileiros merece ser sublinhado. Esse comportamento não favorece as alianças internacionais que o tema exige para ser tratado e superado. Nesse sentido, é sintomática a constatação de que as centrais sindicais posicionaram sua afeição de interesses com as organizações sindicais dos

países desenvolvidos do norte em níveis intermediários, tendendo levemente para a pequena afinidade – o que, per si, constitui-se em outro obstáculo. Por fim, as centrais sindicais brasileiras também identificam obstáculos internos às próprias organizações sindicais para avançar no sentido da formulação de políticas para o tema. O fato das instâncias sindicais mais amplas (confederações e federações) estarem mais em contato internacional lhes propicia desenvolverem posições mais progressistas em relação ao tema do que as instâncias locais (sindicatos), mormente focados em seus interesses de curto prazo. Essa dificuldade de conciliar as posições pode levar a potenciais conflitos dentro das próprias organizações sindicais, fazendo com que elas se afastem, reativamente, da discussão do tema das mudanças climáticas.

Em termos de políticas conservadoras, merece ser sublinhada a negativa em participar da pesquisa da CGTB por não considerar reunir evidências suficientes sobre a cientificidade da antropogenia das mudanças climáticas. Se a análise das questões que exploraram mais incisivamente a ocorrência de políticas conservadoras, como aquelas que testaram a falsa dicotomia ou o *trade-off* entre trabalho e meio ambiente, imputassem a resposta bastante conservadora dessa central, os resultados alcançados pela pesquisa explicitariam uma posição mais conservadora do que a reformista, tal como identificada no exercício prospectivo, do movimento sindical brasileiro como um todo.

O apoio das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros ao Protocolo de Kyoto indica o cunho político majoritariamente reformista, de economia verde, das suas políticas quanto às mudanças climáticas. Quanto às políticas para a transição justa, as centrais sindicais apresentam dependência do Estado nas relações de trabalho e defesa de expedientes fora do mercado para tratar do clima; deste modo particular, afastando-se dos princípios que norteiam a economia verde. Contudo, essa defesa não é homogênea entre as centrais, já que algumas defendem fortemente o comércio de carbono proposto pela economia verde. Merece ser sublinhado que, para maioria das centrais, a modernização ecológica proposta pela economia verde é insuficiente para tratar das mudanças no clima; ainda que uma parcela importante delas revele que a economia verde contribui para tratar do clima. Nesse mesmo sentido, a avaliação de impactos da economia verde das centrais sindicais se aproxima mais de uma posição crítica e negativa, ainda que não hegemônica entre centrais. Diante de tantas evidências de avaliações negativas, pelo menos, na visão das centrais sindicais brasileiras, a

transição justa possibilita o avanço na garantia de direitos dos trabalhadores, o que poderia justificar o fato de apoiarem o Protocolo de Kyoto. Ademais, as centrais não entendem haver o risco dos empregos verdes promoverem uma nova segmentação do mercado de trabalho (em relação aos empregos azuis), demonstrando-se, pelo menos neste ponto, mais otimista. Por fim, a realocação de atividades produtivas esperada na transição para economia verde pode conflitar com a estrutura sindical brasileira – organizada territorial e ocupacional. Em relação a esse aspecto, as centrais sindicais consideram essa questão desafiante para o movimento sindical, mas a falta de contato com o tema e a complexidade de seu tratamento, possivelmente, o esteja afastando de enfrentar essa pauta.

Contudo, cabe destacar o caráter aparentemente contraditório das centrais sindicais brasileiras na defesa de políticas caracteristicamente reformistas de transição justa e na crítica à economia verde. A tradição corporativa do movimento sindical brasileiro provavelmente contribua para afastar-lhe do tratamento do tema pelo mercado, sendo essa uma possível vertente explicativa de seu comportamento mais crítico. Por outro lado, a defesa de políticas de transição justa pode ser creditada ao importante contato internacional das centrais sindicais brasileiras no tema das mudanças climáticas. Sobretudo, resta uma pergunta-chave que precisa ser esclarecida pelo movimento sindical em definitivo sobre esse ponto e que não foi possível captar neste estudo inicial do tema: qual o tipo de economia esperada com a transição justa? É uma economia de baixas emissões? Uma economia verde? Economia solidária? Economia socialista? Ou ainda uma composição de todas ou algumas delas? Acredita-se que essa resposta permita ao movimento sindical tratar mais adequadamente suas posições sobre políticas reformistas em relação às mudanças climáticas e constituir alianças com o movimento ambiental.

Já em relação às políticas de caráter revolucionário, a análise do questionário permite concluir que as centrais sindicais de trabalhadores brasileiros concordam que a economia solidária é uma forma de organização da produção que favorece o debate das mudanças climáticas. Contudo, nem todas as centrais desenvolvem políticas voltadas à qualidade de vida e ao bem-estar dos trabalhadores nas comunidades, considerado um pré-requisito para as organizações trabalharem coerentemente sob essa perspectiva mais radical. Pelo menos no discurso, as centrais revelaram considerar a justiça climática na noção de desenvolvimento que defende. Neste particular, a questão que permanece é se

as centrais vão conseguir lidar com as contradições que essa perspectiva implica; principalmente sua crítica ao capitalismo, no qual os sindicatos estão integrados. Por fim, merece destaque a constatação de que as centrais sindicais pouco consideram a perspectiva teórica pós-materialista de crescimento zero ou decréscimo quando tratam de mudanças climáticas, apesar dessa abordagem ter encadeamentos profundos com a justiça distributiva – um valor defendido historicamente pelos sindicatos. Dessa forma, a julgar pelas respostas das centrais sindicais quanto às políticas mais revolucionárias no campo das mudanças climáticas, pode-se depreender que, se elas conseguem lograr trabalhar discursivamente bem com os conceitos que essa discussão implica, ainda há muita relutância em considerar conceitos mais avançados envolvidos no tema. Por sua vez, essa dificuldade pode estar determinando seu pífio avanço prático em relação a políticas dessa natureza.

Admitindo-se que o movimento ambiental, assim como o sindical de trabalhadores, apresente grande heterogeneidade de posições políticas quanto às mudanças climáticas, é interessante perceber os possíveis campos de acordo e as afinidades políticas que permitiriam alianças ou possíveis pontos de divergências que demandarão maior atenção dos atores. A análise das questões direcionadas a avaliar as possibilidades de coalizão entre os dois movimentos permitem afirmar que o envolvimento prático das centrais em campanhas ambientais é mediano, em coerência com seu discurso mediano no tema. O maior motivo para as centrais sindicais se absterem de participar destas campanhas foi o desconhecimento do tema, revelando a urgência de formação sindical em mudanças climáticas. Apesar de reconhecer que as diferenças de institucionalização dos dois tipos de organizações sociais dificultam as alianças, as centrais sindicais entendem que sua estrutura sindical caracteristicamente corporativa (vinculada ao Estado) tende a favorecer as alianças com o movimento ambiental. Ainda quanto as possíveis causas da não participação em campanhas ambientais, há também o agravante das centrais sindicais necessitarem reconhecer, entre as organizações ambientais, aquelas com um discurso coerente com o seu, já que não consideram todas potenciais parceiras. Contudo, a constatação mais preocupante é o fato das centrais sindicais considerarem que a sua eventual defesa de projetos ambientalmente contestados não lhes afeta a sua reputação social, quando, muito provavelmente, isso deve ocorrer.

Adicionalmente e, por fim, o teste do problema de *time* de ação entre sindicalistas e ambientalistas se mostrou pertinente. Por um lado, o horizonte de tempo das medidas necessárias para a transição justa, segundo as centrais sindicais (gradual, médio e longo prazo), é potencialmente diferente do das organizações ambientais (imediate, curto prazo). Por outro, também os momentos de intervenção em projetos de visibilidade se mostraram bastante diferentes, corroborando a presença de descompassos no tempo de ação entre sindicalistas e ambientalistas, constituindo-se em mais uma questão desafiante a ser enfrentada.

Quanto as referências teóricas utilizadas na atual pesquisa cabe observar que elas se mostraram adequadas para encaminhar a análise das posições políticas revolucionárias (marxistas, a partir de leitura de Foster) e reformistas (institucionalista, a partir de Polanyi). Merece destaque o fato da posição institucionalista de Polanyi defender uma reforma capitalista que voltasse a circunscrever a economia aos domínios sociais e democráticos. No caso das políticas reformistas de economia verde, a orientação busca reforçar o papel do mercado enquanto regulador da proteção ambiental, o que, para Polanyi, soaria como absurdo, já que o caráter fictício da mercadoria natureza (assim como da mercadoria trabalho), não lhes permitiria esse tratamento pelo mercado. Essa natureza teórica do problema pode estar por trás da aparente contradição encontrada junto às centrais sindicais brasileiras na defesa de políticas reformistas e a sua crítica à economia verde. De fato, como a teoria ajuda a evidenciar, elas são políticas de difícil conciliação tanto no plano teórico quanto no plano empírico real.

Concluindo, vale sublinhar um aspecto extraído das leituras de Marx, mormente elaborado pelo autor em seus Manuscritos, que diz respeito ao “trabalho alienado”. Para além da alienação clássica do trabalhador em relação ao processo produtivo (exploração da força de trabalho), Marx destaca também a alienação do trabalhador, presente no processo de trabalho e consubstanciado na exploração da natureza (a serviço do capital), ao passo que ela significa a fonte última de seus meios de subsistência – reflexão extraída de sua análise sobre o uso do solo. Nesse sentido, haveria uma dupla alienação do trabalhador em sua atividade laboral, quais sejam, de exploração do seu trabalho e de exploração da natureza, ambos pelo capital. Contudo, parece-nos que a alienação do trabalhador sobre a exploração da natureza é ainda mais preocupante por ser mais “invisível” – os efeitos da degradação ambiental, até então, foram bastante diluídos no

tempo. A julgar pelo conhecimento acumulado nessa pesquisa sobre o perfil político das centrais sindicais de trabalhadores brasileiros no que respeita às mudanças climáticas, pode-se afirmar que essa alienação à natureza não deixa de estar presente. A compreensão prática da noção discursiva de trabalho “e” (e não “ou”) natureza exigiria uma importante aliança entre os movimentos sindical e ambiental – o que não parece estar presente no caso brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ATKIN, E. (2017). **Climate change is killing us right now**. New Republic Magazine. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/143899/climate-change-killing-us-right-now> . Acesso em 10/10/2017.
- BENNIE, Andrew (2013). **Questions for trade union and land, livelihoods and jobs**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 9, p.101-116.
- BLUNDEN, J. e ARNDT, D. S. (2017): **State of the Climate in 2016**. Special Supplement to the Bulletin of the American Meteorological Society. Vol. 98, No. 8, August 2017, 298 p. Disponível em: http://www.ametsoc.net/sotc2016/StateoftheClimate2016_lowres.pdf . Acesso em 17/10/2017.
- BLOCK, Fred. (2012). **Introdução**. In: POLANYI, Karl (2012a). A Grande Transformação: as origens de nossa época. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier. 342p.
- BRASIL, Governo do (2012). **Entenda como funciona o mercado de crédito de carbono**. Governo do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/04/entenda-como-funciona-o-mercado-de-credito-de-carbono> . Acesso em 14/12/2017.
- BURGMANN, Verity (2013). **From “jobs versus environment” to “green-collar jobs”**: Australian trade unions and the climate change debate. In: RÄTHZEL,

Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 11, p.131-145.

CHURCH, J. A., & WHITE, N. J. (2011). **Sea-Level Rise from the Late 19th to the Early 21st Century**. *Surveys in Geophysics*, 32(4-5), 585–602. Disponível em: <http://doi.org/10.1007/s10712-011-9119-1> . Acesso em 01/11/2017. Dados disponíveis em: http://www.cmar.csiro.au/sealevel/GMSL_SG_2011.html . Acesso em 01/11/2017.

CNES – Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (2016). Brasília: MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Acesso em 16 de outubro de 2016.

COCK, Jacklyn; LAMBERT, Rob (2013). **The neo-liberal global economy and nature: redefining the trade union role**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 8, p.89-100.

DOU – Diário Oficial da União (2016). **Despacho do Ministro sobre representatividade das centrais sindicais**. Seção 1, 01 de abril de 2016, p.132. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/112239690/dou-secao-1-01-04-2016-pg-132> Acesso em: 10/09/2016.

ENGELS, Frederick (1997). **Anti-Dühring**. meia@marx.org . Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Engels_Anti_Duhring.pdf . Acesso em 25/04/2016.

EPA – Environmental Protection Agency of United States (2017). **Climate Change Indicators: greenhouse gases**. Disponível em: <https://www.epa.gov/climate-indicators/greenhouse-gases> . Acesso em 20/09/2017.

EPA (2014a). **Global greenhouse gas emissions by gas**. Disponível em: <https://www.epa.gov/climate-indicators/climate-change-indicators-global-greenhouse-gas-emissions> . Acesso em 22/01/2017.

EPA (2014b). **Global greenhouse gas emissions by sector**. Disponível em: <https://www.epa.gov/climate-indicators/climate-change-indicators-global-greenhouse-gas-emissions> . Acesso em 22/01/2017.

- FOE – Friends of the Earth (2017). **Tackling climate change in 2017**. Friends of the Earth: United Kingdom. Disponível em: <https://cdn.foe.co.uk/sites/default/files/downloads/climatechange2017.pdf> . Acesso em 03/10/2017, 24 páginas.
- FOSTER, John Bellamy (2014). **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Edição, 418p.
- GE, Mengpin; FRIEDRICH, Johannes; DAMASSA, Thomas (2014). **6 Graphs Explain the World Top 10 Emitters**. Washington: World Resources Institute (WRI). Publicado em 25 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.wri.org/blog/2014/11/6-graphs-explain-world%E2%80%99s-top-10-emitters> . Acesso em 07/03/2016.
- GINGRICH, Meg (2013). **From blue to green: a comparative estudy of blue-collar unions' reactions to the climate change threat in United States and Sweden**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 16, p.214-226.
- HARVEY, D. (2010). **The enigma of capital and the crises of capitalism**. New York: Oxford University Press.
- HENRIKSSON, Lars (2013). **Cars, crisis, climate change and class struggle**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 7, p.78-86.
- IPCC (2001). **Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability**. Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the IPCC - WMO/UNEP. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: http://www.climatechange2013.org/images/report/WG1AR5_ALL_FINAL.pdf . Acesso em 10/10/2017, 1032 páginas.
- IPCC (2013). **Climate Change 2013: The Physical Science Basis**. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the IPCC - WMO/UNEP. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: http://www.ipcc.ch/ipccreports/tar/wg2/pdf/WGII_TAR_full_report.pdf . Acesso em 11/10/2017, 1032 páginas.

- LIU, Hwa-Jen (2013). **Will they tie the knot? Labour and environmental trajectories in Taiwan and South Korea.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 13, p.162-178.
- GIL, Begoña María-Tomé (2013). **Moving towards eco-unionism: reflecting the Spanish experience.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 6, p.64-77.
- MARX, Karl (1973). **Grundrisse - Foundations of the Critique of Political Economy.** London, New York: Penguin Books in association with New Left Review, Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/grundrisse.pdf> Acesso em 10/04/2016.
- MARX, Karl (1997). **Capital – Volume II, Book 1: The Process of Circulation of Capital.** Philippines: Marxists Internet Archive. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-II.pdf> Acesso em 20/04/2016.
- MARX, Karl (1999). **Capital - Volume III: The Process of Capitalist Production as a Whole.** Marxists.org. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-III.pdf> . Acesso em 16/04/2016.
- MARX, Karl (2013). **O Capital - Livro I: o processo de produção do capital.** Boitempo Editorial. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf> Acesso em 12/04/2016.
- MARX, Karl and ENGELS, Frederick (2000). **Colletions of Correspondence.** Disponível em: https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/Marx_Engels_Correspondence.pdf . Acesso em 28/04/2016.
- MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016). **Representatividade: divulgada relação das centrais sindicais certificadas para 2016.** Distrito Federal:

Imprensa do MTPS. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/noticias/3202-divulgada-relacao-das-centrais-sindicais-certificadas-para-2016> . Acesso em 16/12/2016.

MURILLO, Laura Martín (2013). **From sustainable development to a green and fair economy: making the environment a trade union issue**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 3, p.29-40.

NASA – National Aeronautics and Space Administration (2017). **Carbon dióxide**. Disponível em: <https://climate.nasa.gov/vital-signs/carbon-dioxide/> . Acesso em 23/10/2017.

NOAA – National Oceanic and Atmospheric Administration (2017b). **Ten sings of a warming world**. Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Disponível em: <http://cpo.noaa.gov/warmingworld/index.html> . Acesso em 28/09/2017.

NOAA (2014). **2013 State of the Climate: carbono dioxide tops 400 ppm**. Disponível em: <https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/2013-state-climate-carbon-dioxide-tops-400-ppm> . Acesso em 23/10/2014. Julho de 2014.

NOAA (2015). **Climate Change: Glacier Mass Balance**. Climate.gov. Disponível em: <https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/climate-change-glacier-mass-balance> . Acesso em 10/11/2015.

NOAA (2017a). **The NOAA Annual Greenhouse Gás Index (AGGI)**. Earth System Research Laboratory: Global Monitoring Division. Disponível em: <https://www.esrl.noaa.gov/gmd/aggi/aggi.html> . Acesso em 22/10/2017.

NOAA (2017c). **Climate at a Glance: Global Time Series**. National Centers for Environmental Information. Published October 2017, retrieved on October 26, 2017. Disponível em: <http://www.ncdc.noaa.gov/cag/> . Acesso em 26/10/2017.

NOAA (2017d). **International report confirms 2016 was third consecutive year of record global warmth**. Climate.gov. Disponível em: <https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/international-report-confirms-2016-was-third-consecutive-year> . Acesso em 15/10/2017.

- NOAA (2017e). **Sea Ice Cover Extent: Global Time Series**. National Centers for Environmental Information. Published October 2017, retrieved on October 26, 2017. Disponível em: <https://www.ncdc.noaa.gov/snow-and-ice/extent/sea-ice/G/9> . Acesso em 26/10/2017.
- NOAA (2017f). **Climate Change: Global Sea Level**. Climate.gov. Disponível em: <https://www.climate.gov/news-features/understanding-climate/climate-change-global-sea-level> . Acesso em 29/10/2017.
- NOAA (2017g). **Billion-Dollar Weather and Climate Disasters**. National Centers for Environmental Information (NCEI). Number of events as of October 6, 2017. Disponível em: <https://www.ncdc.noaa.gov/billions/time-series> . Acesso em 03/11/2017.
- OLSEN, Lene; KEMTER, Dorit (2013). **The International Labour Organization and the environment: the way to a socially just transition for workers**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 4, p.41-57.
- OXFAM (2015). **La desigualdad extrema de las emisiones de carbono**. Oxford: OXFAM. Nota informativa de Oxfam, 02 de diciembre de 2015. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/mb-extreme-carbon-inequality-021215-es.pdf . Acesso em 03/04/2016.
- POLANYI, Karl (2012a). **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier. 342p.
- POLANYI, Karl (2012b). **A subsistência do homem e ensaios correlatos** / Karl Polanyi ; organização Kari Polanyi Levitt ; introdução de Michele Cangiani ; tradução Vera Ribeiro ; revisão César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto. 384p.
- RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David (2013). **Trade unions in the green economy: working for the environment**. London and New York: Routledge, 266p.
- ROMM, J. (2017). **2017 is so unexpectedly warm it is freaking out climate scientists**. Site ThinkProgress. Disponível em: <https://thinkprogress.org/no-el-nino-still-hot-39162a5cc5bc/> . Acesso em 11/08/2017.

- ROSEMBERG, Anabella (2013). **Developing global environmental union policies through the International Trade Union Confederation.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 2, p.15-28.
- ROSSMAN, Peter (2013). **Food worker's rights as a path to a low carbon agriculture.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 5, p.58-63.
- SAMENOW, J. (2017). **The first half of 2017 was the planet's second-warmest on record.** The Washington Post. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/capital-weather-gang/wp/2017/07/18/the-first-half-of-2017-was-the-planets-second-warmest-on-record/?utm_term=.bffae21e50e0 . Acesso em 28/09/2017.
- SNELL, Darryn; FAIRBROTHER, Peter (2013). **Just transition and labour environmentalism in Australia.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 12, p.146-161.
- SOYA, E (1996). **Thirdspace, journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places.** London and New York: Blackwell.
- STEVIS, Dimitris (2013). **Green jobs? Good jobs? Just jobs? US labour unions confront climate change.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 14, p.179-195.
- SWEENEY, Sean (2011). **How unions can help secure a binding global climate agreement in 2011.** Disponível em: <http://www.labor4sustainability.org/post/the-durban-challenge> . Acesso em 11/03/2012.
- SWEENEY, Sean (2013). **US trade unions and the challenge of “extreme energy”: the case of the TransCanada Keystone XL pipeline.** In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, 2013, Capítulo 15, p.196-213.

- UN – United Nations (1992). **United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC)**. United Nations: Geneva. Disponível em: https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf . Acesso em 28/09/2017, 33 páginas.
- UN (2017). **Why does green economy matter?** Disponível em: <https://www.unenvironment.org/explore-topics/green-economy/why-does-green-economy-matter> . Acesso em 20/12/2017.
- VAIDYANATHAN, G. (2015). **Killer Heat Grows Hotter around the World: Hot enough for you? This is just the beginning**. Scientific American Magazine. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/killer-heat-grows-hotter-around-the-world/> . Acesso em 27/04/2016.
- VEIGA, João Paulo Cândia; MARTIN, Scott B. (2013). **Climate change, trade unions and rural workers in labour-environmental alliances in the Amazon Rainforest**. In: RÄTHZEL, Nora; UZZEL, David. Trade unions in the green economy: working for the environment. London and New York: Routledge, Capítulo 10, p.117-130.
- WALLACE-WELLS, D. (2017). **The uninhabitable Earth**. New York Magazine. Publicado em 10 de julho de 2017. Disponível em: <http://nymag.com/daily/intelligencer/2017/07/climate-change-earth-too-hot-for-humans.html> . Acesso em 08/09/2017.
- WORLDATEC (2017). **Greenhouse gases and their sources**. The World at 1° C. Disponível em: <https://worldat1c.org/top-diagrams-to-explain-climate-change-10c5a016b6e9> . Acesso em 25/09/2017.

APÊNDICE 1: Questionário aplicado
(versão revisada após experiência piloto)

BLOCO 1

1) Em que momento a central iniciou a incorporação de políticas ambientais relacionadas à mudança climática?

- Década de 70
- Década de 80
- Década de 90
- Primeira década dos anos 2000
- Segunda década dos anos 2000

2) Qual(is) o(s) setor(es)/departamento(s) sindical(is) onde as políticas ambientais relacionadas à mudança climática primeiro foram desenvolvidas?

- Departamento de saúde e segurança no trabalho
- Departamento de assuntos internacionais
- Departamento de meio ambiente
- Outros.

3) Quanto à importância dos obstáculos para a introdução de políticas ambientais relacionadas à mudança climática na sua central sindical, qualifique as seguintes afirmativas:

a) Base sindical pertence a setor tradicional da economia (“poluidor”)

Pouco importante (1) (2) (3) (4) (5) Muito importante

b) Base sindical concentrada regionalmente em determinado setor tradicional da economia

Pouco importante (1) (2) (3) (4) (5) Muito importante

c) Arelamento sindical ao Estado ou ao Governo

Pouco importante (1) (2) (3) (4) (5) Muito importante

d) Pauta sindical priorizou foco nas relações e condições de trabalho (emprego, salário, reajustes, etc.) de seus representados

Pouco importante (1) (2) (3) (4) (5) Muito importante

4) Em relação aos setores chave para a mudança climática (tal como abaixo relacionados), que tipo de política a central sindical desenvolve?

a) Geração de energia

() Não há política.

() Política de estudar o tema.

() Política de conscientizar a base do tema.

() Desenvolvimento de propostas em planos concretos.

b) Mineração

() Não há política.

() Política de estudar o tema.

() Política de conscientizar a base do tema.

() Desenvolvimento de propostas em planos concretos.

c) Automobilística

() Não há política.

() Política de estudar o tema.

() Política de conscientizar a base do tema.

Desenvolvimento de propostas em planos concretos.

d) Alimentos

Não há política.

Política de estudar o tema.

Política de conscientizar a base do tema.

Desenvolvimento de propostas em planos concretos.

5) Para o enfrentamento da crise econômica global de 2008, em que medida as políticas de emprego apoiadas pela central sindical levaram em consideração as mudanças climáticas?

Em nenhuma medida (0) (1) (2) (3) (4) (5) Em toda medida.

6) A central sindical se envolve em campanhas ou movimentos/redes promovidos por organizações ambientais e relacionados ao combate das mudanças climáticas?

Exemplos de Campanhas: Justiça Climática Já (Friends of the Heart), Desmatamento Zero, Energia Renovável Já (Greenpeace), Pegada Ecológica (WWF). Movimentos: Carta de Belém. Redes: Rede de Ongs da Mata Atlântica, Fórum Amazônia Sustentável, Aliança pela Água (ISA).

Não se envolve nestas campanhas.

Apoia mas não se envolve nesse tipo de campanhas.

Se envolve discursivamente via comunicações.

Se envolve promovendo a efetiva participação da base nessas campanhas.

7) A central sindical participa de negociações de questões do clima?

Não participa.

Participa. Em que nível? Internacional Nacional Regional Local

Essa participação tem caráter: Informativo Consultivo Deliberativo

8) A central sindical identifica as organizações ambientais (como ONGs, Institutos, Movimentos, Associações, etc.) que atuam nas negociações da mudança climática como coerentes com o seu discurso sindical?

Não identifica organizações ambientais com discursos coerentes com o sindical.

() Identifica que algumas organizações ambientais têm discursos coerentes com o sindical.

() Identifica que todas organizações ambientais tem discursos coerentes com o sindical

9) A central sindical (isoladamente ou em parceria com outras organizações) desenvolve atividades de educação ou formação sobre mudanças climáticas?

() Não.

() Sim.

10) “Proteger o meio ambiente custa postos de trabalho”. Em que medida a central sindical considera essa afirmativa apropriada?

Não apropriada (0) (1) (2) (3) (4) (5) Bastante apropriada.

11) A central sindical participa nos planejamentos científicos e tecnológicos do país (tendo em vista influenciar a pesquisa de tecnologias relacionadas com as mudanças climáticas)?

() Não participa.

() Participa.

12) Como a central sindical percebe a necessidade de implementação de **medidas ambientais** que promovam o arrefecimento da mudança climática?

() Imediatas / na forma de um “choque” no sistema de produção.

() Ao longo do tempo / gradualmente.

13) A central sindical considera que o **processo de transição justa** para formas de produção que combatam as mudanças climáticas é um processo de:

() Curto prazo.

() Médio prazo.

() Longo prazo.

14) Quanto a participação da central sindical em projetos econômicos de grande impacto social e ambiental (exemplo: Belo Monte, etc.). Em que momento se concentrou a ação sindical?

() Projeto e licenciamento do empreendimento.

Obras de instalação do empreendimento.

Operação do empreendimento.

Não participa.

15) O comportamento da central sindical frente às privatizações nos anos 90 foi:

Mais defensivo (1) (2) (3) (4) (5) Mais propositivo.

16) Em que medida o “nacionalismo” (defesa do emprego no Brasil, etc.) está presente enquanto um valor nas diversas políticas promovidas pela central sindical?

Não nacionalista (1) (2) (3) (4) (5) Bastante nacionalista.

17) Entre as grandes resoluções da central sindical quanto à mudança climática e suas decisões sobre projetos específicos (por exemplo, Belo Monte, etc.), você percebe:

Mais coerência (1) (2) (3) (4) (5) Mais contradição.

18) A central sindical percebe a mudança climática como decorrente de causas naturais (a ação humana não interfere) ou “antropogênica” (decorrente da ação humana)?

Fenômeno natural (1) (2) (3) (4) (5) Antropogênica.

19) A central sindical se entende como organização “glocal” (de articulação internacional apoiada no seu ativismo local coerente na sua base)?

Não.

Sim.

20) A central sindical concorda que a carência material da base de seus associados (por exemplo, baixos salários) pode prejudicar sua conscientização sobre o problema das mudanças climáticas?

Não concorda (0) (1) (2) (3) (4) (5) Concorda plenamente.

21) Como a central sindical visualiza as posições das organizações sindicais dos países ricos do norte do globo quanto à mudança climática?

Não afinada com seus interesses (0) (1) (2) (3) (4) (5) Bastante afinada com seus interesses.

22) Em que medida a central sindical entende que a economia solidária (forma de produção com controle coletivo da produção) possa ser importante para combater à mudança climática?

Em nenhuma medida (0) (1) (2) (3) (4) (5) Em toda medida.

BLOCO 2

23) Em vossa central sindical, em que medida as diferenças estruturais entre os movimentos sindical (mais institucionalizado) e ambiental (menos institucionalizado) podem ser considerados obstáculos para o desenvolvimento de alianças entre esses dois atores sociais?

Em pouca medida (1) (2) (3) (4) (5) Em elevada medida.

24) Em sua central sindical, considere os dirigentes que se envolvem em questões relacionadas às mudanças climáticas.

a) Como sua base sindical percebe o trabalho desse(s) dirigente(s)?

De pouca importância (1) (2) (3) (4) (5) De grande importância.

b) Como você considera que o envolvimento do dirigente sindical com questões relacionadas às mudanças climáticas impacta suas pretensões de crescimento político no sindicato?

Desfavoravelmente (1) (2) (3) (4) (5) Favoravelmente.

c) Você conhece algum dirigente sindical envolvido com questões da mudança climática que tenha tido repercussão política desfavorável em eleições sindicais seguintes.

() Não.

() Sim.

25) Considere a possibilidade da central sindical ter se absterido de participar de determinada campanha relacionada às mudanças climáticas (para exemplos de campanhas, vide questão 6). Nesse caso, essa posição se deu por:

() Desconhecimento do tema.

Vontade própria em assim agir.

Não se aplica. A central não se absteve de participar de campanhas deste tipo.

26) Em que medida a central sindical identifica perda ou ganho de reputação social quando apoia projetos ambientalmente contestados (como, por hipótese e a título de exemplo, Belo Monte, etc.)?

Perda reputação (1) (2) (3) (4) (5) Ganho reputação.

27) Em que medida a característica corporativa da estrutura sindical brasileira (ligação institucional com o Estado) dificulta ou favorece a relação com organizações ambientais?

Dificulta (1) (2) (3) (4) (5) Favorece.

BLOCO 3

28) A central sindical desenvolve políticas preocupadas com a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores em suas comunidades?

Não.

Desconhece.

Sim.

29) O modelo de desenvolvimento apoiado pela central sindical considera noções de “justiça climática” – por exemplo, custos sociais da desapropriação da terra e da destruição ecológica sobre os meios de vida dos trabalhadores?

Não.

Sim.

30) Frente ao discurso sobre a existência de um *trade-off* (alternativas mutuamente excludentes) entre crescimento econômico (geração de empregos) e proteção ambiental, de que lado a central sindical se posiciona?

Crescimento econômico (1) (2) (3) (4) (5) Proteção ambiental.

Não se aplica. Não considera existir esse *trade-off*.

31) Em que medida a central sindical trabalha com o paradigma pós-materialista de “crescimento zero” ou “decrecimento” na consideração da mudança climática?

Não considera (0) (1) (2) (3) (4) (5) Considera amplamente.

() Desconhece.

BLOCO 4

32) Na visão da central sindical, como é vista a política de economia verde (via modernização tecnológica)?

() Suficiente para combater a mudança climática

() Contribui para combater a mudança climática

() Insuficiente para combater a mudança climática

33) Para a central sindical, quais os impactos da economia verde (via “tecnologia verde”) sobre:

a) Nível de emprego

() Positivo

() Neutro

() Negativo

b) Nível salarial

() Positivo

() Neutro

() Negativo

c) Tempo de trabalho

() Positivo

() Neutro

() Negativo

d) Associativismo sindical

() Positivo

() Neutro

Negativo

34) Dentro de um paradigma de “transição justa” para uma economia de baixas emissões, a central sindical desenvolve políticas de defesa da qualificação e requalificação profissional dos trabalhadores?

Não.

Sim.

Não se aplica. A central não defende esse paradigma.

35) A central sindical fornece orientação para os sindicatos de sua base negociarem cláusulas relacionadas à mudança climática nas convenções e acordos coletivos (por meio de cartilhas instrutivas, atividades de formação, etc.)?

Não.

Sim.

36) No entendimento da central sindical, a transição justa para uma economia de baixas emissões possibilita o avanço na garantia de direitos dos trabalhadores?

Não.

Sim.

37) Para a central sindical, na transição justa, existe a possibilidade de desenvolver-se um dualismo entre “empregos verdes” (na economia verde) e “empregos azuis” (na economia tradicional poluidora) em termos de diferentes níveis de remuneração, condições e relações de trabalho?

Não.

Sim. Nesse caso, qual a avaliação sobre seu impacto sobre o mercado e as relações de trabalho? Desfavorável Neutro Favorável

38) A modernização tecnológica exigida pela economia verde para combater às mudanças climáticas implica em realocações territoriais de atividades produtivas.

Considerando essa afirmativa, responda:

a) A central sindical, conforme a estrutura sindical brasileira, organizada em termos territoriais e ocupacionais (ramos de atividades / profissões), já enfrentou tensões/conflitos internos na sua base de sindicatos em relação a esse tema?

Não.

Sim.

Desconhece.

b) A realocação espacial produtiva é vista como uma questão desafiante para a central sindical?

Sim.

Não, pois já desenvolve estratégias.

Desconhece.

39) Qual a percepção da central sindical sobre:

a) política de investimentos públicos para subsidiar a transição justa.

Não favorável (0) (1) (2) (3) (4) (5) Totalmente favorável.

b) política de comércio de carbono (comércio de créditos de carbono – títulos concedidos pela redução da emissão de gases de efeito estufa que podem ser negociados no mercado financeiro internacional; 1 tonelada de dióxido de carbono = 1 crédito de carbono).

Não favorável (0) (1) (2) (3) (4) (5) Totalmente favorável.

c) política de intervenção/regulação do Estado nas relações de mercado (trabalho, meio ambiente, etc.)

Não favorável (0) (1) (2) (3) (4) (5) Totalmente favorável.

40) Em que medida a central sindical identifica haver uma competição global pela oportunidade de gerar empregos verdes em uma economia de baixas emissões?

Em pouca medida (1) (2) (3) (4) (5) Em larga medida.

41) A central sindical se junta na disputa internacional pela liderança na economia verde?

Não.

Sim.

42) A central sindical participa de decisões sobre a política industrial brasileira no que refere ao apoio às indústrias relacionadas a economia verde?

Não participa.

Participa pouco / somente em nível de discussão.

Participa / com poder deliberativo.

43) Nos sindicatos de vossa central sindical, a adoção de novas tecnologias mais “amigáveis” às mudanças climáticas nas empresas é precedida de consulta prévia junto aos trabalhadores afetados?

Não.

Sim. A central sindical ou seus sindicatos participam? Não Sim.

44) Em vossa central sindical, em que medida os sindicatos de base (local ou regionalmente estabelecidos) encontram dificuldades para seguir as orientações políticas internacionais e nacionais no que refere às mudanças climáticas?

Não encontram dificuldade (0) (1) (2) (3) (4) (5) Encontram muita dificuldade

45) Em que medida a central sindical apoia o protocolo de Kyoto e suas metas de emissões?

Não apoia (0) (1) (2) (3) (4) (5) Apoia totalmente.

Desconhece suas metas.

APÊNDICE 2: Trabalhadores sindicalizados às centrais sindicais brasileiras por ramo de atividade

1. CUT

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Trabalhadores Rurais	1.407.059	32,55%
Empregados em Serviços	1.194.582	27,64%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	242.212	5,60%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	229.703	5,31%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	137.303	3,18%
Trabalhadores em Transportes	133.139	3,08%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	124.741	2,89%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	95.840	2,22%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	91.374	2,11%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	90.697	2,10%
Profissionais Liberais	90.251	2,09%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	78.261	1,81%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	66.556	1,54%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	60.555	1,40%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	54.273	1,26%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	45.364	1,05%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	39.021	0,90%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	33.598	0,78%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	27.679	0,64%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	19.750	0,46%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	14.370	0,33%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	8.987	0,21%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	8.460	0,20%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	5.856	0,14%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	5.489	0,13%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	5.417	0,13%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	4.549	0,11%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	1.539	0,04%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	1.477	0,03%
Empregados em Entidades Sindicais	1.232	0,03%
Empregadas Domésticas	1.056	0,02%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	622	0,01%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	578	0,01%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	379	0,01%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	116	0,00%
Empregados em Garagens, Estacionamentos, Limpeza e Conservação de Veículos	102	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	68	0,00%
Práticos de Farmácia	62	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	-	0,00%
TOTAL	4.322.317	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

2. Força Sindical

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	241.081	15,73%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	218.363	14,25%
Trabalhadores Rurais	170.500	11,12%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	126.642	8,26%
Empregados em Serviços	111.966	7,30%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	108.171	7,06%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	90.144	5,88%
Trabalhadores em Transportes	77.979	5,09%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	73.934	4,82%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	49.060	3,20%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	48.711	3,18%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	41.392	2,70%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	26.113	1,70%
Profissionais Liberais	21.400	1,40%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	18.715	1,22%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	17.708	1,16%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	17.556	1,15%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	15.164	0,99%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	13.723	0,90%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	10.451	0,68%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	9.269	0,60%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	8.859	0,58%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	3.980	0,26%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	3.241	0,21%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	2.233	0,15%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	1.246	0,08%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	899	0,06%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	857	0,06%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	571	0,04%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	554	0,04%
Empregados em Entidades Sindicais	495	0,03%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	453	0,03%
Práticos de Farmácia	407	0,03%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	380	0,02%
Empregadas Domésticas	339	0,02%
Empregados em Garagens, Estacionamentos, Limpeza e Conservação de Veículos	119	0,01%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	114	0,01%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	-	0,00%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	-	0,00%
TOTAL	1.532.789	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

3. CSB

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Profissionais Liberais	519.479	40,53%
Trabalhadores em Transportes	169.803	13,25%
Empregados em Serviços	137.702	10,74%
Trabalhadores Rurais	112.322	8,76%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	69.862	5,45%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	56.079	4,38%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	38.400	3,00%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	25.979	2,03%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	25.686	2,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	25.161	1,96%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	24.836	1,94%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	23.831	1,86%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	15.217	1,19%
Empregados em Garagens, Estacionamento, Limpeza e Conservação de Veículos	9.691	0,76%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	7.662	0,60%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	4.009	0,31%
Empregadas Domésticas	3.171	0,25%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	3.078	0,24%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	2.476	0,19%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	1.803	0,14%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	1.646	0,13%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	1.563	0,12%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	979	0,08%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	394	0,03%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	259	0,02%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	251	0,02%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	158	0,01%
Práticos de Farmácia	118	0,01%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	38	0,00%
Empregados em Entidades Sindicais	32	0,00%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	18	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	-	0,00%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	-	0,00%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
TOTAL	1.281.703	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

4. CTB

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Trabalhadores Rurais	579.002	41,41%
Empregados em Serviços	285.227	20,40%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	98.406	7,04%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	89.633	6,41%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	82.335	5,89%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	57.138	4,09%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	44.928	3,21%
Trabalhadores em Transportes	29.264	2,09%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	23.332	1,67%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	21.146	1,51%
Profissionais Liberais	18.402	1,32%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	13.426	0,96%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	9.030	0,65%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	9.007	0,64%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	8.304	0,59%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	7.749	0,55%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	5.870	0,42%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	5.684	0,41%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	3.123	0,22%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	2.979	0,21%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	1.259	0,09%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	1.041	0,07%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	696	0,05%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	637	0,05%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	321	0,02%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	83	0,01%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	79	0,01%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	60	0,00%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	-	0,00%
Empregados em Garagens, Estacionamento, Limpeza e Conservação de Veículos	-	0,00%
Empregadas Domésticas	-	0,00%
Práticos de Farmácia	-	0,00%
Empregados em Entidades Sindicais	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	-	0,00%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	-	0,00%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
TOTAL	1.398.161	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

5. Conlutas

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados em Serviços	127.328	43,73%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	67.928	23,33%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	30.835	10,59%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	16.749	5,75%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	8.028	2,76%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	6.404	2,20%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	4.965	1,71%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	4.188	1,44%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	4.038	1,39%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	3.839	1,32%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	3.695	1,27%
Trabalhadores em Transportes	3.342	1,15%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	3.178	1,09%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	2.329	0,80%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	1.098	0,38%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	1.073	0,37%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	752	0,26%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	582	0,20%
Trabalhadores Rurais	372	0,13%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	303	0,10%
Profissionais Liberais	144	0,05%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	-	0,00%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	-	0,00%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	-	0,00%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	-	0,00%
Empregados em Garagens, Estacionamento, Limpeza e Conservação de Veículos	-	0,00%
Empregadas Domésticas	-	0,00%
Práticos de Farmácia	-	0,00%
Empregados em Entidades Sindicais	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	-	0,00%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	-	0,00%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
TOTAL	291.170	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

6. CGTB

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados em Serviços	44.734	20,60%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	44.457	20,47%
Trabalhadores Rurais	28.313	13,04%
Trabalhadores em Transportes	26.757	12,32%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	16.948	7,80%
Profissionais Liberais	15.218	7,01%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	14.978	6,90%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	8.452	3,89%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	3.393	1,56%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	2.061	0,95%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	1.935	0,89%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	1.153	0,53%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	1.045	0,48%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	1.041	0,48%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	1.031	0,47%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	909	0,42%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	904	0,42%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	816	0,38%
Empregados em Garagens, Estacionamento, Limpeza e Conservação de Veículos	714	0,33%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	550	0,25%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	545	0,25%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	322	0,15%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	239	0,11%
Práticos de Farmácia	221	0,10%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	201	0,09%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	108	0,05%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	106	0,05%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	26	0,01%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	-	0,00%
Empregadas Domésticas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	-	0,00%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	-	0,00%
Empregados em Entidades Sindicais	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
TOTAL	217.177	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

7. NCST

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados em Serviços	279.364	26,14%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	182.291	17,06%
Trabalhadores em Transportes	171.427	16,04%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	155.142	14,52%
Trabalhadores Rurais	39.157	3,66%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	38.721	3,62%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	27.529	2,58%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	25.717	2,41%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	20.387	1,91%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	20.019	1,87%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	17.646	1,65%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	12.049	1,13%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	10.597	0,99%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	10.566	0,99%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	9.256	0,87%
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	6.912	0,65%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	6.305	0,59%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	4.527	0,42%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	4.234	0,40%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	3.728	0,35%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	3.618	0,34%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	3.445	0,32%
Profissionais Liberais	2.803	0,26%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	2.613	0,24%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	2.352	0,22%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	2.286	0,21%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	1.168	0,11%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	1.150	0,11%
Práticos de Farmácia	1.120	0,10%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	1.112	0,10%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	934	0,09%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	331	0,03%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	205	0,02%
Empregados em Entidades Sindicais	93	0,01%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	13	0,00%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	-	0,00%
Empregados em Garagens, Estacionamentos, Limpeza e Conservação de Veículos	-	0,00%
Empregadas Domésticas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
TOTAL	1.068.817	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.

8. UGT

Ramos de atividade	Sindicalizados	Part. %
Empregados no Comércio Varejista e Atacadista em Geral	310.993	19,31%
Empregados em Turismo e Hospitalidade	161.799	10,05%
Trabalhadores em Transportes	139.139	8,64%
Trabalhadores nas Indústrias de Construção e Mobiliário	131.576	8,17%
Empregados em Serviços	131.492	8,16%
Trabalhadores Rurais	88.473	5,49%
Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde	77.451	4,81%
Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação	65.399	4,06%
Trabalhadores no Comércio Armazenador	60.401	3,75%
Empregados em Estabelecimentos Bancários e em Empresas de Seguros Privados e Capitalização	60.392	3,75%
Trabalhadores em Comunicações, Publicidade e Empresas Jornalísticas	59.785	3,71%
Profissionais Liberais	54.910	3,41%
Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo	46.874	2,91%
Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem	41.507	2,58%
Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário	32.296	2,01%
Empregados de Agentes Autônomos no Comércio	30.868	1,92%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Cultura Física	23.434	1,45%
Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros	20.106	1,25%
Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	13.810	0,86%
Trabalhadores em Empresas de Difusão Cultural	9.152	0,57%
Trabalhadores nas Indústrias Urbanas	7.389	0,46%
Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos	6.827	0,42%
Práticos de Farmácia	6.069	0,38%
Trabalhadores nas Indústrias Extrativas	5.796	0,36%
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas	5.331	0,33%
Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino	4.532	0,28%
Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância	4.373	0,27%
Empregados em Garagens, Estacionamento, Limpeza e Conservação de Veículos	2.524	0,16%
Trabalhadores nas Indústrias de Artesanato em Geral	1.730	0,11%
Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça	1.656	0,10%
Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas	1.162	0,07%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha	951	0,06%
Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro	871	0,05%
Trabalhadores nas Indústrias de Beneficiamento	633	0,04%
Trabalhadores nas Indústrias Gráficas	623	0,04%
Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana	187	0,01%
Empregadas Domésticas	76	0,00%
Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio	31	0,00%
Empregados em Entidades Sindicais	30	0,00%
Empregados em Empresas de Processamento de Dados	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias de Instrumentos Musicais e Brinquedos	-	0,00%
Trabalhadores em Estabelecimentos Hípicos	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias	-	0,00%
Trabalhadores nas Indústrias Cinematográficas	-	0,00%
Classificadores de Produtos de Origem Vegetal	-	0,00%
TOTAL	1.610.648	100,00%

FONTE: CNES/MTE (2016). Elaboração própria.